Inclusão
Estudante do Rio de Janeiro, Paloma Lima Dias Lins cria 'Museu das Cientistas Pretas' B6

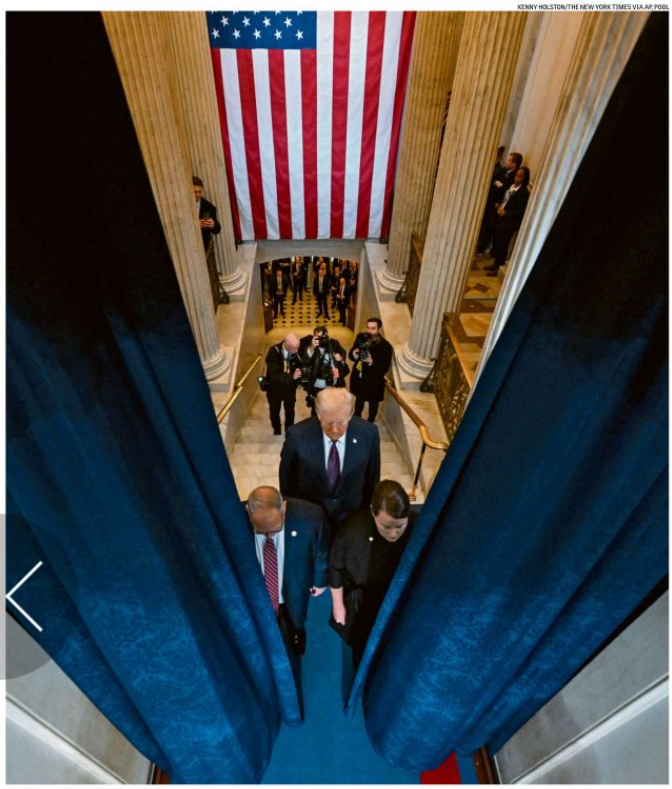
Madeira
Ativos florestais movimentaram, entre 2020 e 2024, R$ 15 bi em cinco operações de compra e venda B1

Bebidas
Tial busca crescimento sem depender de controlador, diz Victor Wanderley, CEO da empresa B4

Terça-feira, 21 de janeiro de 2025
Ano 25 | Número 6175 | R$ 6,00
www.valor.com.br

ECONÔMICO
Valor
25 ANOS

KENNY HOLSTON/THE NEW YORK TIMES VIA AP, POOL



Donald Trump, de 78 anos, volta à Casa Branca e assume como 47º presidente dos EUA: "A era de ouro da América começa agora mesmo"

Trump toma posse com decretos que miram energia fóssil e imigração

2º mandato Novo presidente pretende estimular produção de petróleo nos EUA e deportar estrangeiros ilegais

Luiza Palermo, Pedro Borg e Rafael Vazquez
De São Paulo

Ao tomar posse ontem como 47º presidente dos EUA, o republicano Donald Trump, de 78 anos, afirmou em seu discurso que declarará emergência energética nacional para aumentar a produção de petróleo e gás no país e reduzir os custos para os consumidores americanos, assim como emergência na fronteira com o México para combater a imigração ilegal. "A era de ouro da América começa agora mesmo", disse Trump, que prometeu fortalecer a indústria de combustíveis fósseis e reverter ações do ex-presidente Joe Biden que incentivam o segmento de veículos elétricos.

"A crise inflacionária foi causada por gastos excessivos e pela alta nos preços da energia, e é por isso que hoje também declararei uma emergência energética nacional. Vamos perfurar, e perfurar muito."

Documento da Casa Branca informa que as políticas de Trump também "encerrarão o leasing para grandes parques eólicos" e bloquearão "políticas de extremismo climático". O presidente comunicou, ainda, a saída dos EUA do Acordo de Paris, o que havia feito em seu 1º mandato, e da Organização Mundial da Saúde. Também concedeu perdão a cerca de 1,5 mil pessoas que invadiram o Capitólio em janeiro de 2021.

No plano geopolítico, prometeu que seu governo será marcado por legado de "pacificador" e "unificador". Mas adotou tom ameaçador ao dizer que retomará o controle do Canal do Panamá e renomeará o Golfo do México como "Golfo dos EUA". Enquanto assinava decretos, disse que são os brasileiros que precisam da economia americana. "Não precisamos deles. Todos precisam de nós", respondeu, ao ser questionado por repórter da TV Globo se ele iria falar com o presidente Lula e como seria a relação com o Brasil e a América Latina.

Trump adiou anúncio de novas tarifas à China. Para analistas, é uma mudança em sua postura, que deve buscar acordo com o presidente chinês Xi Jinping. Mas o presidente deixou claro no discurso que tarifas estão a caminho. "Em vez de taxar nossos cidadãos para enriquecer outros países, vamos taxar outros países para enriquecer nossos cidadãos." **Páginas A9, A10 e A11**

Portarias vão depender de aval da Casa Civil

Renan Truffi, Fabio Murakawa, Estevão Taiar e Caetano Tonet
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou que todas as portarias que forem editadas pelos ministérios terão que passar pela Casa Civil. Segundo Lula, o objetivo é evitar "confusão" para o governo, numa referência à crise do Pix, iniciada por uma instrução da Receita. Nos bastidores, a decisão foi considerada por membros do Executivo como um fortalecimento do chefe da pasta, Rui Costa. **Página A8**

100 ANOS DE GLOBO

Indicadores

Ibovespa	20/jan/25	0,41 %	R$ 11,7 bi
Selic (meta)	20/jan/25	12,25% ao ano	
Selic (taxa efetiva)	20/jan/25	12,15% ao ano	
Dólar comercial (BC)	20/jan/25	6,0492/6,0498	
Dólar comercial (mercado)	20/jan/25	6,0405/6,0411	
Dólar turismo (mercado)	20/jan/25	6,1002/6,2802	
Euro comercial (BC)	20/jan/25	6,2912/6,2924	
Euro comercial (mercado)	20/jan/25	6,2954/6,2960	
Euro turismo (mercado)	20/jan/25	6,3737/6,5537	

Trump promete prosperidade, mas só para os Estados Unidos
Humberto Saccomandi A9

Quem assumirá a liderança climática ante o retrocesso nos EUA?
Daniela Chiaretti A10

As guerras comerciais poderão ser agora bem mais graves
Assis Moreira A10

Atitude de autoridades chinesas perante Trump 2.0 é mista
Mario Mesquita A13

Gerdau traça plano para 2025 de olho nos EUA

Mônica Scaramuzzo
De Davos (Suíça)

A Gerdau traçou um plano conservador para 2025 a fim de atravessar os primeiros meses do governo de Donald Trump e a conjuntura de juros altos no Brasil. Os EUA representam cerca de 40% do faturamento da companhia. "A Gerdau acredita que, no governo Trump, a indústria de forma geral, incluindo a siderúrgica, tem condições de ir bem no médio prazo. Vamos ver os impactos dos primeiros meses de gestão para entender como será o segundo semestre", disse o presidente do grupo, Gustavo Werneck. **Página B5**

JULIO BITTENCOURT/VALOR

Werneck: "No governo Trump, a indústria, de forma geral, tem condições de ir bem no médio prazo"

Impacto de foco americano no petróleo é incerto no Brasil

Do Rio, de Brasília e São Paulo

Apesar do discurso de Donald Trump dando ênfase ao aumento da produção e exportação de petróleo nos EUA, para analistas a medida não deve representar maior concorrência para o Brasil. Décio Oddone, ex-diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), diz que o óleo brasileiro é diferente do americano, e por isso haveria mercado consumidor para ambos. Especialistas dizem que ainda é cedo também para prever se a nova postura do governo dos EUA irá influenciar as cotações internacionais do petróleo.

As falas de Trump contra a agenda climática eram esperadas pela ala do governo brasileiro dedicada à implementação da política ambiental. Mas, segundo uma fonte, a percepção é que a transição energética é um "caminho sem volta", que deve seguir tendo respaldo de boa parte da União Europeia e de países emergentes.

Especialistas avaliam, também, que as esperadas novas tarifas sobre importações tendem a afetar o Brasil, mas ponderam que não é possível prever o tamanho exato desse impacto. **Páginas A4 e A14**

Chuvas recompõem reservatórios de hidrelétricas

Fábio Couto
Do Rio

As chuvas abundantes em boa parte do país desde dezembro estão permitindo a recuperação dos níveis dos reservatórios das hidrelétricas, depois da seca de 2024, a pior da série histórica em mais de 80 anos. Com perspectiva de que o armazenamento continue subindo, as projeções indicam um ano com menos despacho de usinas térmicas, cujo custo de operação é mais elevado, o que significa preços mais baixos no mercado livre de energia e também para o consumidor comum.

Mas esse cenário não é necessariamente confortável, dizem especialistas. "Se o período seco de 2025 for muito forte e as hidrelétricas continuarem como principais responsáveis por suportar a 'rampa' do fim da tarde, o conforto hidráulico pode diminuir muito a partir de setembro", afirma Edvaldo Santana, ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica. **Página A2**

Inclusão
Estudante do Rio de Janeiro, Paloma Lima Dias Lins cria 'Museu das Cientistas Pretas' B6

Madeira
Ativos florestais movimentaram, entre 2020 e 2024, R$ 15 bi em cinco operações de compra e venda B1

Bebidas
Tial busca crescimento sem depender de controlador, diz Victor Wanderley, CEO da empresa B4

Terça-feira, 21 de janeiro de 2025
Ano 25 | Número 6175 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

CAPA PROMOCIONAL

Quanto vai custar parar de investir no futuro?

Quanto vai custar parar de investir no futuro?

A Natura nasceu
da crença em um mundo
mais justo, ético e inclusivo.
Vivemos tempos que
nos convocam a reafirmar
nossos compromissos.
Mais do que nunca, esse
esforço precisa ser corajoso,
intencional e coletivo.
Negócios só se tornarão
mais prósperos se
a humanidade e a natureza
também prosperarem.
Hoje reafirmamos nossos
compromissos com
a regeneração da vida
e com o futuro do planeta.

Saiba mais
sobre nossos
compromissos.

natura

Brasil

COP30: agenda nada sexy em mares turbulentos

Daniela Chiaretti

Que a COP30 tem desafios de logística, todos sabem. Difícil encontrar acomodações em Belém, em novembro, a não ser a preços extorsivos. Esse é só um dos problemas da conferência climática da ONU. Trata-se da 30ª edição de um processo multilateral agora criticado simultaneamente por negacionistas, por quem reconhece a crise do clima mas não entende como o sistema funciona e, recentemente, por quem conhece a fundo o processo de negociação, mas se frustra com os resultados. Se o quadro é ruim, pode piorar. O conteúdo em debate na COP30 também não ajuda.

Por comparação: a COP29 que ocorreu em Baku, no Azerbaijão, em novembro, era conhecida como a "COP do financiamento". Tinha que estabelecer um novo número para o financiamento climático além dos US$ 100 bilhões anuais, dos países ricos aos demais, de 2020 a 2025. A COP28, em Dubai, devia fazer um balanço global de onde o mundo se encontrava nas metas do Acordo de Paris. Era a "COP do Global Stocktake". E a COP30, no Brasil? Pois é, veja bem.

Até Baku, a COP30 era uma conferência em busca de um tema. Tinha, como mandato, vários assuntos e nenhum forte o bastante. Um deles, por exemplo, é concluir os indicadores que dirão se o mundo está ou não se adaptando à crise do clima — tão interessante quanto vago. O outro é a transição justa, um tema onde a presidência brasileira poderia brilhar. Só que o que está na mesa é burocrático — é o meio do caminho de um grupo de trabalho de dois anos que irá entregar algo só na COP31, que deve acontecer na Austrália, em 2026. Há que se discutir mais alguma coisa do Artigo 6, dos mecanismos de mercado — algo que interessa, mas é técnico e não está no centro da negociação.

Como o resultado da COP de Baku foi decepcionante, sobrou para o Brasil. No Azerbaijão ficaram acertadas duas cifras. A primeira é o fornecimento de, pelo menos, US$ 300 bilhões ao ano até 2035 aos países em desenvolvimento para que consigam reduzir a emissão de gases-estufa e se adaptar aos impactos climáticos. A decisão de Baku também foi de os países cooperarem para que, até 2035, a cifra alcance a marca de US$ 1,3 trilhão.

O texto final da COP29 estabeleceu que na COP do Brasil, será preciso concordar com um "roteiro Baku-Belém para o US$ 1,3 trilhão". Em inglês, "a roadmap". O que isso quer dizer é o que Belém terá que fazer e a diplomacia brasileira terá que criar. Mas, convenhamos, é preciso algo mais sexy para que a COP30 passe à história.

A ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, o embaixador André Corrêa do Lago e Ana Toni, secretária de Mudança do Clima do MMA, têm dito que a COP30 será a COP da ação, e não mais de promessas. Têm toda razão. Com o mundo tendo ultrapassado o limite de aquecimento global de 1,5° C e cada ano ser mais quente que o anterior, está na hora de parar de decidir e partir para a prática. Ocorre que aspirações são mais sedutoras do que implementação, ao menos para o público que nada entende de COPs e tem que ajudar a remar ou o bote inteiro afunda.

Pelo mandato da ONU, a COP30 tem vários flancos abertos na negociação e como se viu, nenhum assim, inspirador. Não é a "COP das NDCs", como dizem, até porque a sigla quer dizer compromissos nacionalmente determinados. Quem estabeleceu a NDC que o Brasil apresentou em Baku foram os brasileiros; a do Reino Unido, os britânicos, e assim por diante. Nenhum foro internacional vai negociar se a China ou os Estados Unidos devem fazer mais. Como bem disse Ana Toni ao **Valor**, "isso não existe. NDCs não são negociadas em COPs". Claro, em Belém deve ser feito um balanço das novas NDCs que os países apresentarem (supostamente até fevereiro) e onde o mundo chegará com elas. Mas é isso.

Tudo o descrito nesta coluna até agora trata da agenda de negociação dos governos, o eixo central e fundamental de qualquer COP. Mas não é o único. Isso não significa que a agenda de ação, discutida lateralmente por governos e outros atores, não possa ser muito mais robusta. Para tanto tem que entrar em campo o terceiro eixo de todas as COPs, a mobilização social.

Foi assim que a COP de Dubai surpreendeu ao fechar um acordo histórico sobre o Fundo de Perdas e Danos no primeiro dia da conferência. Foram os ecos do que acontecia fora das salas de negociação que fizeram com que a famosa frase "transitioning away from fossil fuels" fosse acordada pelos países, também em Dubai, em outro momento histórico.

A frase, por sinal, ficou assim, jogada no vácuo. Em Baku nem sequer foi repetida no acordo final. E também não se sabe o que querem dizer aquelas três palavras que acompanham a famosa expressão — o distanciamento aos combustíveis fósseis deve ser feito de forma "justa, ordenada e equitativa"" Talvez esse seja um bom mote para a COP30. Ou fazer da adaptação aos eventos extremos algo forte e global.

Na mesma entrevista, Ana Toni deu a letra de como as COPs avançam, mesmo com todos os seus problemas e a passos lentos. Antes de o Acordo de Paris, o mundo caminhava para um aquecimento de 4,7°C a 5°C em 2100; depois de Paris se está entre 2,3°C a 2,7°C com as NDCs. Levou-se uma década, mas algo se mexeu. Agora é preciso implementar as promessas, voltar a 1,5°C, e claro, lidar com o enorme elefante que está na sala e ameaça quebrar muitos cristais antes, durante e depois da COP30 — Donald Trump, o novo presidente dos Estados Unidos.

Daniela Chiaretti é repórter especial
E-mail daniela.chiaretti@valor.com.br

Infraestrutura Cenário mostra recuperação de reservatório e menos uso de térmicas, após pior seca em 80 anos

Chuvas devem trazer alívio a consumidor de energia

Fábio Couto
Do Rio

As abundantes chuvas que incidem sobre boa parte do país desde dezembro estão permitindo a recuperação dos níveis de armazenamento dos reservatórios das hidrelétricas do país, depois da pior seca da série histórica, em mais de 80 anos, verificada em 2024. Com perspectivas de que o armazenamento continue subindo, projeções indicam um 2025 com menos despacho de térmicas, cujo custo de operação é mais caro. Mas isso não significa total tranquilidade, alertam especialistas.

Antes de 2024, a última crise hídrica foi em 2021, quando o governo precisou lançar mão do uso da geração de todas as térmicas disponíveis. Também realizou um leilão emergencial para contratar novas usinas, que foi alvo de questionamentos. Porém, o cenário mudou quando as chuvas retornaram em 2022 e prosseguiram com menores volumes em 2023.

Além da recuperação dos reservatórios, a maior oferta de energia eólica e solar, a produção de térmicas movidas à bagaço de cana-de-açúcar durante a safra e o acionamento de térmicas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), entre outros fatores, permitiram ao país atravessar a seca histórica no ano passado sem maiores sobressaltos. Segundo o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), projeções apresentadas pelo ONS na reunião mensal do colegiado, no dia 9 de janeiro, indicavam cenários nos quais os armazenamentos ficariam entre 62% e 92% no Sistema Interligado Nacional (SIN) no fim de junho, já no período seco.

Segundo Márcio Rea, diretor-geral do ONS, na quarta-feira (15), os reservatórios do submercado Sudeste/Centro-Oeste, o principal do país, tinha nível de armazenamento de 57,2%, enquanto o Nordeste apresentava 59,5%*(veja quadro acima)*.

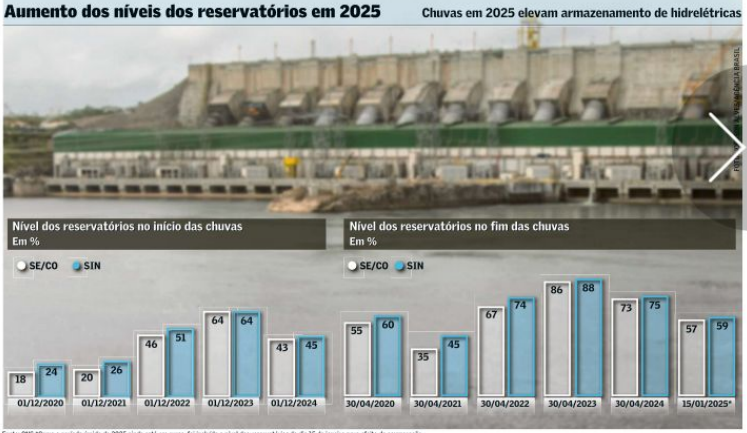
Rea avalia que a combinação de ações preventivas e vazões de rios em torno de 97% da média histórica, representada pela sigla MLT, indica que o sistema elétrico terá uma situação "muito boa" se continuar chovendo onde é necessário: "Estamos trabalhando para armazenar o que é possível."

Christiano Vieira, diretor de operação do ONS, diz que a estratégia do operador será a de acumular a maior quantidade de água nos reservatórios na estação chuvosa para utilizá-la no período seco. Esse uso, explicou, tende a ser de menor intensidade entre abril e junho por causa da maior geração eólica e solar, aumentando o consumo a partir de julho, quando as temperaturas tendem a ser mais altas. "Há um deplecionamento [redução dos níveis] de 7% a 10% do armazenamento por mês até outubro e novembro, quando volta a estação chuvosa", afirmou Vieira.

> "Há 20 anos não chove tanto no mês de dezembro no país e em janeiro está chovendo muito bem"
> *Edvaldo Santana*

Colunista do **Valor**, Edvaldo Santana, consultor e ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), afirmou, com base em dados do ONS, que "há 20 anos não chove tanto no mês de dezembro no país e janeiro está chovendo muito bem". O quadro é confirmado por Fred Menezes, diretor-executivo da Armor Energia. Segundo ele, o retorno das chuvas em novembro acelerou a recuperação dos reservatórios das hidrelétricas nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste. Menezes cita que, em 4 de janeiro, o nível médio era de 54,8% e a expectativa é que, até o fim do período úmido, em novembro, os reservatórios alcancem níveis semelhantes ou superiores aos de 2024.

Aumento dos níveis dos reservatórios em 2025 — Chuvas em 2025 elevam armazenamento de hidrelétricas



Fonte: ONS *Como o período úmido de 2025 ainda está em curso, foi incluído o nível dos reservatórios do dia 15 de janeiro para efeito de comparação.

"Observamos que o ritmo de recuperação dos reservatórios em 2025 está mais rápido e consistente. Segundo a ONS, todos os subsistemas devem ultrapassar 60% de EAR [sigla que significa armazenamento dos reservatórios] até o fim de janeiro, com três deles superando 70%", destacou Menezes.

"Essa chuva acima da média foi fundamental para inverter a queda nos níveis de armazenamento hidráulico em todo o país. Ao longo desses meses, houve uma recuperação de quase dez pontos percentuais no armazenamento, e iniciamos 2025 com o terceiro maior nível dos últimos cinco anos", acrescentou Franklin Miguel, presidente da comercializadora Electra Energy.

Um outro sinal de que as chuvas aceleraram a recuperação dos reservatórios é o GSF, indicador que mede a relação entre a energia gerada e a "energia assegurada" das usinas (ou garantia física, como se fala no setor elétrico), que deve ficar em torno de 70% em boa parte do período seco, entre maio e novembro, segundo projeções da Ampére Consultoria. Eólicas, solares e usinas a bagaço de cana tendem a gerar mais energia no período seco, permitindo poupar o uso das hidrelétricas.

O GSF inferior a 100% na média anual significa que as hidrelétricas vão gerar, em média, volumes de energia inferiores aos previstos em seus contratos e terão de comprá-la no mercado para honrar compromissos comerciais, explicou a Ampére. Reservatórios mais cheios indicam preços mais baixos da energia, o que onera menos a reposição dessa eletricidade.

Para os primeiros meses de 2025, a previsão é que os reservatórios permaneçam em "níveis confortáveis", de modo que o despacho de térmicas seja restrito a usinas com custo de combustível baixo. Para 2025, a Ampére projeta um GSF de 84,3%, contra o índice preliminar de 87,3% em 2024, ainda a ser fechado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Outra tendência verificada com os níveis mais altos dos reservatórios é a de preços mais baixos da energia elétrica no mercado livre (ambiente em que o consumidor pode escolher a usina que vai gerar a eletricidade, bem como as condições contratuais). Miguel, da Electra Energy, salienta que as projeções indicam preços médios em torno de R$ 60 por megawatt-hora (MWh) no primeiro semestre, mas com expectativa de alguma elevação na segunda metade do ano, apontando valores em torno de R$ 130/MWh a R$ 150/MWh. "Essa alta nos preços, mesmo diante de uma condição favorável, está associada principalmente a uma operação mais conservadora do sistema, que em 2025 teve os parâmetros de aversão ao risco elevados."

Os consumidores do mercado cativo (cuja gestão da energia é feita pelas distribuidoras) também devem se beneficiar do cenário positivo. "Os valores devem fazer com que a bandeira tarifária permaneça verde ao longo de todo o primeiro semestre, sem cobrança adicional dos consumidores, e amarela na segunda parte do ano", estima a Ampére Consultoria.

Apesar da tranquilidade, o quadro requer atenção permanente. Edvaldo Santana ressaltou que se até o fim de março continuar chovendo dentro da média histórica, o armazenamento das hidrelétricas deve ficar em torno de 90%, o que é melhor do que 2024. Mas mesmo esse número não é suficiente para "soltar fogos". "Se o período seco de 2025 for muito seco, de temperatura elevada e as hidrelétricas continuarem como principais responsáveis por suportar a rampa do fim da tarde, o 'conforto hidráulico' pode reduzir muito a partir de setembro", avalia.

Rea e Vieira, do ONS, ressaltam que as projeções climáticas não conseguem ser assertivas para períodos acima de 15 dias, mas mesmo nos cenários mais severos traçados pelo ONS, a conclusão é de que a segurança energética está garantida para 2025.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

AgroGalaxy **B8**
AIZ **C4**
Ambev **B4**
Ambipar **A11, B2**
Ampère Consultoria **A2**
Anglo American **B8**
Armor Energia **A2**
AXN Heavy Duty **B5**
Be8 **A11, B2**
BMW **B4**
Bradesco **A11**
Brava Energia **A14**
Broadcom **B6**
BTG Pactual **A11, B2**
BYD **A11**
Caixa **C6**
Captable **C6**
CATL **A11**
Cibra **B8**
Coca-Cola **B4**
Daedong **B7**
Edmond de Rothschild **C2**
Electra Energy **A2**
FarmConnect **B7**
Finamob **C6**
Financial Move **C2**
G5 Partners **B4**
Gerdau **A11, B2, B5**
Grupo Ospa **C6**
hEDGEpoint **A14**
Ibmec **A6**
Insper **A7**
Inter Asset **C6**
Itaú **C1**
JHSF **B2**
Kuo Refaciones **B5**
Lavvi **B1**
LCH Investments **C2**
Lifehive **B7**
Longitude **C6**
Mercedes-Benz **B4**
MRV **C6**
Omimex **B8**
Opea **C4**
Pif Paf **B4**
PwC **B2**
Randon **A11**
Randoncorp **B2, B5**
Rio Branco Alimentos **B4**
S&P **A14**
Samsung **B7**
Soerguer **C4**
SpaceX **A9**
Stellantis **B4**
Sungrow Renewables **A11**
Tesla **A9**
Tial Sucos **B4**
Tradener **B1**
Trisul **B1**
Underblock **C2**
Urbe.me **C6**
Vale **A11, B2**
Virgo **C4**
VMware **B6**
Western Asset **C1**
WHG **C1**
WIA Investimentos **C1**
XP **C4**

Assine o Valor Econômico: assinevalor.com.br ou ligue: 0800 7018888 Valor Econômico

VISTA CYRELA
FURNISHED BY ARMANI/CASA

VISTA
CYRELA

FURNISHED BY
ARMANI / CASA

VENEZIA **464** A **883** M²

MILANO **348** A **710** M²

2 CONDOMÍNIOS EXCLUSIVOS E INDEPENDENTES

PERSPECTIVA ILUSTRADA | FACHADA

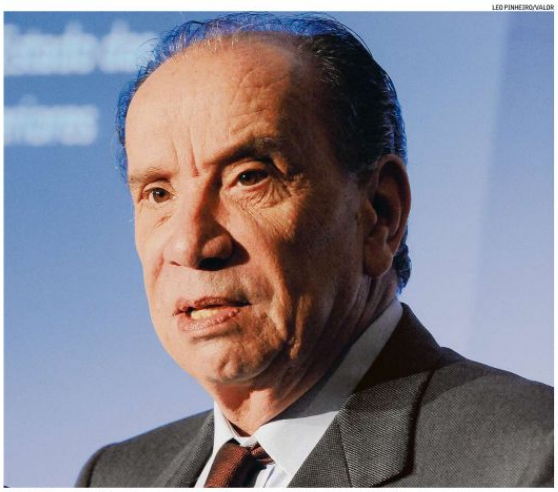
AVENIDA LOPES DE AZEVEDO, 46
JARDIM GUEDALA
11 **4118-4015** / vistacyrela.com.br

REALIZAÇÃO: J.Safra Properties

REALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO: CYRELA

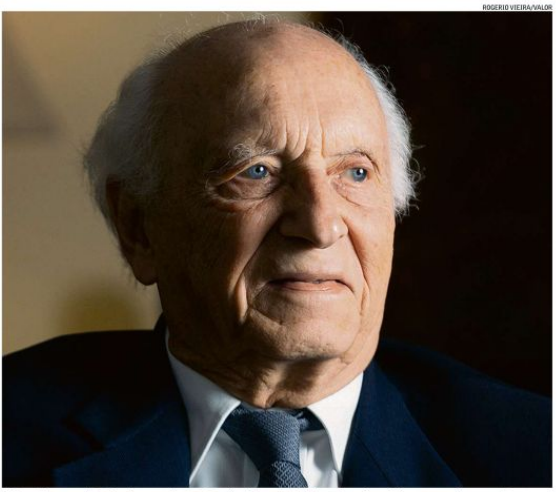
Incorporadora: GARDENIA PARTICIPACOES SOCIEDADE UNIPESSOAL LIMITADA. Vista Venezia com Memorial de Incorporação registrado sob o nº 2, na matrícula 294.794 do 18º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo e projeto aprovado sob o nº 33930-23-SP-ALV. Área não contaminada conforme processo CETESB 45/00294/22 (CETESB.029484/2022-56). Manejo arbóreo e plantio compensatório autorizados, conforme processo administrativo SEI 6027.2024/0005212-4 e Empreendimento Vista Milano com Memorial de Incorporação registrado sob o nº 2, na matrícula 299.547 do 18º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo e projeto aprovado sob o nº 34382-23-SP-ALV. Área não contaminada conforme processo CETESB 45/00294/22 (CETESB.029484/2022-56). Manejo arbóreo e plantio compensatório autorizados, conforme processo administrativo SEI 6027.2024/0005216-7. Projeto Arquitetônico: Aflalo Gasperini Arquitetos. Projeto Paisagístico: Benedito Abbud Arquitetura Paisagística. As perspectivas e plantas são meramente ilustrativas e possuem sugestão de decoração. Acabamentos, quantidades de mobiliários e equipamentos serão entregues conforme Memorial Descritivo do empreendimento. Perspectiva artística da vegetação com porte adulto, que será atingido após a entrega do empreendimento e de acordo com o projeto de paisagismo. Imagens ilustrativas. O empreendimento Vista Venezia está localizado na Av. Prof. Francisco Morato, SN - CEP: 05521-400 – Jardim Everest, São Paulo - SP e Rua São Cassiano, SN - CEP: 05602-050 - Jardim Everest, São Paulo – SP e o Empreendimento Vista Milano está localizado na Av. Prof. Francisco Morato, SN - CEP: 05521-400 – Jardim Everest, São Paulo – SP. Cyrela: Rua do Rocio, 109, 3° andar - Sala 01 - Vila Olímpia - CEP: 04552-000. Comercialização: Cyrela (Creci: J-17592).

LEO PINHEIRO/VALOR



Aloysio Nunes: Brasil deverá manter o pragmatismo e buscar pontos de convergência

ROGERIO VIEIRA/VALOR



Rubens Ricupero: "Tenho a impressão que o Brasil vai tomar cuidado e não voltar a falar em moeda comum"

Comércio exterior Presidente americano mantém promessa de taxar outros países, mas termina primeiro dia sem medidas concretas

Protecionismo de Trump afeta Brasil, alertam especialistas

Camila Zarur, Victoria Netto, Lucas Feitoza e Marta Watanabe
Do Rio e de São Paulo

Com discurso protecionista na cerimônia de posse, o novo presidente dos EUA, Donald Trump, confirmou expectativas de que pretende taxar o comércio com outros países. Especialistas avaliam que novas tarifas aplicadas sobre importações americanas podem afetar o Brasil, como ocorreu no primeiro mandato do republicano. Dizem, no entanto, ser cedo para saber o tamanho do impacto.

Questionado por repórter da TV Globo sobre se falaria com o presidente Lula e como seria a relação com o Brasil e a América Latina, Trump respondeu ontem que são os brasileiros que precisam da economia americana. "A relação é excelente. Eles precisam de nós, muito mais do que nós precisamos deles. Não precisamos deles. Eles precisam de nós. Todos precisam de nós", afirmou em entrevista coletiva.

Pouco antes, em seu discurso, havia dito que reformará o sistema comercial dos EUA e que vai "impor tarifas e tributos sobre países estrangeiros para enriquecer os cidadãos americanos". Na avaliação do ex-ministro da Fazenda e ex-embaixador em Washington Rubens Ricupero, é possível que o Brasil sinta os efeitos das futuras sobretaxas a curto prazo.

"No primeiro mandato, Trump aplicou tarifas às exportações brasileiras de aço e alumínio. Então, não seria surpresa se renovasse isso", afirma Ricupero. "[As medidas] terão repercussões internacionais muito graves, por causa da importância da economia americana no mundo. Precisamos ver qual o impacto que isso vai ter. Qual vai ser a dimensão das tarifas que ele vai adotar e quais produtos vão ser visados".

Segundo o presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice), Rubens Barbosa, que foi chefe da diplomacia em Washington, mesmo que Trump não tome medida diretamente direcionada ao Brasil, o país poderá ser afetado com eventuais ações que o americano promete contra a China no âmbito comercial. Para ele, os efeitos colaterais podem se dar sobretudo no setor agrícola — maior mercado entre Brasil e o gigante asiático.

"Trump disse que vai à China nos próximos dias. A gente não sabe o que eles vão combinar. Na área agrícola, o Brasil tem os próprios canais de exportação. Não estamos competindo com os americanos diretamente, eles têm os deles. Agora, se os EUA implicarem com quem exporta para a China, aí indiretamente o Brasil pode ser afetado", disse Barbosa.

O Brasil é um dos países com os quais os EUA têm superávit comercial — o que, em tese, deixaria o país fora das novas tributações. Os primeiros afetados seriam, avalia Barbosa, aqueles que estejam exportando mais para os americanos e que, na perspectiva de Trump, "estejam causando problemas para a indústria americana".

Ainda assim, segundo Ricupero, o governo brasileiro terá que ter cautela para evitar desgastes, tanto com os EUA quanto nos Brics. Trump já ameaçou sobretaxar os países do grupo se avançarem nas negociações por alternativas ao dólar nas transações comerciais. "Quando houver a reunião de Cúpula do Brics, tenho a impressão que o Brasil vai tomar cuidado e não voltar a falar em moeda comum. Vai haver prudência para evitar atritos [com os EUA]", diz Ricupero. O encontro dos líderes do bloco está marcado para julho deste ano, no Brasil.

Sob outra ótica, uma política dura do presidente americano também pode abrir caminho para negociações comerciais do Brasil com México e Canadá. É o que diz Welber Barral, sócio da BMJ e ex-secretário de Comércio Exterior. "A instabilidade comercial que Trump pode provocar é ruim para o mundo inteiro, sem dúvida. Mas o Mercosul tem negociação com o Canadá que está mais ou menos parada, e existe também uma negociação Brasil-México para expandir o acordo bilateral. Eventualmente, essa situação pode levar os dois países a ter mais interesse nessas negociações", diz.

O acordo Brasil-México, diz Barral, é antigo e trata principalmente do setor automotivo. "Existe uma proposta de expansão, para inclusão de mais produtos, mas um dos obstáculos é o protecionismo mexicano em relação à sua agricultura", afirma o ex-secretário.

A diretora do Brazil Institute, no Woodrow Wilson Center, em Washington, Bruna Santos, também aponta que, mesmo com os embates entre EUA e China, retaliações comerciais americanas ao gigante asiático também podem ser uma oportunidade para o Brasil. O mesmo pode ocorrer, diz, se Pequim decidir reagir a Washington. "Mais uma vez a gente vê o quanto no tema competição global entre China e EUA o Brasil acaba se beneficiando", afirma.

Para o ex-chanceler Aloysio Nunes, que estava à frente do Itamaraty na primeira gestão Trump, independentemente do que acontecer em relação às políticas comerciais americanas, o Brasil deverá manter o pragmatismo e buscar pontos de convergência. É necessário, diz, encontrar pontos em que "as agendas se somam" para não haver desgaste ainda maior entre os dois países.

"A relação dos EUA com o Brasil é uma relação de interesse recíproco e está baseada não apenas em 200 anos de história, mas em laços econômicos concretos. Portanto, não é algo que possa ser simplesmente tratado no plano meramente ideológico. É preciso levar em conta a realidade", afirma Nunes.

> "Relação EUA-Brasil é recíproca e não pode ser tratada no plano ideológico"
> *Aloysio Nunes*

Ver também págs. A6, A9, A10, A11, A14 e C1

Ganhos em queda

Superávit dos EUA no comércio com Brasil está em queda

Principais produtos exportados pelo Brasil para os EUA em 2024, em US$ bilhões

1º	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	5,8
2º	Produtos semimanufacturados de ferro ou aço não ligado	2,8
3º	Veículos aéreos (como helicópteros e aviões)	2,4
4º	Café, mesmo torrado ou descafeinado	1,9
5º	Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos	1,7

Visão americana - Principais fonte de superávit para os EUA em 2024*, em US$ bilhões

1º	Holanda	50,5
2º	Hong Kong	21,2
3º	Austrália	17,5
4º	Reino Unido	10,3
5º	Brasil	6,9

Principais fonte de déficit para os EUA em 2024*, em US$ bilhões

1º	China	270,4
2º	México	157,2
3º	Vietnã	113,1
4º	Irlanda	80,5
5º	Alemanha	76,4

Fontes: Mdic e Departamento de Comércio dos EUA. *dados até novembro; números de Brasil e EUA não são necessariamente compatíveis

Lula agora diz não ver americano como ameaça à democracia

Renan Truffi, Fabio Murakawa, Caetano Tonet e Estevão Taiar
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) negou na segunda-feira (20) que a nova gestão de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos represente uma ameaça à democracia mundial. A fala é um ajuste do discurso do petista que, no ano passado, declarou apoio a Kamala Harris e afirmou que seria "muito mais seguro" garantir a democracia caso a democrata fosse eleita.

"Tem gente que fala de que a eleição do Trump pode causar problemas para a democracia mundial. O Trump foi eleito para governar os EUA, e eu, como presidente do Brasil, torço para que ele faça uma gestão profícua. Para que o povo americano melhore e que os americanos possam continuar sendo um parceiro histórico", disse o presidente, na abertura da reunião ministerial, em Brasília.

Em novembro passado, poucos dias antes das eleições nos EUA, Lula criticou, em entrevista para um canal de TV francês, o episódio em que apoiadores de Trump invadiram o Capitólio para tentar reverter o resultado das eleições de 2020, da qual o republicano saiu derrotado.

"Eu acho que a Kamala Harris ganhando as eleições é muito mais seguro de a gente fortalecer a democracia nos EUA", afirmou o petista, na ocasião.

Apesar das diferenças políticas entre os dois líderes, o governo brasileiro espera uma postura pragmática da nova administração americana, uma vez que a balança comercial é vantajosa para os EUA. Foi nesse contexto, por exemplo, que o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, disse em recente entrevista ao **Valor** que o Brasil é uma "solução" para os EUA, e não um "problema".

Autoridades brasileiras também apostam que os dois governos busquem pontos de convergência para manter o dinamismo da agenda bilateral, apesar de reconhecerem que o apoio de Lula à adversária de Trump possa ter gerado ruídos no diálogo entre os dois presidentes. Além do comércio, são citadas áreas como inteligência artificial, energia renovável, minerais críticos, infraestrutura, tecnologia da informação e semicondutores.

No encontro de ontem, Lula reforçou ainda a mensagem de buscar interlocução com outros parceiros, citando também a Venezuela. A relação com o país vizinho foi abalada após indícios de fraudes no pleito do qual Nicolás Maduro saiu vencedor.

"Porque da nossa parte nós não queremos briga com ninguém. Nem com a Venezuela, nem com os americanos, nem com a China, nem com a Rússia. Nós queremos paz", acrescentou o presidente.

À tarde, após o ato oficial no qual Trump tomou posse, Lula usou as redes sociais para parabenizar o novo presidente dos EUA. Na mensagem, desejou um "mandato exitoso" para o republicano e disse esperar que Brasil e EUA sigam "avançando em parcerias".

"Nossos países nutrem fortes laços em diversas áreas, como o comércio, a ciência, a educação e a cultura", afirmou Lula em seu perfil no X (antigo Twitter). "Estou certo de que podemos seguir avançando nessas e outras parcerias. Desejo ao presidente Trump um mandato exitoso, que contribua para a prosperidade e o bem-estar do povo dos Estados Unidos e um mundo mais justo e pacífico", acrescentou o presidente brasileiro.

Valor Econômico 25 anos | 100 anos de Globo
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

CONTEÚDO PATROCINADO POR mercado pago

Mercado Pago anuncia novo produto de investimento pelo seu app

Fundo Incentivado Mercado Pago Nikos Infraestrutura será opção de renda fixa, acumulando rentabilidade de 110%* do CDI e diferencial de isenção de IR

Os números do Mercado Pago, banco digital do Grupo Mercado Livre, vêm atestando um crescimento sustentável. O terceiro trimestre de 2024 encerrou com 56 milhões de usuários ativos mensais, consolidando um crescimento de 35% em relação ao mesmo período do ano anterior. E, para diversificar as opções de investimentos para os seus usuários, a empresa lança um produto mirando o mercado ascendente de fundos de investimento de renda fixa no Brasil, mais atraente por conta do cenário de juros altos.

Segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), os fundos registraram captação líquida positiva de R$ 245,3 bilhões de janeiro a outubro de 2024, o segundo melhor resultado nos últimos cinco anos. De acordo com análise da associação, o impulsionamento do desempenho se deu principalmente pelos fundos de renda fixa, que registraram entradas líquidas de R$ 312,4 bilhões até outubro, sendo que no mesmo período do ano anterior os resgates foram de R$ 41,5 bilhões.

Aplicação mira mercado ascendente por conta do cenário de juros altos

© FOTOS: GETTY IMAGES

> **"O Mercado Pago Nikos Segurança cresceu em número de cotistas desde o início de 2023, com quase 230 mil novos investidores em 2024, totalizando 452 mil cotistas"**
> **LUCAS FONSECA**
> Head de Investimentos do Mercado Pago no Brasil

Apontando para essa direção, o Mercado Pago traz ao seu portfólio mais uma opção de fundo, mirando a diversificação do seu marketplace de investimentos. A empresa anunciou o Fundo Incentivado Mercado Pago Nikos Infraestrutura, uma opção em debêntures incentivadas voltada ao financiamento de projetos de infraestrutura no Brasil. Exclusivo para cliente do banco digital que realizar a aquisição do investimento pelo aplicativo do Mercado Pago, o produto de renda fixa é gerido pela Nikos e tem como proposta combinar retornos consistentes, baixo risco e alta lucratividade.

OPORTUNIDADES PARA OS CLIENTES

Acumulando rentabilidade de 110%* do CDI desde seu lançamento em março de 2023 e com um diferencial de isenção de Imposto de Renda para pessoas físicas, o que equivaleria a um CDB de 130% do CDI, a aplicação chega como uma oportunidade muito atraente para os investidores.

O primeiro, lançado em julho de 2022, acumulou uma rentabilidade superior a 110%* do CDI desde o seu lançamento, combinando baixo risco e liquidez diária. "O Mercado Pago Nikos Segurança cresceu em número de cotistas desde o início de 2023, com quase 230 mil novos investidores em 2024, totalizando 452 mil cotistas", calcula Lucas Fonseca, head de Investimentos do Mercado Pago no Brasil.

Vale destacar que, ao longo do ano, o Mercado Pago veio investindo em estratégias para trazer oportunidades para os clientes, lançando diversos CDBs promocionais e, em julho, disponibilizou para 100% dos usuários a possibilidade de aquisição dos produtos de LCI e LCA, pré/pós-fixados e híbridos, pelo aplicativo do Mercado Pago, com taxas especiais e competitivas. "Esses são produtos muito atrativos por serem de baixo risco e terem como grande chamariz a isenção de Imposto de Renda", ressalta Lucas Fonseca. As novidades no portfólio seguem as análises de comportamento dos consumidores, que mostram que o brasileiro quer, cada vez mais, diversificar suas estratégias financeiras, indo além da tradicional poupança.

> **As novidades no portfólio seguem as análises de comportamento dos consumidores, que mostram que o brasileiro quer diversificar suas estratégias financeiras, indo além da tradicional poupança**

"Ao investirem em algum produto no app, percebemos um crescimento de 25% desses clientes usando nosso cartão de crédito, 33% realizando pagamentos com Pix, e 36% contratando algum seguro conosco", afirma o especialista. O executivo explica que o uso respinga ainda em outros elos do ecossistema, como o aumento de 22% dos usuários também consumindo mais no Mercado Livre.

DEMOCRATIZANDO OS INVESTIMENTOS

Há pouco mais de dois anos e meio, o banco digital iniciou seu marketplace disponibilizando* CDB a prazo, a partir de R$ 1, e, em seguida, a opção de CDBs com liquidez diária. "Desde que começamos a oferecer esse tipo de produto, temos visto uma democratização real ao apoiar os brasileiros a ingressarem nessa jornada, dando seus primeiros passos e promovendo o seu desenvolvimento financeiro", comenta o especialista. Ele acrescenta que uma pesquisa interna mostrou que 51% dos clientes de CDB investiram pela primeira vez pelo aplicativo do Mercado Pago.

Nessa esteira, focando na educação para os clientes iniciantes, a empresa oferece uma ferramenta de gestão financeira que já vem registrando boa adesão. Tem também o "Reservas", que traz opções funcionais para apoiar a organização das finanças e viabilizar projetos de economia de forma personalizada.

COMO INVESTIR NO FUNDO INCENTIVADO

No aplicativo do Mercado Pago, o Fundo Incentivado Mercado Pago Nikos Infraestrutura deverá ter acesso facilitado e intuitivo, justamente para democratizar o uso e a entrada de novos investidores. Clicando na aba Investimentos, será possível selecioná-lo na lista dos demais produtos, e as etapas seguintes serão simples: escolher o valor a ser investido e confirmar a transação. A previsão é a de que o novo produto esteja disponível no app em breve.

PASSO A PASSO

1. Entre no app do Mercado Pago e clique em **Investimentos**
2. Preencha o seu **perfil de investidor** para ser direcionado ao marketplace de investimentos e ver as opções disponíveis
3. Escolha a opção **Fundos de Investimento**
4. Escolha o fundo clicando em **Fundo Incentivado**
5. Em seguida, clique em **Investir**
6. Escolha o **valor** a ser investido e confira se está tudo certo
7. **Pronto**, o valor está investido

*Os produtos de investimento são ofertados pelo aplicativo do Mercado Pago em parceria com a Nikos DTVM, e as informações do texto não caracterizam recomendações de investimentos. Para investir, preencha e entenda seu perfil de investidor pelo aplicativo do Mercado Pago. *Fica advertido que a rentabilidade dos fundos obtida no passado não representa garantia de resultados futuros. Os investimentos em fundos não são garantidos pelo administrador, pelo gestor, por qualquer mecanismo de seguro ou pelo fundo garantidor de crédito – FGC. *Consulte os materiais técnicos dos fundos de investimentos neste link: https://nikosgestao.com.br/wp-content/uploads/2024/11/DOC_REGUL_80725_109408_2024_11.pdf **As regras do Fundo Incentivado Mercado Pago Nikos Infraestrutura serão publicadas assim que o produto estiver disponível para a base de clientes.

PRODUZIDO POR G.lab

Brasil

Relações externas Sob novo governo Donald Trump, demanda para entrada nos Estados Unidos deve esfriar, com travessia mais cara e perigosa na fronteira do país

Migrante nos EUA agora vive cenário de incerteza, afirmam especialistas

Alex Jorge Braga e Marcelo Osakabe
De São Paulo

O endurecimento do combate à imigração ilegal prometido pelo novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, deve esfriar a demanda pela entrada sem visto no país, mas o efeito sobre as comunidades já instaladas em território americano ainda é incerto, avaliam especialistas. Para eles, bolsões de resistência de alguns Estados americanos em implementar integralmente a política federal, a cultura da imigração já estabelecida em países como o Brasil e a avaliação individual do custo-benefício da empreitada devem se contrapor à guinada prometida pelo republicano.

Dados do Departamento de Segurança indicam que havia 11 milhões de imigrantes em situação irregular ou com status temporário nos EUA em 2022 (dado mais recente), a maioria latino-americanos. Esse número, no entanto, pode chegar a 14 milhões, segundo algumas estimativas.

Segundo a socióloga Sueli Siqueira, que estuda a migração da região de Governador Valadares (MG) em direção aos EUA, a ameaça de fiscalização mais rígida e de regras mais duras na fronteira pode afastar pessoas e famílias, além de tornar mais cara e perigosa a travessia.

"O cai-cai [prática de chegar em solo americano e se entregar às autoridades americanas] vai ficar mais difícil. Na gestão Joe Biden, o governo impediu que pais fossem separados dos filhos e concedia permissão temporária à família, com a condição de que ela se apresentasse ao juiz regularmente — o que dificilmente era cumprido. Agora, isso pode não ocorrer mais. Pessoas sem documentação paradas em batidas policiais de trânsito também poderão ter problemas, ao contrário do que ocorre hoje", exemplifica.

Apesar disso, a socióloga avalia que o fluxo não vai deixar de existir. "Eu acredito que esse discurso pode assustar um pouco pessoas e reduzir, num primeiro momento, o fluxo migratório. Mas, à medida que tempo passar, os próprios agenciadores vão criando formas de burlar as regras", diz.

Sobre a promessa de deportação em massa de Trump, Siqueira diz que ainda é cedo para saber como isso ocorrerá e se será em escala muito diferente do que já existe hoje. Ela lembra que o governo democrata nunca afrouxou a política de deportação — em 2024, os EUA enviaram 271 mil pessoas para seus países de origem, número não visto desde 2014, ou seja, antes do primeiro governo Trump (2017-2021).

"Se a economia americana crescer como ele promete, a demanda por mão de obra no mercado não qualificado vai aquecer e é isso que leva as pessoas a migrar. É algo, inclusive, que não tem agradado no momento. O valor da hora trabalhada tem caído nos EUA, então a procura pela imigração cai recentemente", diz. "Além disso, existe em regiões como a de Governador Valadares, a cultura da migração, como toda uma rede de apoio para pessoas que nunca nem saíram de Minas Gerais chegarem em Nova York, por exemplo, e começarem a trabalhar semana seguinte."

Avaliação semelhante tem o pesquisador do BRICs Policy Center Carlos Frederico Coelho. "Em um contexto de envelhecimento da população, a deportação maciça de migrantes pode levar à escassez de mão de obra e por consequência, aumento de custos, o que pode gerar exatamente o que todo governante rejeita: inflação", afirma, lembrando que o chamado mercado secundário ou não qualificado — de ocupações em construção civil, saúde e agricultura — tem forte presença desse grupo de imigrantes.

Coelho lembra também que a Justiça nos EUA pode dar respostas distintas em diferentes Estados. Todavia, explica o especialista, paulatinamente qualquer obstáculo legal deverá encontrar o caminho da Suprema Corte norte-americana, que tem a maioria de juízes indicada por presidentes republicanos. Ou seja, "medidas judiciais podem gerar algum embaraço ao governo Trump e podem diminuir a velocidade e ímpeto das medidas, mas é difícil imaginar que ao final Trump não prevaleceá judicialmente", afirma.

Ainda que não seja foco prioritário, o trabalhador qualificado também pode acabar sofrendo impactos indiretos da mudança de orientação da política migratória americana, diz a presidente da Associação Brasileira de Especialistas em Migração e Mobilidade Internacional (Abemmi), Marta Mitico.

"Nenhum governante ou norma técnica nos EUA ou no mundo vai se se contrapor à chegada da mão de obra especializada. O que já estamos percebendo e temos alertado a clientes, no entanto, é que as regras de concessão de visto estão mais duras."

No caso de pessoas ou empresas que desejam mandar seus funcionários para viagens de trabalho, talvez prestigiar aquele trabalhador mais jovem com uma viagem, ela pode ver o pedido do visto B1/B2 negado pelas autoridades com maior frequência agora do que antes. "A imigração tem requisitado comprovação de "vínculos fortes" com o Brasil. Profissionais liberais ou mesmo estudantes com vínculo com universidades brasileiras estão com maior dificuldade serem aprovados", diz.

> "As regras de concessão de visto estão mais duras nos Estados Unidos" *Marta Mitico*

O maior rigor na concessão também afeta a alta classe, segue Mitico. Empresários e executivos que antes buscavam o Global Entry [programa que permite a entrada facilitada nos EUA, sem a necessidade de pegar as filas na imigração, por exemplo] também estão sendo orientados que a barra aumentou.

"O Global Entry é criteriosíssimo, é para quem está lá toda semana, não para quem vai duas vezes ao ano", diz Mitico.

A professora de direito internacional do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais do Rio de Janeiro (Ibmec-RJ) Elizabeth Goraieb explica que o imigrante costuma ser enviado para o seu país de origem na deportação. Porém, provavelmente, os venezuelanos não serão devolvidos para sua nação devido ao rompimento de relações do país latino-americano com os EUA. Dessa forma, afirma ela, Trump deseja enviar para qualquer outro país, o que pode configurar expulsão.

"Aquele que é expulso pode ir para qualquer um lugar, já o deportado, por ter uma consideração maior, é levado para seu país de origem. Essa convenção ocorre porque a deportação não é um instituto tão grave e não macula tanto o imigrante quanto a expulsão."

Já para os imigrantes que estão em situação de legalidade e de obediência à lei americana, Goraieb afirma que eles têm a proteção dos tribunais dos Estados e não devem ser atingidos.

Vida na América

Brasil é um dos países com mais imigrantes ilegais nos EUA

Total de imigantes não autorizados nos EUA em 2022, em mil

Ranking	País	Imigrantes
1º	México	4.810
2º	Guatemala	750
3º	El Salvador	710
4º	Honduras	560
5º	Filipinas	350
6º	Venezuela	320
7º	Colômbia	240
8º	**Brasil**	230
9º	Índia	220
10º	China	210

Fonte: Departamento de Segurança Interna dos EUA

Analistas veem piora do quadro de inflação

Rafael Vazquez
De São Paulo

A mediana das projeções dos economistas do mercado para a inflação oficial brasileira em 2025 subiu de 5% para 5,08%, segundo o Relatório Focus, do Banco Central (BC), divulgado ontem com estimativas coletadas até o fim da semana passada.

Para 2026, a mediana das expectativas para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) também subiu, de 4,05% para 4,10%. Para 2027, permaneceu em 3,90%.

Para a taxa básica de juros (Selic), a mediana das estimativas manteve-se em 15% no fim de 2025, mas foi de 12% para 12,25% no fim de 2026. para 2027, manteve-se em 10,25%.

O IPCA fechou 2024 em 4,83%, após acelerar para 0,52% dezembro, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no começo de janeiro. Assim, a inflação encerrou o ano acima do teto da meta perseguida pelo BC, de 3% com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

A mediana das projeções do mercado para o crescimento da economia brasileira em 2025 voltou a subir ligeiramente de 2,02% para 2,04%, segundo o relatório do Banco Central.

Para 2026, a mediana das expectativas para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) foi reduzida de 1,80% para 1,77%. Para 2027, permaneceu em 2%.

A mediana das estimativas para o dólar no fim de 2025 foi mantida em R$ 6,00. Para 2026, a mediana das estimativas para a moeda americana também ficou parada em R$ 6,00 para entre uma semana e outra. Para 2027, foi de R$ 5,82 para R$ 5,92.

Atividade econômica

Indicadores agregados

	dez/24	nov/24	out/24	set/24	ago/24	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,10	0,09	0,23	0,28	-0,34	1,31	0,47	0,45	-0,19
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,6	-0,4	1,0	0,2	-1,4	4,4	-1,5	-0,3	0,9
Indústria de transformação	-	-1,0	-0,2	1,7	0,1	-1,2	5,0	-2,3	0,3	0,8
Indústrias extrativas	-	0,1	-0,1	-1,4	0,9	-2,3	2,4	3,3	-3,8	0,3
Bens de capital	-	-1,7	1,4	4,3	-3,7	2,2	1,0	-2,1	3,3	-2,9
Bens intermediários	-	-0,7	0,4	1,1	0,4	-0,3	2,5	-0,6	-1,0	1,2
Bens de consumo	-	-1,6	-1,2	0,2	0,6	-2,6	2,0	-2,3	0,4	0,4
Faturamento real (CNI - %)	-	0,1	2,1	-2,6	0,5	0,3	8,6	-6,4	3,3	-2,0
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-0,1	1,0	-1,1	0,1	0,7	1,9	-2,5	2,3	-1,5
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,1	1,0	1,3	0,2	1,0	0,1	1,1	0,3	1,2
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-0,4	0,4	0,6	-0,1	0,6	-0,9	0,9	0,7	0,2
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,3	0,7	0,9	0,1	1,2	2,5	-1,1	0,6	1,8
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-0,9	1,4	0,9	-0,3	0,3	1,4	-0,3	0,2	0,2
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,1	6,2	6,4	6,6	6,8	6,9	7,1	7,5	7,9
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,2	0,1	0,2	0,4	0,2	0,2	0,1	0,1	0,3
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE)-(1)(3)	-1,6	-1,8	0,0	-1,4	1,5	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0
Balanço comercial (US$ milhões)										
Exportações	24904	27842	29299	28464	28735	30842	28725	30188	30329	27858
Importações	20101	20968	25106	23392	24224	23290	22403	21889	21896	20490
Saldo	4803	6873	4193	5072	4511	7552	6322	8299	8433	7368

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %								Em R$
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0678	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1330	0,6336	0,6336	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3999	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4086	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,8481	0,912	0,930	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0809	0,5099	0,5099	0,7980	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,8780	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7536	0,83	0,5516	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0799	0,5783	0,5783	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3187	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	0,35	24,44	1.412,00
set/24	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760	0,84	0,5584	0,5088	0,3143	0,33	24,44	1.412,00
out/24	0,0977	0,5982	0,5982	0,8801	0,93	0,6191	0,5312	0,3446	0,37	24,49	1.412,00
nov/24	0,0649	0,5652	0,5652	0,7583	0,79	0,5990	0,5207	0,3117	0,21	24,49	1.412,00
dez/24	0,0822	0,5826	0,5826	0,8571	0,91	0,6191	0,5387	0,3290	0,16	24,49	1.412,00
jan/25	0,1690	0,6698	0,9972	1,01	0,6625	0,5685	0,4160	-	-	24,56	1.518,00
nov/24	0,0649	0,5652	0,5652	0,7583	0,79	0,5990	0,5207	0,3117	0,21	24,49	1.412,00
2025	**0,17**	**0,67**	**0,67**	**1,00**	**1,01**	**0,66**	**0,57**	**0,42**	**4,17**	**0,24**	**7,51**
Em 12 meses*	**0,90**	**7,12**	**7,12**	**10,13**	**10,92**	**7,13**	**6,09**	**3,92**	**4,17**	**0,82**	**7,51**
2024	**0,81**	**7,03**	**7,03**	**9,98**	**10,88**	**7,00**	**5,97**	**3,84**	**4,00**	**0,82**	**6,97**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia ao mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia ao mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para janeiro projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	3º Tri/24	2º Tri/24	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2990	2921	11.330	10943	10080	9012
PIB (US$ bilhões) **	537	554	2.230	2.124	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,9	1,4	3,1	3,2	3,0	4,8
Agropecuária	-0,9	-1,3	-2,9	16,3	-1,1	0,0
Indústria	0,6	1,6	3,4	1,7	1,5	5,0
Serviços	0,9	0,9	3,4	2,8	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	2,1	2,2	3,7	3,6	1,1	17,9
Investimento (% do PIB)	17,6	18,6	16,7	16,4	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central. (1) 3º trim de 2024, nos últimos 12 meses

Inflação

Variação no período (em %)

	Acumulado em					Número índice			
	jan/25	dez/24	2024	2023	12 meses	jan/25	dez/24	dez/23	jan/24
IBGE									
IPCA	-	0,52	4,83	4,62	4,83	-	7.100,50	6.772,27	6.801,72
INPC	-	0,48	4,77	3,71	4,77	-	7.286,15	6.954,74	6.994,38
IPCA-15	-	0,34	4,71	4,72	4,71	-	6.958,73	6.645,95	6.666,53
IPCA-E	-	0,34	4,71	4,72	4,71	-	6.958,73	6.645,93	6.666,53
FGV									
IGP-DI	-	0,87	6,86	-3,30	6,86	-	1.181,41	1.105,54	1.102,57
Núcleo do IPC-DI	-	0,33	3,90	3,48	3,90	-	-	-	-
IPA-DI	-	1,08	7,72	-5,92	7,72	-	1.394,27	1.294,35	1.286,65
IPA-Agro	-	0,63	14,36	-11,34	14,36	-	2.041,66	1.785,32	1.758,94
IPA-Ind	-	1,25	5,28	-3,77	5,28	-	1.152,37	1.094,53	1.091,57
IPC-DI	-	0,31	3,99	3,55	3,99	-	767,98	731,67	738,18
INCC-DI	-	0,50	6,54	3,89	6,54	-	1.159,54	1.088,31	1.091,25
IGP-M	-	0,94	6,54	-3,18	6,54	-	1.197,56	1.124,07	1.124,88
IPA-M	-	1,21	7,24	-5,60	7,24	-	1.430,81	1.334,20	1.333,03
IPC-M	-	0,12	4,02	3,40	4,02	-	745,27	716,46	720,65
INCC-M	-	0,51	6,34	3,32	6,34	-	1.154,99	1.086,15	1.088,66
IGP-10	0,53	1,14	0,53	3,56	6,73	1.225,42	1.218,98	1.143,35	1.148,17
IPA-10	0,57	1,54	0,57	-6,02	7,47	1.475,07	1.466,71	1.366,78	1.372,48
IPC-10	0,26	-0,02	0,26	3,43	3,90	752,41	750,46	720,87	724,16
INCC-10	0,74	0,42	0,74	3,04	6,72	1.146,58	1.138,15	1.070,21	1.074,39
FIPE									
IPC	-	0,34	4,68	3,15	4,68	-	706,90	675,27	678,34

Obs.: IPCA-E no 4º trimestre = 1,51%, IGP-M 1º prévia jan/25 0,33% e IPC-FIPE 2ª quadrissemana jan/25 0,32%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

	nov/24		out/24		nov/23	
Dívida líquida do setor público	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Dívida líquida total	**7.154,4**	**61,18**	**7.133,9**	**61,47**	**6.424,4**	**59,08**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-45,7	-0,39	-45,4	-0,39	-38,1	-0,35
(-) Ajuste metodológico c/ dívida*	-1.090,8	-9,33	-1.012,5	-8,72	-7,15	-6,60
Dívida Fiscal líquida	**8.291,0**	**70,90**	**8.191,9**	**70,58**	**7.179,9**	**66,03**
Dívida/ao entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.994,9	68,37	7.962,8	68,61	7.067,4	64,99
Dívida externa líquida	-840,5	-7,19	-828,9	-7,14	-643,1	-5,91
Dívida/ao entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	6.128,3	52,41	6.124,4	52,77	5.473,8	50,34
Governos Estaduais	1.979	7,68	1.886,9	7,64	852,3	7,84
Governos Municipais	85,0	0,73	81,4	0,70	99,9	0,46
Empresas Estatais	43,2	0,37	41,2	0,35	48,3	0,44
Necessidades de financiamento do setor público	**nov/24**		**out/24**		**nov/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.111,0**	**9,50**	**1.092,8**	**9,42**	**844,8**	**7,77**
Governo Federal**	844,6	7,22	866,5	7,47	674,1	6,20
Banco Central	177,5	1,52	139,4	1,20	67,7	0,62
Governo regional	76,2	0,65	75,2	0,65	98,9	0,91
Total primário	**192,9**	**1,65**	**223,5**	**1,93**	**131,4**	**1,21**
Governo Federal	-128,3	-1,10	-93,7	-0,81	-150,2	-1,38
Banco Central	1,1	0,01	1,1	0,01	0,6	0,01
Governo regional	-15,0	-0,13	-16,6	-0,14	-2,0	-0,02

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.518,00	7,50
De 1.518,01 até 2.793,88	9,00
De 2.793,89 até 4.190,83	12,00
De 4.190,84 até R 15.574,1	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jan/25. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fontes: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
*Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

	Janeiro-novembro			novembro		
Discriminação	2024	2023	Var. %	2024	2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**755,3**	**672,8**	**12,25**	**59,7**	**51,9**	**15,13**
Imposto de renda pessoa física	66,0	54,4	21,30	4,7	4,0	15,80
Imposto de renda pessoa jurídica	300,9	284,5	5,78	21,5	17,9	20,25
Imposto de renda retido na fonte	388,4	334,0	16,29	33,5	29,9	11,97
Imposto sobre produtos industrializados	73,2	55,7	31,48	7,8	5,5	41,63
Fumo	7,8	2,5	208,83	1,1	0,2	471,04
Bebidas	2,7	2,2	22,39	0,3	0,3	-1,55
Automóveis	5,4	3,7	44,45	0,5	0,4	24,52
Imposto sobre operações financeiras	60,8	55,6	9,47	5,9	5,1	15,42
Imposto de importação	70,2	49,8	40,82	7,8	4,4	75,65
Cide-combustíveis	2,7	1,0	165,01	0,2	0,2	14,27
Contribuição para Financiar (Cofins)	380,5	306,0	24,37	36,4	29,4	23,95
CSLL	160,0	147,9	8,23	11,2	9,8	13,58
PIS/Pasep	103,4	84,2	22,84	9,7	8,0	21,34
Outras receitas	785,3	714,8	9,87	70,5	65,1	8,34
Total	**2.391,4**	**2.086,8**	**14,60**	**209,2**	**179,4**	**16,63**
	set/24		**ago/24**		**set/23**	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**49,2**	**-8,38**	**53,7**	**5,52**	**48,5**	**2,07**

Fontes: Receita Federal e Previdência Social. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior.

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2024

Quota	Vencimento	No prazo legal: Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024		-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024	Valor da declaração	2,70%	Campo 8
5ª	30/09/2024		3,56%	
6ª	31/10/2024		4,40%	+
7ª	29/11/2024		5,33%	Campo 9
8ª	30/12/2024		6,12%	

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%. Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de novembro*

	Janeiro-novembro			novembro		
Discriminação	2024	2023	Var. %	2024	2023	Var. %
Receita total	**2.431,8**	**2.250,0**	**8,08**	**214,7**	**188,7**	**13,78**
Receita Adm. Pela RFB***	1.564,3	1.387,6	12,74	132,2	115,9	14,04
Arrecadação Líquida para o RGPS	560,9	547,6	2,41	52,1	51,0	2,21
Receitas Não Adm. Pela RFB	299,5	313,0	-4,90	30,4	21,8	39,50
Transferências a Estados e Municípios	**470,4**	**428,4**	**9,79**	**46,9**	**44,7**	**4,90**
Receita líquida total	**1.961,4**	**1.821,6**	**7,67**	**167,8**	**144,0**	**16,54**
Despesa Total	**2.028,8**	**1.959,2**	**4,62**	**172,3**	**183,9**	**-6,31**
Benefícios Previdenciários	881,3	852,3	3,40	73,1	71,5	2,27
Pessoal e Encargos Sociais	332,5	330,0	0,76	31,3	31,6	-1,11
Outras Despesas Obrigatórias	329,7	289,2	14,01	23,4	31,8	-26,49
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	485,3	487,2	-0,39	44,5	49,0	-9,08
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-67,4**	**-137,6**	**-42,64**	**-4,5**	**-39,9**	**-88,69**
Discriminação	**out/24**		**set/24**		**out/23**	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	0,4	-	0,1	-	-0,1	-5,79
Discrepância estatística	-1,5	-	1,1	-	3,4	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**39,3**	**-114,46**	**-4,0**	**-**	**20,5**	**-**
Juros Nominais	**-104,6**	**-19,03**	**-38,7**	**170,09**	**-54,8**	**-32,44**
Result. Nominal do Gov. Central	**-65,3**	**38,40**	**-42,7**	**52,78**	**-34,3**	**126,71**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
* Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha

Conjuntura Estudo indica que juro mais alto para quem ganha menos é explicado por critérios como gênero, trabalho e, principalmente, renda

Crédito caro para mais pobres vai além da inadimplência

Marcelo Osakabe
De São Paulo

O juro do empréstimo pessoal no Brasil é mais caro para quem é pobre. As instituições financeiras cobram um adicional nas operações para quem tem renda mais baixa que não é explicado pelo risco de calote nem por características pessoais dos tomadores de empréstimo e que costumam entrar na análise de crédito, como idade, escolaridade, sexo ou vínculo estável de emprego.

É o que sugere um estudo "Empréstimos pessoais, taxas heterogêneas e desigualdade", que cruza dados do Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Banco Central com a Relação Anual de Informações sociais (RAIS) para os anos de 2013 a 2019 para crédito pessoal e consignado — modalidades que representam, aproximadamente, 50% dos empréstimos com recursos livres para pessoas físicas. Foram analisados mais de 24 milhões de operações e cerca de 1 milhão de indivíduos nesse período.

Segundo o trabalho, quem recebe até um salário mínimo paga, em média, 51 pontos percentuais (p.p.) a mais de juros quando pede um empréstimo pessoal do que pessoas com renda superior a 20 salários mínimos. Essa diferença é decrescente: cai para cerca de 38 pontos percentuais para quem recebe entre dois e três salários mínimos e 9 pontos para quem recebe entre cinco e dez salários mínimos.

Os cálculos foram feitos já levando em consideração o risco de crédito, uma variável para cada cliente que os bancos são obrigados a reportar ao Banco Central.

"Um dos principais determinantes das diferentes taxas de juros cobradas em uma mesma linha de crédito é a renda pessoal. O senso comum diz que quem é mais pobre paga juros mais altos porque a probabilidade de inadimplência é maior. Só que, olhando os dados, vemos que as taxas cobradas têm uma grande variabilidade que não é explicada pelo risco de default, já que este não cresce na mesma proporção", diz o economista Marco Bonomo, do Insper, que assina o trabalho com Tiago Cavalcanti (Universidade de Cambridge e EESP-FGV), Amanda Fantinatti (EESP-FGV), Fernando Chertman (Banco Central do Brasil) Andrew Hannon (Banco Central Europeu) e Cezar Santos (BID e CEPR).

Uma forma alternativa de observar essa situação é olhar a curva de spread (diferença entre o que os bancos cobram nas operações e o que pagam na captação de recursos) para diferentes faixas de renda. Ajustando essa curva pela inadimplência usando uma premissa restritiva — a de que qualquer empréstimo em que tenha ocorrido um calote tenha chance de recuperação zero — e pela frequência ocorrida de calote em cada faixa de renda, o esperado seria uma nova curva mais "plana", ou seja, uma diferença de spread menor entre as faixas de renda, porque já leva em consideração o calote.

Ajustando o juros cobrados pelos bancos por esses eventos, no entanto, a desigualdade não desaparece. Para quem ganha até um salário mínimo, o spread chega a 160 pontos percentuais. Esse spread cai para perto de 100 pontos para quem ganha entre dois e três salários mínimos até chegar a quase 40 para quem tem renda superior a 20 salários mínimos.

"O default explica parte importante do porquê pessoas mais pobres pagam mais juros, mas não explica tudo. A desigualdade continua grande", diz Cavalcanti, que também é colunista do **Valor**.

> "Quem é mais pobre tem menos opções, tem que erguer as mãos ao céu se consegue crédito." *Marco Bonomo*

Além da renda e probabilidade de default, os autores analisaram outras características pessoais dos tomadores de empréstimo que podem ser associadas ao juro mais alto. Aposentados, por exemplo, sofrem uma penalidade de 0,4 ponto porcentual em relação a quem segue no mercado de trabalho. Já as mulheres pagam, em média, 6.8 p.p. de juros a mais que homens pela mesma operação.

"Na hora de pedir um empréstimo, ser mulher é pior do que ser informal, é mais que o dobro da diferença entre informais e formais [2,8 p.p.]", nota Bonomo.

Nenhum desses fatores, no entanto, é tão importante quanto o critério de renda. Mesmo educação financeira — aqui considerado como pessoas com emprego formal, graduação na área de exatas ou profissão ligada ao setor financeiro — não foi capaz de mudar o resultado mais geral. Ainda assim, essa característica tem um resultado relevante. Pessoas com 16 anos de estudo que trabalham na área de exatas ou no setor financeiro são cobradas, em média, 20 pontos percentuais a menos em relação pessoas que não trabalham com números.

Os autores também construíram uma cunha de juros, uma forma de pensar a diferença entre o custo do banco e o que ele cobra de cada indivíduo, ajustando a taxa livre de risco ajustada pela probabilidade de default esperada para cada indivíduo, dadas as suas características e supondo chance de recuperação zero.

"A gente esperava que ela fosse pequena e não dependesse muito da renda. No entanto, rodando novamente a regressão, essa cunha permanece bastante elevada, mesmo controlando pela probabilidade de default esperada cada indivíduo e pela nota de risco que o banco atribui a ele", diz Bonomo.

Para trabalhadores do setor formal, essa cunha varia entre quase pouco mais de 90 p.p. para a renda de até um salário mínimo e pouco mais 40 p.p para quem ganha mais de 20 salários mínimos. Já para funcionários públicos, esse intervalo ficou entre pouco menos de 85 pontos e 35 pontos.

Uma curiosidade foi saber o que ocorre com essa cunha em empréstimos consignados — modalidade que cobra juros mais baixos porque é considerada de menor risco de inadimplência. Rodando o mesmo exercício, eles encontraram curvas da relação entre cunha e renda consideravelmente mais baixas e menos inclinadas: para trabalhadores formais, ela fica entre pouco menos de 22 p.p. e 19 p.p. Já a cunha dos servidores públicos ficou entre quase 14 p.p. e 11 p.p.

Os autores não fornecem uma explicação para o porquê da existência dessa desigualdade, mas têm suas suspeitas. Para Bonomo, a questão pode ter a ver com competição.

"No Brasil, quando se toca no assunto, acham que o problema é sobre o número de instituições financeiras. Mas o mercado de crédito é segmentado meio que por faixa de renda. Quem é mais pobre tem menos opções, tem que erguer as mãos ao céu se consegue crédito. Já uma pessoa como eu — que tem carreira consolidada, tenho conta, cartão de crédito, investimentos —, ela representa um pacote de serviços e, por isso, tem um poder de barganha muito maior", exemplifica.

Para Fantinatti, outra explicação pode vir das condições de colateral, os ativos que servem de garantia ao empréstimo. "Isso fica visível quando olhamos o empréstimo consignado, em que a cunha é bem menor que a do empréstimo pessoal porque a propensão a recuperar o crédito é muito maior para as instituições financeiras. O pagamento já é bloqueado na conta todo mês e, pelo menos no caso dos empréstimos a servidores públicos, a contrapartida é o governo."

Cavalcanti, por sua vez, lembra que nos Estados Unidos os bancos não podem, por lei, cobrar juros diferentes para um cliente. "Não estou dizendo se é bom ou ruim, mas em um país, a lei protege contra essa situação e, em outro, existe muito espaço para cobrar juros diferentes para uma mesma operação de risco", diz.

Ele pondera, no entanto, que no Brasil, não existe uma padronização da nota de crédito do cliente, que é conhecida nos EUA como "Fico Score". No Brasil, cada banco tem sua nota de crédito para o cliente e também atribui uma nota em separado para cada operação. "O primeiro passo, então, seria criar uma padronização dessa nota de crédito."

Bonomo ressalta que todas essas hipóteses são especulações e que o estudo que fizeram não responde essa pergunta. Também não pode ser descartada, acrescenta, a chance de existirem outros riscos não capturados pela nota de crédito nem a probabilidade de default, mas que acabam se expressando mais pronunciadamente através da renda pessoal.

Por outro lado, nota, inovações regulatórias têm poder de ampliar a concorrência entre instituições financeiras sem passar pela criação de novos bancos. Reformas como a portabilidade bancária, o open banking e o cadastro positivo vão nessa direção, diz.

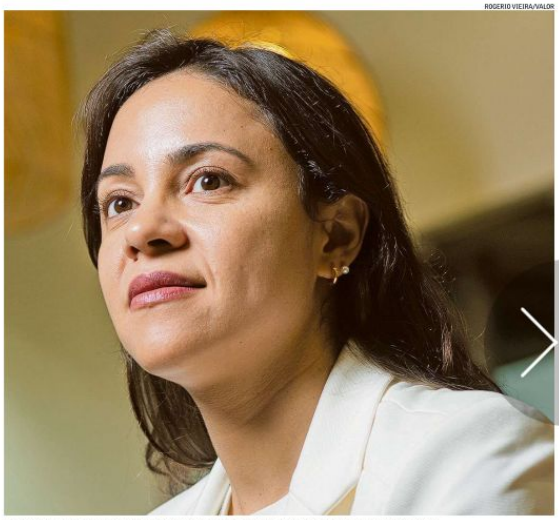
O estudo apareceu, em forma preliminar, em um box do Relatório de Inflação do Banco Central em 2022, mas foi ampliado e acaba de ser publicado como um Trabalho para Discussão do Banco Central. Os pesquisadores brincam que este é "o melhor estudo do mundo" sobre o tema - porque é o primeiro do tipo e também porque, em conversa com colegas, avaliam que somente o BC brasileiro abre os dados necessários para fazer uma pesquisa com essa amplitude.

"Intuitivamente, acredito que essas distorções ocorrem em outros lugares do mundo, só que não na dimensão observada no Brasil. Aqui, o nível de concentração bancária é mais elevado que a média, o retorno dos ativos dos bancos é maior e o sistema bancário também é peculiar, uma vez que as duas maiores instituições são públicas. Se existe uma ideia de que os bancos públicos podem fazer política de crédito mais barata, isso não está acontecendo", diz Cavalcanti. "A mensagem principal é: o Brasil é um país bastante desigual e o sistema bancário amplia essa desigualdade para o consumo."

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Marco Bonomo: "Taxas cobradas têm uma grande variabilidade que não é explicada pelo risco de default"

ROGERIO VIEIRA/VALOR



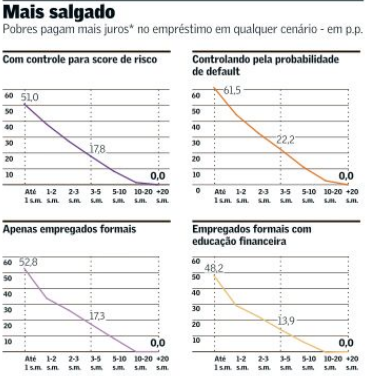
Amanda Fantinatti : ativos que servem de garantia ao empréstimo podem explicar diferença

DIVULGAÇÃO

Tiago Cavalcanti: sistema bancário amplia desigualdade brasileira para o consumo

Mais salgado

Pobres pagam mais juros* no empréstimo em qualquer cenário - em p.p.



Fonte: Sistema de Informações de Crédito (SCR) do BC e RAIS, com elaboração dos autores *em comparação com quem recebe acima de 20 salários mínimo (s.m.)

Governo Em reunião ministerial, petista mostra irritação com crise do Pix; ministro da Secom pede 'unicidade' na comunicação e protagonismo para o presidente

Lula cobra ação para baratear alimentos e diz a ministros que '2026 já começou'

Fabio Murakawa, Renan Truffi e Caetano Tonet
De Brasília

RICARDO STUCKERT/PR

Reunião ministerial: destaque para Sidônio Palmeira que pediu aos colegas de Esplanada "unicidade na comunicação"

Em reunião ministerial na segunda-feira (20) em Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que "2026 já começou", chamou para o Planalto o protagonismo nas ações de governo, demonstrou irritação com a crise do Pix, na semana passada, e cobrou ministros por ações imediatas pela redução do preço dos alimentos.

"2026 já começou. Se não por nós, [...] a eleição do ano que vem já começou. Eles [a oposição] já estão em campanha. Não podemos antecipar campanha porque nós temos que trabalhar e entregar para o povo aquilo que o povo precisa", disse Lula no início da reunião.

Recém-nomeado ministro da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom), Sidônio Palmeira teve papel de destaque no encontro, ao pedir aos colegas de Esplanada "unicidade na comunicação" e dizer que Lula deve ser "o motor de conteúdo" do governo a partir de agora, de acordo com relatos de pessoas presentes no encontro ao **Valor**.

A expressão foi interpretada por alguns ministros como um recado de que o protagonismo da comunicação daqui para a frente tem que ser do presidente, que prepara terreno para a disputa eleitoral no ano que vem. Nesse sentido, segundo relatos, todos os feitos e programas considerados positivos devem seguir uma hierarquia. Em primeiro lugar, devem ser atribuídos a Lula, depois ao governo e, depois, aos ministros.

O "chamado à "unicidade", por sua vez, ocorre na semana seguinte ao episódio do Pix, em que a Receita Federal teve que recuar de uma norma editada para fiscalizar movimentações financeiras. O instrumento foi alvo de uma onde de informações falsas de que o governo pretendia promover uma taxação às transações acima de R$ 5 mil.

O próprio Lula, de maneira indireta, fez referência a esse episódio, em sua fala inicial na reunião: "Daqui para frente, nenhum ministro vai poder fazer portaria que depois crie confusão pra nós, sem que essa portaria passe pela Presidência da República pela Casa Civil. Muitas vezes a gente pensa que não é nada, mas alguém faz uma portaria, faz um negócio qualquer, daqui a pouco arrebenta e vem cair na Presidência da República".

Lula pediu ainda que os ministros da Esplanada conversem com seus respectivos partidos sobre a manutenção do apoio dessas legendas ao atual governo em 2026.

"Eu quero conversar com vocês sobre os partidos que estão alinhados conosco, temos vários partidos políticos, eu quero que esses partidos continuem junto [em 2026], mas estamos chegando no processo eleitoral e a gente não sabe se os partidos que vocês representam querem continuar trabalhando conosco ou não", afirmou.

A portas fechadas, sem transmissão, Lula voltou a se dirigir aos chamados "ministros de bancada". Segundo o **Valor** apurou, o presidente disse que iria conversar com eles e suas bancadas porque sabe "muito bem como cada bancada tem votado". A fala, lacônica, foi interpretada como um sinal a respeito da reforma ministerial que, espera-se, Lula fará nas próximas semanas.

Após o encontro, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse que Lula não tomou "nenhuma decisão" sobre mexidas na Esplanada.

Ele disse ainda que uma das prioridades do governo petista para este ano será a "reorientação" da comunicação. Segundo ele, o Executivo quer fazer com que a população tenha uma "percepção" melhor das medidas governamentais tomadas pelo Executivo. E mencionou que o governo está discutindo um "plano de comunicação" para evitar crises como a do Pix.

Sobre isso, segundo fontes, Sidônio disse aos ministros que está preparando uma espécie de central de monitoramento para dar respostas rápidas às "fake news".

Lula cobrou ainda dos ministros da Agricultura, Carlos Fávaro, e do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, um plano para baixar o preço dos alimentos no país. É, segundo relatos, disse a eles que isso tem que ser feito com rapidez.

A alta dos alimentos tem impactado a popularidade do presidente, que neste ano centrará esforços em pavimentar seu caminho para a reeleição — ou a eleição de um sucessor — em 2026.

Lula disse aos ministros que "a população não pode esperar" que os preços baixem ainda mais. E reafirmou que quer que esse programa "seja feito já".

No início da reunião, transmitido pelos canais oficiais, Lula também externou essa preocupação.

"Se a gente trabalhou com reconstrução e união, agora vai ter que trabalhar outra coisa importante: reconstrução, união e comida barata na mesa do trabalhador", disse, em referência ao slogan oficial "União e Reconstrução". "Todos os ministros sabem que os alimentos estão caros, e é uma tarefa nossa garantir que o alimento chegue na mesa do trabalhador, da dona de casa e do povo brasileiro em condições compatíveis com o salário que ele ganha."

Em 2024, o preço dos alimentos subiu em média 7,69%, bem acima da inflação oficial do país, 4,83%, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE. Procurados, os ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário não se pronunciaram.

Ao discursar, Lula lembrou os ataques às sedes dos três Poderes e disse que tem como causa não permitir que o grupo político de Jair Bolsonaro volte ao poder.

"A causa é a gente não permitir, em hipótese alguma, que esse país volte ao horror que foi o mandato do nosso antecessor", declarou.

Portarias precisarão de aval da Casa Civil

Renan Truffi, Fabio Murakawa, Estevão Taiar e Caetano Tonet
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse na segunda-feira (20) que, a partir de agora, todas as portarias que forem editadas pelos ministérios vão precisar "passar" pelo crivo da Casa Civil e da Presidência. Segundo Lula, o objetivo é evitar "confusão" para o governo. Nos bastidores, porém, a decisão foi considerada por integrantes do Executivo como um gesto que fortalecerá internamente o chefe da pasta, ministro Rui Costa, perante o restante do primeiro escalão.

A afirmação do presidente tem relação com os danos provocados pela instrução normativa da Receita Federal — revogada na semana passada — que ampliava a fiscalização sobre transferências mensais superiores a R$ 5 mil realizadas por pessoas físicas. A instrução da Receita, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, acabou por gerar notícias falsas de que o Pix seria taxado pelo governo.

"Daqui para frente, nenhum ministro vai poder fazer portaria que depois crie confusão pra nós, sem que essa portaria passe pela Presidência da República, pela Casa Civil. Muitas vezes a gente pensa que não é nada, mas alguém faz uma portaria, faz um negócio qualquer, daqui a pouco arrebenta e vem cair na Presidência da República", disse Lula.

O presidente abordou o assunto durante aberta da primeira reunião ministerial do ano, que aconteceu na Granja do Torto, uma das residências oficiais da Presidência. Na semana passada, como forma de tentar conter os boatos, Lula editou uma medida provisória (MP) que garante que esse tipo de pagamento instantâneo não terá incidência de qualquer tipo de tributo, seja imposto, taxa ou contribuição.

A proposta sobre o Pix entrou em vigor imediatamente no ato da publicação da MP, mas agora precisará ser analisada pelo Congresso. O governo incluiu no primeiro parágrafo do texto um artigo que garante o "sigilo" do Pix. O objetivo, com isso, é tentar neutralizar as críticas feitas à instrução normativa da Receita.

"Esta medida provisória dispõe sobre medidas para ampliar e garantir a efetividade do sigilo e a não incidência de preço superior, valor ou encargo adicional sobre os pagamentos realizados por meio de arranjo de pagamentos instantâneos — Pix, instituído pelo Banco Central do Brasil", dizia o texto.

A MP ainda traz um dispositivo para coibir comerciantes de cobrarem valor extra para a modalidade de pagamentos via Pix. Segundo o texto do projeto, isso constitui "prática abusiva". Na semana passada, ao anunciar que o Executivo iria revogar a norma da Receita, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que "criminosos" estariam se aproveitando dessa polêmica para cobrar uma taxa sobre esse tipo de operação.

Inflação da comida entra na mira do Planalto

Análise

Andrea Jubé
Brasília

Demorou, mas o governo parece ter, finalmente, despertado para uma realidade que há meses vem impactando a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas que não estava no radar da coordenação política: a alta dos preços dos alimentos.

O alarme tocou e, com isso, o presidente abordou o tema nessa segunda-feira, na fala de abertura da reunião ministerial: "... e agora a gente vai trabalhar reconstrução, união e comida barata na mesa do trabalhador, porque os alimentos estão caros", afirmou. "É uma tarefa nossa garantir que o alimento chegue na mesa do povo brasileiro, em condições compatíveis com o salário que ele ganha", reforçou.

A escalada do preço da comida remonta a meados do ano passado, mas passava ao largo dos discursos presidenciais. Até então, Lula e ministros como Fernando Haddad (Fazenda) e Rui Costa (Casa Civil) exaltavam, frequentemente, os dados positivos macroeconômicos, como a expansão do PIB e a queda recorde do desemprego. Números, entretanto, que pareciam não alterar o humor dos brasileiros conforme as mais recentes pesquisas de opinião.

O ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Sidônio Palmeira, foi um dos auxiliares a quem coube alertar o presidente de que a população queria saber menos de índices, e mais de carrinhos de supermercado cheios.

Há dez dias, o IBGE revelou que a alta geral dos preços realitiva a 2024 foi de 4,83%. Esse índice, contudo, não refletiu a realidade do cotidiano dos consumidores. Isso porque, de acordo com o mesmo instituto, o custo da alimentação no domicílio fechou o acumulado do ano com inflação de 8,23% — ou seja, quase o dobro do IPCA geral.

Em bom português, o que se viu foi que a alta dos preços foi parar na mesa dos brasileiros. Por exemplo, o sagrado cafezinho que ajuda todo trabalhador a começar o dia teve aumento de 39,6% no ano passado, enquanto o leite longa vida subiu 18,8%, e a manteiga, 6,13%.

A mesa também ficou menos farta na hora do almoço: os preços do arroz subiram 8,24%, e os da carne, em média, 20,8%. Para agravar a situação do governo, uma curiosidade é que as maiores altas atingiram, justamente, as carnes de segunda, mais consumidas pelas classes de baixa renda: o preço do acém subiu 25,2%, e o do patinho, 24,1%.

Em contrapartida, o preço da picanha, um corte nobre, subiu menos em relação às outras carnes, teve aumento de 8,74%. Na campanha, Lula prometeu que a população voltaria a fazer churrasco aos fins de semana, com picanha e cerveja. A alta dessa bebida foi de 4,5%. Alguns alimentos essenciais, todavia, tiveram queda de preços, como feijão (- 8,5%), ovo (- 4,5%), tomate (-25,8%) e cebola (-35,3%).

Auxiliares de Lula atribuem a escalada dos preços dos alimentos a uma combinação de fatores, como o dólar alto e as mudanças climáticas. O câmbio favorável impulsionou as exportações, que levaram 40% da carne nacional para o exterior, reduzindo a oferta no mercado doméstico.

Em relação ao clima, no ano passado, o Brasil enfrentou a pior seca já registrada desde o início da atual série histórica, em 1950, segundo o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).

Em outra ponta, o país vivenciou enchentes de proporções históricas no Rio Grande do Sul, que alagaram bairros inteiros de Porto Alegre e da região metropolitana.

O governo, porém, tem um campo de ação limitado. Uma liderança do PT lamentou, por exemplo, que não se pode tabelar os preços dos alimentos, tampouco estipular uma cota para a exportação de carne.

Uma medida para controlar os preços, adotada em governos anteriores do PT, foram os estoques reguladores feitos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Mas fontes do governo atribuem a inação da Conab no Lula 3 à equipe econômica, que não teria destinado orçamento para essa medida. Resta saber, portanto, como agirá o governo para reverter ou amenizar essa crise.

Centrão da Câmara reclama de desequilíbrio orçamentário

Marcelo Ribeiro e Andrea Jubé
De Brasília

O orçamento disponível em 2025 para ministros do Centrão e partidos de centro que representam o Senado no primeiro escalão do governo Lula é de R$ 57,3 bilhões, mais do que o dobro dos R$ 27,2 bilhões nas mãos de ministros desse grupo que foram indicados à Esplanada pelas bancadas da Câmara dos Deputados.

Essa diferença orçamentária tem sido uma das principais reclamações de deputados de PP, PSD, Republicanos, União Brasil e MDB, que avaliam que uma reforma ministerial só surtirá efeito na governabilidade da gestão petista caso o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reequilibre a força entre as duas Casas na reforma ministerial.

O levantamento feito pelo **Valor** considera que os ministros Renan Filho (Transportes), Alexandre Silveira (Minas e Energia), Carlos Fávaro (Agricultura) e Waldez Góes (Desenvolvimento Regional) foram apadrinhados por bancadas do Senado, enquanto Jader Filho (Cidades), Celso Sabino (Turismo), Juscelino Filho (Comunicações), André Fufuca (Esportes), Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos) e André de Paula (Pesca) chegaram aos postos por indicação de deputados.

O controle de pastas mais robustas por nomes que representam o Senado tem impulsionado a pressão pela entrada do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), no primeiro escalão do governo federal. Aliados do alagoano argumentam que sua nomeação seria uma passo para ajustar essa equação.

Segundo apurou o **Valor**, o parlamentar já teria enviado recados ao Palácio do Planalto de que aceitaria entrar para o time de Lula e apontou como opções as pastas da Saúde e da Agricultura. O presidente, por sua vez, ainda está sendo convencido a oficializar um convite a Lira. Apesar da boa relação com Fávaro, Lula teria que sacrificar o titular da Agricultura para contemplar atual presidente da Câmara e, dessa forma, melhorar o relacionamento com a Câmara. Isso porque Lira deve conseguir emplacar o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) como seu sucessor em fevereiro.

O entorno do deputado do PP acredita que ele aceitaria integrar o time de Lula sob a condição de ter autonomia para montar sua equipe e, principalmente, "ter tinta na caneta".

Por outro lado, deputados do Centrão destacam que a melhora do ambiente político só se concretizará caso outras mudanças sejam feitas, contemplando outras bancadas federais da Casa e reduzindo o poderio do Senado.

Fontes atribuem a distribuição desigual ao fato de o senador Davi Alcolumbre (União-AP), favorito para assumir a presidência do Senado a partir de fevereiro, ter sido um dos principais conselheiros de Lula para o desenho da Esplanada no início do governo. Além disso, fontes do governo afirmam que Lula gostaria de ter na Esplanada o atual presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), por entender que precisa do aliado para garantir um palanque forte em Minas Gerais em 2026.

"Não basta Lira entrar. É preciso contemplar outros deputados para a distribuição de ministérios deixar de ser tão desequilibrada", disse um interlocutor de Lira.

Ainda assim, lideranças do PT ponderam que o redesenho do primeiro escalão deverá ser muito bem pensado pelo presidente, já que, nessa dança das cadeiras ele não poderá desprestigiar Alcolumbre, que deve chefiar o Legislativo nos próximos dois anos.

Em outra frente, a distribuição desigual tem sido minimizada no governo e não pode ser considerada uma novidade. Fontes do Executivo lembram que Fufuca, Costa Filho e Sabino assumiram seus atuais postos justamente para atender à demanda dos deputados por mais espaços.

Na visão de interlocutores do Centrão, outro desafio a ser superado é a decisão do presidente Lula em escalar o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), para a condução das conversas com legendas aliadas para estruturar a reforma ministerial prevista para as próximas semanas. Isso porque Padilha e Lira estão rompidos, o que poderá exigir que as negociações passem também por outros atores.

valor.com.br
Maria Cristina Fernandes voltará a escrever em fevereiro
www.valor.com.br

EUA O presidente prometeu ainda inaugurar uma nova 'era de ouro' e reverter o declínio do país

Donald Trump toma posse declarando emergência energética e na fronteira sul

Lucas de Vitta, Luiza Palermo, Pedro Borg e Rafael Vazquez
De São Paulo

JULIA DEMAREE NIKHINSON/POOL AP

Donald Trump presta seu juramento como o 47º presidente dos EUA, com Melania Trump segurando a bíblia, e seu filho mais novo, Barron, logo atrás

Em seu primeiro discurso como o 47º presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou a declaração de emergência energética nacional, para elevar a produção de petróleo e gás no país, assim como de emergência na fronteira com o México para combater a imigração ilegal. Trump prometeu ainda uma "era de ouro" para os EUA, ao revogar 78 ordens executivas do ex-presidente Joe Biden e retirar o país do Acordo Climático de Paris.

"A crise inflacionária foi causada por gastos excessivos e pela alta nos preços da energia, e é por isso que hoje [ontem] também declararei uma emergência energética nacional. Vamos perfurar, e perfurar muito", disse Trump, em discurso de 30 minutos.

Na campanha, o republicano já havia dito que iria promover políticas para incentivar economicamente o uso de combustíveis fósseis, gerando apreensão na comunidade científica e em ambientalistas que apontam o risco das mudanças climáticas. Segundo Trump, o plano do novo governo é retomar a indústria automotiva americana sem dar prioridade para carros elétricos, revogando diversas medidas de seu antecessor.

"Com minhas ações de hoje, acabaremos com o 'Green New Deal' e revogaremos o mandato de veículos elétricos, salvando nossa indústria e cumprindo minha sagrada promessa aos nossos grandes trabalhadores da indústria automotiva", disse.

Em 2021, o ex-presidente Biden assumiu a Casa Branca prometendo reduzir a dependência dos EUA de combustíveis fósseis, mas a produção americana de petróleo e gás atingiu níveis recordes durante seu governo, impulsionada pelos altos preços após as sanções impostas à Rússia em resposta à invasão da Ucrânia em 2022.

"Os EUA voltarão a ser uma nação manufatureira, e temos algo que nenhuma outra nação de manufatura terá: a maior quantidade de petróleo e gás de qualquer país na Terra, e vamos usá-la", declarou. "Reduziremos os preços, reabasteceremos nossas reservas estratégicas até o topo e exportaremos energia americana para o mundo todo."

Em seu primeiro mandato, Trump considerou usar poderes emergenciais sob a Lei Federal de Energia para tentar cumprir a promessa de resgatar a indústria do carvão, mas não levou a ideia adiante. Declarar uma emergência nacional permite que um presidente acesse cerca de 150 poderes especiais normalmente destinados a lidar com furacões, ataques terroristas e outras crises do tipo, segundo um relatório do instituto de direito e políticas públicas Brennan Center for Justice.

Desta vez, ele pode usar esses poderes para tentar flexibilizar restrições ambientais a usinas, acelerar a construção de novas fábricas, e liberar terras federais para novos data centers. No entanto, ainda não está claro se a declaração de emergência anunciada por Trump no discurso seria amplamente simbólica ou invocaria esses poderes mais amplos.

Em discurso para apoiadores na arena Capital One, Trump também assinou suas primeiras ordens executivas. Entre elas, o republicano revogou quase 80 ordens da gestão Biden e confirmou a saída dos EUA do Acordo de Paris, dizendo que o pacto, um dos principais instrumentos globais para o combate às mudanças climáticas, é "unilateral e injusto".

Em outro decreto, o presidente retirou os EUA da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Diante de diversas autoridades nacionais e internacionais, logo após realizar o juramento de posse no Congresso, o presidente republicano também anunciou que uma de suas primeiras medidas no retorno à Casa Branca seria declarar emergência na fronteira com o México para conter a imigração e "restaurar o país".

No início da noite, Trump cumpriu a promessa assinando uma série de ordens executivas, incluindo a declaração de emergência na fronteira com o México e a designação dos cartéis criminosos como organizações terroristas estrangeiras, para poder usar todo o poder da legislação para conter o tráfico de entorpecentes.

"Toda a entrada ilegal será imediatamente interrompida e iniciaremos o processo de devolver milhões e milhões de estrangeiros criminosos para os países da de onde vieram. Restabeleceremos a nossa política 'Fique no México'", disse o republicano

Trump, que tornou a imigração um de seus principais temas de campanha, prometeu que irá mandar tropas às fronteiras do sul para "reparar as invasões" de imigrantes nos EUA.

"Ao invocar a lei de imigrantes de 1798 poderemos utilizar toda a força de segurança pública para eliminar todas as gangues criminosas que trazem uma violência devastadora para nossas cidades e bairros", afirmou o republicano.

Ele também assinou o perdão de cerca de 1,5 mil pessoas que invadiram o Capitólio em 6 de janeiro de 2021 — em um amplo gesto de apoio às pessoas que agrediram a polícia enquanto tentavam impedir os legisladores de certificar sua derrota nas eleições de 2020.

No âmbito da geopolítica, Trump prometeu que seu governo será marcado por um legado de "pacificador" e "unificador" em meio ao cenário global conturbado. No entanto, ao lado de sua mensagem de paz, Trump adotou um tom firme ao prometer retomar o controle do Canal do Panamá e renomear o Golfo do México como "Golfo dos EUA".

"A promessa do Panamá para conosco foi quebrada", afirmou Trump, reclamando de cobrança excessiva e do tratamento dado aos navios americanos. "E, acima de tudo, a China está operando o Canal do Panamá, e nós não o entregamos à China, o entregamos ao Panamá, e vamos retomá-lo."

Já no Salão Oval, Trump voltou a dizer que os EUA precisam controlar a Groenlândia para garantir a segurança internacional.

Promessa de prosperidade só para os EUA; para os demais, ameaças

Análise

Humberto Saccomandi
Para o **Valor**, de São Paulo

Ao contrário do tom sombrio de 2017, o novo presidente dos EUA, Donald Trump, enfatizou o otimismo e prometeu uma nova era de prosperidade e sucesso no seu discurso de posse ontem. Mas apenas para os EUA. Não houve menção a um mundo melhor. Pelo contrário. O país, para Trump, está pior hoje por causa de concessões feitas aos estrangeiros. Ele prometeu acabar com isso e distribuiu ameaças. Começou o "America First 2.0".

Protegido do frio externo, o discurso durou meia hora, quase o dobro dos 16 minutos de "carnificina americana" de 2017. Teve quase 3 mil palavras, boa parte para frases feitas de apelo motivacional. Os substantivos mais usados foram América, nação e país, o que combina bem com o tom nacionalista e nativista de Trump.

"Começa uma nova era de sucesso nacional", prometeu Trump. "A era dourada dos EUA começa agora", prosseguiu. "País vai florescer e será novamente respeitado". "O declínio do EUA acaba hoje". "EUA serão maiores, mais fortes e mais excepcionais do que nunca."

Para realizar isso, ele não permitirá que o mundo continue "tirando proveito" do país. O mundo de Trump é um jogo de soma zero. Para alguém ganhar, alguém tem de perder. E um "establishment corrupto", um "governo em crise de confiança" e um "sistema fracassado", permitiram que os EUA perdessem nos últimos tempos. Ele tem um mandato para "reverter essa traição" e colocará agora "os EUA em primeiro lugar".

Esse trecho reflete um tema central e muito poderoso da vitoriosa campanha de Trump. Ele diz aos americanos que quem não está bem hoje não tem culpa. Eles foram traídos pelo sistema, que não protegeu os trabalhadores americanos. Mas agora Trump tem mandato para "reverter essa traição" e liderar uma "onda de mudança".

Esse antagonismo com o mundo ficou evidente nas poucas iniciativas concretas anunciadas pelo presidente. Trump anunciou a criação de um órgão para arrecadar sobretaxas que serão cobradas de produtos importados, mas não anunciou nenhuma tarifa.

Ele prometeu retomar o Canal do Panamá, repetindo mentiras, como que o tratado que devolveu o canal aos EUA foi violado, que a China está operando o canal e que os navios americanos são tratados de maneira prejudicial. Anunciou ainda a declaração de emergência e o envio de tropas para a fronteira com o México, para conter a "invasão" de imigrantes ilegais. E disse também que vai mudar o nome do Golfo do México para Golfo dos EUA.

> Trump não falou nada dos desafios estratégicos e ignorou temas econômicos

Panamá, China (mas só relativo ao canal) e México foram os únicos três países citados nominalmente no discurso, além de uma menção genérica ao Oriente Médio, pelo cessar-fogo entre Israel e o grupo Hamas em Gaza. Trump, porém, não falou nada dos desafios estratégicos (ou seja, dos problemas) que aguardam o novo governo. E praticamente ignorou temas econômicos.

Trump deixou claro que o mundo é um lugar "raivoso, violento e completamente imprevisível" e que os EUA, sob a sua liderança, não atuarão mais como a polícia global. E disse que sua medida de sucesso será não só as batalhas que vencerá, mas as guerras que encerrará e, "talvez mais importante", as guerras em que os EUA não entrarão. Os EUA estão cansados de guerra, e isso não começou com Trump, mas ele manterá.

Para enriquecer e poder enfrentar melhor o mundo, Trump prometeu apoiar a exploração de combustíveis fósseis, baratear a energia e produzir mais carros do que nunca. "Drill, baby, drill" (algo como perfure, baby, perfure). De novo, se as emissões de combustíveis fósseis causam problemas ao mundo, isso é não é problema dos EUA. Trump quer o "ouro líquido".

Trump apelou à "revolução do senso comum". Isso não é um acaso. Expõe um esforço de parte da direita de buscar se apresentar como porta-voz do bom senso. É como dizer que representa os cidadãos de bem. Quem não o apoia, então, está do lado da falta de bom senso e dos maus cidadãos.

Em menção à agenda conservadora, Trump disse que vai acabar com políticas públicas que visam manipular socialmente raça e gênero. De agora em diante, só haverá dois gêneros para o governo americano: masculino e feminino. É o bom senso.

A influência do empresário Elon Musk no novo governo ficou evidente no discurso. Mesmo sem mencioná-lo, Trump prometeu colocar a bandeira americana em Marte, o que também é uma bandeira (e um negócio) do empresário controlador da Tesla e da SpaceX.

Como aconteceu durante boa parte da campanha eleitoral, em seu discurso, Trump vendeu esperança, enquanto os democratas tentaram eleger Kamala Harris vendendo principalmente o medo, o medo de que Trump acabará com a democracia americana. Esse risco pode até existir, mas não empolgou os eleitores americanos.

Para Trump o maior risco à democracia é a censura do governo, como quando ele foi banido do antigo Twitter. E ele prometeu restabelecer a total liberdade de expressão no país.

CEOs de tecnologia marcam presença na posse

JULIA DEMAREE NIKHINSON/AP

Grandes empresários da tecnologia marcaram presença na cerimônia posse de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos, em Washington. Além de CEO da SpaceX e Tesla, Elon Musk, que ganhou um cargo no novo governo que começou ontem, estavam presentes o fundador da Amazon, Jeff Bezos, o CEO da Meta, Mark Zuckerberg, o líder da Apple, Tim Cook, e o diretor do Google, Sundar Pichai. Zuckerberg compareceu com a esposa, Priscilla Chan, enquanto Bezos estava acompanhado da namorada, Lauren Sánchez. Todos ocuparam assentos de destaque na cerimônia e aparecem lado a lado em fotos da posse.

Ramaswamy desiste de assumir cargo no Dodge

Associated Press

Vivek Ramaswamy não fará parte do alardeado Departamento de Eficiência Governamental (Dodge), criado pelo presidente Donald Trump, confirmaram as autoridades horas após o republicano assumir o cargo. O bilionário Elon Musk comandará sozinho a operação de corte de custos do governo.

Ramaswamy, um empreendedor de biotecnologia, sinalizou planos de concorrer ao governo de Ohio no próximo ano. Natural de Cincinnati, Ramaswamy, 39, demonstrou interesse na cadeira recentemente vaga do vice-presidente JD Vance no Senado.

"Vivek Ramaswamy desempenhou um papel fundamental em nos ajudar a criar o DOGE", disse Anna Kelly, porta-voz do órgão, em um comunicado, confirmando a intenção dele de disputar uma eleição em breve.

Comércio A decisão indica que o republicano mudou o foco e agora planeja negociar um acordo com o presidente chinês Xi Jinping

Apesar da promessa, Trump adia anúncio de tarifas sobre a China

Jenny Leonard
Bloomberg

O presidente Donald Trump adiou o anúncio de novas tarifas específicas para a China em seu primeiro dia no cargo, optando por instruir sua equipe a lidar com práticas comerciais desleais globalmente e investigar se Pequim cumpriu um acordo assinado durante seu primeiro mandato.

As ações visam "reverter o impacto destrutivo da política comercial globalista dos EUA em último lugar", segundo documento que a Bloomberg teve acesso. O texto também prevê que as principais agências federais abordem a manipulação das taxas de câmbio por outros países.

"Esta ação destaca a dedicação do governo em reduzir a dependência de nações estrangeiras em cadeias de abastecimento críticas e revigorar a base industrial dos EUA", afirma o documento.

A decisão de não impor novas tarifas contra a China no primeiro dia de mandato indica uma mudança na postura de Trump, que deve focar em negociar um acordo com o presidente chinês, Xi Jinping, segundo uma pessoa a par das discussões sobre o tema.

O pedido de estudos sobre a situação comercial americana pode preparar os terrenos para a imposição de novas tarifas nos próximos meses, mas é um alívio para algumas empresas que temiam que as tarifas seriam impostas no primeiro dia de governo. Na campanha eleitoral, Trump prometeu uma taxa de 10% a 20% sobre todas as importações dos EUA, e de 60% sobre as compras chinesas. Também ameaçou taxar em 25% todos os produtos do Canadá e do México, e uma taxa adicional de 10% sobre os produtos chineses.

Algumas fontes alertaram que Trump pode mudar de ideia rapidamente e decidir impor novas tarifas para atingir a China. Mesmo assim, a ausência de anúncio de ontem sugere uma abordagem mais deliberada do que a retórica inflamada sobre as tarifas feita por Trump durante a campanha.

O presidente deixou claro em seu discurso de posse que tarifas estão a caminho. "Em vez de taxar nossos cidadãos para enriquecer outros países, vamos taxar outros países para enriquecer nossos cidadãos", afirmou ele.

Trump chegou a dizer que poderia assinar até 100 ordens executivas no primeiro dia de mandato. Membros de sua equipe disseram que essas ordens também incluirão medidas para conter a inflação e reduzir regulamentações, especialmente as relacionadas à produção de petróleo e gás.

Sobre o Acordo EUA-México-Canadá (USMCA), Trump deverá orientar os secretários de seu Gabinete a avaliar seu impacto sobre os trabalhadores e empresas americanas e fazer recomendações sobre a continuidade da participação dos EUA, segundo o documento. Em seu último mandato, ele substituiu o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) pelo USMCA e o chamou de o melhor acordo já negociado.

Trump também instruiu as agências a estudarem a viabilidade de um serviço de receita externa — uma nova agência para coletar receita tarifária — e recomendar como planejá-la e implementá-la. Não está claro como ela seria diferente do sistema federal existente, sob o qual o secretário do Tesouro estabelece regras de cobrança de tarifas e a Alfândega e Proteção de Fronteiras as administra nos portos de entrada no país.

Em seu primeiro mandato, Trump negociou um acordo comercial de "fase um" com Pequim que acabou com anos de tarifas retaliatórias, mas poucas das promessas de compra de produtos americanos pela China se concretizou. "A adesão da China a esse acordo será agora avaliada, para determinar se alterações ou medidas de execução serão necessárias", disse o documento.

O dólar caiu com a notícia de que Trump não iria implementar imediatamente as novas tarifas, com um índice da Bloomberg sobre a moeda americana estendendo suas perdas para cerca de 1,2% — caminhando para a maior perda diária desde novembro de 2023.

Investidores especulam que uma guerra comercial seria positiva para o dólar, já que provavelmente prejudicaria mais as economias estrangeiras do que os EUA, limitaria a demanda americana por bens internacionais e estimularia a condição americana de porto seguro cambial. Os mercados futuros de ações dos EUA subiram com as notícias de ontem.

As tarifas de Trump — que ele ameaça impor sobre países adversários e aliados — devem ter um dos maiores impactos sobre a economia dos EUA, segundo analistas. O autoproclamado "homem das tarifas" impôs sobretaxas em cerca de US$ 380 bilhões em importações durante seu primeiro mandato na presidência.

Se as tarifas farão algo para eliminar o déficit comercial, trazer de volta a indústria manufatureira ou acabar com qualquer crise é discutível. Muitos economistas estão céticos. No curto prazo, é mais certo que as tarifas levem a uma valorização do dólar, aumente os custos das importações e as receitas do governo, ao menos inicialmente.

SHAWN THEW/ AP

Han Zheng, vice-presidente da China, à esquerda, participa da posse presidencial no Congresso dos EUA, em Washington

"Vamos taxar outros países para enriquecer nossos cidadãos"
Donald Trump

Quem ocupará o lugar vazio dos EUA na nova ordem climática global?

Análise

Daniela Chiaretti
De São Paulo

Em seu primeiro dia como presidente dos Estados Unidos, Donald Trump cumpriu o esperado e assinou a saída dos EUA do Acordo de Paris. Prometia avançar, nas próximas horas, em outras ações executivas que, segundo analistas, consolidam sua intenção de dobrar o uso de combustíveis fósseis. Assim, o republicano atrasa ainda mais o mundo que sofre com o fortalecimento da crise climática, o aumento das emissões e o aquecimento da temperatura média global além do 1,5°C considerado o limite seguro pela ciência para evitar o pior. A pergunta em aberto é: quem assumirá a liderança global diante da mudança de rumo da maior economia do planeta?

"Agora, talvez, quem sabe, a comunidade internacional entenda que qualquer tentativa para conter a mudança do clima vai ter que acontecer sem os Estados Unidos. E aí, quem vai entrar neste lugar? Podemos especular: a União Europeia, a China, o Brasil? Tem alguns candidatos à nova ordem climática global com a saída dos EUA", diz, com precisão, Claudio Angelo, coordenador de política internacional do Observatório do Clima, maior rede brasileira de entidades da sociedade civil voltadas à mudança do clima. Nos 30 anos de negociações multilaterais de clima, os Estados Unidos "sempre foram o país problemático", continua.

Os EUA, o maior emissor histórico de gases-estufa, quase criaram um problema de origem ao ameaçar não assinar a Convenção do Clima, em 1992. Depois, em 2001, saltaram fora do Protocolo de Kyoto. No Acordo de Paris, negociadores fizeram malabarismos de linguagem para permitir que o presidente Barack Obama o assinasse e o texto não tivesse que passar pelo Congresso americano, onde seria sem dúvida vetado. A liderança americana no processo, a bem da verdade, se deu ali, nos últimos anos do governo Obama e na gestão de Joe Biden. Mas foi também o momento em que os Estados Unidos se tornaram o maior produtor de petróleo do mundo.

A China, por sua vez o maior emissor de gases-estufa da atualidade, não demonstra apetite por liderar negociações de clima. Seus negociadores costumam ser tão discretos quanto indecifráveis. A China, segundo observadores, age em proveito próprio, tal como todos os outros —corta emissões para deixar suas cidades menos poluídas, investe em tecnologias limpas porque é um bom negócio e se incomoda em ser identificada pelo mundo como o grande bloqueador do processo de descarbonização (lugar que, por sinal, dificilmente ocupa). Concretamente está se tornando o maior produtor e exportador de tecnologias limpas.

O professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas, Eduardo Viola, e especialista em geopolítica climática diz que os Estados Unidos, ao menos parcialmente, estão se tornando um petroestado —parcialmente porque muitos Estados republicanos vêm se tornando fortes em tecnologias limpas. A China, por seu turno, promove a eletrificação da economia global e está se transformando em um eletroestado, mesmo se ainda usa muito carvão.

A reação de muitas autoridades internacionais ao discurso de posse de Trump — que falou por 29 minutos sem nunca mencionar a crise do clima — foi a de não jogar a toalha. O secretário-geral da ONU Antônio Guterres disse confiar que cidades, Estados e empresas dos EUA continuarão a mostrar visão de futuro e de liderança. Simon Stiell, secretário-executivo da Convenção do Clima da ONU lembrou o boom global de energia limpa que chegou a US$ 2 trilhões em 2024 e "é o negócio de crescimento econômico da década".

Há quem desconfie da retórica otimista demais. Nos últimos dias, praticamente todos os grandes bancos dos Estados Unidos abandonaram alianças climáticas que prometem trilhar o caminho das emissões líquidas-zero. Gestoras de ativos financeiros fizeram o mesmo. O Fórum Econômico Mundial, que acontece em Davos, está meio esvaziado. A COP de Baku, logo depois das eleições americanas, começou em estado de torpor. O mundo vive um momento dramático.

O preço do protecionismo anunciado por Donald Trump

Assis Moreira
De Genebra

Donald Trump retornou ontem à Casa Branca aumentando a incerteza em tempos já conturbados, crescimento econômico mundial lento, persistentes pressões inflacionárias, tensões geopolíticas, conflitos e guerras, mudanças climáticas e mudanças tecnológicas rápidas centradas na Inteligência Artificial (IA) e em outras tecnologias de ponta emergentes.

Com Trump 2.0, as guerras comerciais poderão ser bem mais graves, a se julgar pelo que ele ameaça implementar a partir desta semana, como o choque de tarifas — ele mencionou várias vezes alta de 10% a 20% sobre os produtos de todos os países, e de até 60% especificamente sobre produtos chineses.

O protecionismo de Trump é justificado por sua equipe para ao mesmo tempo "punir" a China por políticas desleais e conter a expansão chinesa, reequilibrar a balança comercial, reindustrializar o país, reforçar a segurança nacional, financiar parte da prometida redução do imposto sobre o lucro das empresas, sem esquecer eventuais sanções sobre países que abandonarem o dólar como moeda de transações internacionais — como membros do Brics, grupo liderado pelo Brasil em 2025.

Scott Bessent, indicado para secretário do Tesouro, deixou claro no Congresso americano, na semana passada, que as tarifas poderão ser usadas como ferramentas de negociação por Washington, às vezes para objetivos não comerciais, segundo ele.

Para a especialista Charlotte Emlinger, do Cepii, principal centro francês de pesquisa em economia mundial, num cenário geopolítico incerto "existem fortes tensões e o comércio é utilizado como um meio de fazer a guerra de outra maneira".

O Cepii calcula que o cenário base nos EUA de aumento de tarifas de 10% para os produtos provenientes de todos os países e de 60% sobre as importações da China fará um estrago severo, incluindo a retaliação dos parceiros.

O impacto dessa guerra comercial seria uma diminuição de 0,5% do PIB mundial e uma contração do comércio mundial em volume de 3,3%, anulando a taxa de crescimento que a Organização Mundial do Comércio (OMC) prevê para exportações e importações em 2025.

Essa desaceleração mundial virá da baixa do comércio entre os países, com efeitos particularmente fortes sobre justamente os EUA e a China, as duas maiores economias do mundo. Os chineses, confrontados a um muro contra suas exportações para os EUA, buscarão redirecionar seu excesso de capacidade para outros mercados. Basta ver que o Brasil foi o país para o qual a China mais aumentou as exportações em 2024, com alta de 22% em relação a 2023, numa indicação da pressão que pode vir sobre a indústria nacional.

Em 2030, essa guerra comercial poderia ampliar o déficit de vários países com a China, incluindo União Europeia (UE), México e outros. No caso do Brasil, é o enorme superávit brasileiro que tende a diminuir nesse cenário.

O choque tarifário de Trump daria um fôlego no caminho da reindustrialização dos EUA, com aumento da produção industrial de 2,2% em volume, mas ao preço de queda de especialização de certos setores onde tem tradicionalmente vantagem comparativa, como na agricultura (-2,5%). Em consequência, haveria uma perda de 1,3% do PIB, a exemplo do estrago estimado para a China.

O México e o Canadá, inicialmente citados como ganhadores nesse cenário, na verdade vão perder também. Pelos planos mencionados por Trump, haverá limitações no "friendshoring", a estratégia de comercializar mais com aliados especialmente próximos.

Economistas citados pelo jornal "Wall Street Journal" preveem alta da inflação e dos juros para os próximos dois anos com os planos de Trump de mais tarifas, corte de imposto e restrição à imigração. Em um ano, a fatura para as famílias americanas aumentaria US$ 600.

Na mesma linha, o Deutsche Bank avalia que a mistura de alta tarifária, modesto corte de impostos e desregulação pelo novo governo em Washington será positiva para o crescimento em 2025, mas reduzirá a expansão em 2026. Prevê que a inflação aumentará para 2,6% em 2025 (de 2,3%) e 2,7% em 2026.

Instituto alemão estima que o desmantelamento da OMC trará prejuízo maior à UE

O Ifo Instituto, em Munique, fez pesquisa que mostra uma preocupação generalizada de especialistas econômicos, especialmente nos países industrializados ocidentais, de que Donald Trump prejudique a economia. Já na África, na América Latina e na Ásia, os especialistas não esperam efeitos negativos maiores sobre o crescimento econômico de seus países.

De seu lado, o Kiel Instituto para Economia Mundial, também na Alemanha, calcula que se o política comercial trumpista conduzir a um desmantelamento adicional da OMC e de seu sistema de regras comuns, o prejuízo será maior para a UE. A perda do PIB com uma deterioração da OMC e fragmentação excederá os estragos de uma disputa bilateral com os EUA, com efeito entre 2 e 4 vezes maior para a UE e a Alemanha.

Se o mundo se fragmentar mais em blocos geopolíticos liderados pelos EUA e pela China, as perdas seriam significativamente maiores para a UE e ainda mais para a China, pelas estimativas da instituição alemã. Poderiam reduzir o PIB real da China em cerca de 6% e o da Alemanha em 3,2% no curto prazo, enquanto os EUA seriam menos afetados (-2,2%).

Para Kiel Instituto, é provável que o governo Trump venha a exigir mais apoio europeu para conter a China em troca de ajuda militar contínua na Ucrânia ou, de forma mais ampla, para manter sua forte presença na UE por meio da Otan (a aliança militar ocidental)

Avalia que do ponto de vista econômico, a UE tem muito mais a perder com restrições adicionais na relação transatlântica do que com uma dissociação mais intensa da China. Portanto, embora a UE prefira manter sua relação com a China, se pressionada, poderá ter que ficar do lado dos EUA.

Acha que, para preservar a resiliência econômica, a UE deve acelerar os esforços de diversificação na Ásia e em outras regiões, o que lhe permitirá manter um relacionamento equilibrado com a China e, ao mesmo tempo, se proteger contra possíveis pressões dos EUA.

A já combalida OMC enfrenta enorme desafios. O presidente francês Emmanuel Macron recentemente reclamou que "no momento que as regras da OMC não estão sendo mais respeitadas pela China e nem pelos EUA, nós [UE] continuarmos a [respeitá-las] sozinhos não funciona".

Em meio ao risco Trump, a direção da OMC insiste pelo menos oficialmente que a relevância da entidade permanece inalterada. Ralph Ossa, o economista-chefe, argumenta que mais de 75% do comércio global continua sendo realizado sob as regras da OMC, pelo princípio da nação mais favorecida (não discriminação entre os parceiros). Para ele, ganhar um pouco mais de exportações por causa de conflito entre os EUA e a China pode ajudar um país no curto prazo, mas não no longo.

A diretora-geral, Ngozi Okonjo-Iweala, tem afirmado que em momentos de incerteza global como agora "não é incomum ver o medo, o aumento do nacionalismo e do protecionismo, bem como o questionamento das estruturas e instituições que há muito tempo prezamos, porque elas podem não estar fornecendo respostas rápidas, adequadas ou com a eficiência e a eficácia necessárias para lidar com os desafios da época".

Observou que "o multilateralismo e as instituições multilaterais estão sendo questionados hoje porque não são vistos como adequados ao propósito de lidar com as questões emergentes do século 21. Foi justamente para evitar a repetição de tais circunstâncias que as instituições econômicas multilaterais foram criadas".

Para o comércio "os tempos não são apenas conturbados, são tensos", acrescentou Ngozi. "Às vezes, o comércio é responsabilizado e apontado como bode expiatório por resultados ruins que, na verdade, derivam de políticas macroeconômicas, tecnológicas ou sociais, pelas quais o comércio não é responsável." Acrescentou Ngozi: "Espero que não estejamos em um caminho que nos leve de volta ao tipo de desordem econômica que ocorreu antes de Bretton Woods — desordem que foi seguida por extremismo político e guerra".

Uma prioridade para o Brasil e outros países deve ser a defesa da ordem comercial mundial, num cenário ainda mais perigoso agora.

Reações No Fórum Econômico Mundial, empresários e economistas assistiram à fala inaugural; principal preocupação é com tarifas

Davos acompanha discurso de Trump com ansiedade

MARKUS SCHREIBER/AP

De Davos, as pessoas presentes no Fórum acompanham a transmissão da posse da segunda presidência de Donald Trump

Mônica Scaramuzzo
De Davos, Suíça

Os holofotes do Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês) estão todos voltados para Donald Trump, que tomou posse ontem, em seu segundo mandato presidencial americano.

A agenda oficial do WEF começou no fim da tarde de ontem, mas todos os empresários e economistas presentes ao fórum estavam atentos ao discurso de posse de Trump em Washington.

O clima geral é de incerteza em relação à nova gestão do presidente americano. "Embora seu discurso de posse não tenha surpreendido, estão todos aguardando o diagnóstico para poderem prescrever os remédios", afirmou ao **Valor** o consultor Roberto Azevêdo, ex-presidente da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Trump fará um discurso on-line para os participantes do fórum nesta quinta-feira (23).

Empresários e economistas estão atentos ao potencial aumento de tarifas. Grandes grupos brasileiros não fecharam ainda orçamentos de investimentos à espera dos primeiros sinais da Casa Branca, sobretudo em relação a possíveis mudanças tarifárias.

O clima global é de ansiedade. Ainda há todo um mapeamento do que podem ser os primeiros meses de 2025, com as empresas fazendo as contas sobre o impacto da gestão do presidente americano para os seus negócios.

Bancos e empresários brasileiros entendem que o momento é de volatilidade com a posse de Trump — e sabem da relevância de cada sinal da Casa Branca para a economia do país e dos impactos sobre os negócios.

Os próximos dias serão cruciais sob o ponto de vista tarifários para boa parte das empresas com exposição a commodities.

Em entrevista publicada ontem, o presidente do Bradesco, Marcelo Noronha, disse que, apesar de Trump, os rumos da economia brasileira dependerão mais dos direcionamentos do mercado doméstico do que dos Estados Unidos. Na Gerdau, que tem 40% do seu faturamento nos EUA, a expectativa é de que a economia forte local poderá impulsionar seus resultados.

Para o Brasil, o WEF começou esvaziado. A única presença confirmada será a do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que deverá chegar hoje. A ministra de Meio Ambiente, Marina Silva, que tinha agenda para a semana de Davos, cancelou a participação por conta da primeira reunião ministerial com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

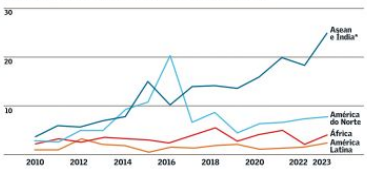
Empresários brasileiros que inauguraram ontem uma casa para estimular discussões bilaterais se ressentiram da ausência do governo brasileiro. O investimento na Brazil House é da ordem de R$ 13 milhões, com aporte de BTG Pactual, Vale, Ambipar, Gerdau e Randon e Be8.

Leia mais sobre Davos nas págs. B2 e B5

G2: distribuição de recursos divide o mundo em 2 blocos

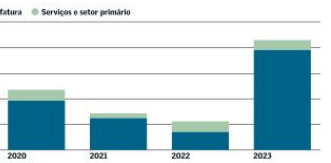
Stella Yifan Xie
Nikkei, de Hong Kong

China redireciona investimentos
Investimento estrangeiro direto, em bilhões de US$



Fonte: Société Générale. *Excluindo Hong Kong e centros offshore

Investimentos chineses na Asean
Iniciados a partir do zero, em bilhões de US$



Fonte: Relatório 2024 de Investimento da Asean

A distribuição dos investimentos externos dos EUA e da China pelo mundo vem divergindo cada vez mais, o que aumenta a possibilidade de a economia mundial se dividir em "dois blocos" centrados nas superpotências rivais, segundo economistas.

Os investimentos chineses no exterior em 2024 rumavam a ser os maiores em oito anos, só atrás do recorde de 2016, que marcou o auge de seus negócios estrangeiros, segundo dados oficiais.

A nova onda de investimentos em 2024 foi impulsionada pelo fluxo de dinheiro chinês direcionado a países emergentes. Os investimentos em novos projetos nesses mercados atingiram o recorde de US$ 162,7 bilhões em 2023, com Arábia Saudita, Malásia e Vietnã sendo os três maiores receptores naquele ano, segundo o banco de dados fDi Markets.

Em contraste, os investidores chineses pisaram no freio nos investimentos nos EUA e em seus aliados ocidentais. Acredita-se que essa tendência continuará com o retorno de Donald Trump à Casa Branca, que ontem tomou posse de seu segundo mandato, com as autoridades americanas intensificando a fiscalização sobre o capital chinês.

"O cenário mais provável nos próximos quatro anos é que a economia global ainda estará se aglutinando em dois blocos centrados nos EUA e na China", disse Mark Williams, economista-chefe para a Ásia da firma de análises econômicas Capital Economics, em Londres.

O investimento externo total da China nos primeiros 11 meses de 2024 somou US$ 128,6 bilhões, um aumento de 11% em relação ao mesmo período de 2023, segundo os dados mais recentes do Ministério do Comércio de Pequim.

A divergência com os EUA já vem ocorrendo há algum tempo. Em 2023, apenas 28% do investimento externo da China foi direcionado a economias avançadas, com base na classificação do Fundo Monetário Internacional (FMI), em comparação aos 80% em 2016 e aos 50% em 2021, segundo o Rhodium Group, de Nova York.

Um estudo do Goldman Sachs de setembro de 2024 destacou a crescente divergência no comércio mundial, mostrando que, em 2022, os países que contavam com mais investimentos estrangeiros diretos (IED) chineses eram os de mercados em desenvolvimento da Ásia e da África. Uma lista comparável de países para os quais os EUA eram a principal fonte de investimentos incluía Irlanda, Japão, Luxemburgo e Cingapura.

A divisão cada vez maior entre blocos liderados por EUA e China pode ter profundas implicações para a economia mundial. Por exemplo, poderia reduzir a eficiência nas cadeias de suprimento ao levar as empresas a duplicar locais de produção para minimizar riscos geopolíticos, o que teria maior inflação em alguns países.

Em um caso extremo, a fragmentação do comércio exterior poderia custar até 7% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, enquanto a fragmentação do IED com base nos blocos liderados pelas superpotências poderia levar a perdas de longo prazo de cerca de 2% do PIB, alertou um estudo publicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em maio.

O investimento externo da China sofreu flutuações drásticas nos últimos dez anos. Atingiu o pico em 2016, com mais de US$ 200 bilhões, impulsionado por grupos como HNA e Anbang.

Desde então, Pequim, apertou os controles de capital e limitou os negócios feitos por investidores privados no exterior. Os EUA e seus aliados, por sua vez, intensificaram os controles de investimento por motivos de segurança nacional, o que levou a uma forte desaceleração na capacidade da China de investir em tecnologia e outras áreas consideradas sensíveis.

Agora, após um período de recuo durante a pandemia da covid-19, a China redobrou os esforços para canalizar recursos a países em desenvolvimento, por meio de um novo ciclo em novos projetos de multinacionais chinesas, iniciados a partir do zero, que têm criado empregos locais e ampliado a influência econômica de Pequim.

Em vez de adquirir ativos cobiçados já prontos, como hotéis cinco estrelas em Nova York e Londres, empresas chinesas estão optando por construir a partir do zero fábricas de automóveis na Malásia, obras de infraestrutura de fornecimento de energia no Vietnã e instalações químicas no Cazaquistão, uma vez que redirecionaram seus recursos para regiões mais receptivas ao capital chinês. Isso também coincide com o esforço de Pequim para se posicionar como líder dos chamados países emergentes do Sul Global.

> Países ricos em recursos na África continuam a atrair investimentos da China

Países ricos em recursos na África continuam a atrair grandes investimentos chineses, já que Pequim quer acesso a commodities críticas e encontrar novos projetos de infraestrutura para alimentar suas construtoras em dificuldades.

Em 2022, os investimentos chineses na África chegaram a US$ 1,8 bilhão, em comparação aos US$ 75 milhões em 2003, segundo dados do programa de pesquisas acadêmicas China Africa Research Initiative. Esses dados mostram que a China tem superado os EUA como investidor na África desde 2013.

A guerra comercial entre EUA e China em curso desde 2018 contribui para essas tendências, levando muitas empresas industriais a realocar partes de sua produção a terceiros países, para depois enviar seus produtos acabados aos EUA. O Sudeste Asiático é um grande alvo: o investimento chinês após a pandemia em países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean) alcançou o recorde de US$ 17 bilhões em 2023, segundo o Secretariado da Asean e da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad).

Cerca de 35% desse investimento foi para a indústria, em especial para os setores automotivo, eletrônico e de energias renováveis.

A Sungrow Renewables, uma fabricante chinesa de equipamentos de energia solar e eólica, planejava um investimento adicional de US$ 1 bilhão no Vietnã em outubro.

A BYD, uma das principais produtoras de veículos elétricos da China, anunciou um investimento de US$ 1 bilhão na Turquia em julho e outro de US$ 754 milhões na Indonésia, em outubro.

Dados da Asean sobre investimentos da China "anunciados" em projetos a partir do zero mostram planos de injeção de mais recursos, em especial na indústria.

A tentativa de evitar as tarifas de importação é apenas uma parte da história, segundo Chen Dong, economista-chefe para a Ásia da gestora Pictet Wealth Management.

Como o mercado interno chinês sofre com o excesso de oferta, as empresas cada vez mais voltam os olhares para o exterior, como forma de fugir da ferrenha concorrência local e conseguir margens de lucro mais altas, segundo Chen. "Antes, as tarifas eram um dos motivos principais para diversificar as instalações produtivas. Agora, o foco mudou para a exploração de novos mercados para crescer."

A ameaça de Trump de impor tarifas universais ao resto do mundo pode interromper os planos de relocação de algumas empresas. Isso também poderia causar tensões no bloco liderado pelos EUA, embora Williams, da Capital Economics, considere isso improvável.

Apesar de os EUA disporem de muitas ferramentas para ganhar influência — como ameaçar cortar o acesso à tecnologia e aos mercados americanos caso outros países negociem livremente com a China ou, possivelmente, retirar soldados da Ásia —, os benefícios econômicos e de segurança provavelmente manterão as alianças de Washington intactas, prevê Williams. "Interesses comuns devem manter o bloco dos EUA unido. A coerção é uma opção alternativa."

Algumas fabricantes chinesas, como a produtora de baterias Contemporary Amperex Technology Co. Ltd. (CATL), também mostraram interesse em construir fábricas nos EUA, caso Trump permita. No entanto, muitos analistas não preveem que um aumento no fluxo de investimentos diretos entre os dois países vá reverter a tendência de fragmentação dos investimentos pelo mundo.

No México — um importante destino de exportações e investimentos da China e alvo principal das críticas de Trump —, Victor Gonzalez, sócio-fundador da banca de advocacia Vaertis, disse que alguns clientes chineses assessorados por sua firma suspenderam os planos de investimento até que o novo presidente defina suas tarifas. Ainda assim, Gonzalez prevê uma continuidade no aumento do investimento chinês no país.

"A reorientação da China para o Sul Global provavelmente persistirá no futuro próximo", disse Le Xia, economista-chefe para a Ásia da BBVA Research. "A competição entre China e EUA é estrutural e não será revertida em curto prazo." ***(Tradução de Sabino Ahumada)***

Panamá investiga empresa chinesa que controla portos

Michael McDonald
Bloomberg

Autoridades panamenhas iniciaram ontem uma auditoria da empresa ligada à China que controla dois portos adjacentes ao canal do Panamá, enquanto o presidente Donald Trump repete ameaças de assumir o controle da hidrovia.

A controladoria enviou uma equipe de auditores ontem aos escritórios locais da Panama Ports Company, uma subsidiária da CK Hutchison Holdings do bilionário de Hong Kong Li Ka-shing, para iniciar sua investigação, disse a controladoria no X.

Os auditores conduzirão uma revisão "exaustiva" para "garantir o uso eficiente e transparente dos recursos públicos", de acordo com a declaração.

O contrato-geral Anel Bolo Flores disse na semana passada que a investigação buscaria verificar a conformidade com os termos de uma concessão de 25 anos concedida à empresa e prometeu uma auditoria financeira "severa e forte".

O Panamá inicialmente fez a concessão em 1998, e a Autoridade Marítima do Panamá autorizou sua renovação em 2021.

Flores disse que os portos agora movimentam significativamente mais carga do que em 1998 e que a concessão não inclui uma parcela grande o suficiente da receita para o governo. Flores visitou a Autoridade Marítima para informá-los sobre a auditoria.

O escrutínio ocorre enquanto Trump acusa o Panamá de permitir que a China interfira no canal. Em seu discurso inaugural ontem *(leia na pág. A9)*, Trump reiterou sua alegação de que a China está operando a hidrovia e disse que seu governo a retomaria. Hong Kong é uma cidade chinesa, mas com suas próprias fronteiras, moeda e sistema legal.

O governo do Panamá nega que haja qualquer presença chinesa no canal, e Donald Trump ainda não apresentou nenhuma evidência para contradizer essa afirmação.

O presidente José Raul Mulino reiterou ontem, em uma postagem na rede social X, que o canal permanecerá sob controle panamenho.

Opinião

Valor ECONÔMICO

Agricultura promete reação, mas clima e crédito preocupam

A recuperação da safra de 2024/2025 é o principal trunfo do governo para contrabalançar a desaceleração da economia prevista para este ano. O esperado aumento da produção de grãos pode contagiar positivamente outros setores, como os serviços, transportes e insumos, e animar a balança comercial, em um ano particularmente incerto devido ao receio de aumento das pressões protecionistas no exterior.

No cenário mais otimista, a retomada da produção agrícola compensará o recuo da receita da pecuária e turbinará a economia à semelhança do que aconteceu em 2023, embora com menos intensidade. Naquele ano, segundo revisão feita em dezembro pelo IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) da agropecuária saltou 16,3%, contribuindo decisivamente para a expansão total de 3,2%. O impacto só não foi maior porque a agropecuária contribui menos para o PIB do que os serviços e a indústria, que cresceram 2,8% e 1,7%, respectivamente.

A mais recente previsão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é que a safra 2024/25 pode alcançar 322,3 milhões de toneladas de grãos, número ligeiramente menor do que o estimado em dezembro, mas que representará aumento de 8,2% em relação à colheita anterior e poderá se tornar a maior da história. A área plantada deverá crescer 1,8% e a produtividade média, aumentar 6,3%. Com chuvas regulares, as condições climáticas têm, até o momento, favorecido o desenvolvimento das lavouras nos principais Estados produtores, contribuindo para a expansão da produtividade em diversas culturas.

A soja, carro-chefe da agricultura brasileira, tem a produção estimada em 166,3 milhões de toneladas, com crescimento de 12,6%. O clima tem beneficiado o plantio, que ocorreu de forma concentrada a partir do fim de outubro na maior parte das regiões produtoras. Em dezembro, a semeadura da oleaginosa atingia 94,1% da área destinada. Outras culturas também apresentam perspectivas positivas. A produção de milho deverá crescer 3,3%, e a de arroz, 8,5%.

A se confirmarem os levantamentos, haverá uma reversão do quadro negativo da safra de grãos anterior, de 2023/2024, quando a produção diminuiu em cerca de 7%, para 298,41 milhões de toneladas. A soja sofreu queda de 23 milhões de toneladas, totalizando 147,38 milhões de toneladas, prejudicada pelo atraso no início das chuvas, baixas precipitações e altas temperaturas em regiões produtoras, além do excesso de chuvas no Rio Grande ande do Sul, que afetou severamente a produtividade.

Por conta desse desempenho negativo em 2024, as estimativas são de que o PIB da agropecuária tenha caído de 2% a 3% no ano passado, enquanto o PIB total pode ter crescido de 3% a 3,5%. No terceiro trimestre, enquanto o PIB total cresceu 0,9%, o da agropecuária caiu na mesma magnitude, com a perda de produtividade de culturas importantes para o período, como cana, milho e laranja. Intempéries e incêndios atingiram muitas lavouras. Esse desempenho neutralizou os bons resultados do algodão, trigo e café que registraram aumento da produção.

Com a retomada da safra, a ponto de já haver preocupação com a disponibilidade de armazenagem, o PIB da agropecuária pode recuperar em 2025 as perdas do ano passado e poderá registrar crescimento de até 5,5% de acordo com algumas previsões, ajudado também pela queda do real em relação ao dólar, que torna os produtos brasileiros mais competitivos na exportação.

Há dois pontos de interrogação nesse cenário róseo: o clima e a oferta de crédito. A ocorrência de extremos climáticos é sempre um fator imponderável. Embora as previsões sejam positivas até agora, produtores de soja do Sul estão preocupados com a falta de chuva e o calor (Valor, 15/01). Já o custo do crédito vai subir inevitavelmente, acompanhando a indicação de elevação da taxa de juro básica, a Selic, dada pelo Banco Central. O Copom elevou a Selic para 12,25% na última reunião de 2024 e parte do mercado financeiro estima que a taxa possa chegar a 15% neste ano. Os juros elevados encarecem os investimentos em insumos e equipamentos e o capital de giro.

A alta dos juros básicos também aumenta os custos de equalização do crédito rural oficial, dificultando o equilíbrio entre a oferta de recursos subsidiados e as taxas cobradas dos produtores. No Plano Safra 2024/25, a expectativa era de redução dos juros, mas o cenário se inverteu, com a elevação da Selic. Isso pressiona o orçamento destinado à equalização, já comprometido com operações de anos anteriores, e levanta dúvidas sobre a disponibilidade de recursos mais baratos.

Dados do segundo semestre de 2024 já mostraram uma redução dos desembolsos do crédito rural e a substituição de fontes subsidiadas por alternativas privadas, como as Cédulas de Produto Rural (CPRs). Mas as alternativas de mercado têm custos mais elevados e não são acessíveis a produtores de menor porte. Em cenário de restrição orçamentária não dá para contar com a expansão do Plano Safra.

Um efeito secundário da maior ajuda da agricultura é que ela pode amortecer os preços dos alimentos, a maior influência hoje nos índices de inflação.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres (fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci (sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman (fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes (francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy (fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira (talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo (monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo (eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz (patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida (hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa (arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar (luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa (roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato (william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos (adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília) (alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício (cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães (fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa (joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta (luaiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza (marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes (mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos (marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte) (cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife) (marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba (daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luiza Filgueiras (maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues (samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo: Cassiano Ribeiro cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcisio J. Becevelli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Casal Cletto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste:
R$ 1.858,80 ou R$ 154,90 mensais. Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Legislações estaduais impõem sanções a empresas que atendem critérios ambientais globais. Por **Marília Tófollis**

Na contramão mundial, punição por preservação

Os produtos agrícolas e agroindustriais brasileiros carregam a marca de uma nação que deseja aliar progresso econômico à responsabilidade ambiental. Não por acaso, a Reforma Tributária inserida na Constituição de 1988, através da Emenda Constitucional 132/2023, inovou o sistema constitucional tributário ao, pela primeira vez na história, erigir a defesa do meio ambiente ao status de princípio constitucional tributário, consagrando a sustentabilidade como um eixo estruturante do desenvolvimento nacional.

Contudo, em um movimento que desafia tanto a lógica quanto os compromissos climáticos internacionais, algumas legislações estaduais emergem como paradoxos jurídicos. Projetos como o PL 1041/2024, de Goiás, e o PL 514/2024, do Maranhão, e normas como a Lei 12.709/2023, de Mato Grosso, e a Lei 5.837 de 2024, de Rondônia, subvertem o propósito das políticas tributárias ao punirem empresas agroindustriais através da perda dos seus incentivos fiscais e de terrenos públicos concedidos, quando priorizarem a aquisição de produtos agrícolas de fornecedores comprometidos com práticas ambientais responsáveis.

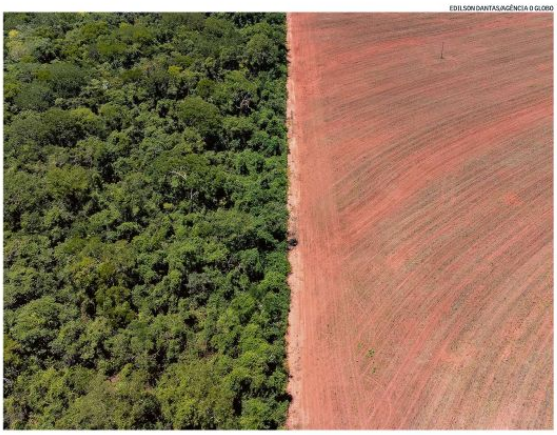
Essas iniciativas surgem para retaliar medidas internacionais como o European Union Deforestation Regulation (EUDR), de 2023, que busca garantir que produtos agrícolas negociados com a União Europeia sejam oriundos de zonas livres de desmatamento. No Brasil, medida similar foi adotada no acordo celebrado em 2006, chamado de Moratória da Soja, estabelecido por agroindústrias que concordaram em não adquirir soja de fazendas com lavouras em áreas desmatadas, demonstrando ao mundo que era possível produzir sem devastar, transformando a cadeia de produção da soja em um símbolo de responsabilidade ambiental.

Além da Moratória da Soja, outras iniciativas como o Programa Soja Baixo Carbono fora implementado para atender às demandas de mercados estratégicos. Essas medidas respondem diretamente às exigências internacionais com a promoção de práticas que atendam aos critérios ambientais globais, sem comprometer a produtividade e competitividade do setor.

Entretanto, ao invés de compreender esse movimento, já existente há 18 anos no Brasil, algumas legislações estaduais têm tratado essas exigências como ataques ao setor agrícola brasileiro, impondo sanções, como a perda de incentivos fiscais, a empresas que buscam adequar suas cadeias produtivas a esses requisitos.

Essa postura ignora que as agroindústrias brasileiras não são responsáveis por essas normas internacionais. Pelo contrário, são obrigadas a cumpri-las para acessar mercados estratégicos e preservar a competitividade do Brasil como um dos maiores exportadores agrícolas do mundo. Ao retaliar essas empresas, essas legislações estaduais criam uma ruptura desnecessária entre produtores rurais e agroindústrias — duas forças que deveriam trabalhar em simbiose para fortalecer o campo brasileiro.

Produzir alimentos de forma sustentável não é apenas uma exigência de compradores internacionais, mas uma vantagem competitiva para o Brasil. Diferente da Europa, onde a produção agrícola é frequentemente ineficiente e fortemente subsidiada, o Brasil conquistou sua posição como potência agrícola global por meio de inovação, eficiência e vastos recursos naturais. Essa liderança, no entanto, só pode ser mantida se campo e indústria estiverem alinhados, com soluções baseadas no diálogo e na cooperação, e não em medidas punitivas.


EDILSON DANTAS/AGÊNCIA O GLOBO

Por essa razão, no findar de 2024, partidos políticos ajuizaram as Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 7774 e 7775, em face da Lei nº 12.709 do estado de Mato Grosso, e da Lei nº 5.837 de 2024, do estado de Rondônia, respectivamente, sob o argumento de que são inconstitucionais por violarem a livre iniciativa e concorrência e a defesa do meio ambiente como princípio basilar do sistema tributário nacional.

Na ADI 7774, o Ministro Flávio Dino, em decisão de 26 de dezembro de 2024, concedeu medida cautelar, determinando a suspensão da eficácia da Lei nº 12.709/2024, afirmando que tais normas desincentivam práticas empresariais responsáveis e comprometem o Brasil no cenário global.

No caso da ADI 7775, a ação foi distribuída ao Ministro Dias Toffoli e, até o momento, não houve decisão cautelar. Em despacho de 13 de janeiro de 2025, o relator solicitou informações às autoridades de Rondônia responsáveis pela edição da Lei 5.837/2024, no prazo de cinco dias, bem como manifestação da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Procuradoria-Geral da República (PGR), no prazo de três dias. Além disso, o Greenpeace requereu ingresso no processo na qualidade de amicus curiae, demonstrando a relevância e a repercussão do tema, que transcende os limites estaduais para dialogar diretamente com compromissos ambientais internacionais.

Juridicamente, há ainda argumentos de natureza tributária que precisam ser considerados e não foram arguidos nas ADIs por se tratarem de matéria infraconstitucional. A sujeição da continuidade dos incentivos fiscais ao cumprimento das disposições das referidas leis, criando condições adicionais e impondo a perda imediata de benefícios já formalmente concedidos, contraria frontalmente o disposto no artigo 178 do Código Tributário Nacional.

Esse dispositivo estabelece que as isenções fiscais onerosas, ou seja, aquelas concedidas sob prazo certo e em função do cumprimento de determinadas condições, não poderão ser revogadas ou modificadas por lei a qualquer tempo. Esse entendimento foi ratificado pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula 544, que consagra o direito adquirido dos contribuintes beneficiados.

É preciso reconhecer que leis como essas não apenas afrontam a racionalidade tributária, mas também colocam em risco a imagem do Brasil como um player confiável no mercado internacional. Ao punirem empresas que adotam critérios de sustentabilidade, inviabilizam parcerias estratégicas e minam nossa competitividade em um mercado cada vez mais exigente em termos ambientais.

Não é plausível ignorar o cenário global que exige o compromisso com a sustentabilidade, o mundo não retrocederá em seus critérios de preservação e insistir em leis estaduais contrárias a esses princípios é arriscar a posição do Brasil no exterior.

Maria Tófollis é sócia de Rodovalho Advogados.

Perspectivas para o G2: China

Mario Mesquita

A China é a segunda economia do mundo, e a principal parceira comercial do Brasil e de diversos países da região. A trajetória da economia chinesa influencia também o comportamento dos preços de certas matérias primas importantes para o país, como o minério de ferro. A rivalidade geopolítica com os EUA não apaga o fato que ambas as economias seguem altamente conectadas (a China responde por cerca de 15% das importações americanas). De certa forma, continua sendo verdade que a principal fonte de demanda na economia mundial é o EUA, ao passo que a principal fonte de oferta é a China.

Visitei a China com colegas do Itaú-Unibanco no final do ano passado, o que ofereceu uma perspectiva particularmente interessante sobre aquela economia. Os policymakers chineses estão lidando com um quadro desafiador, que combina uma delicada transição de modelo de crescimento com um ambiente externo crescentemente complexo. A transição visa tornar a economia menos dependente da demanda externa, através de estímulos ao consumo doméstico, mais digital e ambientalmente avançada. Visa também reduzir a dependência do setor imobiliário. O grande desafio é implementar essa transição sem permitir uma redução excessiva do ritmo de crescimento no curto prazo. Isso no momento em que a transição presidencial americana implica riscos e incerteza para a economia chinesa.

A atitude das autoridades perante Trump 2.0 é mista. Por um lado, há a preocupação com o pacote de tarifas e outras restrições comerciais. Por outro, o novo presidente americano é percebido como uma liderança não ideológica e essencialmente transacional, o que poderia abrir espaço para negociações construtivas em diversas esferas.

Para tanto, as autoridades têm indicado que estímulos fiscais, monetários e de crédito, que tiveram início em setembro passado, devem continuar. Isso foi sinalizado no discurso de ano novo do Presidente Xi Jinping, e corroborado em comunicações recentes do banco central e da NDRC (National Development and Reform Commission), a principal instituição de gestão macroeconômica no país. Mas a calibragem do pacote de estímulos deve ser definida após o início da gestão Trump, quando haverá mais clareza sobre as iniciativas do governo americano no campo tarifário. A estratégia deve ficar mais clara no começo de março, quando a meta de crescimento a ser defendida será anunciada. O mais provável é que, assim como em 2023 e 2024, a meta seja estabelecida "em torno de 5%".

No que tange a estímulos de curto prazo, o governo deve seguir com uma postura incremental e gradualista, até porque a incerteza é elevada, e há certa predisposição em preservar capacidade de ação para poder reagir aos eventos. Um pacote mais amplo e intenso, se for anunciado, deve vir apenas no final do primeiro trimestre. Por ora, a atividade no fim de 2024 foi ajudada pelas medidas adotadas em setembro como distensão monetária, com cortes de juros e redução de depósitos compulsórios e fiscal, com emissão de títulos do governo central, para viabilizar ajuda aos governos locais, que estão em situação financeira bem ruim.

A crise das finanças subnacionais se deve basicamente à depressão do setor imobiliário (vendas de imóveis em 2024 foram em torno de 50% daquelas observadas no auge, em 2021), o que também atinge o setor bancário — recapitalização das instituições mais frágeis também deve acontecer. Nossas contrapartes não mostraram preocupação quanto à possível falta de espaço fiscal: a dívida do governo central é baixa (25% do PIB) e, mais importante, a taxa de juros real usualmente é inferior à taxa de crescimento do produto, o que tende a continuar enquanto o regime de repressão financeira não for abandonado.

Calibragem do pacote de estímulos deve ser definida quando houver clareza sobre as ações dos EUA no campo tarifário

A taxa de câmbio pode ser utilizada para ajudar a absorver choques, mas parece haver limite para a flexibilidade tolerada. A sinalização que inferimos da visita foi que haveria uma defesa soft do patamar de RMB 7,30 (que já foi ultrapassado), mas uma atuação muito mais vigorosa na vizinhança de RMB 8 por dólar. O uso do câmbio como amortecedor conflita com o projeto estratégico de internacionalização do RMB.

O debate sobre política econômica parece muito mais aberto do que se imagina no Ocidente. Há discussão de medidas mais estruturais e inovadoras para estimular o crescimento no curto prazo e favorecer a transição. No curto prazo, podemos ter coparticipação famílias-governo para a aquisição de bens de consumo duráveis, ainda que transferências diretas não sejam contempladas — as autoridades chinesas acreditam que isso tende a desestimular a oferta de trabalho e que, dados indicadores de confiança deprimidos, as transferências tenderiam a ser poupadas, e não gastas.

No âmbito estrutural, houve muita discussão sobre o relaxamento progressivo do sistema de registro de residentes (hukou), que impede migrantes (cerca de 400 milhões de pessoas, com estimativas entre 40-50% sem hukou) de comprarem imóveis e terem acesso a serviços públicos. Melhora da rede de proteção social (inclusive para esses migrantes) favoreceria uma redução da poupança e aumento do consumo das famílias.

Levando tudo em consideração, é provável que no fim do ano a China mostre uma taxa de crescimento "em torno de 5%", mas mediante uma política econômica ativa e com riscos predominantemente assimétricos para baixo.

Mario Mesquita é economista-chefe do Itaú Unibanco.

Frase do dia

"A China está operando o Canal do Panamá, e não o demos à China. Nós o demos ao Panamá e estamos tomando de volta".

Do presidente Donald Trump em seu discurso de posse

Cartas de Leitores

Imigrantes nos EUA

A ordem de deportação em massa de imigrantes, determinada pelo presidente Donald Trump, é a maior em sete décadas nos Estados Unidos. Em 1954, houve a deportação de pouco mais de um milhão de imigrantes, durante a Operação Wetback, no primeiro mandato do presidente Dwight Eisenhower (reeleito em 1956). Na época, o foco era apenas nos mexicanos. Agora, a situação é muito mais complexa, principalmente, por envolver vários países da América Central, do Caribe e da América do Sul. Portanto, haverá um claro reflexo no tensionamento da geopolítica internacional no continente americano.

Luiz Roberto da Costa Jr.
da_costa_junior@hotmail.com

Inflação

A inflação põe em alerta vermelho os estrategistas da área econômica. Apesar disso, o governo se limita a adotar ações de efeito rápido. Uma delas é o desencadeamento prematuro e diversionista da agitação eleitoral, além de um arremedo de combate à inflação mediante métodos que, historicamente, não surtiram efeito em épocas em que o Brasil conquistou o triste recorde de país convivendo mais tempo com hiperinflação.

As medidas realmente eficazes, como diminuição dos gastos públicos, aumento de produtividade, desobstrução de canais de infraestrutura de modo a baratear produtos, abertura inteligente da economia a fim de atrair investimentos e política monetária conduzida por um Banco Central realmente independente e queseja surdo aos tambores provenientes doPlanalto, não são eleitoreiras e, portanto, não apresentam resultados no curto prazo, não contribuindo, assim, para a garimpagem de votos.

Tal cenário deixa a sociedade apreensiva por não saber como será paga a futura conta, seja qual for a linha dos novos mandatos.

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

Pix

Quanto mais o governo tenta se explicar sobre o decreto que viralizou nas redes sociais, pior fica. Dizer que a medida do Pix era para pegar o crime organizado é coisa de governo imaturo. Porque o crime "já é organizado", tanto que no nosso dia a dia e no entorno já vemos postos de gasolina, restaurantes, lojas que se cochicha serem de "lavagem de dinheiro". Mas dizer a verdade custava muito caro politicamente ao presidente Lula da Silva e ao Partido dos Trabalhadores, daí ficou pior a emenda do que o soneto.

Honesto seria dizer que viver na "informalidade" geram sérios problemas no futuro como cidadão socialmente ativo, inclusive para ter direito a uma aposentadoria digna etc.

Beatriz Campos
beatriz.campos@uol.com.br

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Esforços protecionistas de Trump podem causar menos danos do que se imagina, Por **Tej Parikh**

Pequim é ágil para driblar tarifas

Bem-vindo de volta. Donald Trump foi empossado como presidente dos Estados Unidos ontem. Que melhor momento do que este para agitar os ânimos com uma visão contrária aos planos de sua equipe para pressionar a China no comércio exterior, indústria e tecnologia?

De forma compreensível, muitos entendem que as tarifas e restrições adicionais sobre a China serão ruins para sua economia. Os esforços protecionistas de Trump, contudo, poderiam causar menos dano do que se imagina. Na verdade, a indústria chinesa pode ser capaz de prosperar apesar deles (ou mesmo por causa deles). Aqui estão os contra-argumentos.

Comecemos com o impacto econômico direto e imediato das tarifas. A China diversificou-se e passou a depender menos do mercado americano desde o primeiro mandato de Trump. Hoje, a demanda total dos EUA por produtos chineses representa cerca de 2,8% do Produto Interno Bruto (PIB) da China, de acordo com a firma de análises Capital Economics. Seus cálculos indicam que um aumento na tarifa efetiva de cerca de 15% para 60% (no cenário extremo) — como ameaçado por Trump — poderia fazer a economia chinesa encolher apenas 1%. Outros economistas têm conclusões semelhantes.

Esse impacto talvez seja menor do que muitos imaginavam e, além disso, não leva em conta outros fatores neutralizadores.

A China pode desviar exportações para outros destinos onde a demanda está em alta. Na esteira das tarifas aplicadas no primeiro mandato de Trump, as exportações de Pequim para mercados emergentes de rápido crescimento decolaram. A demanda por produtos chineses no mundo desenvolvido, excluindo os EUA, também aumentou. Outros países — em particular, os da Iniciativa do Cinturão e da Rota, também conhecida como Nova Rota da Seda, com os quais a China passou décadas fortalecendo laços econômicos — desejarão manter o comércio de baixo custo com Pequim.

Além disso, os produtos chineses ainda podem chegar aos EUA via reexportação — envio por meio de um terceiro país — permitindo aos produtores driblarem as tarifas. Trump já sabe disso e tentará fiscalizar países como México e Vietnã. Isso, porém, não será fácil nem rápido. As empresas chinesas já vêm se protegendo contra esse risco ao montar fábricas em outros países.

A China diversificou e depende menos do mercado americano desde o primeiro mandato de Trump. Hoje, a demanda dos EUA por produtos chineses é de cerca de 2,8% do PIB da China. Um aumento na tarifa para 60% faria a economia chinesa encolher apenas 1%

O yuan provavelmente também se desvalorizará quando as tarifas forem anunciadas, mantendo as exportações chinesas competitivas. No primeiro mandato de Trump, a desvalorização do yuan compensou o impacto das tarifas.

Levando em conta todos os fatores, o impacto econômico direto pode ser bem inferior a 1%.

As pressões no custo de vida e a urgência das mudanças climáticas fazem com que a lógica econômica de importar produtos baratos da China (pelo menos fora dos EUA) continue forte.

A competitividade de preços da China vem de sua especialização na obtenção de suprimentos, refino e produção de bens alinhados aos setores globais de alto crescimento. Uma estratégia industrial de décadas guiada pelo Estado deu à China um domínio vertical nas cadeias de suprimentos para veículos elétricos, baterias e fontes de energia renováveis, desde as commodities de terras-raras até os produtos acabados.

O país fabrica mais de 30% da produção industrial mundial (superando a soma dos nove maiores produtores seguintes). A China possui vantagens comparativas em uma ampla gama de produtos: não apenas nos tradicionais brinquedos e roupas "Made in China", mas também em produtos complexos de alta tecnologia.

De fato, os esforços para restringir o poderio industrial da China costumam subestimar seu grau de domínio e a capacidade de Pequim de usar o aparato estatal para respaldar seus produtores. O economista chinês Lisheng Wang, do Goldman Sachs, sinalizou que "as contínuas políticas de apoio à indústria de alta tecnologia" e "o afrouxamento fiscal" ajudariam a suavizar o impacto das tarifas.

Pequim poderia usar o crescente protecionismo dos EUA como uma oportunidade para melhorar relações comerciais com aliados frustrados dos EUA. Também poderia retaliar vetando o acesso a materiais brutos vitais. A China detém 36% das reservas mundiais de terras-raras, mas controla 70% da oferta mundial (daí a obsessão de Trump com a Groenlândia).

Por fim, embora o Ocidente tenha vantagens na inteligência artificial (IA), semicondutores e computação quântica, o protecionismo nessas áreas pode não atrapalhar o avanço tecnológico da China tanto quanto se imagina.

Com controle federal sobre seu setor privado, Pequim se vale de subsídios, diretrizes e incentivos para cumprir o objetivo de Xi Jinping de liderar o mundo em inovação científica e tecnológica. A estratégia industrial liderada pelo Estado tem suas falhas, mas a China é melhor do que qualquer outro país em executá-la bem.

Isso significa que os controles dos EUA sobre suas exportações podem motivar as empresas chinesas — apoiadas por Pequim — a redobrar os esforços de substituição de importações e de independência tecnológica por meio de soluções criativas, da colaboração local e até de mercados paralelos. As fabricantes chinesas enfrentam "competição ferrenha" entre si por apoio estatal.

"Em termos líquidos, as restrições americanas aceleraram o ímpeto chinês de inovação", disse Dan Wang, pesquisador no Pau Tsai China Center, da Yale Law School. "Antes, Huawei e BYD compravam os melhores componentes no mercado, mas agora seus incentivos estão alinhados aos do governo chinês. O dinheiro da Huawei agora vai para as firmas locais de semicondutores".

Segundo o Australian Strategic Policy Institute, entre 2003 e 2007, a China liderava em só 3 entre 64 tecnologias consideradas críticas. Entre 2019 e 2023, o país tornou-se líder em 57 dessas tecnologias.

Pequim desenvolveu um processo local para impulsionar a inovação científica. O país tem o maior número de formados do mundo nas áreas conhecidas como STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática) e oferece capital de longo prazo para pesquisa e desenvolvimento (que, como proporção do PIB, está cada vez mais próximo ao dos EUA).

Ainda assim, a situação pode não se desenrolar a favor da China. Por exemplo, a agenda protecionista de Trump poderia gerar uma incerteza internacional generalizada, o que deprimiria a demanda e amplificaria o impacto das tarifas sobre a economia chinesa. O resto do mundo também poderia adotar uma postura mais rigorosa em relação às importações provenientes da China. Além disso, o modelo de inovação guiado pelo Estado chinês não é uma nenhuma panaceia. Depende de o governo tomar as decisões corretas na alocação (e na retirada) de recursos. Isso pode gerar desperdícios.

A China também se depara com grandes problemas econômicos estruturais. Sua trajetória de crescimento perdeu força e o país encontra dificuldade para reanimar os "espíritos animais" e impulsionar o nível do consumo, depois da crise do mercado imobiliário. Isso torna o país dependente demais do crescimento alimentado pelos investimentos e pelas exportações.

Ainda assim, o argumento continua de pé. As tarifas de Trump podem não ser tão prejudiciais para a indústria e a supremacia tecnológica da China como se previa. Pequim tem problemas maiores com os quais se preocupar. *(Tradução de Sabino Ahumada)*

Tej Parikh é o principal redator de economia do Financial Times.

Especial

Energia Discurso do presidente americano reforça promessas de campanha de priorizar fontes fósseis e contraria tendência global de descarbonização

Apoio de Trump ao petróleo pode reduzir preço e afetar balança comercial do Brasil

Kariny Leal e Rafael Bitencourt
Do Rio e Brasília

O discurso de posse do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, nesta segunda-feira (20) reforçou as expectativas de que o novo governo americano vai priorizar a produção de hidrocarbonetos no lugar de fontes renováveis. Trump disse que vai declarar emergência energética nacional, o que deve levar o país a deixar em segundo plano a transição energética para uma economia de baixo carbono e dar maior atenção às fontes fósseis (petróleo e gás).

"A crise de inflação foi causada por gastos excessivos e pela escalada dos preços da energia. Por isso, declaro hoje emergência energética nacional. Nós vamos perfurar, bebê, perfurar", disse Trump, em alusão à atividade de perfuração de campos de petróleo e gás, um dos principais lemas da campanha. Segundo o presidente, o plano é encher as reservas estratégicas dos Estados Unidos e exportar mais.

No mercado, ainda que a mensagem de Trump tenha sido clara no sentido de aumentar as exportações de petróleo dos EUA, há avaliações de que a medida não deve representar um aumento de concorrência para o Brasil, segundo disse Décio Oddone, que foi diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Na visão dele, o petróleo brasileiro é diferente do americano, e por isso haveria mercado consumidor para ambos.

Felipe Perez, analista da S&P, disse que a relação entre Brasil e Estados Unidos ainda depende das definições de tarifas de Trump. Mas outros elementos devem ser considerados na equação, diz, como a agenda brasileira de priorizar o conteúdo local na indústria de petróleo e a busca por aproximação entre países do Brics (Rússia, Índia, China e África do Sul).

Os efeitos das medidas de Trump sobre as cotações internacionais do petróleo ainda são incertos. Ontem (20), o petróleo negociado nos Estados Unidos, o WTI, fechou em queda de 2,35%, a US$ 75,57. O Brent, negociado em Londres, caiu 0,59%, a US$ 79,10.

Analistas ouvidos pelo **Valor** dizem que ainda é cedo para prever a direção que as cotações do petróleo vão tomar. Victor Arduin, gerente em gestão de riscos para energia e câmbio da Hedgepoint, diz que as decisões de Trump podem não influenciar os preços a curto prazo, mas a médio prazo a tendência é que o aumento da oferta americana signifique um recuo das cotações. "Caso sejam implementadas medidas para reduzir a regulamentação, os Estados Unidos poderão ampliar a oferta de petróleo, que atualmente está em cerca de 13 milhões de barris por dia."

Para Arduin, o cenário de emergência energética citado por Trump cria condições favoráveis para ampliar a produção americana. O efeito das medidas de Trump sobre os preços ainda deve depender também de decisões quanto a sanções sobre Irã e Rússia, além da relação com a Venezuela, disseram especialistas.

Caso se confirme a expectativa de recuo nos preços, a balança comercial brasileira pode sofrer, conforme o analista da Hedgepoint. O petróleo se tornou principal item na pauta de exportações brasileiras em 2024, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic). O produto registrou aumento de 5,23% nas vendas ao exterior em comparação a 2023, com US$ 44,8 bilhões exportados, representando 13,3% dos embarques totais do país.

"A balança comercial do Brasil, atualmente beneficiada pelo aumento dos preços e do volume de petróleo explorado no país, pode enfrentar desafios", disse Arduin. Com a queda dos preços, será necessário aumentar significativamente a produção para manter a mesma contribuição do petróleo na balança comercial. "Isso pode ser difícil nos próximos anos caso o Brasil não invista na ampliação das reservas."

O Brasil deve alcançar produção de 3,6 milhões de barris por dia de petróleo em 2025, segundo dados do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), aumento de cerca de 6% ante a média acumulada de 3,4 milhões de barris por dia em 2024.

Em momento em que países se reúnem em fóruns globais para debater medidas que reduzam efeitos do aquecimento global, as falas de Trump foram na direção oposta. Oddone, que hoje é presidente da Brava Energia, acredita que a decisão de Trump de abandonar medidas em prol de energias renováveis deve reduzir a velocidade da transição energética. "As medidas vão trazer um esfriamento dos planos de energias renováveis, especialmente onde há maior influência americana", disse o executivo. Além de declarar a saída do Acordo de Paris, Trump deve reverter regulações ambientais que eram condições para atividades petroleiras.

A ala dedicada à implementação da política ambiental no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, liderada pela ministra Marina Silva (Meio Ambiente), esperava uma mensagem dura de Trump. Em nota, a ministra disse que o discurso de Trump começou a confirmar os prognósticos mais pessimistas sobre os tempos desafiadores que virão. "Seus primeiros anúncios vão na contramão da defesa da transição energética, do combate às mudanças climáticas e da valorização de fontes renováveis na produção de energia", disse Marina na nota. Na visão da ministra, serão tempos "desafiadores" para o mundo. "Resta enfrentá-los com informação, compromisso com a vida e capacidade de negociação política."

A avaliação do governo brasileiro é que parte das medidas anunciadas será dosada pela administração Trump para não gerar efeito negativo para a própria economia americana. O entorno da ministra Marina Silva tem mencionado que a própria confirmação da saída dos EUA do Acordo do Clima de Paris só poderá ser formalizada após um ano do pedido. Isso tende a limitar, por exemplo, a repercussão dessa medida sobre a próxima edição da Conferência do Clima, a COP30, que será realizada em novembro em Belém (PA).

Outra avaliação também da ala ambiental é que o Brasil não estará sozinho na defesa da agenda de combate às mudanças climáticas. A constatação de que políticas de transição energética são um "caminho sem volta" tende a ter o respaldo de boa parte da União Europeia e dos países emergentes.

Interlocutores do governo brasileiro consideram que Trump poderá enfrentar ainda resistência dos atores subnacionais. Os governadores dos Estados americanos, que apostaram todas as fichas no suprimento de energia renovável (eólica e solar), poderão se opor às iniciativas de valorização dos combustíveis fósseis.

As falas de Trump devem ecoar nos debates do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, que começou nesta segunda (20). O **Valor** apurou que o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, teria recebido orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para apresentar o Brasil no evento como destino seguro de investimentos em energia renovável. A ideia é que o país se mostre como alternativa atrativa para os investidores interessados em aportar recursos em ativos "verdes".

Entre as oportunidades que devem ser destacadas pelo ministro em Davos, está a produção de hidrogênio verde, biocombustíveis, energia elétrica solar e eólica. São apostas do governo para gerar crescimento econômico, emprego e renda no país. Silveira será o único representante do alto escalão do governo federal no fórum. Ele embarcou ontem e deve participar de painel com discussões sobre o mercado brasileiro nesta terça-feira (21). No evento, o ministro deverá ter encontros com executivos e delegações estrangeiras.

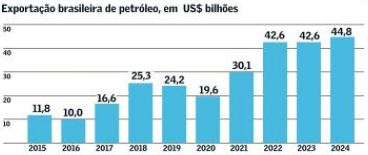
DIVULGAÇÃO

Victor Arduin, da Hedgepoint: Decisões de Trump podem levar a um recuo das cotações do petróleo a médio prazo

Peso crescente

Venda brasileira de petróleo quase quadruplica em uma década

Exportação brasileira de petróleo, em US$ bilhões



Principais destinos do petróleo brasileiro em 2024, em US$ bilhões

Fonte: Mdic

"As medidas de Trump vão trazer um esfriamento dos projetos de energias renováveis"
Décio Oddone

Liderança ambiental dos EUA é crucial, diz ONU

Daniela Chiaretti
De São Paulo

O secretário-geral das Nações Unidas, Antônio Guterres, disse estar confiante de que cidades, Estados e empresas dos EUA continuarão a mostrar visão e liderança depois que o presidente americano, Donald Trump disse que vai retirar o país do Acordo de Paris, segundo documento divulgado pela Casa Branca.

Segundo o porta-voz da ONU, Guterres teria dito ser crucial que os EUA continuem líderes em questões ambientais.

Ao mencionar a intenção de sair do acordo climático global, os EUA ficam ao lado de Irã, Líbia e Iêmen como os únicos países não signatários do Acordo de Paris.

Simon Stiell, secretário-executivo de Mudanças Climáticas da ONU, lembrou o que pode acontecer com a economia americana se desprezar investimentos em energias renováveis. "O boom global de energia limpa — no valor de US$ 2 trilhões somente no ano passado e em rápido crescimento — é o negócio de crescimento econômico da década."

Stiell seguiu: "Adotá-lo significará lucros enormes, milhões de empregos na indústria e ar limpo. Ignorá-lo apenas envia toda essa vasta riqueza para as economias concorrentes, enquanto os desastres climáticos como secas, incêndios florestais e supertempestades continuam a piorar, destruindo propriedades e empresas, atingindo a produção de alimentos em todo o país e gerando inflação em toda a economia".

Secretário-executivo da Convenção do Clima onde está encaixado o Acordo de Paris, Stiell disse que "a porta continua aberta para o Acordo de Paris e agradecemos o engajamento construtivo de todo e qualquer país".

Laurence Tubiana, CEO da European Climate Foundation e arquiteta do Acordo de Paris, lamenta a saída dos EUA do acordo. "Mas a ação climática multilateral provou ser resiliente e é mais forte do que as políticas e os políticos de qualquer país. A Europa, juntamente com outros parceiros, tem agora a responsabilidade e a oportunidade de assumir a liderança. Ao avançar com uma transição justa e equilibrada, a UE pode mostrar que uma ação climática ambiciosa protege as pessoas, fortalece as economias e cria resiliência."

"A crise climática não pode ser enfrentada por nenhum país sozinho — exige uma resposta multilateral. Mas este momento deve servir como um alerta para reformar o sistema, garantindo que os mais afetados, como as comunidades e indivíduos na linha de frente, estejam no centro de nossa governança coletiva", segue ela.

"O Acordo de Paris continua sendo mais essencial do que nunca", afirmou Ani Dasgupta, presidente e CEO do World Resources Institute (WRI). "As negociações climáticas das Nações Unidas são a única plataforma em que todas as nações têm voz em um dos desafios mais urgentes de nosso tempo."

Bebidas
Banco da J&F financia R$ 328 milhões para continuidade da Petrópolis
B3

Gestão
Pesquisa da PwC indica atenção do CEO com a reinvenção dos negócios, diz Castro, sócio-presidente B2

Veículos
BMW decide oferecer no Brasil modelos com todos os tipos de motorização B4

Agronegócio
Raízen perdeu R$ 18,7 bilhões em valor de mercado em um ano e meio B8

Travelex Bank
SEU BANCO PARA MOVIMENTAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA.
travelexbank.com.br
(11) 3004-0490

Valor B
Terça-feira, 21 de janeiro de 2025

Empresas

Madeira Entre 2020 e 2024, o setor movimentou R$ 15 bilhões em seis grandes transações

Ativo florestal pode gerar mais de R$ 10 bilhões em negócios

Helena Benfica
De São Paulo

Os crescentes investimentos da indústria de celulose e papel aqueceram o mercado de compra e venda de ativos florestais — que movimentou cerca de R$ 15 bilhões nos últimos 5 anos. Segundo especialista do setor, essa tendência vai persistir, com novas transações podendo movimentar mais de R$ 10 bilhões nos próximos anos.

Além da demanda por parte das empresas, há também um potencial vindo da regulação do mercado de créditos de carbono no Brasil, sancionado em meados de dezembro de 2024 pelo presidente Lula.

Entre 2020 e 2024, Bracell, Suzano, CMPC, Klabin e Arauco negociaram 496.887 hectares de área no país, transacionando R$ 14,885 bilhões, segundo levantamento da ESG Tech, feito a pedido do **Valor**.

As seis negociações avaliadas pela consultoria foram feitas entre as próprias companhias ou com fundos de investimento florestal (TIMOs, em inglês) e envolvem principalmente plantios de pinus e de eucalipto. "A preferência [das empresas] é ter uma floresta no padrão desejado, mas quando há escassez de madeira, elas não pensam duas vezes [em comprar]", afirma Marcos Coso, sócio da ESG Tech e engenheiro florestal.

A operação mais recente apontada no levantamento foi a venda de 60 mil hectares de florestas plantadas e 43 mil hectares de terras, em São Paulo, Paraná e Santa Catarina, da Klabin para uma TIMO. Com potencial de colocar até R$ 2,7 bilhões no caixa da companhia, o valor arrecadado será utilizado para reduzir seu endividamento nos próximos meses.

A maior parte das terras envolvidas nessa negociação é do projeto Caetê, adquirido pela fabricante de celulose brasileira da chilena Arauco no início do ano por US$ 1,16 bilhão, equivalente a R$ 5,8 bilhões no câmbio à época do anúncio. O negócio englobou 150 mil hectares, sendo 85 mil hectares de plantio de pinus e eucalipto, e 31,5 milhões de toneladas de madeira em pé.

Marcos Ivo, diretor financeiro da Klabin, entende que em um horizonte de 10 anos, ainda há espaço para a empresa ampliar sua base florestal no Sul do país, região prioritária para a companhia. "Na nossa análise, baseado em ciência, é onde existe o menor risco de mudanças climáticas", diz.

No caso de uma eventual expansão, o executivo afirma que serão exploradas todas as alternativas disponíveis, desde a formação da base florestal pela própria empresa até a aquisição de terras e florestas de terceiros.

O desinvestimento também foi estratégico para o grupo chileno, que planeja investir US$ 4,6 bilhões em uma megafábrica de celulose de eucalipto no Mato Grosso do Sul antes do fim da década. Quando pronta, a nova unidade terá a capacidade de produzir 3,5 milhões de toneladas de fibra de eucalipto por ano.

Outro grupo chileno em expansão no Brasil é a CMPC. Em abril, a empresa anunciou uma nova fábrica no Rio Grande so Sul, com capacidade de produção 2,5 milhões de toneladas por ano de celulose de eucalipto.

A Bracell, produtora de celulose do grupo singapurense Royal Golden Eagle (RGE), desembolsou R$ 1 bilhão em 2020 para adquirir 21.066 hectares de propriedades rurais da Suzano em São Paulo. A companhia estava em vias de inaugurar o projeto Star, ampliação da antiga Lwarcel em Lençóis Paulista (SP), com capacidade de produzir até 3 milhões de toneladas anuais de celulose kraft a partir do eucalipto ou 1,5 milhão de toneladas de celulose solúvel por ano.

Além dos projetos executados e anunciados, há estudos para novas fábricas que ainda não foram confirmados. A Paper Excellence, sócia da J&F Investimentos na Eldorado, está avançando nas conversas para ter uma nova unidade de celulose no país, provavelmente em Minas Gerais. Futuramente, a Klabin também tem no radar uma nova planta de celulose fluff (utilizada em fraldas e absorventes) no Sul do país, com capacidade de produzir algo entre 650 e 850 mil toneladas por ano.

"Tudo isso vai aumentar as áreas plantadas e tende a gerar novas transações entre empresas de celulose e proprietários individuais, ou empresas que já têm floresta plantada", afirma Coso, da ESG Tech. Há que se considerar ainda que os novos projetos estão vindo cada vez maiores em termos de capacidade produtiva, o que exige bases florestais à altura. "Um projeto hoje dificilmente sai com área florestal plantada menor que 250 milhectares", diz.

Parte dessa base será formada por investimentos diretos, mas o restante deve envolver a compra de florestas já formadas, avalia Coso. "Por isso, não é absurdo estimar que transações de terras e florestas movimentem mais de R$ 10 bilhões ao longo dos próximos anos", afirma.

A demanda por madeira no país cresceu de forma expressiva nos últimos anos, puxada não só pela produção de papel e celulose, mas também por outros setores da economia, como siderurgia, energia e agricultura.

A indústria de etanol de milho, por exemplo, tem se tornado um grande consumidor de biomassa do cavaco de eucalipto no seu processo produtivo. De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a produção do etanol à base de milho aumentou em 800% no país entre 2017 e 2023.

"O Brasil já produz 7 milhões de litros de etanol de milho, e isso pode chegar a 14 bilhões em 8 anos, o que demandaria mais hectares de biomassa de eucalipto", afirma Carlos Aníbal de Almeida, vice-presidente executivo de florestal e suprimentos da Suzano.

Nesse contexto, a disponibilidade de ativos florestais com características "ótimas" para o plantio tende a ficar cada vez mais limitada, afirma Aníbal. A Suzano inaugurou há pouco o Projeto Cerrado, em Ribas do Rio Pardo (MS), com capacidade para produzir 2,55 milhões de toneladas de celulose de eucalipto por ano. É a maior linha única do mundo.

Apesar de não dar clareza sobre os próximos passos, a companhia entende que o investimento florestal para novos projetos será cada vez maior. "As condições ideais para um projeto competitivo estão se tornando cada vez mais desafiadoras, o que pode levar a um aumento do custo de produção da celulose", disse. Por isso, a palavra de ordem na Suzano é aumentar a autossuficiência em madeira, seja por ganho de produtividade ou expansão da base plantada.

Outro fator que pode criar novas oportunidades para investimentos florestais no Brasil é a regulação do mercado de créditos de carbono. Em meados de dezembro, o mercado comemorou a sansão da lei que regulamenta esse mercado no país.

Para Gerrity Lansing e Mark Wishnie, diretor de sustentabilidade do BTG Pactual Timberland Investment Group (TIG), a América Latina, em especial o Brasil, pode assumir um protagonismo importante nesse mercado. Com um portfólio de US$ 7,2 bilhões em ativos e compromissos sob gestão, até 30 de setembro de 2024, o BTG Pactual TIG é um dos principais fundos de gestão de investimentos florestais do mundo.

"As altas taxas de crescimento biológico da região, alinhadas a oportunidades potenciais de fornecer benefícios climáticos, de biodiversidade e sociais juntamente com retornos financeiros potenciais, são atrativos para muitos investidores em florestas", afirmam os executivos.

Os interessados, segundo Lansing e Wishnie, incluem fundos de pensão, companhias de seguros e fundações, instituições financeiras e instituições de financiamento ao desenvolvimento, bem como corporações privadas, escritórios familiares e outros.

As maiores transações com florestas em 5 anos 496.887 hectares de área, transacionando cerca de R$ 15 bilhões

Comprador	Vendedor	Ativos	Espécie	Área Total (ha)	Valor Total (R$ bilhões)
Bracell	Suzano	Florestas + Terras	Eucalipto	21.066	1,057
CMPC	Iguaçu	Florestas + Terras + Indústria	Pinus	11.821	0,945
Suzano	Parkia/ Vitex	Florestas + Terras	Eucalipto	206.000	3,300
Klabin	Arauco	Florestas + Terras	Pinus e Eucalipto	85.000	5,800
Suzano	BTG Pactual TIG	Florestas + Terras	Eucalipto	70.000	1,083
BTG Pactual TIG	Klabin	Florestas + Terras	Pinus e Eucalipto	103.000	2,700

Fonte: ESG Tech

FOTO: HELENA BENFICA/VALOR

MASAO GOTO FILHO/VALOR

Aníbal, da Suzano, diz que outros setores além da celulose precisam de madeira

Destaques

Lavvi cresce no 4º tri
A incorporadora Lavvi registrou no quarto trimestre três lançamentos, com R$ 905,5 milhões de valor geral de venda (VGV), alta de 91% ante o mesmo período de 2023. As vendas líquidas cresceram 97%, para R$ 867 milhões. Os dados incluem apenas a participação da Lavvi nos projetos. A incorporadora apresentou geração de caixa de R$ 92 milhões, revertendo queima de R$ 81 milhões no quarto trimestre de 2023. Em todo o ano passado, alcançou R$ 2,8 bilhões em VGV lançado, alta de 91%. As vendas subiram ainda mais, 115%, para R$ 2,5 bilhões. De outubro a dezembro, a velocidade de venda, medida pelo indicador de venda sobre oferta (VSO) foi de 36%, alta de 9 pontos. No ano, a VSO subiu de 47% para 60%.

Trisul vende 130% mais
No quarto trimestre, a Trisul alcançou R$ 924 milhões em VGV os seus lançamentos, alta de 120% sobre o mesmo período de 2023. Foi também quase 70% do total lançado pela companhia em 2024, R$ 1,34 bilhão, o que representou crescimento de 48% sobre o ano anterior. As vendas contratadas somaram R$ 746,3 milhões de outubro a dezembro, alta de 129%. Em 2024, as vendas atingiram R$ 1,68 bilhão, crescimento de 44%. Os dados de lançamentos e vendas se referem apenas à porcentagem da Trisul nos projetos. A VSO foi de 29,6% no trimestre e de 48,7% em 2024, ante 13,3% e 35,5% no ano anterior. A empresa terminou dezembro com banco de terrenos avaliado em R$ 4,8 bilhões, comparável a R$ 4,6 bilhões em 2023.

Tradener anuncia eólica
A Tradener, empresa que atua nos segmentos de comercialização e geração de energia elétrica, anunciou que vai investir cerca de R$ 500 milhões em um novo parque eólico no litoral do Rio Grande do Sul, entre as regiões de Osório e Santo Antônio da Patrulha. Com capacidade de 80 megawatts (MW) de potência, o parque se chama Chicolomã e está pronto para o início das obras, mas restam algumas pendências, como a definição do fabricante que fornecerá as turbinas eólicas. O CEO da empresa, Guilherme Ávila, reconhece que pontos como câmbio, custo de implantação, taxas de juros no Brasil e um contexto de sobra de energia podem atrapalhar o projeto, que tem expectativa de entrar em operação em cinco anos.

Estratégia Pesquisa Global com CEOS, da PwC, mostra que líderes estão otimistas com a economia

IA está no radar, mas reinvenção dos negócios é hoje a maior preocupação dos executivos

Mônica Scaramuzzo
De Davos (Suíça)

GABRIEL REIS/VALOR

Marco Castro, da PwC Brasil: "Se os negócios não passarem por uma remodelagem profunda, eles não vão sobreviver"

Um terço dos líderes globais, incluindo o Brasil, afirma que a inteligência artificial contribuiu em 2024 para o aumento de receita e lucratividade de suas empresas, mostra a 28ª Pesquisa Global com CEOs (Global CEO Survey), organizada pela consultoria e auditoria PwC e apresentada nesta segunda-feira (20), durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça.

A pesquisa também revela que os executivos começaram a colher os resultados de investimentos de baixo impacto climático. Dois terços dos líderes empresariais dizem que investimentos climáticos reduziram custos ou não tiveram impacto relevante nas despesas. Foram entrevistadas 4.700 pessoas de mais de 100 países.

Os avanços nessas frentes, contudo, convivem com a urgência da reinvenção dos negócios. Apesar de 45% dos líderes brasileiros acreditarem que suas empresas não serão viáveis pelos próximos 10 anos se mantiverem o rumo atual, apenas 8% das receitas das companhias no país nos últimos cinco anos vieram de novos negócios (7% na média global).

"A gente nota desde o ano passado, de forma muito marcada, que se os negócios não passarem por uma remodelagem profunda, uma reinvenção, eles não vão sobreviver nos próximos anos", disse ao **Valor** Marco Castro, sócio-presidente da PwC Brasil. "E a gente nota isso no dia a dia. A pesquisa mostra claramente que uma série de empresas que tem investido em novos segmentos e extraído uma parte importante das suas receitas está emergindo a partir desses investimentos."

Apesar desses desafios e do cenário global de tensões geopolíticas e comerciais, 68% dos CEOs no Brasil esperam que o crescimento da economia global se acelere nos próximos 12 meses. A percepção significa um forte aumento em relação aos 36% da pesquisa de 2024 e dos 17% de 2023. Na média global, a tendência é a mesma, mas menos acentuada: 58% acreditam no crescimento da economia global, enquanto em 2024 este percentual foi de 38%.

As entrevistas da PwC foram feitas no fim do ano passado, já precificando, deste modo, a eleição do presidente americano Donald Trump, que tomou posse nesta segunda-feira (20).

"Acho que esse otimismo [global] reflete sim essa leitura de que talvez, por mais cruel que possa parecer, o mundo hoje já se adaptou às guerras que estão acontecendo. Há uma crença de que isso vai se exaurindo e perdendo a sua potência com o passar do tempo. Talvez a gente note, inclusive, o que está acontecendo hoje nas discussões como Ucrânia, Rússia e Estados Unidos. De fato, parece que não faz sentido continuar com essa guerra. Não é só porque alguém quer, não é porque não tem mais dinheiro. Está se perdendo o foco nesse assunto. O que é um olhar cruel, de fato, do assunto, mas é o que é."

> "A pauta de clima, de inclusão e diversidade é vital ao negócio"
> *Marco Castro*

No Brasil, explica Castro, os executivos também costumam ser otimistas com os rumos da economia, apesar do cenário adverso. "O agro continua com expectativas altas. Há setores que continuam vendo oportunidades independentemente deste momento que a gente passa [conjuntura macroeconômica]. Existe uma expectativa de que também o governo, em algum momento, encontre um caminho para direcionar isso."

Segundo Castro, o Brasil tem usado mais as oportunidades de investimento em tecnologia ou procurando — e obtendo resultados — mais do que a média global. "Então, se de um lado a gente tem um cenário que mostra inflação, que pode preocupar, uma taxa de juros muito alta, tem algumas coisas que são os contrapesos que devem ser levados em consideração. Temos Banco Central independente e vimos um movimento, no fim do ano passado, de várias empresas que operaram no Brasil lançando planos de investimentos de longo prazo."

De acordo com a pesquisa, 73% dos CEOs acreditam na aceleração do crescimento da economia brasileira. Nas projeções relativas ao desempenho das suas empresas, os líderes do Brasil demonstram mais cautela: 50% acreditam no crescimento das companhias nos próximos 12 meses (52% em 2024) e 54% fazem essa projeção para os próximos três anos (62% em 2024). Globalmente, na comparação com a edição anterior, houve aumento de 37% para 38% quanto aos próximos 12 meses e de 49% para 53% em relação aos próximos três anos.

Na pesquisa deste ano, a urgência na reinvenção dos negócios, tanto no Brasil como no mundo, continua no topo da agenda dos CEOs. No Brasil, a preocupação aumentou: 45% dos executivos acreditam que seus negócios não serão viáveis nos próximos dez anos, se mantiverem o rumo atual, o que representa um aumento em relação aos 41% do ano passado. No mundo, este percentual é de 42%, ante 45% na pesquisa anterior.

Em relação aos investimentos com baixo impacto climático nos últimos cinco anos, a pesquisa indica que a probabilidade de aumento da receita é seis vezes maior que a possibilidade de perdas com esses investimentos. Além disso, cerca de dois terços dos executivos no Brasil e no mundo destacam que aportes desse tipo levaram à redução de custos ou tiveram impacto irrelevante nas despesas.

A pesquisa mostra que um terço dos CEOs do Brasil afirma que investimentos considerando temas climáticos aumentaram as suas receitas, enquanto apenas um quarto diz que estes mesmos aportes geraram aumento de custo, uma diferença que mostra o valor das ações em alinhamento com a agenda ambiental, avalia Castro.

Castro reconhece, no entanto, que em um passado recente — "e não é de agora" — que de forma mais abrangente a pauta ESG (ambiental, social e governança, em português) tem sido deixada em segundo plano e retirada da parte principal das discussões.

"Acho que tem um imediatismo muito grande acontecendo aí. A gente tem falado bastante sobre isso aqui dentro e trazido [o assunto] para um recorte. Para a PwC Brasil, a pauta de clima, de inclusão e diversidade é vital ao negócio", diz Castro.

Ele ressalta que, no país, as empresas encaram a pauta de descarbonização como relevante. "Tem empresas, inclusive internacionais, muitas delas da Europa ou do Oriente Médio, investindo no Brasil para procurar alternativas de desenvolvimento de combustíveis que são limpos."

Dois anos após a inteligência artificial (IA) generativa surgir como prioridade na agenda dos executivos, um terço dos CEOs do Brasil e no mundo aponta que a tecnologia contribuiu para o aumento de receita e lucratividade das suas empresas. No Brasil, o nível de confiança na integração da IA aos processos essenciais da empresa é significativamente maior do que no mundo: 51%, ante 33% globalmente.

"Acredito que hoje, especialmente no Brasil, os CEOs das grandes empresas que aqui operam têm uma preocupação primária em relação a isso. Parques industriais que são construídos e estão sendo renovados no Brasil levam em conta o potencial da inteligência artificial. Se falar de bancos, não tem um grande banco brasileiro que não tenha processos de IA para prover serviço para o seu cliente e também para garantir a prevenção de fraudes e de processos internos", afirma Castro.

Segundo ele, essa é a área que mais cresce na PwC. As empresas de dados e de produção de inteligência artificial no Brasil estão crescendo absurdamente."

Ver mais na página A11

Curtas

Brasil em Davos

O Brasil inaugurou este ano uma casa em Davos, na Suíça, para receber empresários e autoridades durante o Fórum Econômico Mundial, que começou nesta segunda-feira (20) e vai até sexta-feira (24). A iniciativa da Brazil House foi criada a partir de uma parceria entre o BTG Pactual com a Ambipar, Be8, JHSF, Gerdau, Randoncorp e Vale. O local será palco de programações com autoridades locais e globais para discutir importantes temas, como sustentabilidade, transição energética, biotecnologia e o papel do Brasil na nova economia. Neste ano, a presença de autoridades brasileira está baixa. Os ministros de Meio Ambiente, Marina Silva, e de Minas e Energia, Alexandre Silveira, cancelaram a ida a Davos por conta da primeira reunião ministerial com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Até ontem, a assessoria de Alexandre Silveira avaliava se o ministro viajaria para o fórum a tempo de cumprir a agenda do restante da semana.

Abramat vê expansão

O faturamento da indústria de material de construção cresceu 5,8% em 2024, segundo resultado preliminar do Índice Abramat, feito pela FGV para Associação Brasileira da Indústria de Material de Construção (Abramat). O dado será consolidado em fevereiro. O desempenho em 2024 é a primeira alta de faturamento desde 2021, quando houve incremento de 8,1%, puxado pelos maiores gastos com a casa, em meio à pandemia. Em 2022, houve queda de 6,9% e, em 2023, de 2,1%. O segmento de materiais de acabamento teve aumento mais expressivo no faturamento do ano passado, de 8,6%, enquanto no setor de base a alta foi de 4%. Em dezembro, houve aumento de 0,4% no faturamento em relação a novembro e de 8,3% sobre o último mês de 2023. A projeção da Abramat é que 2025 também tenha crescimento, "ainda que em patamares percentuais menores", segundo Rodrigo Navarro, presidente da entidade. É esperada alta de 2,8%, podendo ir de 2% a 3,5%.

MCMV em alta

A quantidade de unidades lançadas no programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) subiu 33% no acumulado de janeiro a outubro de 2024, em relação aos dez primeiros meses de 2023, segundo levantamento feito pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliária (Abrainc) e pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com dados de 20 afiliadas da entidade. Foram 96.191 novas unidades, cujo valor lançado subiu 34,4% no mesmo intervalo, para R$ 22,8 bilhões. O setor de médio e alto padrão também houve aumento de unidades lançadas, mas em patamar menor, de 13,6%, para 22.894 unidades. O valor lançado subiu 21,2%, para R$ 18 bilhões. A soma dos setores do MCMV e de médio e alto padrão resultou em alta de 26,5% na quantidade de unidades lançadas e de 22,4% no valor lançado de janeiro a outubro. As vendas tiveram evolução similar. No MCMV, o volume vendido subiu 26,1%, para 114.141 unidades, enquanto o valor geral de venda (VGV) avançou 22,5%, para R$ 25,3 bilhões.

Acelerar desde o primeiro dia

Gestão

Alexandre Ribas

O começo de um ano sempre traz a esperança de novas oportunidades, a renovação de metas e o entusiasmo para realizar grandes conquistas. Mas no contexto empresarial brasileiro existe um paradigma cultural que, muitas vezes, é uma barreira para o pleno alcance de um período vitorioso: a ideia de que "o ano só começa depois do Carnaval".

Essa mentalidade pode ser prejudicial para as organizações que desejam conquistar resultados expressivos em mercados competitivos e dinâmicos, sobretudo em um 2025 que já começa cheio de incertezas. Em um paralelo com o mundo esportivo, seja no atletismo, natação, Fórmula 1 ou qualquer modalidade de alta performance, ele nos ensina que a largada é um momento crucial para o sucesso.

Um impulso mais fraco ou o atraso de milésimos de segundos pode comprometer toda a estratégia para a prova. Para dizer o mínimo, pois um mau começo pode dificultar os objetivos traçados para o campeonato inteiro. No mundo corporativo, não é diferente. Começar o ano com foco, disciplina e velocidade pode ser o diferencial entre empresas que lideram e aquelas que ficam para trás.

A tração inicial é o que estabelece a direção, define o ritmo e cria condições mais favoráveis para ajudar na superação dos desafios que surgirão ao longo do ano. Mas, surpreendentemente, ainda há quem encare a inércia dos primeiros meses como uma forma de planejamento.

Planejar é, obviamente, um aspecto crucial para o sucesso, mas não deve ser usado como desculpa para a procrastinação. Na verdade, o planejamento eficaz precisa estar preparado antes do começo do ano fiscal, garantindo que os times estejam prontos para entrar em ação no primeiro dia útil.

O fato é que o mundo não espera pelo Carnaval: decisões que impactam direta ou indiretamente nossos mercados, da importação de insumos à exportação de mercadorias, acontecem desde o primeiro dia do ano. Sejam flutuações do câmbio diante de expectativas tarifárias nos Estados Unidos, iminentes mudanças políticas no Canadá e na Alemanha, decisões na China ou quaisquer outras, a velocidade com que as empresas reagem a elas é o diferencial de quem aproveitará oportunidades ou se resguardará de cenários desfavoráveis.

A aceleração inicial é, contudo, apenas parte da equação: além de largar na frente, para manter a liderança até a reta de chegada é essencial executar cada movimento com consistência. Isso significa criar rotinas de acompanhamento e medir resultados regularmente para ajustar a estratégia conforme necessário. Empresas que conseguem alinhar velocidade com consistência não só atingem suas metas, mas frequentemente as superam.

Além disso, há o aspecto de engajamento e motivação da equipe. Bons resultados nos primeiros meses do ano geram um "momentum" positivo com consequência direta: funcionários que percebem sua organização comprometida e bem-alinhada tendem a se sentir mais confiantes e energizados para seguir no ritmo apresentado. Assim se fortalece uma cultura de alta performance que impacta profundamente a produtividade e a qualidade do trabalho a ser entregue.

A ideia de que o ano novo começa apenas após o Carnaval é um mito que precisa ser desconstruído pelas organizações que buscam protagonismo em seus mercados. O segredo para atingir e superar metas está em acelerar na largada e manter o ritmo, agindo com consistência e estratégia clara. O momento de agir é agora, e as empresas que compreendem essa necessidade estão um passo à frente rumo à conquista de resultados extraordinários.

Alexandre Ribas é CEO da Falconi
E-mail ribas@falconi.com

Reestruturação Cervejaria teve R$ 933 mi de perdas até setembro, valor superior a 2023; 'DIP' entrou para grupo comprar insumos, diz juíza

Banco da J&F financia R$ 328 mi à Petrópolis para sua continuidade

Adriana Mattos
De São Paulo

O grupo Petrópolis, do empresário Walter Faria, fechou um financiamento no modelo DIP - "debtor-in-possession" (devedor em posse, em tradução literal do inglês) com o Banco Original, controlado pela J&F Participações, da família Batista, no valor de R$ 328 milhões, apurou o **Valor**.

A transação com a J&F é chamada pela Justiça de "imprescindível para manter a continuidade dos negócios e a oxigenação do caixa", e foi finalizada na virada do ano, para que fosse possível a compra de insumos para não perder a venda no alto verão — o grupo é dono das cervejas Itaipava e Petra.

A cervejaria do grupo teve queda de 35% nas vendas de janeiro a setembro e prejuízo líquido de R$ 933 milhões, acima do ano anterior, segundo levantamento da reportagem em relatórios de desempenhos mensais. No grupo, a perda é de pouco mais de R$ 1 bilhão.

O DIP é uma operação comum em negócios em recuperação judicial, como o da Petrópolis, e pode ser fechado com acionistas de uma empresa, credores ou terceiros — neste caso, foi fechado com um banco que passa a ser credor de dívida extraconcursal da cervejaria. Balanço mostra endividamento total (circulante e não circulante) de R$ 9,8 bilhões em setembro.

O **Valor** teve acesso à cédula de crédito bancário (CCB) que lastreia a transação com o Original, e que tem entre os avalistas Walter Faria e outros membros da família. Trata-se de uma CCB tradicional de mercado, e a operação não tem como forma de pagamento eventual participação na Petrópolis, ou troca de ações.

Ontem, o colunista Lauro Jardim, do jornal "O Globo", noticiou que a JBS negocia a compra de 50% do grupo Petrópolis.

Segundo advogado que acompanha o caso, as projeções do plano de recuperação acertadas com credores e Justiça não aconteceriam como se esperava se não entrasse o DIP. Por isso, precisaram de uma nova linha, para ter insumos e conseguir produzir, afirma ele.

Segundo alegou a Petrópolis à Justiça, as projeções de fluxo de caixa em que foi baseado o modelo econômico-financeiro do plano não se materializaram "na extensão necessária", e o plano prevê a possibilidade de captação de novos recursos nessa situação.

A informação do DIP é citada no processo de recuperação judicial da Petrópolis, em decisão de liberação feita a pedido da cervejaria junto à 5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, em 19 dezembro.

Os R$ 328 milhões entraram na aquisição de malte e maltose, em razão de um "desencaixe" por conta da liquidação de uma operação de debêntures, diz a ação judicial.

A entrada de capital irá liberar uma expressiva parcela do caixa para pagamento de um saldo das debêntures já emitidas. E com isso, ficarão liberadas as garantias a elas atreladas, possibilitando que parte dos ativos passem a garantir a CCB emitida em favor do Original.

Na garantia ao banco estão direitos creditórios de empresas do setor de energia, Tamboril Energética, Carnaúba Geração de Energia e Abranjo Geração de Energia, esta em recuperação judicial, além de uma aeronave, imóveis, máquinas e equipamentos da cervejaria.

Pelo cronograma de pagamento, a taxa de juros será 100% do CDI mais 6,93% ao ano. O pagamento será mensal, com liquidação total em 48 meses (4 anos).

"O DIP Financing revela-se imprescindível para que as recuperandas realizem a captação de novos recursos para manter a continuidade dos seus negócios, a oxigenação do seu caixa e a realização de novos investimentos na operação, como reconhecido pela administração judicial", disse a juíza substituta do caso, Elisabete Franco, da 5ª Vara.

35%
foi a queda na venda de cervejas em 2024

Segundo ela, "a questão se revela ainda mais urgente ao se considerar a proximidade da estação do verão, festividades de fim e início de ano, bem como o feriado do Carnaval que se aproxima, tornando ainda mais importante a manutenção sadia das atividades das recuperandas e a preservação do seu fluxo de caixa", diz Franco.

Procurado, o grupo Petrópolis, diz que o DIP é um instrumento previsto na legislação, e que permite injeção de recursos para despesas correntes, e possibilita que sejam honrados compromissos financeiros, sem afetar a operação.

Sobre uma eventual negociação com a J&F, o grupo não afirma se há ou não conversas. Diz que é constantemente apontado como alvo de grupos nacionais e internacionais interessados em entrar no mercado. E isso mostra como o negócio é bom, formado por uma empresa que "mais aumentou sua capacidade produtiva nos últimos 15 anos", diz

A J&F não se manifestou.

A companhia entrou em crise, na visão de analistas, porque perdeu vendas, após ser menos competitiva em preços e ações do que os rivais, como Ambev e Heineken. Endividamento alto também afetou a operação. Na visão da empresa, ela perdeu mercado porque seus concorrentes têm incentivos da Zona Franca de Manaus, e se beneficiaram de um "planejamento tributário abusivo".

O grupo, que inclui diversas atividades, como bebidas, imóveis e logística, teve R$ 5,9 bilhões em vendas líquidas de janeiro a setembro de 2024, recuo de 28% frente a 2023, quando pediu recuperação, segundo levantamento do **Valor** nos relatórios financeiros.

O prejuízo líquido dos negócios da família de Walter Faria não diminuiu no ano do plano já homologado. De janeiro a setembro de 2024, a perda foi de cerca de R$ 1 bilhão, mesmo valor do período anterior.

Apenas na Cervejaria Petrópolis S/A, a receita líquida caiu 35%, para R$ 5,5 bilhões até setembro, e o prejuízo foi de R$ 933 milhões, acima dos R$ 903 milhões do mesmo intervalo de 2023. No grupo, eram cerca de R$ 580 milhões em caixa e contas a receber em setembro e endividamento total de R$ 9,8 bilhões.

No plano homologado, em outubro de 2023, foi fechado a venda de frota de 2,9 mil caminhões da empresa ao grupo Vamos (a frota será locada à cervejaria) por R$ 575 milhões e o acordo para pagamento das dívidas em até 10 anos, com deságio médio de 70%.

DIVULGAÇÃO

A cervejaria do grupo teve queda de 35% nas vendas de janeiro a setembro e prejuízo líquido de R$ 933 milhões

ORACLE
Database

Aproveite ao máximo a IA integrada a seus dados nas principais nuvens do mercado

Rode o Oracle Database 23ai para:

- Busca vetorial
- RAG
- GenAI
- Desenvolvimento de aplicações
- Segurança

Teste hoje mesmo!
oracle.com/br/database/free

Veículos Em meio a debate entre carros a gasolina, etanol, híbridos, "plug-in" ou puramente elétricos, marca alemã decide oferecer todos

BMW deixa cliente escolher tecnologia

GABRIEL REPSOLD

Para Escobedo, presidente da BMW, cliente faz a escolha de acordo com sua necessidade: "Não vamos impor tecnologias"

Marli Olmos
De São Paulo

As apostas em torno das opções tecnológicas para os carros se moverem são, hoje, o principal debate no meio automotivo. Qual é a mais indicada? Combustíveis fósseis, biocombustíveis, veículos híbridos ou puramente elétricos? A BMW do Brasil optou por uma gama que inclui todos os tipos de energia. Oferece carros a gasolina, etanol (desenvolvido no Brasil), puramente elétricos, híbridos "plug-in" e neste trimestre lançará novo híbrido leve. A ideia é deixar o cliente escolher. "Não vamos impor tecnologias", diz Maru Escobedo, presidente da montadora no Brasil.

Prestes a completar 25 anos de operações no Brasil, a BMW terminou 2024 com o primeiro modelo híbrido "plug-in" produzido no Brasil, o X5. E inicia 2025 com o plano de importar, ainda neste trimestre, um novo híbrido leve, o BMW X3 M50.

A infinidade de denominações e de modelos é a arma que a marca alemã usa para deixar para o consumidor decidir que tipo de carro vai usar, de acordo com suas necessidades. A ideia é que a preferência de tipo de energia e de mobilidade seja uma escolha individual, assim como tem sido até hoje a opção por um carro de cinco ou sete lugares; utilitário, hatch ou sedã.

O plano tem dado resultado. Em 2024, a BMW liderou as vendas no segmento premium no Brasil pelo sexto ano consecutivo. O país foi o maior mercado regional da marca, com 16,2 mil unidades vendidas, avanço de 7,2% em relação ao ano anterior e participação no segmento de luxo de 40,4%, a maior entre todos os mercados globais do grupo.

Segundo Escobedo, o Brasil, onde a montadora anunciou plano de investir R$ 1,1 bilhão entre 2025 e 2028, foi um dos poucos mercados em que a marca cresceu. Como efeito, sobretudo, da concorrência chinesa, as vendas globais — 2,45 milhões de veículos — caíram 2,2% em 2024.

Escobedo também considera acertada a decisão de manter a produção no Brasil. Enquanto há quatro anos a Mercedes-Benz decidiu fechar a fábrica de carros no país, em 2024 a unidade da concorrente BMW, em Araquari (SC), completou dez anos com expansão de 10% na capacidade de produção.

"Foi bom termos aumentado a produção", diz Escobedo. A fábrica, responsável por 70% dos veículos da marca vendidos no país, tem ajudado a empresa, diz, a lidar melhor com a desvalorização do real.

> "Com a alta do dólar foi bom termos aumentado a produção local" *Maru Escobedo*

Araquari é a única fábrica da BMW, entre as 30 no mundo, que produz modelos com motores a gasolina, híbridos "plug-in" e "flex" (que aceita etanol).

Na linha dos chamados eletrificados, "plug-in" é o tipo de híbrido que, além do motor a combustão permite carregamento em tomada. A combinação oferece uma boa experiência de condução elétrica ao mesmo tempo em que o motorista não precisa se preocupar em recarregar a bateria numa viagem, por exemplo, porque o motor a combustão entra em ação quando a bateria descarrega.

Já o híbrido leve ("mild hybrid") na denominação global) não oferece a experiência da condução elétrica. O sistema elétrico serve só para reduzir consumo de combustível e emissões. Mas não funciona como tração do carro.

A Stellantis já começou a produzir híbridos leves no Brasil — os modelos Fiat Pulse e Fastback. De olho numa faixa de preços mais baixa do que o híbrido convencional, outras grandes montadoras têm planos semelhantes.

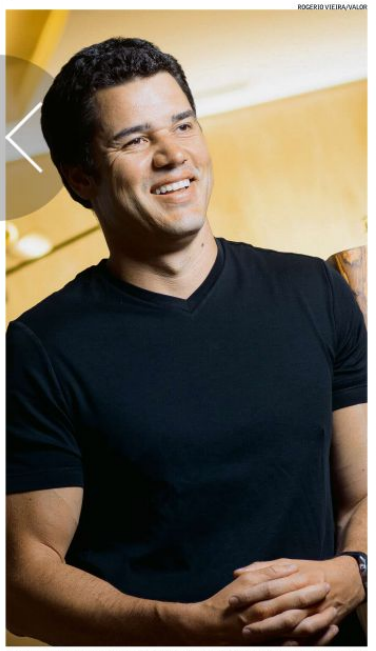
Na BMW, a linha de híbridos leves inclui o X7 e o X3, que ainda será lançado, ambos importados. Segundo Escobedo, a subsidiária ainda não tem planos de produção desse tipo de modelo no país.

Em 2024, a BMW completou a entrega de 80 mil carregadores de carros elétricos para os clientes da América Latina. "O carregamento na residência ou local de trabalho tem sido a forma mais usada e resolve as necessidades para a maioria dos motoristas em áreas urbanas e suburbanas", diz Escobedo.

Segundo pesquisa da empresa, apenas 1% dos clientes que compraram um carro da marca o utilizam em viagens acima de 400 quilômetros, o que permite o uso do 100% elétrico sem preocupações.

Já a MINI, que pertence ao grupo, não foi tão bem em 2024. As vendas totalizaram 1,5 mil unidades, queda de 2,2% em relação a 2023. Segundo Escobedo, foi um ano de mudanças para a MINI, que neste trimestre lançará um modelo inédito — o Aceman, um elétrico que ficará entre os modelos Cooper e o Countryman.

ROGERIO VIEIRA/VALOR



Wanderley, CEO: problemas financeiros do controlador não influenciam a Tial

Tial busca independência para crescer

Bebidas

Cristian Favaro e Ana Luiza de Carvalho
De São Paulo

Após a aquisição da Do Bem, antes da Ambev, a Tial Sucos deve investir R$ 50 milhões até 2027 para elevar sua capacidade dos atuais 96 milhões de litros anuais para cerca de 160 milhões, salto de mais de 60%. A estratégia foi detalhada por Victor Wanderley, CEO da Tial, em entrevista ao **Valor**.

O grupo está estruturando sua primeira emissão de dívida junto a instituições financeiras, com o objetivo de apoiar o plano de expansão bilionário. O instrumento, que deve ser um Certificado de Recebível do Agronegócio (CRA) ou debênture, deve levantar entre R$ 30 milhões e R$ 50 milhões.

O investimento seria um passo importante para o grupo conseguir bater sua meta de faturar de R$ 1 bilhão ao ano até 2027 — em 2024, a receita foi de R$ 400 milhões. Parte do ganho virá com o maior preço médio da produção ao incorporar a marca Do Bem. O tíquete médio hoje é de R$ 6, enquanto as embalagens de 1 litro da Do Bem — mesmo tamanho de portfólio — são vendidas a mais de R$ 12 ao consumidor final.

Hoje, a Tial tem quatro linhas de produção, número que o grupo vai elevar para seis com os investimentos. Paralelamente, Wanderley disse ver espaço para mais M&As (fusões e aquisições) no mercado, e afirma que a empresa tem avaliado oportunidades no Nordeste. "Eu acho que o caminho natural seria buscar uma aquisição ou joint venture [na região]", disse, destacando conversas iniciais com alguns grupos.

De uma empresa discreta, com mais de 55% do seu negócio focado em Minas Gerais e Espírito Santo, a Tial entrou no radar do mercado após fechar o negócio com a Ambev. A operação envolveu marca, receitas e maquinário. A aquisição, cujo valor não foi divulgado ao mercado, será paga com recursos próprios da Tial. O negócio foi aprovado no dia 10, sem restrições, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Wanderley afirmou ainda que a Tial está buscando um novo acionista para se juntar ao grupo. "Temos ambições até 2027, mas não queremos parar por aí. Devido às condições de mercado seguramos um pouco a busca por investidor. A ideia é que o mercado melhorando a gente retoma esse plano", disse.

A Pif Paf, marca de um dos controladores da Tial, chegou a estudar uma abertura de capital em 2021, mas hoje enfrenta situação financeira complexa, avançando com a venda de ativos para reduzir sua alavancagem. A empresa contratou a G5 Partners para montar um plano com foco na redução da dívida. O executivo foi questionado sobre as dificuldades financeiras da Rio Branco Alimentos, mas disse que este cenário não influencia o negócio da Tial, que seria tocado de forma independente.

60%
é a expectativa de expansão até 2027

A entrada da Do Bem no portfólio, segundo Wanderley, reforça a presença do grupo em mercados importantes como São Paulo — que hoje já representa quase 25% do faturamento da Tial. "Vemos potencial de aumentar esse volume", disse. "Saímos de R$ 60 milhões de faturamento em 2017 para próximo dos R$ 400 milhões em 2024", afirmou o executivo, destacando que parte do crescimento veio com a abertura para novas regiões — hoje a marca está presente em 17 Estados.

Parte da distribuição é feita por marketplaces e e-commerce de varejistas alimentares, além da Bees, plataforma da Ambev de vendas a comerciantes. Wanderley destacou a capilaridade do negócio B2B da Ambev ao afirmar que a Tial está preparada para brigar por mercado a nível nacional. Hoje, uma das líderes em sucos é a Del Valle, da Coca-Cola, embora o mercado seja fragmentado e com marcas regionais de destaque.

A Tial foi criada como um projeto acadêmico em Viçosa (MG), em 1986, para ser a primeira marca nacional de sucos sem aditivos químicos. Com um empreendedor local, a Tial começou uma pequena produção e alcançou o mercado do interior de Minas. A família de Victor Wanderley decidiu adquirir metade do negócio em 1999. Em 2002, compraram a participação acionária restante. Em 2005, o grupo vendeu 50% do negócio para a Rio Branco, dona da marca Pif Paf, que geriu a Tial até 2018.

Após anos no setor de infraestrutura, negócio "core" da família, Wanderley assumiu como CEO em 2019 na Tial para promover um reposicionamento de marca. Hoje, 95% do negócio da Tial é composto por sucos — há também uma pequena parcela em água de coco. A empresa tentou no passado lançar outros produtos, mas eles não vingaram. A ideia de adquirir a já conhecida Bem, de acordo com o CEO, alinha-se à estratégia de diversificação do portfólio.

Entre as apostas a curto prazo estão bebidas pós-exercício e chás funcionais. Bebidas alcoólicas, entretanto, estão fora dos planos da empresa. Wanderley afirmou que, atualmente, o grupo tem uma pequena capacidade fabril ociosa, que será usada pela Do Bem. Outra parte da produção da marca será terceirizada a outras indústrias para aumentar a oferta do produto.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Atelex do Brasil Telecomunicações Ltda., Nome Fantasia Atelex Telecom -** CNPJ: 25.180.927/0001-81 - Endereço: Rua Quitandaba, 107, Anexo111, Bairro Cavingui - Requerente: Jefferson Rosa Rodrigues - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Requerido: **Spe Stx 34 Desenvolvimento Imobiliário S/A -** CNPJ: 29.858.564/0001-41 - Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1931, Cjto. 102, Bairro Jardim Paulistano - Requerente: Lucas Furtado Faria - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Stx Desenvolvimento Imobiliário S/A -** CNPJ: 10.239.360/0001-02 - Endereço: Praia do Flamengo, 278, Apto. 81, Bairro Flamengo, Rio de Janeiro/rj - Requerente: Lucas Furtado Faria - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Urbix Participações Ltda. -** CNPJ: 37.734.047/0001-99 - Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1931, Cjto. 102, Sala 51, Bairro Jardim Paulistano - Requerente: Lucas Furtado Faria - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Falências Decretadas

Empresa: **Lr Comércio de Materiais Elétricos e Hidráulicos Ltda. -** CNPJ: 05.246.432/0001-09 - Endereço: Av. Dr. Armando Pannunzio, 285, Anexo 287, Bairro Jardim Vera Cruz, Sorocaba/sp - Administrador Judicial: Rvc Administração Judicial e Consultoria Empresarial Ltda., Representada Pelo Dr. Rodrigo Vieira Clara - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Mora Construi Engenharia e Construção Ltda. -** CNPJ: 09.475.356/0001-56 - Endereço: Rua Isabel a Redentora, 1222, Centro, São José Dos Pinhais/pr - Administrador Judicial: Dr. Gustavo Osna - Vara/Comarca: 25a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Eurolaf Veículos Especiais Ltda. -** CNPJ: 07973.198/0001-39 - Endereço: Rodovia Antonio Romano Schincariol (Rodovia Sp 127), Nº 3035, Bairro Jardim Wanderley - Requerente: Montécnica Eletro Mecânica Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Face ao total cumprimento do acordo entabulado entre as partes.

Requerido: **Waterford Participações Ltda. -** CNPJ: 08934.306/0001-27 - Requerente: Blackpartners Mirurio Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Falta de interesse de agir.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Custon Motos Ltda. -** CNPJ: 33.795.703/0001-02 - Endereço: Av. Tiradentes, 2880, Quadra 52, Lote 01, Sala 07, Bairro Jardim Paraíso - Vara/Comarca: 1a Vara de Umuarama/PR

Empresa: **Edu Motos Ltda. -** CNPJ: 01.397.651/0001-86 - Endereço: Av. Tiradentes, 2880, Quadra 52, Lote 01, Sala 04, Bairro Jardim Paraíso - Vara/Comarca: 1a Vara de Umuarama/PR

Empresa: **Elite Motos Ltda. -** CNPJ: 33.063.600/0001-58 - Endereço: Av. Tiradentes, 2880, Quadra 52, Lote 01, Sala 06, Bairro Jardim Paraíso - Vara/Comarca: 1a Vara de Umuarama/PR

Empresa: **Fitness Fujisawa Tennis Ltda. -** CNPJ: 13.443.358/0001-30 - Endereço: Rua Monteiro Lobato, 1408, Zona Suburbana - Vara/Comarca: 2a Vara de Umuarama/PR

Empresa: **Fuji Moto Fujisawa Companhia Ltda. -** CNPJ: 76.353.952/0001-50 - Endereço: Av. Tiradentes, 2840, Centro - Vara/Comarca: 1a Vara de Umuarama/PR

Empresa: **Fx Motos Ltda. -** CNPJ: 47.498.291/0001-53 - Endereço: Rua Dr. Camargo, 4573, Sala 01, Zona Ii - Vara/Comarca: 1a Vara de Umuarama/PR

Empresa: **G T Motos Ltda. -** CNPJ: 18.240.920/0001-42 - Endereço: Rua Quinze de Novembro, 1057, Bairro Jardim Alvorada - Vara/Comarca: 1a Vara de Umuarama/PR

Empresa: **Keifal Motos Umuarama Consignação e Venda Ltda. -** CNPJ: 28.180.094/0001-47 - Endereço: Av. Paraná, 4351, Lote 15, Quadra 58, Sala 03, Zona I - Vara/Comarca: 1a Vara de Umuarama/PR

Empresa: **N F Prestação de Serviços Administrativos Ltda. -** CNPJ: 33.256.021/0001-21 - Endereço: Av. Tiradentes, 2860, Bairro Jardim Paraíso - Vara/Comarca: 1a Vara de Umuarama/PR

Empresa: **Nep Comércio de Peças e Acessórios Para Motocicletas Ltda., Nome Fantasia Tsuka Peças -** CNPJ: 35.334.570/0001-00 - Endereço: Av. Tiradentes, 2880, Lote 01, Quadra 52, Sala 01, Bairro Jardim Paraíso - Vara/Comarca: 1a Vara de Umuarama/PR

Empresa: **Traço Engenharia Ltda. -** CNPJ: 00.777.086/0001-63 - Endereço: Rua Pedro Celestino, 1951, 1º Andar, Centro - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Eataly Brasil Comércio e Distribuição de Alimentos Ltda. -** CNPJ: 15.504.701/0001-35 - Endereço: Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1489, Bairro Vila Nova Conceição - Administrador Judicial: Ativos Administração Judicial e Consultoria Empresarial Eireli, Representada Pela Dra. Lívia Gaviolli Machado - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Eataly Participações S/A -** CNPJ: 44.339.556/0001-82 - Endereço: Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1489, Bairro Vila Nova Conceição - Administrador Judicial: Ativos Administração Judicial e Consultoria Empresarial Eireli, Representada Pela Dra. Lívia Gaviolli Machado - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Empresa de Ônibus Romeiro Ltda. Me, Nome Fantasia Grupo Adamantina -** CNPJ: 49.844.996/0001-00 - Endereço: Rua Dr. Liogi Iwaki, 848, Centro, Junqueirópolis/sp - Administrador Judicial: Cavallaro e Michelman Advogados Associados, Representada Pela Dra. Natália Maria Neves Bast - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Expresso Adamantina Ltda., Nome Fantasia Grupo Adamantina -** CNPJ: 43.004.159/0001-97 - Endereço: Rua Dos Manguerais, 101, Setor 80, Sala 01, Dracena/sp - Administrador Judicial: Cavallaro e Michelman Advogados Associados, Representada Pela Dra. Natália Maria Neves Bast - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **M. G. Transportes Junqueirópolis Ltda. Me, Nome Fantasia Grupo Adamantina -** CNPJ: 07.856.710/0001-67 - Endereço: Rua Dr. Liogi Iwaki, 848, Bairro Vila Santa Ruth, Junqueirópolis/sp - Administrador Judicial: Cavallaro e Michelman Advogados Associados, Representada Pela Dra. Natália Maria Neves Bast - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Maria Ivoneide Nascimento Martins Eireli Me, Nome Fantasia Grupo Adamantina -** CNPJ: 26.263.220/0001-00 - Endereço: Rua Dos Manguerais, 101, Setor 80, Sala 06, Dracena/sp - Administrador Judicial: Cavallaro e Michelman Advogados Associados, Representada Pela Dra. Natália Maria Neves Bast - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Martins & Guimarães Transporte e Turismo Ltda. Epp Guimatur Turismo, Nome Fantasia Grupo Adamantina -** CNPJ: 00.123.689/0001-41 - Endereço: Rua Cesar Montroni, 60 A, Bairro Vila Santo Antonio, Junqueirópolis/sp - Administrador Judicial: Cavallaro e Michelman Advogados Associados, Representada Pela Dra. Natália Maria Neves Bast - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Rápido Lineense Ltda., Nome Fantasia Grupo Adamantina -** CNPJ: 51.664.456/0001-97 - Endereço: Rua Argemiro Sandoval, 33, Bairro Jardim Americana, Lins/sp - Administrador Judicial: Cavallaro e Michelman Advogados Associados, Representada Pela Dra. Natália Maria Neves Bast - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Transportes Lahor Ltda., Nome Fantasia Grupo Adamantina -** CNPJ: 64.820.103/0001-80 - Endereço: Rua Dr. Liogi Iwaki, 848, Sala 01, Bairro Vila Santa Ruth, Junqueirópolis/sp - Administrador Judicial: Cavallaro e Michelman Advogados Associados, Representada Pela Dra. Natália Maria Neves Bast - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Vat Viação Adamantina de Turismo Ltda. Ou Vat Viação Adamantina de Transportes Ltda., Nome Fantasia Grupo Adamantina -** CNPJ: 43.759.885/0001-10 - Endereço: Rua Dos Manguerais, 101, Setor 80, Sala 01, Dracena/sp - Administrador Judicial: Cavallaro e Michelman Advogados Associados, Representada Pela Dra. Natália Maria Neves Bast - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **B&p Comércio e Serviços Ltda. -** CNPJ: 32.885.634/0001-65 - Endereço: Av. Heráclito Rollemberg, 2003, Sala A, Bairro Farolândia - Vara/Comarca: 14a Vara de Aracaju/SE - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Aço Primeiros meses de gestão de Trump e juros altos no Brasil estão no cenário neste início de ano

Gerdau traça plano conservador para 2025

Mônica Scaramuzzo
De Davos (Suíça)

A Gerdau traçou um plano conservador para 2025 para atravessar os primeiros meses do governo de Donald Trump e a conjuntura de juros altos no Brasil. Em entrevista ao **Valor**, Gustavo Werneck, presidente do grupo, diz que a companhia está preparada para navegar em qualquer cenário, mesmo o mais complexo.

"A Gerdau acredita que, no governo Trump, a indústria de forma geral, incluindo [a siderúrgica], tem condições de ir bem no médio prazo. Mas a gente não espera no curtíssimo prazo que as medidas que o Trump vai adotar vão impactar significativamente o nosso setor", afirma.

Segundo Werneck, os negócios da Gerdau no mercado americano tiveram uma melhora desde a primeira gestão de Trump. Os Estados Unidos representam cerca de 40% do faturamento do grupo siderúrgico.

Em território americano, a Gerdau tem fábrica de aços longo (usados pela indústria de infraestrutura), além do vergalhão. "Tudo o que produzimos lá é consumido pelo mercado americano. Incrivelmente, nos últimos anos, o nosso resultado nos Estados Unidos tem sido acima do resultado do Brasil. Vamos ver os impactos dos primeiros meses da gestão Trump para entender como será o segundo semestre."

No Brasil, a importação de aço continua sendo o principal problema para a indústria nacional, sobretudo o chinês, mesmo com a imposição das tarifas, na avaliação de Werneck.

O setor siderúrgico, segundo o executivo, continua mantendo diálogos com o governo brasileiro para conter a importação, que continua firme. "O governo foi muito aberto ao setor. Então, nosso debate neste momento é mais sobre o que mais deveria ser feito para reduzir a penetração de aço importado."

> Os Estados Unidos representam cerca de 40% do faturamento do grupo siderúrgico

Ele explica que, historicamente, os importados representavam um patamar de 10% do total no país — agora está em 25%. A expectativa é discutir medidas adicionais.

O cenário de dólar alto é benigno para a Gerdau, explica o executivo. Por outro lado, o câmbio e os patamares atuais de juros acendem um alerta sobre a economia. Ele pondera que o setor da construção civil está indo bem, mas há uma preocupação com as perspectivas para financiamento imobiliário daqui para frente. "Será que vai continuar a partir do segundo semestre gerando a demanda? O mesmo ocorre com o setor automotivo."

A Gerdau deve manter o cronograma de investimentos tanto no Brasil quanto no exterior. Werneck não dá detalhes sobre o montante, mas diz que a Gerdau investe cerca de R$ 5 bilhões a R$ 6 bilhões por ano. A empresa, segundo ele, sempre manteve uma relação de confiança no país e deve seguir com plano de crescimento.

A exceção, neste momento, será no México, onde a companhia já tem forte presença, mas planejava investir em uma nova fábrica — valor estimado em US$ 600 milhões. O grupo deve esperar os próximos meses para entender como será a relação comercial entre o país e os Estados Unidos para bater o martelo sobre o novo aporte.

JULIO BITTENCOURT/VALOR

Werneck, presidente, diz que a Gerdau está preparada para qualquer cenário

Nos Estados Unidos, a expectativa é seguir com investimentos na planta do grupo no Texas.

A Gerdau não tem planos, por ora, de fechamento de novas capacidades no Brasil. No ano passado, o grupo paralisou a operação da usina de Barão de Cocais, em Minas Gerais. A expectativa é de inauguração importante de um novo laminador, em Ouro Branco, no mesmo Estado. "Esse é um investimento importante para a gente, mesmo tendo uma importação predatória nesse momento no Brasil de bobina quente", afirmou o presidente.

Presente em 7 países (antes 13), a Gerdau não pretende sair geograficamente de mais nenhum local onde está instalada.

Com baixo endividamento, a companhia deve concluir neste ano o programa de recompra de ações e vai avaliar, nos próximos meses, se vai estender o programa.

Werneck reforça que o fato de ter baixa alavancagem (a relação dívida Ebitda é de 0,32 vez) é importante e saudável neste cenário de juros altos no país. "O que a gente vai continuar analisando, ao longo do tempo, são possibilidades de aquisições e consolidação nos países onde a gente está."

Para o executivo, o grupo tem feito o dever de casa. "Então, vai ser um ano que a gente vai focar muito para dentro, na busca de mais eficiência", diz

Aquisições da Randoncorp no exterior devem impulsionar receita do grupo

De Davos (Suíça)

O grupo Randoncorp deverá elevar seu faturamento com ativos fora do Brasil, mas a companhia planeja manter os investimentos no país, apesar do cenário de juros altos. "O custo financeiro com esta taxa sobe", disse o empresário Daniel Randon, presidente da Randoncorp.

Randon faz parte de uma comitiva de empresários brasileiros que viajou para o evento do Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês), em Davos.

A companhia anunciou na sexta-feira (17) uma aquisição de porte pequeno, de US$ 12,3 milhões, da americana AXN Heavy Duty, por meio de sua subsidiária, o que deve aumentar a exposição do grupo nacional no exterior. O contrato prevê aquisição dos estoques da AXN, no valor máximo de US$ 37 milhões, sujeito a ajustes.

Também no início deste ano, o grupo concluiu a compra da empresa mexicana de autopeças Kuo Refaciones, adquirida por R$ 2,1 bilhões, a maior da história da companhia fora do país.

Com as recentes aquisições no exterior, o faturamento da companhia fora do Brasil deve representar uma fatia de 20% da receita total do grupo. A expectativa é de que o faturamento da Randoncorp em 2024 fique entre R$ 11,5 bilhões e R$ 12,5 bilhões, de acordo com o último guidance divulgado pela companhia.

Segundo Randon, a receita da mexicana Kuo deve agregar cerca de R$ 2 bilhões para a receita do grupo Randoncorp este ano.

Apesar da estratégia de expandir no mercado externo, Daniel Randon afirmou que o grupo deve manter os investimentos no Brasil. O empresário não detalhou valores que devem ser aportados no país.

"Sempre olho o copo meio cheio [sobre otimismo para o Brasil], mas é preciso esperar mais um pouco para ver como a posse do presidente americano, Donald Trump, se acomoda", disse. "Tem muitos desafios, mas temos de esperar de dois a três meses para ver como fica."

Randon vê o setor de agronegócio expandindo este ano, o que deve impulsionar os segmentos de transporte e logística. *(MS)*

Prêmio
Mulheres na Liderança
2025

Iniciativas que inspiram e transformam

Valor Econômico, O Globo, Época Negócios e Marie Claire, em parceria com a Will - Women in Leadership in Latin America, apresentam a 6ª edição de Mulheres na Liderança. O prêmio reconhece e valoriza as políticas, processos e práticas que impulsionam a liderança feminina nas organizações. A premiação é resultado de uma pesquisa inovadora, mais objetiva e com um enfoque ampliado em temas como diversidade, equidade e inclusão.

Inscreva sua empresa e destaque a importância de um ambiente de trabalho diversificado, que não apenas enriquece a cultura organizacional, mas também potencializa soluções criativas e processos eficazes.

Inscrições prorrogadas até 31 de janeiro!

Acesse o QR Code ou o site
latamwill.org/mulheres-na-lideranca
e inscreva-se

Pesquisa: WILL Women in Leadership in Latin America
Realização: Valor Econômico | O Globo | Negócios | marie claire | 100 Anos de Globo
Apoio Metodológico: Ipsos

Inovação Com o uso de inteligência artificial generativa, exposição destaca 12 pesquisadoras 'esquecidas' do Brasil, dos EUA e da África

Estudante cria museu virtual e resgata cientistas negras

Ivone Santana
De São Paulo

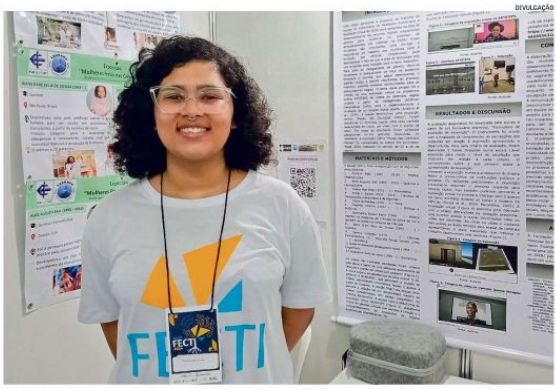
O projeto final da estudante Paloma Lima Dias Lins, de 19 anos, do curso Técnico em Informática do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (Iserj), resultou na criação do Museu das Cientistas Pretas. Produzido com recursos de algoritmos de inteligência artificial generativa, o museu é interativo e destaca 12 cientistas negras do Brasil, dos Estados Unidos e da África, reconhecidas pelos trabalhos em suas áreas de pesquisa.

A tecnologia permite que cada uma delas conte a própria história ao internauta que faz um passeio virtual pelo museu.

O projeto está disponível para acesso via internet no site Artsteps. O Iserj, que faz parte da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio de Janeiro, oferece ensino desde a educação infantil até o superior. O trabalho rendeu à estudante do terceiro ano o 1º lugar na categoria Divulgação Científica, na 18ª Feira de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio de Janeiro, no fim de 2024. Ela ganhou ainda medalhas por divulgação científica na categoria Ciências da Terra em outras exposições.

Única menina do curso de informática do Iserj no nível de Ensino Médio, Paloma Lins era bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), que é a agência de fomento à ciência, à tecnologia e à inovação do Estado. Ela desenvolveu o projeto, sob orientação das professoras Patrícia Felippe Amorim e Monique Gonçalves.

Amorim, que é professora de informática, explica que foram utilizadas as plataformas de inteligência artificial DID5 e a de exposição virtual Artsteps. A estudante selecionou as fotografias das cientistas e pediu para a IA na plataforma Runway convertê-as em desenhos. Depois, enviou os desenhos à IA da plataforma Vidnoz para que fossem criados vídeos com um minuto de duração, cada, no máximo. Em todas as plataformas, só foram utilizados os recursos gratuitos.


DIVULGAÇÃO

Paloma Lima Dias Lins: "Eu só tinha ouvido falar de duas cientistas. Os projetos não têm destaque no Brasil"

O desenvolvimento do projeto durou cerca de cinco meses. "O que eu mais gostei foi poder conhecer um pouco mais de cada cientista. Algumas eu conhecia, mas confesso que a maioria eu nem fazia ideia [que existia]", disse a estudante.

Com plano de disputar uma vaga de ensino superior nos cursos de Jornalismo, Direito ou Química, Lins aprendeu, mas também se decepcionou. O projeto mostrou-lhe que as mulheres cientistas negras não são valorizadas no país. "Eu só tinha ouvido falar de duas cientistas. Os projetos não têm destaque no Brasil."

Professora de Química, Gonçalves selecionou as cientistas e fez a pesquisa bibliográfica. Amorim delimitou o número de personagens e ajudou a estudante com a tecnologia. Gonçalves diz que sua inspiração foi a escritora e professora Bárbara Carine — da Universidade Federal da Bahia, vencedora do Prêmio Jabuti em 2024 na categoria Educação e autora do livro "Descolonizando saberes: mulheres negras nas ciências".

"As mulheres pretas são apagadas historicamente", destaca Gonçalves, explicando que a aluna se sentiu motivada para buscar essas mulheres. "Trouxemos brasileiras contemporâneas que fazem pesquisa, mas não tinham crédito. Demos crédito também ao 'produto' nacional, pois não se valoriza quem é da casa."

As cientistas selecionadas são as seguintes: Sônia Guimarães (São Paulo) primeira mulher negra doutora em física no Brasil; Jacqueline Goes de Jesus (Bahia) liderou o primeiro sequenciamento genético do coronavírus no Brasil; Nadia Mohammed Elmassalami Ayad (Rio de Janeiro) desenvolveu mecanismo de filtragem de água a partir do grafeno; Patrícia Bath (EUA) desenvolveu uma metodologia do uso do laser na cura da catarata; Alice Augusta Ball (EUA) desenvolveu um óleo injetável para o tratamento da Hanseníase; Gladys Mae West (EUA) coletou os dados de satélites em órbita, base para a tecnologia GPS; - Annie J. Easley (EUA) da equipe que desenvolveu software para estágios de foguetes Centaur, da Nasa; Segenet Kelemu (Etiópia) descobriu como produzir as plantas mais resistentes às doenças e às alterações climáticas; Quarraisha Abdool Karim (África do Sul) desenvolveu métodos que reduzem riscos de infecção do vírus HIV em cerca de 40%; Joana D'arc Félix de Souza (São Paulo) desenvolveu pele artificial similar à humana para ser usada em queimaduras e transplantes; Ijeoma Uchegbu (Nigéria) é a principal diretora científica da Nanomerics; e Marcelle Souza Santos (Espírito Santo) estuda a natureza da expansão do universo e foi reconhecida pela Fundação Alfred P. Sloan como uma das melhores jovens cientistas na ativa.

valor.com.br
Confira no site a visita ao museu virtual
https://www.artsteps.com/view/666855632a100166658a4038?currentUser

Broadcom mira IA após críticas a preços salgados

Estratégia

Tim Bradshaw
Financial Times

Quando a Broadcom, empresa de tecnologia de US$ 1 trilhão, comprou a VMware em 2023, os clientes da empresa de softwares podiam escolher entre milhares de diferentes produtos para ajudá-los a gerenciar seus bancos de dados. Nos 12 meses seguintes à conclusão da aquisição de US$ 69 bilhões, a Broadcom cortou o portfólio para cinco produtos.

O plano original era ter apenas quatro pacotes de produtos da VMware, segundo Hock Tan, executivo-chefe (CEO) da Broadcom. No entanto, depois da reação contrária de alguns clientes a uma série de mudanças em seu modelo de licenciamento de softwares, foi adicionada uma quinta opção.

"Um dos compromissos que fizemos foi tornar a VMware mais fácil de usar e tornar toda a disponibilidade de produtos muito mais simples", disse Tan ao "Financial Times". "Talvez ter reduzido para quatro tenha sido um pouco demais [...], mas certamente não precisamos de 8 mil."

Esse é o tipo de manobra que rendeu a Tan — que previu em dezembro um lucro maior do que os US$ 8,5 bilhões calculados de início — uma reputação de promover e integrar suas fusões e aquisições com uma eficácia implacável. E ele já está à caça da próxima grande aquisição da Broadcom.

Tan agora está posicionando a VMware como a principal alternativa para empresas que não querem entregar seus dados a provedores de serviços na nuvem dos Estados Unidos, em especial as que têm sede na Europa, onde a rápida adoção da inteligência artificial (IA) leva à reavaliação sobre como os centros de dados são operados.

O sistema de virtualização da VMware esconde a complexidade subjacente dos servidores, do armazenamento e dos computadores que compõem um banco de dados, permitindo que as empresas o gerenciem como uma plataforma de software. Isso ajuda os clientes a gastar menos com equipamentos de informática e torna sua infraestrutura mais resiliente e segura, argumenta Tan.

Desde que a Amazon Web Services (AWS) inventou o modelo moderno de computação em nuvem há mais de 20 anos, as empresas têm se visto obrigadas a ponderar entre a conveniência de terceirizar suas operações de tecnologia da informação a um grande provedor on-line ou a de ter o controle, a propriedade e gerenciar suas próprias bases de dados.

Agora que as empresas correm para avaliar e implementar as novas ferramentas de IA que surgiram na esteira do sucesso do ChatGPT nos últimos dois anos, esse elemento de controle tornou-se mais importante, argumenta Tan. "O ponto-chave na IA é que você usa seus [próprios] dados, treina seus dados [...] então você mantém seus dados em [suas próprias] instalações", disse.

A sensibilidade em relação à proteção de dados tornou-se ainda mais aguçada na Europa, onde regras mais rígidas de privacidade e uma série de intervenções regulatórias contra as gigantes tecnológicas alimentam o conceito de centros de dados "soberanos". Neles, as informações de clientes ou empresas são armazenadas em uma base de dados operada pelas próprias empresas ou por um provedor local de serviços na nuvem.

De acordo com Tan, "particularmente" para os clientes na Europa, a VMware era "uma alternativa [...] à nuvem pública". "Não me surpreende que tenhamos nos deparado com ruídos]", acrescentou.

Ao longo de boa parte de 2024, esses "ruídos" foram bem altos. A Broadcom passou grande parte do ano lidando com críticas sobre a forma como comercializava as ferramentas da VMware. Segundo alguns clientes, seu custo se multiplicou com a mudança feita pela Broadcom de trocar as taxas únicas e antecipadas de licenciamento por assinaturas anuais.

Em setembro, a operadora de telecomunicações AT&T chegou a abrir um processo judicial acusando a Broadcom de tentar "intimidar a AT&T a pagar um resgate 'de um rei' por assinaturas que a empresa não quer nem precisa". As empresas acabaram chegando a um acordo dois meses depois.

Na Europa, o principal crítico da Broadcom foi a associação setorial Provedores de Serviços de infraestrutura na Nuvem na Europa (Cispe, na sigla em inglês), que inclui a Amazon entre seus membros, ao lado de vários outros nomes menores. Em abril, o Cispe acusou a empresa de "aumentos maciços e injustificáveis de preços" que "ameaçam a viabilidade econômica de muitos serviços na nuvem usados por clientes na Europa".

Apesar das estimativas da firma de consultoria de tecnologia da informação Forrester de que 20% dos clientes da VMware abandonariam a empresa após as mudanças, Tan reitera que a taxa de evasão de clientes "não mudou dramaticamente". "As pessoas que estão reclamando são a minoria — quem sabe quais intenções elas podem ter", disse o CEO.

As reclamações sobre a mudança para o modelo de assinaturas vieram de "clientes de visão curta [que] tendem a esquecer que pagaram pelo [software] anos atrás e não pensam em amortizar" os custos ao longo do tempo.

"Então, quando a raiva inicial se acalma e os clientes têm a chance de entender o valor que está sendo entregue [...] depois de um tempo, eles voltam", acrescentou Tan. "Estamos bastante satisfeitos com o resultado do que vimos até agora."

A VMware é apenas a mais recente de uma série de compras bilionárias na área de software feitas por Tan nos últimos anos, como CA e Symantec.

As origens da Broadcom, contudo, estão na área de semicondutores e de equipamentos de rede, e o entusiasmo dos investidores por suas operações de chips personalizados de IA para empresas como Google e Meta elevou seu valor de mercado a mais de US$ 1 trilhão pela primeira vez em dezembro.

Tan disse que consideraria mais aquisições em chips ou software, apesar de a tentativa de aquisição hostil de US$ 142 bilhões da rival Qualcomm em 2017 ter sido vetada pelo então presidente dos EUA, Donald Trump. Depois, Tan anunciou que transferiria a sede da empresa de Cingapura de volta aos EUA, aparecendo ao lado de Trump no Salão Oval.

Tan considera ainda "cedo demais para dizer" se o segundo mandato de Trump tornará as fusões e aquisições mais fáceis no EUA. "Os EUA são apenas parte do jogo. Vivemos num mundo global." ***(Tradução de Sabino Ahumada)***

BLOOMBERG

"As pessoas que reclamam são a minoria, quem sabe com quais intenções" *Hock Tan*

Asper planeja dobrar receita para R$ 1 bi até 2026

Cibersegurança

Rafael Bitencourt
De Brasília

Com ritmo acelerado de digitalização dos negócios e crescente dependência de sistemas on-line, serviços mais robustos de proteção de dados têm sido mais demandados. Esse movimento abriu espaço para o crescimento de empresas como a brasileira Asper, que bateu a marca de R$ 500 milhões em faturamento com serviços de segurança cibernética em 2024.

O serviço da Asper contra ataques de hackers, já adquirido por grandes corporações no Brasil, garantiu o aumento de 80% da receita total da companhia no ano passado em relação a 2023, quando registrou R$ 280 milhões.

Ao **Valor**, o executivo-chefe (CEO) e fundador da Asper, Arthur Gonçalves, diz que planeja abrir o capital da companhia no fim de 2026 na Nasdaq. Mas isso depende de alcançar a meta de dobrar o faturamento anual para R$ 1 bilhão.

No ranking global MSSP Alert da americana CyberRisk Alliance, referente aos 250 maiores provedores de serviços gerenciados de segurança (MSSP, na sigla em inglês) em 2024, a Asper ocupa a 23ª posição. Na lista aparecem outras brasileiras, como a ISH Tecnologia (19ª), IMCNET Cibersegurança (26ª) e Safeway Consultoria (33ª). A CyberRisk Alliance é uma empresa de inteligência empresarial formada por profissionais de cibersegurança.

Com o crescimento dos crimes cibernéticos, o setor de segurança digital tem crescido globalmente. No Brasil, os gastos do segmento de cibersegurança foram estimados em cerca de US$ 1,7 bilhão para 2024 pela consultoria IDC, o equivalente a R$ 10,5 bilhões pela cotação do dólar em 30 de dezembro. Boa parte do negócio de cibersegurança no país é dominada por empresas coligadas às "big four" — as consultorias PwC, KPMG, Ernst & Young (EY) e Deloitte — e pelas operadoras de telefonia, como Telefônica, dona da Vivo, e Claro.

DIVULGAÇÃO

Arthur Gonçalves, CEO da Asper

Embora não esteja entre as gigantes mundiais, a Asper tem em sua carteira clientes de grande porte de diversos setores da economia. A empresa atua como integradora de tecnologia em segurança cibernética. Isso significa que ao desenvolver um projeto, a integradora usa softwares e equipamentos de diferentes fornecedores. O CEO diz que a empresa não tem vínculo societário com as grandes companhias estrangeiras.

Nos Estados Unidos, a Asper mantém contratos com oito companhias, todas controladas por multinacionais brasileiras. Grupos como Bradesco, Itaú, Votorantim, Petrobras, Eletrobras e JBS têm confiado à empresa a segurança de seus "ativos digitais".

A unidade de negócios no exterior responde por 3% do faturamento total da empresa. Os clientes em solo americano conheciam os pacotes de serviços contratados por suas matrizes no Brasil e também queriam comprar produtos de cibersegurança semelhantes por lá, segundo Gonçalves.

"O mercado americano é muito dividido entre empresas puramente de revendas de software e de consultoria", explicou o executivo. "Nós, por experiência na nossa operação brasileira, fazemos as duas coisas. Usamos essas tecnologias que os grandes clientes querem comprar mas, ao mesmo tempo, a gente entrega, implementa, treina, faz consultoria, tudo com um só contrato de serviço."

O fundador da Asper diz que, diferentemente da oferta fragmentada dos produtos de cibersegurança nos EUA, os serviços integrados são apoiados pelo maior centro de monitoramento de ciberataques da América Latina, operado pela Asper com ferramentas de inteligência artificial (IA). Somente em 2024, o sistema monitorou 1,53 trilhão de eventos (potenciais ameaças) no mercado.

"Nosso centro de monitoramento é o 'coração' do negócio, que funciona 24 [horas por dia] por sete [dias por semana]. Temos um em São Paulo e outro no Rio, atuando de forma redundante", afirmou Gonçalves. Além da base de negócios em Nova York, a Asper tem escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis e Brasília.

O crescimento acelerado da Asper deve-se em boa parte, segundo Gonçalves, ao cenário de transformação digital que surgiu durante a pandemia de covid-19, quando os ataques cibernéticos de repente se tornaram mais frequentes e sofisticados. A empresa foi fundada em 2015, em Brasília, para fornecer serviços de "big data" a órgãos públicos. Em 2019, ajustou o foco para cibersegurança.

Segundo ele, a preocupação em proteger os sistemas de tecnologia da informação (TI), as redes de telecomunicações e as empresas de bancos de dados elevaram os investimentos em cibersegurança de 5% do orçamento de TI, entre 2018 e 2019, para o patamar atual de quase 40%, segundo a consultoria Cybersecurity Ventures. Para 2025, a projeção é de um prejuízo acumulado de US$ 10,5 trilhões relacionados aos ataques cibernéticos em todo o mundo, segundo a mesma consultoria.

Com operações no Brasil e nos EUA, a , companhia estuda abrir o capital na Nasdaq no próximo ano

Redes sociais A ordem assinada por Trump dá à ByteDance mais tempo para encontrar um comprador

Banimento do TikTok está suspenso, ordena presidente

Maya Sweedler, Didi Tang e Josh Boak
Associated Press, de Seattle e Washington

O presidente Donald Trump assinou uma ordem executiva nesta segunda-feira (20) para manter o TikTok operando por 75 dias, o que representa um alívio para os usuários da plataforma de mídia social, mesmo com a persistência de questões de segurança nacional.

A ByteDance, controladora chinesa do TikTok, deveria encontrar um comprador nos EUA ou seria banida em 19 de janeiro. A ordem de Trump pode dar à ByteDance mais tempo para encontrar um comprador. "Acho que tenho um lugar especial para o TikTok", disse Trump. Shou Zi Chew, CEO do TikTok, compareceu à posse de Trump no início do dia, sentado com pesos pesados ??da tecnologia americana.

Trump acumulou quase 15 milhões de seguidores no TikTok desde que entrou no ano passado, e ele creditou à plataforma criadora de tendências por ajudá-lo a ganhar força entre os eleitores jovens. No entanto, os 170 milhões de usuários da rede social nos EUA não conseguiram acessar o TikTok por mais de 12 horas entre a noite de sábado e a manhã de domingo.

A plataforma ficou offline antes da proibição aprovada pelo Congresso e confirmada pela Suprema Corte dos EUA entrar em vigor no domingo. Depois que Trump prometeu que pausaria a proibição nesta segunda-feira, o TikTok restaurou o acesso para usuários existentes. No entanto, o Google e a Apple ainda não restabeleceram o TikTok em suas lojas de aplicativos.

Líderes empresariais, legisladores, acadêmicos jurídicos e influenciadores que ganham dinheiro no TikTok estão observando para ver como Trump tenta resolver um emaranhado de questões regulatórias, legais, financeiras e geopolíticas com sua assinatura.

O aplicativo TikTok permite que os usuários criem e assistam a vídeos curtos e inovou ao operar com um algoritmo que alimentava recomendações aos espectadores com base em seus hábitos de visualização. Mas as preocupações sobre seu potencial de servir como uma ferramenta para Pequim manipular e espionar os americanos são anteriores à primeira presidência de Trump.

Em 2020, Trump emitiu ordens executivas proibindo negociações com a ByteDance e os proprietários do aplicativo de mensagens chinês WeChat. Os tribunais acabaram bloqueando as ordens, mas há menos de um ano o Congresso aprovou por maioria esmagadora uma lei citando preocupações com a segurança nacional para proibir o TikTok, a menos que a ByteDance o vendesse a um comprador aprovado.

A lei, que entrou em vigor no domingo (19), permite multas de até US$ 5.000 por usuário do TikTok nos EUA contra as principais lojas de aplicativos móveis — como as operadas pela Apple e Google — e serviços de hospedagem de internet como a Oracle, se eles continuarem a distribuir o TikTok para usuários dos EUA além do prazo para o desinvestimento da ByteDance.

Trump disse no domingo que pediu aos provedores de serviços do TikTok nos EUA que continuassem

> "Não está claro se o novo presidente tem autoridade para emitir a extensão"
> *Sarah Kreps*

dando suporte à plataforma e ao aplicativo enquanto ele se preparava para assinar uma ordem executiva para interromper a proibição por enquanto. "A ordem também confirmará que não haverá responsabilidade para nenhuma empresa que ajudou a impedir que o TikTok desaparecesse antes da minha ordem", postou Trump no Truth Social, seu site de rede social.

A lei que o Congresso aprovou e o agora ex-presidente Joe Biden assinou em abril permitiu uma extensão de 90 dias se houvesse progresso em direção a uma venda antes da data efetiva do estatuto. Menos certo é se essa disposição pode ser aplicada retroativamente, de acordo com Sarah Kreps, diretora do Tech Policy Institute, da Cornell University. "Ordens executivas não podem anular leis existentes", disse Kreps. "Não está claro se o novo presidente tem autoridade para emitir a extensão de 90 dias de uma lei que já entrou em vigor."

Kreps também duvida que as condições para um atraso existam neste momento sem um comprador em potencial seja nomeado para provar que uma venda estava acontecendo. Mas Alan Rozenshtein, professor de direito da Universidade de Minnesota, escreveu que a lei também autoriza o presidente a decidir o que constitui um "desinvestimento qualificado" — sugerindo que Trump poderia ter poder para dizer se ou quando a ByteDance atende aos termos da Lei de Proteção de Americanos contra Adversários Estrangeiros de Aplicativos Controlados.

Embora a ByteDance tenha passado meses repetindo que não estava interessada em vender, Pequim também sinalizou na segunda-feira uma possível flexibilização na posição da China sobre o TikTok para permitir que ele fosse desinvestido de sua empresa-mãe chinesa.

Por GLOBORURAL

Comércio Embarques do setor aos EUA cresceram entre 2017 e 2021, mas alguns itens perderam espaço

'Efeito Trump' sobre vendas do agro foi limitado

Patrick Cruz
De São Paulo

Donald Trump assumiu ontem a presidência dos Estados Unidos pela segunda vez. Ele começa o novo mandato com a promessa de, assim como no primeiro, priorizar o que, na visão dele, são os interesses de empresas, trabalhadores e governo americanos, fazendo isso em detrimento, se necessário, de acordos internacionais que já estão em vigor. Essa política — "patriótica", segundo a definição de Trump; protecionista, como descrevem opositores e também manuais de relações internacionais — inclui o comércio de produtos agropecuários, uma frente que muito interessa ao Brasil.

Alguns segmentos do agro brasileiro parecem animados com um possível efeito positivo do governo Trump sobre as vendas do Brasil ao mercado americano. Em parte, esse aparente otimismo tem relação com o aumento das exportações de produtos agropecuários aos EUA durante o primeiro mandato do presidente americano. Nos quatro anos do primeiro governo Trump, de janeiro de 2017 a janeiro de 2021, o volume dos embarques cresceu 32,3%, para 7,7 milhões de toneladas, segundo o Agrostat, o sistema do Ministério da Agricultura que reúne estatísticas de comércio exterior do agro nacional. A receita com as vendas aos EUA, por sua vez, aumentou 11,3%, a US$ 6,9 bilhões em 2020 — Joe Biden assumiu a presidência em janeiro do ano seguinte.

Em grande medida, o aparente efeito positivo do governo Trump sobre o agro brasileiro tem relação com as sobretaxas que os Estados Unidos passaram a cobrar sobre produtos chineses a partir de 2018. Essa decisão levou a China a responder com aumento de tarifas sobre produtos americanos, entre eles a soja, o que acelerou as vendas brasileiras do grão — o principal item de exportação do agro brasileiro — ao mercado chinês. Em 2020, o Brasil embarcou 60,8 milhões de toneladas de soja para a China, um volume 56,7% maior do que o de quatro anos antes.

O segmento de produtos florestais, que inclui papel e celulose, é o que mais rende divisas ao agro brasileiro nas exportações aos EUA: ele responde, sozinho, por cerca de 40% das receita do Brasil nos embarques ao mercado americano. Durante o primeiro governo Trump, o volume das exportações desses itens aos Estados Unidos cresceu 36,3%, para 4,6 milhões de toneladas, e a receita, 30%, para US$ 2,7 bilhões.

11,3%
foi o aumento das vendas aos EUA

O desempenho foi positivo para o agro nacional, o que não significa que o fenômeno vá necessariamente se repetir no segundo governo de Donald Trump. "Esse clima mais protecionista pode gerar oportunidades para o universo agro nacional, por exemplo, no mercado chinês (...) Todavia, não é razoável descartar que alguns produtos agropecuários que o Brasil exporta para os EUA também sejam alvo de [aumento de] barreiras tarifárias, como produtos florestais (principalmente, papel e celulose) e proteínas de origem animal", escreveram, em artigo recente, os pesquisadores Felippe Serigatti e Roberta Possamai, do Centro de Agronegócios da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro), e André Diz, professor do MBA em gestão do agronegócio da instituição.

O volume das exportações de café, o segundo item que mais gera divisas ao Brasil nas vendas aos EUA, cresceu 20,6% durante o primeiro mandato de Trump, para 448,2 mil toneladas. Já a receita com os embarques cresceu menos de 1%, chegando a US$ 1,03 bilhão, segundo o Agrostat.

O mercado de sucos foi um dos que perderam espaço nos EUA durante o primeiro mandato de Trump. O volume dos embarques caiu 5% nesse intervalo, para 566,5 mil toneladas, e a receita quase 30%, para US$ 324,8 milhões. O declínio dos embarques de lácteos foi ainda mais forte: o volume caiu 44%, para 2,3 mil toneladas.

Não se pode dizer que o aumento dos embarques de itens como café e produtos florestais tenha sido resultado de eventual primazia ao Brasil durante a primeira era Trump. As exportações de café, por exemplo, a despeito das oscilações naturais que ocorrem nas lavouras — o grão alterna colheitas de alta e baixa produtividade a cada dois anos —, nunca mais ficaram abaixo de 300 mil toneladas desde que ultrapassaram essa faixa pela primeira vez, em 2009. Já na era Biden, as vendas só ficaram abaixo de 400 mil toneladas no ano de 2023. No ano passado, os embarques alcançaram 471,5 mil toneladas, o maior volume da história.

Uma 'caixa de plantas' para agricultores de apartamento

Agro 4.0

Rafael Walendorff
De Las Vegas (EUA)

Não é apenas a agricultura de larga escala que está preocupada com o avanço das mudanças climáticas e a ocorrência de desastres naturais. A indústria de tecnologia alimentar tem avaliado o impacto desses fatores no fornecimento global de suprimentos para desenvolver inovações voltadas à população urbana e aos "agricultores de apartamento", público interessado em cultivar nas suas próprias casas.

Estreante na Consumer Eletronics Show (CES), em Las Vegas, a sul-coreana Daedong foi premiada na categoria de tecnologia alimentar e agrícola da maior feira de tecnologia do mundo. Especializada na fabricação de tratores de médio porte, a empresa se destacou com a apresentação de um eletrodoméstico criado para o cultivo de plantas em casa, o AI Plant Box.

Semelhante a uma geladeira, o equipamento, um "smart farming", combina controle ambiental automatizado, baseado em inteligência artificial, monitoramento de plantas por meio de uma câmera e engenharia de eficiência energética. O sistema regula automaticamente os fatores que interferem no desenvolvimento das plantas, como temperatura, umidade, iluminação e fornecimento de água.

A câmera instalada dentro da Plant Box permite reconhecer automaticamente a cápsula de semente que foi plantada ali. O usuário ainda pode monitorar o crescimento da planta em tempo real por meio de um aplicativo dedicado e verificar se a sua "safra" está pronta para a colheita, tudo com análise de um algoritmo de inteligência artificial. A empresa informou ainda que o dispositivo tem recursos de engenharia de economia de energia, como LEDs e sistema de purificação de ar.

A "caixa de plantas" da Daedong pode também ser integrada como um dispositivo de terceiros no ecossistema SmartThings, da Samsung.

A sul-coreana Daedong aposta no crescimento da agricultura urbana e do mercado agrícola graças ao avanço da indústria de tecnologia alimentar. As mudanças climáticas e até os desastres naturais também são fatores que podem impulsionar esse mercado, avalia a empresa.

"Espera-se que o AI Plant Box sirva como vanguarda na coleta de dados agrícolas necessários para o avanço tecnológico, ao mesmo tempo em que expande os negócios de agricultura inteligente da Daedong", disse a companhia, em nota. A Daedong também quer "empoderar" os agricultores urbanos novatos com o uso desses dispositivos.

Segundo a empresa, será possível aprimorar ainda mais as práticas de agricultura inteligente a partir do uso dos dados agrícolas coletados quando o AI Plant Box chegar às casas dos consumidores. O objetivo, disse a Daedong, é fornecer aos agricultores o valor da redução dos custos de produção, permitindo que construam e operem instalações agrícolas, como fábricas de plantas e estufas inteligentes otimizadas para cada cultura.

A CES 2025, realizada entre 7 e 10 de janeiro deste ano, teve mais de 4,5 mil expositores e mais de 141 mil participantes. A feira também contou com agtechs que atuam com iniciativas para cuidar das abelhas. A suíça Lifehive apresentou uma tecnologia de aquecimento inteligente para a apicultura, sem uso de produtos químicos, para combater ácaros e vírus que ameaçam as polinizadoras.

O sistema tem um elemento de aquecimento patenteado integrado diretamente em quadros de criação. A tecnologia aquece a colmeia a 42 °C por intervalos de três horas para eliminar os ácaros e vírus sem prejudicar a colmeia. "Um algoritmo inteligente garante que os tratamentos sejam aplicados em condições ideais de criação, prevenindo a reinfestação e mantendo a saúde da colônia", diz a empresa.

Já a FarmConnect apresentou o ConnectBee, um dispositivo que usa a inteligência artificial para rastrear a atividade das abelhas em tempo real com câmeras e avaliar a polinização a partir do exame do pólen coletado. Ele emprega sensores integrados para gerenciar as condições da colmeia, o que garante conforto às abelhas em climas quentes. Segundo a empresa, o sistema inteligente pode aumentar a produtividade em 15% e estender a vida útil das abelhas em 30%.

O jornalista viajou a convite da John Deere

DIVULGAÇÃO

Visitantes observam a AI Plant Box, equipamento para cultivo de plantas em casa durante a CES, em Las Vegas

O AGRO TÁ ON
Realização GLOBORURAL
Oferecimento TIM

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Usinas Dívidas contratadas em período de crescimento começam a pesar com a elevação dos juros; investidores esperam mais vendas de ativos

Raízen perde quase 50% de seu valor de mercado em um ano

Camila Souza Ramos
De São Paulo

A Raízen já perdeu R$ 18,7 bilhões em valor de mercado em um ano, ou 47,98%, em meio à elevação dos juros num momento em que a companhia vinha de um forte ciclo de expansão. Apesar dos esforços de redução da alavancagem, com a venda de ativos, a quebra da atual safra de cana deteriorou o sentimento dos investidores, que levaram as ações da empresa a uma queda de 5,39% ontem na B3, para R$ 1,93, segundo o Valor Data.

A empresa informou na noite de sexta-feira (17) que a moagem no acumulado da safra 2024/25 (abril até dezembro) somou 77,5 milhões de toneladas, 6% abaixo da estimativa mais pessimista da companhia para a temporada, que era de 82 milhões de toneladas. A queda foi atribuída à forte estiagem e aos incêndios, que prejudicaram a produtividade. Até outubro, o fogo atingira 7% da cana que seria moída pela Raízen nesta safra e afetou a produtividade e a capacidade de cristalização de açúcar.

Procurada ontem para comentar a perda de valor de mercado, a Raízen não se pronunciou.

Menor moagem significa menos produtos disponíveis, em um momento em que a geração de caixa é fundamental para fazer frente aos juros elevados.

No fim do segundo trimestre da safra atual (2024/25), em setembro, a companhia tinha uma dívida líquida de R$ 35,9 bilhões, um valor 2,6 vezes maior que o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado em 12 meses. Ainda que essa alavancagem seja considerada 'saudável' para o setor, por estar abaixo de 3, outros aspectos são vistos pelo mercado como um ônus sobre a companhia.

Como as empresas de cana-de-açúcar têm um elevado investimento em renovação de canaviais, necessário para manter a operação, muitos investidores preferem prestar mais atenção à geração de caixa, descontando do Ebitda as despesas de capital (Capex) recorrentes, observa Guilherme Palhares, analista do Santander.

Há ainda investidores que interpretam como dívida os contratos de recebíveis de etanol celulósico feitos pela empresa para financiar a construção das novas plantas desse etanol de segunda geração (E2G). No ano passado, a Raízen acertou com sua acionista Shell re-

> "Projetos de longo prazo tornam mais distante a projeção de fluxo de caixa"
> *Guilherme Palhares*

cebíveis no valor € 4,3 bilhões antecipando vendas de E2G. "Tem gente que vê para o final da safra desde uma alavancagem de mais ou menos 3 vezes, até chegando em 4,6 vezes", diz Palhares.

A maior alavancagem em um ciclo de investimentos já era esperada, mas o que a empresa não contava era com a forte alta dos juros. "Por existir projeto de E2G e outros [na Raízen], que são de longo prazo, a projeção do fluxo de caixa ficou para mais longe. Isso, em um ambiente de juro alto, reduz o valor da companhia, porque quanto mais distante está a geração de caixa, mais a empresa é penalizada", diz o analista do Santander.

A Raízen vem tentando gerar liquidez imediata desde o ano passado com a venda de ativos. Ainda assim, o BTG Pactual avaliou ontem em relatório que a Raízen precisa "voltar ao básico" e rever sua alocação de capital. Para os analistas que assinam o relatório, o sentimento do mercado só deve melhorar "quando os investidores vislumbrarem a tão necessária desalavancagem do balanço, a rotação de ativos do portfólio e os impactos das mudanças internas".

Até agora, a companhia já vendeu suas unidades de energia solar, reduziu a participação no negócio de distribuição no Paraguai, paralisou a planta de E2G em Piracicaba (SP) e a usina MB, localizada em Morro Agudo (SP), pertencente ao cluster de Ribeirão Preto. Também vendeu 900 mil toneladas de cana à Usina Alta Mogiana.

O negócio foi concluído na sexta-feira (17), quando a usina dos Junqueira Figueiredo pagou à vista R$ 384 milhões, após ajustes.

A venda dos canaviais, anunciada em novembro, só foi concluída na semana passada após a transferência dos contratos de fornecimento de cana.

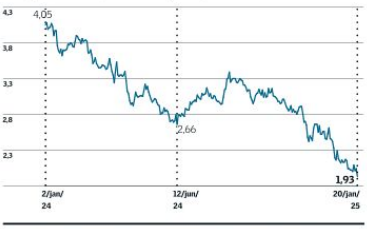
O valor da venda do canavial foi equivalente a um múltiplo de US$ 75 por tonelada de cana, bem acima do visto em transações recentes no setor envolvendo tanto ativo biológico como unidades industriais. Na compra da usina Salto Botelho pela Zilor em dezembro, o múltiplo ficou abaixo de US$ 60 por tonelada de cana.

Segundo Luiz Gustavo Junqueira Figueiredo, acionista da Usina Alta Mogiana, a diferença se justifica pelo fato de a cana estar no valorizado polo de Ribeirão Preto, com melhores condições climáticas e bem localizado.

Com a venda, a Raízen diminui seu raio de fornecimento de cana nas usinas Santa Elisa e Vale do Rosário — o que reduz o custo de produção das duas unidades — e redireciona a cana que estava abastecendo uma usina sem cogeração de energia (Usina MB) para unidades com esse potencial.

Para Figueiredo, a operação quebra um paradigma de ausência de negociações de cana na região e "pode servir de exemplo para futuras transações do setor na região de Ribeirão Preto". Para a Usina Alta Mogiana, a compra eleva a produção já na safra 2025/26. No ciclo atual, a empresa moeu 7 milhões de toneladas de cana.

Estratégia na berlinda
Cotação da Raízen, dia a dia (R$ por ação)



Variações -5,39% No dia -10,65% No mês -47,98% Em 12 meses

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Menor produtividade

A produtividade da colheita de cana-de-açúcar na região Centro-Sul do país, nesta safra 2024/25, caiu 10,8%, entre abril e dezembro em relação a igual intervalo da temporada passada e ficou em 78 toneladas por hectare, segundo levantamento do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC). O rendimento agrícola foi afetado pela longa seca e pelos incêndios nos canaviais. Apesar da redução, o indicador ficou 1,4 tonelada por hectare acima da média dos últimos dez anos. O teor de sacarose na cana-de-açúcar no acumulado da safra aumentou 1,3%, para 136,3 quilos de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR) por tonelada de cana processada. (CSR)

Agrogalaxy teve prejuízo de R$ 1,6 bi no 3º trimestre

Balanço

Gabriella Weiss
De São Paulo

A distribuidora de insumos Agrogalaxy, que pediu recuperação judicial em setembro passado, registrou um prejuízo líquido ajustado de R$ 1,6 bilhão no terceiro trimestre de 2024. Esse resultado representa aumento de quase 18 vezes em comparação com os R$ 89 milhões de prejuízo no mesmo período de 2023. A divulgação dos números, que estava prevista para 13 de novembro passado, ocorreu somente ontem.

A receita líquida caiu 48,6% no período de julho a setembro em relação a igual intervalo do ano anterior, para R$ 1,2 bilhão. As vendas da divisão de insumos recuaram 43,8%, para R$ 733 milhões, enquanto as vendas da divisão de grãos tiveram queda de 54,4%, para R$ 485,7 milhões.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado ficou negativo em R$ 1,2 bilhão — entre julho e setembro de 2023, foi positivo em R$ 74,4 milhões.

Multas por interrupção de contratos de fornecimento e ajustes após o pedido de recuperação judicial, feito em 19 de setembro, geraram despesas extraordinárias de R$ 220 milhões e impactaram os resultados, afirmou o diretor financeiro do Agrogalaxy, Luiz Conrado Sundfeld.

E, "para evitar riscos" de não poder usar créditos durante a recuperação judicial sem uma aprovação de plano, disse Sundfeld, a empresa retirou dos ativos o crédito de imposto diferido que somaria R$ 205,6 milhões ao balanço, e passou a contabilizá-lo no prejuízo.

O atraso nas compras dos produtores, a redução dos volumes e a queda na receita também pesaram, segundo o executivo. O fim de setembro é um período relevante para o faturamento da empresa devido ao pico de vendas para a safra de verão, especialmente de sementes e defensivos agrícolas.

Segundo Eron Martins, CEO do Agrogalaxy, o trimestre reflete "como chegamos até aqui" — ou seja, com o setor prejudicado pelo queda das commodities, pela alta dos juros e por intempéries. Esse ambiente aumentou os custos dos produtores e reduziu sua produtividade, dificultando o pagamento dos compromissos.

"Por mais que a gente fale de 12 dias de recuperação judicial dentro do trimestre, a partir do momento em que você entra no modo recuperação judicial, você é obrigado a fazer uma série de contabilizações por causa desse contexto. Por isso, boa parte do número que se vê é porque se entrou em recuperação judicial. Ela tem um efeito caixa", afirmou o executivo.

O executivo disse ainda que "por mais que o número [do prejuízo] seja impactante, ele não muda em nada a nossa estratégia, não muda em nada o plano que já foi protocolado, porque faz parte da contabilização".

A empresa detalhou em comunicado sobre os resultados que está concentrada em três pilares principais: otimização do mix de vendas, com ênfase em produtos especializados; redução de despesas — nos 12 últimos meses, já houve economia superior a R$ 150 milhões; e melhorias na gestão do capital de giro, com negociações mais eficientes de prazos de pagamento e ajustes nos estoques.

Com Fiagro de R$ 200 milhões, Cibra busca ampliar crédito a produtores

Insumos

Nayara Figueiredo
De São Paulo

A Cibra, uma das cinco maiores fabricantes de fertilizantes com operação no Brasil, está em processo de captação de R$ 200 milhões por meio de um Fundo de Investimento em Cadeias Agroindustriais (Fiagro). Com os recursos, a Cibra busca ampliar a oferta de crédito aos clientes produtores rurais e, ao mesmo tempo, expandir suas vendas. A estratégia vem em um momento em que os produtores estão menos capitalizados, após quedas nas commodities.

A busca por recursos com o Fiagro ainda representa outro passo no plano de expansão da empresa, que construiu duas novas unidades, uma em Sinop (MT) e outra em São Luiz (MT), entre 2023 e 2024, para fortalecer a presença na região do Matopiba — confluência entre Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

"Entramos em regiões novas, e esses novos clientes acabavam ficando de fora da nossa carteira de crédito. Agora poderemos financiar, montamos esse fundo para ampliar o crédito ao cliente", disse Raphael Nezzi, diretor-financeiro da Cibra, ao **Valor**.

Segundo Nezzi, atualmente, a carteira de crédito da empresa gira em torno de R$ 1 bilhão. Com o Fiagro de R$ 200 milhões, vai crescer 20%. Em geral, metade das vendas da Cibra tem pagamento antecipado e o restante é feito com a ajuda de financiamento aos produtores.

Questionado sobre o apetite do mercado pelo Fiagro da Cibra, Nezzi disse que já há um número suficiente de investidores para alcançar os R$ 200 milhões. Segundo ele, o fundo só não está totalmente constituído porque a fase de formalização dos títulos, uma etapa mais documental do processo, ainda está em curso.

Nos últimos dois anos, uma onda de recuperações judiciais atingiu produtores, principalmente no Centro-Oeste, na esteira da queda nos preços das commodities e custos de produção elevados. Isso fez com que o risco de crédito aumentasse e muitos investidores reduzissem as apostas nos Fiagros.

"Esse movimento de recuperações judiciais atrapalhou na questão de crédito, em geral, mas a nossa inadimplência é muito baixa pelo conservadorismo que a Cibra tem na avaliação dos clientes. Por isso, não tivemos problemas agora para constituir o fundo, nossa carteira é bem vista pelos investidores", afirmou o executivo de finanças.

Segundo ele, a companhia não sofreu com grandes casos de clientes em recuperação judicial. Tanto, que as vendas de fertilizantes para a safra 2024/25, que está em curso, estão em ritmo considerado normal.

Em 2024, as entregas de fertilizantes da Cibra somaram 3,6 milhões de toneladas, um avanço de 20% em relação ao ano anterior. Para 2025, a expectativa é repetir o percentual de crescimento.

No ano passado, o faturamento da Cibra ficou em torno de R$ 7 bilhões, segundo o executivo. Ele não informou de quanto foi a alta em relação a 2023, pois o balanço ainda está sendo fechado.

De acordo com o diretor-financeiro, a perspectiva é de novo avanço na receita com vendas este ano. Mas ele pondera que isso vai depender dos preços dos insumos e das commodities agrícolas, que interferem diretamente no resultado das empresas do setor de insumos.

Com sede em Camaçari (BA), a Cibra tem como sócios o grupo americano Omimex e a britânica Anglo American, e 12 unidades fabris com operações de produção, importação, formulação e distribuição de fertilizantes.

A meta da empresa é atingir produção de 5 milhões de toneladas de fertilizantes em 2026. Dentro da estratégia de expansão anunciada em 2021, estão previstos investimentos totais de R$ 1,5 bilhão até ano que vem.

DIVULGAÇÃO CIBRA

Raphael Nezzi, diretor-financeiro, espera alta de 20% nas entregas de 2025

Comércio
'Efeito Trump' sobre as vendas do agronegócio brasileiro foi limitado
B7

Investimentos
No ano dos fundos de crédito, Inter Asset, de Castro, dobra de tamanho, a quase R$ 19 bi C6

Funding
Operações de 'crowdfunding' ganham espaço no financiamento imobiliário C6

Criptoativos
Bitcoin bate recorde e depois cai com volta de Trump à Casa Branca C2

Gestão de recursos
Taxas e comissões levam metade do ganho bruto de fundos hedge, diz estudo C2

Valor C
Terça-feira, 21 de janeiro de 2025

Finanças

Mercados Em dia de baixa liquidez, Ibovespa e real avançam, enquanto juros futuros recuam

Gradualismo com tarifa de Trump traz alívio e pode levar a ajustes em ativos

Bruna Furlani, Maria Fernanda Salinet, Gabriel Caldeira e Arthur Cagliari
De São Paulo

Donald Trump deu início a seu segundo mandato na presidência dos Estados Unidos com um discurso mais brando que o esperado, o que levou agentes de mercado a discutir se há espaço para algum alívio nos preços dos ativos. A adoção de uma política linha-dura para tarifas de importação e imigração não veio nas primeiras horas do novo governo, como chegou a ser cogitado, o que animou investidores em um dia de baixa liquidez. Uma eventual descompressão dos prêmios de risco, como a vista ontem, vai depender da amplitude e da velocidade das medidas adotadas nos próximos dias.

Embora o republicano tenha reafirmado, durante seu discurso de posse, a promessa de reformar a política de comércio exterior americana, a perspectiva de que as tarifas sejam implementadas aos poucos trouxe um amplo alívio aos ativos brasileiros — movimento que poderá se estender se o cenário se confirmar. Horas antes do discurso de posse de Trump, o gatilho inicial para o alívio nos mercados locais veio de uma reportagem do "The Wall Street Journal", que já apontou que haveria o adiamento das medidas tarifárias.

O diretor de investimentos da Western Asset, Paulo Clini, afirma que os agentes financeiros precificaram um cenário mais duro para o segundo mandato de Trump, mas ressalta que o movimento de alívio visto ontem pode incitar dúvidas sobre uma eventual reversão da tendência.

"O simples fato dele não anunciar [medidas tarifárias] fez com que as moedas apreciassem. O mercado estava esperando alíquota para a China. Tem uma parte dessa agenda mais dura de Trump que já refletiu nos preços", diz o executivo da Western.

GABRIEL REIS/VALOR

Paulo Clini, da Western Asset: cenário mais provável é que o Donald Trump reforce todas as promessas que fez durante o período de campanha

Para Clini, o cenário mais provável é que o republicano reforce todas as promessas que fez durante a campanha. "Mas o movimento dos mercados mostrou que existe uma pequena possibilidade de um cenário diferente, com uma reversão temporária e parcial do dólar forte e de outros ativos", diz. Na visão do profissional, o segundo cenário seria menos provável e marcado por medidas mais brandas ou por uma demora em sua apresentação.

Fernando Fenolio, economista-chefe da WHG, avalia que uma adoção mais lenta das tarifas comerciais tirou um pouco do risco de uma postura mais agressiva no início do mandato, em um contexto em que muitos investidores estavam carregados em posturas mais defensivas, como apostas favoráveis ao dólar. "Há a sensação de que não vai ser um movimento abrupto logo no início do mandato. Significa que ele [Trump] está desistindo? Não. Vai ter algum tipo de estrutura de arrecadação de tarifas, mas talvez um pouco mais para frente", diz.

> "Há sensação de que não haverá movimento abrupto logo no início do mandato"
> *Fernando Fenolio*

Mesmo assim, o economista da WHG pondera que a tendência é que o conjunto de políticas de Trump "complique" um quadro doméstico já desafiador para o Brasil. "Torna a barra mais alta para que a política econômica nacional seja consistente. Os nossos desequilíbrios ficam mais gritantes à medida que o cenário internacional fica mais desafiador."

A equipe de economistas do Itaú, liderada pelo ex-diretor do BC Mario Mesquita, por exemplo, atualizou ontem o seu cenário, que passou a prever uma Selic de 15,75% no fim do atual ciclo de aperto monetário, de 15% da previsão anterior.

Já o diretor da WIA Investimentos, José Faria Júnior, avalia que é cedo para saber e diz que é preciso ver como os mercados vão reagir nesta terça, quando a liquidez for maior. "Ele [Trump] vai aumentar [as tarifas], ninguém tem dúvida disso. Mas não vai ser uma ordem impositiva de subir já no primeiro dia. A sensação é que ele está um pouco mais pragmático nessa questão, só deve vir a usar como instrumento de negociação", diz.

O executivo afirma ainda que até aqui o dólar tem se comportado de forma semelhante ao que ocorreu na primeira eleição e no primeiro mandato de Trump. "E o dólar pode fazer o mesmo movimento que fez em 2017, de perder força daqui para frente. Claro que, não na mesma magnitude, porque a economia americana está forte e o Federal Reserve [Fed, o banco central dos EUA], mais conservador do que os demais BCs do mundo."

0,40%
foi a queda do dólar à vista ontem

Ainda que o dólar globalmente perca um pouco de força, o diretor da WIA não vê a moeda americana muito abaixo do nível de R$ 5,80 a R$ 5,90 no Brasil. "No longo prazo, não vejo mudança da tendência do dólar, porque deve ficar mais forte. Mas no curto prazo, a moeda pode ir um pouco mais para baixo. Não é uma queda excepcional ou virada de tendência, e sim pela falta de notícia interna e pelo externo melhor."

Ontem, o dólar à vista perdeu força, os juros futuros ampliaram a queda e o Ibovespa conseguiu impulso para engatar a segunda alta seguida.

O pregão, porém, foi atípico e de menor liquidez graças ao fechamento dos mercados americanos devido ao feriado de Martin Luther King Jr. O baixo volume de negociações pode ter ampliado a volatilidade e, portanto, o movimento dos ativos.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento em janeiro de 2026, por exemplo, teve queda de 14,975%, do ajuste anterior, para 14,925%; e a do DI de janeiro de 2031 teve baixa de 15,155% para 15,03%.

O Ibovespa, por sua vez, registrou avanço de 0,41% aos 122.855 pontos, perto da máxima do dia, de 123.172 pontos.

Já o dólar comercial encerrou em queda de 0,40%, cotado a R$ 6,0411. No exterior, o índice DXY, que mede o desempenho do dólar em relação a seis moedas, caiu 1,2% ontem, a 108,07 pontos. No término da sessão, das 33 moedas mais líquidas acompanhadas pelo **Valor**, apenas três não registravam alta frente ao dólar: peso argentino, lira turca e shekel israelense.

O pregão também foi marcado pelo novo leilão de linha do BC. A autoridade vendeu US$ 2 bilhões, com compromisso de recompra em novembro e dezembro deste ano. Operadores e gestores se surpreenderam com o anúncio na sexta-feira, mas, como apontou o **Valor**, a estratégia do BC pode estar voltada a reduzir externalidades criadas pela elevada rolagem de swap cambial. Assim, por meio do leilão de linha, a autarquia estaria buscando reduzir a pressão que há no cupom cambial, beneficiando operações de "carry-trade" com a moeda brasileira.

Leia mais na página C2

BC faz leilão de linha para reforçar efeito da Selic no câmbio

Análise

Arthur Cagliari
De São Paulo

Depois de alguma calmaria após a onda de intervenções do Banco Central no câmbio vista em dezembro, a realização pela autoridade monetária de dois leilões de linha, em que há venda de dólares com compromisso de recompra, no total de US$ 2 bilhões, ontem, causou surpresa entre operadores, gestores e tesoureiros. Para a maioria deles, a intervenção da autoridade agora não pareceu fazer sentido.

Diferentemente da venda de dólares à vista ou de contratos de swap cambial, o leilão de linha não atua diretamente na cotação do câmbio, mas sim no cupom cambial, que pode ser traduzido como a taxa de juros em dólar no Brasil. No entanto, o cupom cambial não está pressionado, ao contrário dos níveis vistos no fim do ano passado. E é nesse sentido que a intervenção do BC chama atenção dos agentes.

A leitura entre quem opera e conhece o racional por trás da nova Diretoria de Política Monetária do BC, chefiada por Nilton David, é de que o que pode estar incomodando a autarquia não é o nível do cupom, se pensado historicamente, mas sim o patamar dele em relação ao de outros países.

Normalmente, o cupom cambial opera bem próximo das taxas de juros nos Estados Unidos, como mostraram recentemente o professor Márcio Garcia e o gestor Pedro Maia em artigo no **Valor**. A diferença entre o cupom e a taxa de juros americana de igual maturação é o spread do cupom cambial. E, no Brasil, esse spread, ainda que tenha se mantido menos pressionado neste começo de ano, está acima do observado em mercados pares.

> Ao fazer leilões de linha, o BC não queima reservas e reduz pressão sobre o cupom

O problema de o spread do cupom cambial estar mais alto é o fato de ele "comer" parte dos efeitos da operação de "carry-trade", a estratégia de tomar dinheiro emprestado em um país com juros mais baixos e investir em outro com juros mais elevados e arbitrar a diferença entre as taxas.

No geral, o aumento do diferencial de juros entre Brasil e EUA é o que leva o mercado a apostar em uma maior sustentação da cotação do real. No entanto, o cálculo correto nessa equação leva em conta a variação cambial e, nesse caso, o certo seria considerar a diferença entre a Selic e o cupom cambial. É como se, de forma simplista, o "carry" fosse obtido pela subtração entre a Selic e o cupom cambial.

Ou seja, por mais que a Selic esteja elevada, se o cupom cambial também está em níveis altos, o "carry" reduz sua capacidade de ganho. O chefe da mesa de câmbio da tesouraria de uma importante instituição financeira local avalia que não será essa redução no cupom que vai determinar a vinda de mais dinheiro para o Brasil, mas sim a redução combinada com as altas de juros já sinalizadas no "forward guidance" pelo BC. "Só vai fazer efeito no real quando efetivamente a Selic subir. Ainda que a curva de juros já precifique uma Selic mais alta, o 'carry' só funciona e o dinheiro só começa a vir quando a Selic chega ao patamar precificado."

Mesmo estando perto da média histórica, o spread do cupom cambial incomoda porque deixa o "carry" menos atrativo em relação a outros países, no momento em que o BC tem tentado transmitir os efeitos de uma política monetária mais contracionista.

Embora o mercado precifique a Selic em torno de 16% neste ano, o câmbio, que é um dos principais canais de transmissão da política monetária, continua bastante depreciado, com o dólar firme acima de R$ 6.

O que explica parte da pressão sobre o cupom cambial em relação a outros países é algo que também guarda relação com a atuação do BC: o elevado estoque de swap cambial do Brasil. Ao fazer leilões de contratos de swap, o BC aumenta a oferta de dólar futuro no mercado, mas, dependendo do tamanho do estoque, pode criar distorções no mercado de cupom cambial.

Uma das maneiras de resolver a questão seria reduzir o estoque de swap cambial do país de forma "seca", sem deixar de rolar a quantidade integral de contratos prestes a vencer ou via leilões de swap cambial reverso. Isso, porém, afetaria o câmbio e deixaria o real ainda mais depreciado, ou seja, medida incabível agora.

Outro caminho seria o percorrido pelo ex-diretor do BC Bruno Serra Fernandes, em 2019, quando fez uma operação conhecida nas mesas como "casadão", ao reduzir o estoque de swaps (via leilões de swap cambial reverso) e vender o mesmo montando no mercado à vista, em operações conjugadas. Foi uma intervenção que abriu mão de US$ 33,5 bilhões das reservas entre agosto e dezembro de 2019.

US$ 2 bi
Foi o total aceito em dois leilões ontem

O momento atual, no entanto, impede uma queima tão relevante de dólares no mercado à vista. Basta olhar a piora no risco Brasil medido pelo CDS de cinco anos, que disparou em dezembro durante a venda de reservas, e para o alerta de diversas gestoras de recursos e bancos sobre o nível das reservas cambiais após a intervenção recorde do BC no mercado à vista em dezembro.

Ao fazer leilões de linha (e, possivelmente, rolar os estoques daqui em diante), o Banco Central usa uma ferramenta que não queima reservas, mas ajuda a reduzir a pressão sobre o cupom. É um caminho torto para corrigir, ainda que de forma paliativa, a externalidade criada pelo estoque elevado de swap cambial.

Finanças

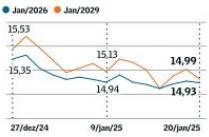
Ibovespa
Em pontos

Alta de **0,41%**

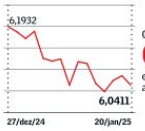
Bolsas internacionais
Variações no dia 20/jan/25 - em %

Dow Jones	Feriado
S&P 500	Feriado
Euronext 100	0,27
DAX	0,42
CAC-40	0,31
Nikkei-225	1,17
SSE Composite	0,08

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano



Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



Queda de **0,40%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercados Índice DXY caiu 1,2% com perspectiva de estudo aprofundado sobre tarifas comerciais

Dólar global tem maior recuo desde agosto

Harriet Clarfelt, Ian Smith e Mari Novik
Financial Times, de Nova York e Londres

O dólar global teve ontem a maior baixa diária desde agosto do ano passado após o presidente dos EUA, Donald Trump, prometer promulgar tarifas abrangentes, mas não anunciar restrições comerciais específicas contra países. O índice do dólar DXY, que mede a força da moeda americana em relação a seis pares internacionais, caiu 1,2% ontem, a 108,07 pontos, em Nova York.

A desvalorização da moeda americana ocorreu quando Trump disse, em seu discurso de posse, que os EUA iriam "impor tarifas e taxar países estrangeiros para enriquecer nossos cidadãos" — mas se absteve de anunciar detalhes sobre seus planos.

Autoridades do governo Trump disseram mais cedo que o presidente pretendia fazer um estudo para avaliar as relações comerciais com México, Canadá e China. Eles sinalizaram que Trump não imporia novas tarifas tão rapidamente.

James Nelligan, estrategista do J.P. Morgan, disse ontem que a "imposição de nenhuma tarifa imediatamente [...] traria um enfraquecimento de curto prazo para o dólar, que compreensivamente perderia apelo".

No entanto, o estrategista acrescentou que ainda há espaço para "tarifas potencialmente agressivas no futuro, uma vez que as revisões das relações comerciais por agências federais já foram iniciadas".

Os mercados têm apostado desde o início de outubro que as propostas de Trump para tarifas comerciais e cortes de impostos devem estimular a inflação, pressionando o Federal Reserve (Fed, banco central americano) a manter as taxas de juros mais altas por mais tempo.

Diante do recuo, o euro e a libra esterlina saltaram até 1,1% cada, marcando o melhor desempenho desde novembro e dezembro de 2023, respectivamente. Já o peso mexicano subiu 1%, enquanto o dólar canadense teve alta de quase 1%, também no mais forte avanço desde maio de 2023.

"O dólar estava muito sobrecomprado e já faz algumas semanas. Uma correção estava chegando", disse Brad Bechtel, chefe global de câmbio na Jefferies.

As bolsas de Wall Street e o mercado de títulos permaneceram fechados. Os títulos do governo dos EUA tiveram forte baixa recentemente, em parte em antecipação ao impacto inflacionário das tarifas na economia dos EUA.

"A única coisa que o mercado [de moeda] espera é mais volatilidade", disse Chris Turner, chefe de pesquisa de mercados financeiros do ING. "E certamente estamos vendo isso."

Os mercados de ações europeus fecharam em território positivo. O índice Stoxx Europe 600 fechou com alta de 0,1%, enquanto o DAX da bolsa de Frankfurt subiu 0,4%. O FTSE 100 de Londres teve alta de 0,2%, cravando um novo recorde.

Os preços do petróleo caíram depois que Donald Trump declarou que o país passa por uma "emergência energética" em seu discurso de posse, reiterando promessas de abrir terras federais para exploração de petróleo. O Brent, referência global, caiu 0,9% para US$ 80,03 por barril, enquanto o WTI, equivalente nos EUA, recuou 1,7% para US$ 76,58 por barril.

Bitcoin bate recorde e depois cai com Trump

Ricardo Bomfim
De São Paulo

O bitcoin operou como um ativo tradicional e obedeceu a uma velha máxima do mercado ao cair após a posse do novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. A maior das criptomoedas chegou a bater uma nova máxima histórica na madrugada de domingo para segunda-feira, alcançando US$ 109 mil por unidade pela primeira vez, mas começou a se desvalorizar imediatamente depois do discurso de posse de Trump.

Contrariando as expectativas de diversos entusiastas das criptomoedas, o republicano não mencionou o setor cripto ao se dirigir à nação. Ele preferiu falar sobre temas como imigração e medidas para proteger a indústria americana. Segundo Tasso Lago, especialista em criptomoedas e fundador da casa de análise Financial Move, o mercado cripto estava esperando por um posicionamento de Trump que garantisse a execução das promessas de campanha e fosse além delas. No entanto, o republicano não se posicionou em seu discurso de posse. "Foi um banho de água fria até então", avalia.

No ano passado, Trump prometeu que apoiaria os mineradores de bitcoin americanos e disse que criaria uma reserva estratégica governamental da moeda digital. As promessas resultaram em um forte rali do bitcoin, que disparou mais de 60% do dia da eleição até sua máxima na madrugada da posse.

Para alguns especialistas, é cedo para falar em decepção, pois um ganho tão relevante em tão pouco tempo dificilmente passaria sem uma correção. Muitos investidores compraram bitcoin antes da posse de Trump na expectativa por um governo mais favorável às criptomoedas do ponto de vista regulatório e depois realizaram ganhos com a concretização desse cenário.

Entre as eleições e a posse, Trump manteve acenos claros de apoio ao setor cripto, seja na condução de um nome favorável ao setor para o comando da SEC (comissão de valores mobiliários dos EUA), o conservador Paul Atkins, ou até na menos ortodoxa e polêmica decisão de lançar sua própria "memecoin" dois dias antes da posse.

DIVULGAÇÃO

"Não muda o fato de que cripto é um tema importante para o novo governo"
Vinicius Bazan

Vinicius Bazan, CEO da casa de análise Underblock, afirma que apesar de Trump não ter mencionado cripto durante a posse, o presidente falou sobre o tema durante todo o fim de semana desde o "Baile de Cripto" que promoveu na sexta. "Não muda o fato de que cripto é um tema importante para o novo governo. Dito isso, o bitcoin bateu máxima histórica de novo em antecipação à posse. Agora, o bitcoin deu uma corrigida, mas opera ainda consistentemente acima de US$ 100 mil por unidade", destaca.

Na sexta-feira, Trump promoveu por meio de postagem em seu perfil oficial na rede social X (antigo Twitter), uma criptomoeda com o seu nome, a $TRUMP, que disparou em um movimento especulativo atípico até mesmo para os criptonativos acostumados a valorizações astronômicas. No domingo, a "moeda meme" ligada ao republicano chegou a US$ 13 bilhões de valor de mercado antes de cair 40% nas horas seguintes.

Republicano escolhe interina para CFTC

Bloomberg

O presidente dos EUA, Donald Trump, indicou Caroline Pham, membro da Comissão de Negociação de Futuros de Commodities (CFTC), como presidente interina do regulador de swaps e derivativos. O nome foi aprovado ontem pelos cinco membros da comissão.

O futuro presidente da CFTC ainda não foi anunciado. Pham está entre os possíveis nomes para a função. Outros candidatos para a presidência permanente incluem Summer Mersinger, a comissária republicana sênior na CFTC, e Brian Quintenz, um ex-comissário republicano da CFTC que agora participa da gestão do 16z Crypto, fundo de venture capital da Andreessen Horowitz.

Pham tem sido uma defensora de maior clareza regulatória para empresas de ativos digitais, nas quais a CFTC está preparada para potencialmente desempenhar um papel maior na regulamentação. Ela lançou a ideia de usar um "sandbox regulatório" como uma forma de ajudar as empresas a testarem, por um curto período de tempo, a viabilidade de seus produtos e serviços sob supervisão regulatória rigorosa, mas sem necessariamente passar por um processo completo de registro e conformidade.

"Quero agradecer ao presidente Trump por sua confiança em mim e sou grata aos meus colegas e à equipe da CFTC pelo apoio", disse ela em comunicado.

Pham também apresentou fortes divergências sobre as regras da agência e iniciativas para bloquear a Kalshi, uma plataforma de negociação de contratos de eventos, além de outras empresas que negociam, por exemplo, apostas sobre resultados de eleições.

A mudança pode significar que a CFTC tenha um novo olhar sobre como regular uma indústria que está forçando os limites do estatuto da agência.

O ex-presidente Joe Biden nomeou Pham como comissária da CFTC em 2021. Ela já havia passado mais de sete anos no Citigroup.

Pham assumirá o comando da agência de Rostin Behnam até que um presidente permanente seja confirmado pelo Senado. Behnam deixou o cargo de presidente ontem e pretende sair da agência em 7 de fevereiro.

A CFTC é o principal órgão de fiscalização dos EUA para o mercado de swaps, que soma aproximadamente US$ 400 trilhões. Behnam foi empossado como presidente em janeiro de 2022.

Investidor paga em comissão metade de ganho de fundo

Harriet Agnew
Financial Times, de Londres

Os investidores de fundos hedge pagaram quase metade de seus lucros em taxas e comissões desde os primeiros dias da indústria, há mais de meio século. As gestoras de recursos garantiram receitas brutas totais de US$ 3,7 trilhões, mas cobraram dos investidores taxas e comissões de US$ 1,8 trilhão, ou cerca de 49% desses ganhos, de acordo com a análise da investidora em fundos de hedge LCH Investments.

Os dados, que remontam a 1969, mostram como a escala das comissões cobradas pelas gestoras cresceu conforme o setor amadureceu. "Até o ano 2000, o ganho dos fundos hedge com comissões estava em torno de um terço dos ganhos totais, mas desde então ele aumentou para metade do total", disse Rick Sopher, executivo-chefe da Edmond de Rothschild e presidente da LCH. "Enquanto os retornos diminuíram, as taxas subiram."

A pesquisa foi divulgada depois que os 20 fundos hedge mais bem-sucedidos do mundo conseguiram os maiores lucros que já registraram, em 2024, de acordo com a LCH — pelo segundo ano consecutivo e em um cenário de mercados de ações em forte alta.

Os que se destacaram no ano passado, ao entregar os melhores retornos, já descontadas as taxas, foram três fundos hedge multiestratégia: DE Shaw, Millennium Management, de Izzy Englander, e Citadel, de Ken Griffin. Eles também têm algumas das maiores taxas e comissões, de forma geral.

"Enquanto os retornos diminuíram, as taxas subiram"
Rick Sopher

A Citadel consolidou sua posição como o fundo hedge mais lucrativo de todos os tempos em 2024, ao liderar o ranking pelo terceiro ano consecutivo, com DE Shaw e Millennium em segundo e terceiro lugares, respectivamente.

Segundo a LCH, as 20 gestoras do topo do ranking, que somam US$ 4,5 trilhões, obtiveram ganhos totais de US$ 93,9 bilhões para seus investidores em 2024, quebrando o recorde anterior, de US$ 67 bilhões em 2023.

Juntas, essas 20 empresas geraram retornos em relação aos ativos de 13,1%, um desempenho significativamente superior à média dos fundos hedge, que obtiveram 8,3%, de acordo com a Hedge Fund Research.

Na pesquisa, a LCH verificou que as 20 gestoras do topo do ranking tiveram um ganho muito menor com comissões, pouco mais de um terço das receitas brutas, em comparação com 55,7% do resto do setor.

O modelo de cobrança tradicional dos fundos hedge é conhecido como "2 com 20". Nele, os investidores pagam 2% de taxas de administração todos os anos e uma comissão por performance de 20% sobre os ganhos acima do índice de referência do segmento. Mas esse desenho passou a sofrer pressões desde a crise financeira mundial, pois os investidores reclamam do desempenho e da falta de proteção contra quedas do mercado.

A LCH aponta que o aumento de 30% para cerca de 50% das receitas brutas nas taxas e comissões como um todo se deve em grande parte a taxas de administração maiores. De acordo com a empresa, no fim dos anos 1960 e nos anos 1970, as taxas de administração cobradas costumavam ser de menos de 10% das receitas brutas, mas nas últimas duas décadas elas subiram para quase 30%.

A mudança sugere que os esforços de investidores institucionais e consultores de investimento para cortar custos em todos os níveis fracassaram, e as taxas de administração passaram a comer uma parte maior dos retornos à medida que os ganhos dos cotistas diminuíram.

A parcela do setor dos fundos hedge que tem tido o crescimento mais acelerado é o de multiestratégia, que fizeram as taxas médias aumentarem, de acordo com as corretoras de valores, que distribuem esses produtos.

Essas assets têm um modelo em que a gestora repassa todos os custos para seus investidores finais, em vez de receber uma taxa de administração anual.

É um sistema que permite cobrir gastos com aluguéis de escritórios, tecnologia e dados, salários, bônus e até mesmo atividades para entretenimento de clientes. Em geral, o custo por ano varia de 3% a 10% dos ativos sob gestão do fundo. Além disso, ainda se costuma cobrar uma comissão por desempenho de 20% a 30% dos ganhos.

A lista da LCH Investments calcula quais gestoras são mais bem-sucedidas com base nos lucros acumulados em dólar que obtiveram para seus investidores, já descontadas as taxas e comissões, desde os primórdios do setor. As fontes para os cálculos são as estimativas internas da LCH, assim como dados da Nasdaq eVestment e HFR.

Sopher disse que a LCH como gestora de fundo fechará este ano, mas a Edmond de Rothschild continuará a investir em fundos hedge por meio de outros portfólios dentro do grupo.

A LCH, um dos primeiros fundos de fundos hedge do mundo, foi fundada em 1969. O valor de uma cota comprada no seu lançamento se multiplicou 172 vezes até 31 de dezembro de 2024, o que representa retorno de 9,8% ao ano.

49%
foi a fatia de ganho retida em custos

ECONÔMICO
Valor
25 ANOS
100 ANOS DE GLOBO
Notícias em tempo real para quem não desconecta dos negócios.
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

Crédito Empresa vai à CVM após ter vencimento de dívida decretado por não reunir número exigido

AIZ pede revisão de quórum de assembleia

Rita Azevedo
De São Paulo

Após ter o vencimento de uma de suas dívidas decretado por não conseguir o número de credores suficiente para aprovar detalhes de um plano de reestruturação financeira em assembleia, o grupo paranaense AIZ vai apresentar à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) um pedido de redução do quórum da assembleia de credores, disse o presidente da companhia, Alberto Iván Zakidalski, ao **Valor**.

Segundo o executivo, o plano é procurar a autarquia para discutir o número de investidores necessário para a aprovação da proposta e questionar se houve transparência por parte dos agentes envolvidos na operação na convocação dos investidores para a reunião.

A AIZ atua na venda de caminhões, tratores agrícolas e outras máquinas pesadas e tem três certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e um certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) que somam cerca de R$ 245 milhões.

Em fato relevante divulgado ontem, a empresa criticou a atuação da XP, que coordenou a oferta dos papéis, e da Virgo e Opea, que foram as securitizadoras, no que chamou de "busca dos investidores".

Na última semana, a Virgo, responsável pela emissão de um dos CRI (CRI CORP AIZ II), decretou a obrigação da empresa de efetivar o resgate antecipado compulsório dos títulos, considerando "a ausência do quórum de deliberação".

Na pauta da reunião havia um pedido da empresa para o vencimento antecipado dos papéis não ser declarado, além da suspensão dos pagamentos por dez meses e a venda de imóveis, que financiaria a recompra dos títulos. Os donos de quase 57% dos títulos em circulação estavam presentes, mas era necessária a presença de titulares de 75% dos papéis. A decisão deve provocar a aceleração de outras dívidas por causa das cláusulas de garantia cruzadas.

"É preferível explicar aos investidores que é uma questão com um credor só"
Alberto Zakidalski

Questionado sobre os planos da companhia em relação aos vencimentos, Zakidalski disse que não é objetivo da AIZ pedir recuperação judicial. "Estrategicamente, é preferível explicar aos investidores que é uma questão com um credor só do que ajuizar uma recuperação judicial", afirmou.

No fato relevante, a AIZ disse que "pretende usar de todos os meios possíveis para provar que a imposição de 75% do quórum é ilógico e prejudicial" e que "cobrará dos envolvidos a transparência nos negócios e consultará a CVM sobre o método de fiscalização usado para atestar que os investidores foram realmente chamados". No texto de seis páginas, afirmou que há dois anos foram solicitados à XP carência e alongamento da dívida e a possibilidade de quitar o valor antecipado através da venda de um imóvel. Na época, a XP explicou que era intermediadora da captação dos recursos no mercado de capitais e que não poderia ajudar, diz o documento.

Em setembro, a companhia deixou de pagar os títulos. No mês seguinte, entrou com um processo de mediação e arbitragem na câmara Soerguer, que, segundo a AIZ, "também falhou". Ainda conforme o documento, o conflito atual teve início em novembro, quando a XP informou que caberia às securitizadoras das operações e responsáveis pelas emissões (Virgo e Opea) entrar em contato com as instituições financeiras que distribuíram os papéis, e que tais instituições deveriam "buscar os investidores pulverizados e obterem o parecer favorável".

"As instituições (que já ganharam sua comissão no passado, exatamente como a XP) queriam cobrar pelo serviço de 'encontrar os investidores' e obter os quóruns necessários. Novo custo que é absolutamente discricionário e segue alegadas 'praxes de mercado', porém não fiscalizadas. Veja que se o 'custo de achar investidor' for muito alto e não houver a quem recorrer pela cobrança abusiva, não existe quórum para deliberação", diz o texto.

Procurada, a XP disse em nota que "opera rigorosamente dentro dos padrões regulatórios do mercado de capitais" e que "zela pela aderência às regras da CVM, contratos firmados entre as partes e pela proteção ao investidor". Conforme a empresa, "no caso em questão, todas as obrigações foram cumpridas pela XP, que, enquanto custodiante, viabiliza a captação de recursos, mas não possui ingerência sobre as decisões ou quóruns das assembleias, que são conduzidas pelas securitizadoras, conforme estipulado em contratos."

75%
dos titulares de papéis é o quórum exigido

A Opea disse que eventuais comentários sobre o caso serão feitos em fatos relevantes. A Virgo não retornou o pedido de comentário até a publicação da reportagem.

Para credores ouvidos pelo **Valor**, o plano de reestruturação seria facilmente aprovado se houvesse quórum suficiente. A questão é que os papéis estão pulverizados no mercado, muitos nas mãos de pessoas físicas. Nesse contexto, reunir o volume de votos necessários passa a ser uma tarefa árdua.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 20/01/25

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.776,9386660	0,06	0,61	0,61
IRF-M	1+**	20.032,6891450	0,38	2,30	2,30
IRF-M	Total	18.592,2199390	0,25	1,73	1,73
IMA-B	5***	9.631,7177220	0,00	1,07	1,07
IMA-B	5+****	10.570,0481910	-0,35	-0,32	-0,32
IMA-B	Total	9.693,2682320	-0,20	0,29	0,29
IMA-S	Total	7.149,3058860	0,05	0,69	0,69
IMA-Geral	Total	8.422,1075600	0,03	0,80	0,80

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	02/01	31/12	Há 1 semana	No fim de dezembro	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	32,38	32,57	34,49	33,37	31,00	27,98
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	27,98	27,89	27,84	27,61	24,48	23,49
Conta garantida pré - a.a.	34,42	36,69	40,85	36,75	39,72	48,72
Desconto de duplicata pré - a.a.	19,96	19,96	19,45	19,56	21,35	25,81
Vendor pré - a.a.	16,66	17,43	15,85	15,99	18,24	17,12
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	21,60	21,58	20,22	21,58	18,95	17,74
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	22,13	21,86	19,21	21,95	20,41	15,89
Conta garantida pós - a.a.	25,86	26,59	25,94	25,94	25,53	24,89
ACC pós - a.a.	8,02	8,00	7,89	7,96	8,06	8,46
Factoring - a.m.	3,30	3,30	3,31	3,30	3,33	3,29

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. Obs: dados do dia 09/11 indisponíveis até o fechamento dessa edição.

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	20/01/25	17/01/25	Há 1 semana	No fim de dezembro	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	-	4,2800	4,4900	4,3000	5,3100
Média em 1 mês	-	4,3621	4,3962	4,5277	4,5688	5,3453
Média em 3 meses	-	4,5933	4,6124	4,6916	4,7326	5,3805
Média em 6 meses	-	4,9297	4,9478	5,0278	5,0687	5,3801
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	2,9200	2,9190	2,9050	2,9160	3,9040
Média em 1 mês	-	2,9272	2,9581	3,0668	3,1527	3,9060
Média em 3 meses	-	3,1118	3,1280	3,2042	3,2626	3,8207
Média em 6 meses	-	3,3705	3,3864	3,4435	3,4847	3,8337
Média em 1 ano	-	3,6657	3,6761	3,7148	3,7438	3,3623
Euribor ***						
1 mês	-	2,798	2,852	2,845	2,801	3,854
3 meses	-	2,704	2,761	2,714	2,772	3,958
6 meses	-	2,642	2,685	2,568	2,624	3,908
1 ano	-	2,524	2,612	2,460	2,484	3,655
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	7,50	7,50	7,50	7,50	7,50	8,50
Federal Funds	4,50	4,50	4,50	4,50	4,50	5,50
Taxa de Desconto	4,50	4,50	4,50	4,50	4,50	5,50
T-Bill (1 mês)	4,31	4,28	4,30	4,26	4,31	5,38
T-Bill (3 meses)	4,30	4,30	4,31	4,32	4,33	5,36
T-Bill (6 meses)	4,31	4,30	4,32	4,26	4,29	5,23
T-Note (2 anos)	4,28	4,23	4,37	4,24	4,31	4,39
T-Note (5 anos)	4,43	4,40	4,59	4,38	4,38	4,05
T-Note (10 anos)	4,63	4,61	4,78	4,57	4,52	4,13
T-Bond (30 anos)	4,86	4,86	4,97	4,79	4,72	4,34

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	Mês jan/25*	dez/24	nov/24	out/24	set/24	ago/24	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,59	0,93	0,79	0,93	0,84	0,87	0,59	10,88
CDI	0,59	0,93	0,79	0,93	0,84	0,87	0,59	10,88
CDB (1)	0,83	0,77	0,74	0,75	0,73	0,72	0,83	9,24
Poupança (2)	0,67	0,58	0,57	0,60	0,57	0,57	0,67	7,03
Poupança (3)	0,67	0,58	0,57	0,60	0,57	0,57	0,67	7,03
IRF-M	1,73	-1,86	-0,52	0,21	0,34	0,86	1,73	1,86
IMA-B	0,29	-2,62	0,02	-0,65	-0,67	0,52	0,29	-2,44
IMA-S	0,69	0,86	0,83	0,96	0,87	0,90	0,69	11,11
Renda Variável								
Ibovespa	2,14	-4,28	-3,12	-1,60	-3,08	6,54	2,14	-10,36
Índice Small Cap	1,34	-7,83	-4,48	-1,37	-4,41	4,52	1,34	-25,03
IBrX 50	2,26	-4,02	-2,62	-1,49	-3,26	6,51	2,26	-8,13
ISE	1,17	-6,77	-5,60	-2,48	-2,62	5,98	1,17	-18,14
IMOB	1,80	-9,43	-10,50	3,40	-2,97	5,86	1,80	-24,95
IDIV	0,34	-4,89	-0,07	-1,72	-0,72	6,68	0,34	-2,62
IFIX	-2,48	-0,67	-2,11	-3,06	-2,58	0,85	-2,48	-5,89
Dólar Ptax (BC)	-2,30	2,29	4,77	6,05	-3,68	-0,10	-2,30	27,91
Dólar Comercial (mercado)	-2,24	2,99	3,79	6,14	-3,30	-0,38	-2,24	27,35
Euro (BC) (4)	-2,24	0,66	1,94	3,30	-2,95	2,08	-2,24	20,27
Euro Comercial (mercado) (4)	-2,00	1,20	0,94	3,71	-2,61	1,77	-2,00	19,64
Ouro (BC)	1,36	0,40	1,64	10,35	1,38	3,19	1,36	61,60
Inflação								
IPCA	-	0,52	0,39	0,56	0,44	-0,02	-	4,83
IGP-M	-	0,94	1,30	1,52	0,62	0,29	-	6,54

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento no dia 20/jan. ** Até dez/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 15/01/25

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2023	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.805.178,15					-2.090,52	63.500,47	63.500,47	226.844,73
RF Indexados (2)	131.441,52	0,17	1,02	1,02	5,11	-82,34	-1.133,35	-1.133,35	-37.598,88
RF Duração Baixa Soberano (2)	702.640,34	0,04	0,44	0,44	10,02	430,55	27.723,47	27.723,47	-10.810,08
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	932.927,22	0,05	0,48	0,48	11,15	-484,46	11.190,59	11.190,59	80.047,67
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	214.411,52	0,05	0,05	0,47	11,19	-276,23	979,68	979,68	96.104,60
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	171.277,70	0,07	0,52	0,52	8,70	59,61	18,45	18,45	-9.825,61
RF Duração Livre Soberano (2)	223.520,45	0,07	0,58	0,58	9,01	-928,19	10.579,88	10.579,88	-24.845,42
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	671.731,37	0,06	0,51	0,51	9,86	-435,76	9.765,87	9.765,87	-46.794,43
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	480.290,21	0,11	0,56	0,56	9,26	-185,91	-5.605,68	-5.605,68	147.005,77
Ações	584.208,72					-612,69	-3.932,90	-3.932,90	-14.991,83
Ações Indexados (2)	9.746,16	2,80	1,96	1,96	-6,65	46,62	-90,20	-90,20	-2,61
Ações Índice Ativo (2)	25.599,96	2,96	2,24	2,24	-9,79	-39,45	-445,29	-445,29	-8.385,78
Ações Livre	200.721,18	2,63	1,59	1,59	-7,41	-164,87	-1.996,40	-1.996,40	-15.287,95
Fechados de Ações	120.224,83	1,32	0,91	0,91	-5,15	0,00	-463,05	-463,05	-1.925,08
Multimercados	1.457.294,55					-499,80	-5.691,20	-5.691,20	-346.366,67
Multimercados Macro	114.972,22	0,11	0,38	0,38	6,38	-26,87	-2.269,26	-2.269,26	-68.377,20
Multimercados Livre	577.415,42	0,15	0,53	0,53	9,22	-728,69	-1.143,83	-1.143,83	-85.000,55
Multimercados Juros e Moedas	46.285,39	0,02	0,41	0,41	9,71	-49,30	-184,63	-184,63	-12.738,47
Multimercados Invest. no Exterior (2)	632.259,76	0,21	0,37	0,37	11,91	187,06	-1.994,76	-1.994,76	-180.973,96
Cambial	6.748,74	-0,39	-2,34	-2,34	30,97	-21,21	-915,66	-915,66	-693,41
Previdência	1.530.846,04					-28,52	-370,65	-370,65	35.936,48
ETF	47.717,34					-35,08	363,24	363,24	314,75
Demais Tipos	2.142.062,20					307,68	8.574,26	8.574,26	70.830,69
Total Fundos de Investimentos	**7.431.993,55**					**-3.287,82**	**52.953,31**	**52.953,31**	**-98.955,96**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.871.461,68**					**-162,62**	**1.551,74**	**1.551,74**	**143.979,48**
Total Fundos Off Shore (4)	**54.606,24**					-	-	-	-
Total Geral	**9.358.061,47**					**-3.450,44**	**54.505,05**	**54.505,05**	**45.023,52**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de novembro de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	20/01/25	17/01/25	Há 1 semana	No fim de dezembro	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	12,25	12,25	12,25	12,25	12,25	11,75
Selic - taxa over ao ano	12,15	12,15	12,15	12,15	12,15	11,65
Selic - taxa over ao mês	1,3654	1,3654	1,3654	1,3654	1,3654	1,3122
Selic - taxa efetiva ao ano	12,15	12,15	12,15	11,77	11,77	11,65
Selic - taxa efetiva ao mês	1,0061	1,0061	1,0061	0,9314	0,9314	0,9667
CDI - taxa over ao ano	12,15	12,15	12,15	12,15	12,15	11,65
CDI - taxa over ao mês	1,3654	1,3654	1,3654	1,3654	1,3654	1,3122
CDI - taxa efetiva ao ano	12,15	12,15	12,15	11,77	11,77	11,65
CDI - taxa efetiva ao mês	1,0061	1,0061	1,0061	0,9314	0,9314	0,9667
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	-
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	-
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	-
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	-
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	13,39	13,37	13,27	12,82	12,85	11,06
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	14,21	14,20	14,12	13,51	13,87	10,61
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	12,81	12,74	12,59	12,32	12,28	11,36
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	13,11	13,05	12,96	12,81	12,59	11,22
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	13,39	13,37	13,28	13,14	12,95	11,07
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	13,67	13,64	13,55	13,57	13,30	10,91
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	14,19	14,16	14,11	14,20	13,90	10,63
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	14,97	15,00	14,97	15,40	14,87	10,10

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 20/01/25

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em fev/25	99.538,79	12,355	10.686	12,353	12,360	12,360
Vencimento em mar/25	98.565,22	12,907	67.416	12,904	12,919	12,910
Vencimento em abr/25	97.621,34	13,180	121.642	13,169	13,190	13,181
Vencimento em mai/25	96.587,69	13,476	7.628	13,475	13,495	13,475
Vencimento em jun/25	95.494,98	13,777	4.887	13,760	13,815	13,780
Vencimento em jul/25	94.429,43	14,032	139.108	14,015	14,090	14,025
Vencimento em ago/25	93.207,04	14,258	1.235	14,250	14,315	14,265
Vencimento em set/25	92.086,39	14,443	1.084	14,450	14,500	14,450
Vencimento em out/25	90.917,78	14,606	78.862	14,580	14,695	14,595
Vencimento em nov/25	89.718,72	14,727	792	14,735	14,815	14,735
Vencimento em dez/25	88.732,63	14,819	568	14,820	14,915	14,830

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em fev/25	6.056,39	-0,29	146.075	6.035,50	6.100,50	6.035,50
Vencimento em mar/25	6.087,29	-0,28	600	6.066,00	6.066,00	6.066,00
Vencimento em abr/25	6.119,54	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em mai/25	6.151,77	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jun/25	6.193,30	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em fev/25	6.301,15	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em mar/25	6.341,64	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em abr/25	6.383,37	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em fev/25	123.740	0,53	46.080	122.250	124.035	123.680
Vencimento em abr/25	126.164	-	0	0	0	0
Vencimento em jun/25	128.791	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 20/01/25

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	6,0492	6,0498	-0,18	-2,30	-2,30	22,91
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	6,0405	6,0411	-0,40	-2,24	-2,24	22,62
Dólar Turismo (R$/US$)	6,1002	6,2802	-0,29	-2,35	-2,35	22,63
Euro (BC) - (R$/€)	6,2912	6,2924	0,80	-2,24	-2,24	17,46
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,2954	6,2960	1,01	-2,00	-2,00	17,32
Euro Turismo (R$/€)	6,3737	6,5537	0,90	-2,22	-2,22	17,15
Euro (BC) - (US$/€)	1,0400	1,0401	0,98	0,07	0,07	-4,43
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	526,4752	526,5274	-0,44	1,36	1,36	64,09
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.707,06	0,39	3,16	3,16	33,52
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.707,50	0,09	3,70	3,70	33,41

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	20/01/25	17/01/25	No fim de dez/24	dez/24	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	167.846,74	167.036,89	167.768,61	167.768,61	0,48	0,05	0,05
Valor-Coppead Mínima Variância	102.333,15	102.054,16	100.123,90	100.123,90	0,27	2,21	2,21

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data de vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Oceânica Engenharia	02/10/24	02/10/29	60	375	13	13	947,0
LD Celulose	03/10/24	26/01/32	88	650	7,95	8	433,0
Braskem	15/10/24	15/10/34	120	850	8	8	393,0
Creditas	20/12/24	20/06/28	42	60	10,5	-	-
JBS	21/01/25	21/01/35	120	1.000	5,950	5,974	-
JBS	21/01/25	21/01/55	360	750	6,375	6,485	-
Bradesco	jan/25	jan/30	60	750	-	6,7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 20/01/25. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds)

ADR - Índices

Em 17/01/25

Índice	17/01/25	16/01/25	Em 31/12/24	31/12/24	17/01/24	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	183,00	182,85	178,28	178,28	160,41	0,08	2,65	2,65	14,08
S&P BNY Emergentes	386,16	385,92	372,71	372,71	294,02	0,06	3,61	3,61	31,34
S&P BNY América Latina	178,45	178,75	174,01	174,01	213,32	-0,17	2,55	2,55	-16,35
S&P BNY Brasil	166,35	165,75	160,99	160,99	221,04	0,36	3,33	3,33	-24,74
S&P BNY México	259,00	259,75	260,14	260,14	316,47	-0,29	-0,44	-0,44	-18,16
S&P BNY Argentina	466,38	483,97	455,93	455,93	164,88	-3,64	2,29	2,29	182,86
S&P BNY Chile	138,94	138,46	133,58	133,58	143,06	0,34	4,01	4,01	-2,88
S&P BNY Índia	3.003,16	3.035,83	3.198,70	3.198,70	2.716,64	-1,08	-6,11	-6,11	10,55
S&P BNY Ásia	238,26	237,88	233,18	233,18	182,58	0,16	2,18	2,18	30,50
S&P BNY China	334,41	322,37	324,58	324,58	302,86	3,73	3,03	3,03	10,42
S&P BNY África do Sul	191,49	186,39	165,60	165,60	173,24	2,74	15,63	15,63	10,54
S&P BNY Turquia	33,72	33,16	31,40	31,40	24,10	1,70	7,39	7,39	39,95

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
01/01 a 01/02	0,1690	0,6698	0,6698	0,9972
02/01 a 02/02	0,1690	0,6698	0,6698	0,9972
03/01 a 03/02	0,1463	0,6470	0,6470	0,9522
04/01 a 04/02	0,1463	0,6470	0,6470	0,9521
05/01 a 05/02	0,1690	0,6698	0,6698	0,9978
06/01 a 06/02	0,1708	0,6717	0,6717	1,0435
07/01 a 07/02	0,1709	0,6718	0,6718	1,0476
08/01 a 08/02	0,1710	0,6719	0,6719	1,0494
09/01 a 09/02	0,1692	0,6700	0,6700	1,0018
10/01 a 10/02	0,1486	0,6493	0,6493	0,9556
11/01 a 11/02	0,1490	0,6497	0,6497	0,9562
12/01 a 12/02	0,1692	0,6700	0,6700	1,0022
13/01 a 13/02	0,1709	0,6718	0,6718	1,0481
14/01 a 14/02	0,1709	0,6718	0,6718	1,0476
15/01 a 15/02	0,1710	0,6719	0,6719	1,0498
16/01 a 16/02	0,1692	0,6700	0,6700	1,0019
17/01 a 17/02	0,1504	0,6512	0,6512	0,9582

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 20/01/25

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	122.855	0,41	2,14	2,14	-3,75
IBrX	52.080	0,41	2,18	2,18	-3,14
IBrX 50	20.872	0,42	2,26	2,26	-1,56
IEE	77.462	0,03	0,01	0,01	-14,82
SMLL	1.788	0,38	1,34	1,34	-19,42
ISE	3.117	0,39	1,17	1,17	-13,26
IMOB	772	0,78	1,80	1,80	-16,64
IDIV	8.866	0,56	0,34	0,34	2,08
IFIX	3.039	-0,09	-2,48	-2,48	-9,02
Variação % em dólares					
Ibovespa	20.307	0,60	4,54	4,54	-21,68
IBrX	8.609	0,60	4,59	4,59	-21,19
IBrX 50	3.450	0,60	4,67	4,67	-19,90
IEE	12.804	0,21	2,36	2,36	-30,70
SMLL	295	0,57	3,73	3,73	-34,44
ISE	515	0,57	3,56	3,56	-29,42
IMOB	128	0,97	4,19	4,19	-32,17
IDIV	1.465	0,74	2,70	2,70	-16,94
IFIX	502	0,09	-0,19	-0,19	-25,98

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Melhores e Piores do Ibovespa

Desempenho das ações em 20/01/25

Melhores no dia

Papel	Código	Variação (%)	Cotação (R$)
Braskem PNA	BRKM5	8,45	13,74
Assaí ON	ASAI3	4,81	6,10
Yduqs ON	YDUQ3	3,61	8,89
Azzas ON	AZZA3	3,46	31,37
Pão de açúcar ON	PCAR3	2,96	2,78

Piores no dia

Papel	Código	Variação (%)	Cotação (R$)
Cosan ON	CSAN3	-6,83	7,64
Brava ON	BRAV3	-6,43	23,71
Raizen PN	RAIZ4	-5,39	1,93
Automob ON	AMOB3	-2,94	0,33
Azul PN	AZUL4	-1,81	4,35

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diária	
mai/24	355.560	08/01/25	341.948
jun/24	357.837	09/01/25	342.048
jul/24	363.282	10/01/25	341.184
ago/24	369.214	13/01/25	340.462
set/24	372.016	14/01/25	340.819
out/24	368.096	15/01/25	342.213
nov/24	367.003	16/01/25	342.911
dez/24	344.730	17/01/25	342.915

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	20/01/25	17/01/25	16/01/25	15/01/25	14/01/25	13/01/25
Índice	2.154,87	2.149,54	2.153,36	2.160,04	2.146,12	2.142,37
Var. no dia	0,25%	-0,18%	-0,31%	0,65%	0,17%	0,19%
Var. no mês	1,86%	1,60%	1,79%	2,10%	1,44%	1,27%
Var. no ano	1,86%	1,60%	1,79%	2,10%	1,44%	1,27%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 20/01/25

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	34,1300	34,1600	0,17710	0,17730
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	6,0492	6,0498
Bolívar Soberano (Venezuela)	54,7740	54,9113	0,1102000	0,1105000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,8629	0,8819
Colon (Costa Rica)	498,6600	504,8100	0,011980	0,012130
Coroa (Dinamarca)	7,1729	7,1745	0,8432	0,8434
Coroa (Islândia)	140,1200	140,4300	0,04308	0,04318
Coroa (Noruega)	11,3203	11,3342	0,5337	0,5344
Coroa (Rep. Tcheca)	24,2110	24,2510	0,2494	0,2499
Coroa (Suécia)	11,0351	11,0449	0,5477	0,5482
Dinar (Argélia)	134,5703	135,9928	0,04448	[illegible]
Dinar (Kuwait)	0,3082	0,3083	19,6211	[illegible]
Dinar (Líbia)	4,9294	4,9542	1,2210	[illegible]
Direitos Especiais de Saque ***	1,2979	1,2979	7,8513	[illegible]
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6727	3,6733	1,6468	1,6472
Dirham (Marrocos)	10,0000	10,0200	0,6037	0,6050
Dólar (Austrália)***	0,6255	0,6258	3,7838	3,7866
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	6,0492	6,0498
Dólar (Belize)	2,0002	2,0172	2,9988	3,0246
Dólar (Canadá)	1,4339	1,4341	4,2181	4,2191
Dólar (Cayman)	0,8275	0,8350	7,2446	7,3109
Dólar (Cingapura)	1,3566	1,3572	4,4571	4,4595
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	6,0492	6,0498
Dólar (Hong Kong)	7,7813	7,7814	0,7774	0,7775
Dólar (Nova Zelândia)***	0,5653	0,5656	3,4196	3,4218
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7562	6,8260	0,8862	0,8954
Euro (Comunidade Europeia)***	1,0400	1,0401	6,2912	6,2924
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,3237	3,3902
Franco (Suíça)	0,9080	0,9085	6,6584	6,6628
Guarani (Paraguai)	7903,7300	7914,5800	0,0007643	0,0007654
Hryvnia (Ucrânia)	42,1800	42,2000	0,1433	0,1434
Iene (Japão)	155,6800	155,6900	0,03885	0,03886
Lev (Bulgária)	1,8801	1,8805	3,2168	3,2178
Libra (Egito)	50,2700	50,3700	0,1201	0,1203
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000068	0,000068
Libra (Síria)	13000,0000	13010,0000	0,00047	0,00047
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2289	1,2294	7,4339	7,4376
Naira (Nigéria)	1544,1100	1564,1100	0,00387	0,00392
Lira (Turquia)	35,5627	35,5678	0,1701	0,1701
Novo Dólar (Taiwan)	32,6470	32,6770	0,18510	0,18530
Novo Sol (Peru)	3,7280	3,7280	1,6226	1,6237
Peso (Argentina)	1045,0000	1045,5000	0,00579	0,00579
Peso (Chile)	1003,9000	1004,3000	0,006023	0,006026
Peso (Colômbia)	4312,2200	4317,2200	0,001401	0,001403
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2521	0,2521
Peso (Filipinas)	58,1840	58,2040	0,10390	0,10400
Peso (México)	20,5540	20,5680	0,2941	0,2943
Peso (Rep. Dominicana)	61,2300	61,6300	0,09815	0,09880
Peso (Uruguai)	43,9800	44,0100	0,13750	0,13760
Rande (África do Sul)	18,5798	18,5865	0,3255	0,3256
Rial (Arábia Saudita)	3,7520	3,7522	1,6122	1,6124
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001440	0,0001440
Ringgit (Malásia)	4,4900	4,4960	1,3455	1,3474
Rublo (Rússia)	101,4855	101,5045	0,05960	0,05961
Rúpia (Índia)	86,1990	86,2540	0,07013	0,07018
Rúpia (Indonésia)	16355,0000	16365,0000	0,0003696	0,0003699
Rúpia (Paquistão)	278,6500	278,7000	0,02171	0,02171
Shekel (Israel)	3,5665	3,5695	1,6947	1,6963
Won (Coréia do Sul)	1439,2400	1443,0600	0,004192	0,004204
Yuan Renminbi (China)	7,3010	7,3025	0,8284	0,8286
Zloty (Polônia)	4,0882	4,0894	1,4792	1,4798

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2707,22	0,01149	526,4752	526,5274

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	18/01/25	17/01/25	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	Feriado	43.487,83	-	2,22	2,22	16,06	37.466,61	45.014,04
EUA	Nova York	Nasdaq-100	Feriado	21.441,18	-	2,04	2,04	26,26	16.982,29	22.096,66
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	Feriado	19.630,20	-	1,65	1,65	30,38	15.055,65	20.173,89
EUA	Nova York	S&P 500	Feriado	5.996,66	-	1,96	1,96	25,43	4.780,94	6.090,27
Canadá	Toronto	S&P/TSX	25.171,58	25.067,92	0,41	1,79	1,79	21,27	20.584,97	25.691,80
México	Cidade do México	IPC	50.201,32	49.940,89	0,52	1,39	1,39	-8,24	48.843,82	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.387,59	1.391,22	-0,26	0,58	0,58	8,73	1.220,31	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	132.528,31	133.782,25	-0,94	11,01	11,01	134,07	47.998,11	142.943,44
Chile	Santiago	IPSA	7.010,22	6.958,79	0,74	4,47	4,47	19,47	5.844,56	7.010,22
Peru	Lima	S&P/BVL General	29.657,99	29.314,03	1,17	2,41	2,41	13,39	26.155,66	31.008,73
Argentina	Buenos Aires	Merval	2.536.837,44	2.510.885,95	1,03	0,13	0,13	123,78	957.777,50	2.829.730,44
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.522,19	1.518,06	0,27	4,71	4,71	10,20	3.695,11	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	20.990,31	20.903,39	0,42	5,43	5,43	26,70	16.555,13	20.990,31
França	Paris	CAC-40	7.733,50	7.709,75	0,31	4,78	4,78	4,49	7.130,04	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	36.143,83	36.267,63	-0,34	5,73	5,73	19,09	30.077,46	36.267,63
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.271,75	4.260,19	0,27	0,17	0,17	20,23	3.552,84	4.333,65
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	1.952,08	1.995,38	-2,17	-7,15	-7,15	-16,83	1.952,08	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.943,60	11.916,30	0,23	3,01	3,01	20,88	9.858,30	12.118,70
Grécia	Atenas	ASE General	1.530,87	1.524,67	0,41	4,16	4,16	14,15	1.340,03	1.530,87
Holanda	Amsterdã	AEX	917,51	914,24	0,36	4,43	4,43	17,91	776,17	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	85.903,48	84.878,97	1,21	8,29	8,29	35,13	63.192,77	85.903,48
Polônia	Varsóvia	WIG	84.254,98	83.676,42	0,69	5,88	5,88	13,29	74.367,89	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.583,91	6.563,75	0,31	3,24	3,24	4,13	6.055,53	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	905,15	906,03	-0,10	3,29	3,29	-20,69	727,00	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.616,68	2.617,41	-0,03	5,38	5,38	13,28	2.297,96	2.642,43
Suíça	Zurique	SMI	12.037,22	11.990,27	0,39	3,76	3,76	7,19	11.091,58	12.451,48
Turquia	Istambul	BIST 100	10.029,31	9.977,94	0,51	2,02	2,02	25,11	7.950,06	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	2.593,88	-	1,04	8,26	8,26	41,71	1.847,79	2.593,88
África do Sul	Joanesburgo	All Share	84.733,17	84.700,44	0,04	0,76	0,76	17,12	71.868,06	87.643,65
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.902,50	38.451,46	1,17	-2,49	-2,49	9,89	31.458,42	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.594,40	8.557,40	0,43	2,07	2,07	13,45	7.575,60	8.754,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.934,79	1.916,19	0,97	-1,16	-1,16	13,65	1.433,10	2.133,57
China	Xangai	SSE Composite	3.244,38	3.241,82	0,08	-3,20	-3,20	14,01	2.702,19	3.489,78
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.520,05	2.523,55	-0,14	5,02	5,02	3,28	2.360,58	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	19.925,81	19.584,06	1,75	-0,67	-0,67	29,46	14.961,18	23.099,78
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	77.073,44	76.619,33	0,59	-1,83	-1,83	8,27	70.370,55	85.836,12
Indonésia	Jacarta	JCI	7.170,74	7.154,66	0,22	1,28	1,28	-1,13	6.726,92	7.905,39
Tailândia	Bangcoc	SET	1.340,50	1.340,63	-0,01	-4,26	-4,26	-2,72	1.274,01	1.485,02
Taiwan	Taipé	TAIEX	23.266,82	23.148,08	0,51	1,01	1,01	35,05	17.227,79	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madri, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

Valor Econômico 25 anos | 100 anos de Globo
Seja um assinante: Acesse assinevalor.com.br ou ligue 0800 701 8888

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR

PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA INTEGRADA Nº 02/2025 – GMS/FUNDEPAR – CONVÊNIO BID CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA INTEGRADA Nº 90002/2025 - PNCP - UASG 929906

PROTOCOLO Nº 20.617.418-8. **OBJETO**: Contratação Integrada de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura para elaboração de projetos básico, legal e executivo de arquitetura, projetos complementares de engenharia, aprovação nos órgãos competentes, As Built e execução da obra da Unidade Nova Escolar Gralha Azul, no município de Fazenda Rio Grande, no Estado do Paraná. **VALOR REFERENCIAL: R$ 25.728.276,11** (vinte e cinco milhões, setecentos e vinte e oito mil, duzentos e setenta e seis reais e cinco centavos). **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 25 de abril de 2025, às 09h30** (nove horas e trinta minutos). **MODO DE PARTICIPAÇÃO**: por meio do sistema eletrônico de licitações do Governo Federal - compras.gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o https://www.gov.br/compras **CONSULTA DO EDITAL E ANEXOS**: O Edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br e www.comprasparana.pr.gov.br Informações: (41) 2117-8286 ou (41) 2117-8302. **DATA**: 16/01/2025 - Comissão de Contratação

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR

PARANÁ

AVISO DE DEVOLUÇÃO DE PRAZO
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2025 – GMS/FUNDEPAR
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90006/2025– PNCP - UASG 929906

PROTOCOLO Nº 22.883.674-5. **OBJETO:** Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição de lavadoras de louças, fornos combinados e respectivos insumos, para atender as necessidades das Instituições de Ensino Público do Estado do Paraná (dividido em 11 lotes). **VALOR MÁXIMO:** R$ 71.953.200,00 (setenta e um milhões, novecentos e cinquenta e três mil e duzentos reais). **JUSTIFICATIVA:** Alteração no Termo de Referência e em Especificações Técnicas. **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA:** 07 de fevereiro de 2025, às 08:30 (oito horas e trinta minutos). **MODO DE PARTICIPAÇÃO:** por meio do sistema eletrônico de licitações do Governo Federal - compras.gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o https://www.gov.br/compras **CONSULTA DO EDITAL E ANEXOS:** O Edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br e **www.comprasparana.pr.gov.br INFORMAÇÕES:** (41) 2117-8288 ou (41) 2117-8286. **DATA:** 17/01/2025. Comissão de Contratação.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90001/2025 - IPUSP - PROCESSO SEI Nº: 154.00000079/2025-11
O Instituto de Psicologia da USP torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, Nº: 90001/2025, do tipo menor preço, cujo objetivo é a **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços em manutenção preventiva, corretiva e conservadora de elevadores e plataforma elevatória**, conforme especificações e condições constantes em Edital e seus anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento de Propostas Eletrônicas será o **dia 21/01/2025 a partir das 09h00**, estando a sessão de disputa agendada para o **dia 05/02/2025 às 09h00.** O acesso à sessão pública será por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **"Portal de Compras do Governo Federal – Compras.Gov"** através do sítio **https://www.gov.br/compras/pt-br** ou do app compras.gov. O Edital na integra encontra-se disponível a partir do **dia 21/01/2025**, além da página do **Compras.Gov**, citado anteriormente, nos seguintes endereços: **https://www.ip.usp.br/site/licitacoes/** e **www.imprensaoficial.com.br**.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 80529697642025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
Modalidade: Pregão 02/2025 FMVZ - Nº Processo: 154.00007838/2024-74
Objeto: Aquisição de Feno
Total de Itens Licitados: 03 (três).
Valor total da licitação: R$ 490.820,00 (Quatrocentos e noventa mil oitocentos e vinte reais).
Disponibilidade do edital: 20/01/2025 - **Horário:** das 08:00h às 17h59
Endereço: Av. Prof. Dr. Orlando Marques de Paiva, 87
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais/80529553000104/2025/63
Entrega das Propostas: a partir de 20/01/2025 às 08:00h no site: **www.gov.br/compras**.
Abertura das Propostas: 31/01/2025 às 09:00h no site: **www.gov.br/compras. Fonte:** DOESP e PNCP

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ESCOLA POLITÉCNICA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 11/2024 – ITP
PROCESSO SEI Nº: 154.00001479/2024-05
A Escola Politécnica torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob Nº: 11/2024 - EP**, do tipo menor preço, cujo objeto é a **prestação de Serviço de agenciamento de passagens aéreas**, conforme especificações e condições constantes em Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o **dia 21/01/2025 a partir das 09h00**, estando a sessão de disputa agendada para o **dia 05/02/2025 às 09h00**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **"Portal de Compras do Governo Federal - ComprasGov"** através do sítio **https://www.gov.br/compras/pt-br**. O Edital na integra se encontrará disponível a partir do **dia 21/01/2025**, além da página do **ComprasGov**, citado anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes e www.imprensaoficial.com.br**.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - Instituto de Física
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2024 - IFUSP
PROCESSO SEI Nº 154.00008763/2024-09
Objeto: Aquisição de Câmeras de segurança e licenças de software
O Instituto de Física torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO para REGISTRO DE PREÇOS, sob Nº 19/2024 - IFUSP, do tipo menor preço, cujo objeto é **Aquisição de Câmeras de segurança e licenças de software**, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será a **dia 21/01/2025 a partir das às 09h00**, estando a sessão de disputa agendada para o **dia 20/02/2025 às 10h00**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **"Portal de Compras do Governo Federal"** através do sítio **www.gov.br/compras/pt-br**. O Edital na integra se encontrará disponível a partir do **dia 21/01/2025**, além da página do **gov.br**, citada anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes; www.if.usp.br/licitacoes e www.dce.sp.gov.br.**

Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal
Secretaria Executiva de Gestão Integrada
Subsecretaria de Administração Geral
Coordenação de Planejamento, Licitações e Compras Diretas

GDF

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025

PROCESSO SEI-GDF: 00053-00047738/2023-74. TIPO: Menor Preço. Modo de disputa: Aberto. OBJETO: Aquisição de solução integrada com licença perpétua de produtos Microsoft para gerenciamento de parque de programas e portfólio para 104 usuários dos serviços continuados com instalação, configuração e transferência de conhecimento, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência. VALOR ESTIMADO: R$ 1.203.552,30 (um milhão, duzentos e três mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos). PRAZO DE ENTREGA: 20 (vinte) dias corridos, contados da assinatura do contrato ou emissão de nota de empenho. Vigência do contrato: 36 (trinta e seis) meses a partir da assinatura. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 30/01/2025, às 13h, no https://www.gov.br/compras/pt-br/. UASG 450107. Edital está disponível no endereço acima e no portal http://www.ssp.df.gov.br/licitacoes/.

Brasília/DF, 20 de janeiro de 2025.

LUCIANO BARBOSA RAMOS
Pregoeiro

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

PARANÁ

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Protocolo: 23.180.370-0
Pregão Eletrônico nº 1154/2024
Objeto: Abertura de licitação para contratação de empresa especializada no ramo aeronáutico para LOCAÇÃO de 01 (uma) aeronave de asas rotativas, monomotora, com motor à reação, com capacidade de transporte de, no mínimo, 02 (dois) pilotos e 05 (cinco) passageiros, homologada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), para atender às demandas do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, por um período de 60 (sessenta) meses.
Interessado: Corpo de Bombeiros do Paraná
Autorizado pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, em 17 jan. 25 às 17h56min.
Abertura: 05/02/2025 às 09h00min.
O edital encontra-se à disposição no portal www.comprasparana.pr.gov.br ícone LICITAÇÕES DO PODER EXECUTIVO. (nº1154/2024) e https://www.gov.br/compras/pt-br
UASG nº 453079 – SESP-PR (nº91154/2024)

Cury Construtora e Incorporadora S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 08.797.760/0001-83 - NIRE 35.300.348.231 - Código CVM nº 02510-0
Ata de Reunião do Conselho de Administração

1. Data, Hora e Local: 18/12/2024, às 9h, na sede social da Cury Construtora e Incorporadora S/A ("Companhia"), localizada na Rua Funchal, 411, 13º andar, conjunto 132-D, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04551-060. **2. Convocação:** Dispensadas as formalidades para a convocação, nos termos do parágrafo único do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social"), em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidência da Mesa, **Ronaldo Cury de Capua**; e, Secretário, Miguel Maia Mickelberg. **4. Ordem do Dia:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** a criação de novo programa de recompra de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Programa de Recompra 2025"), e seu lançamento; **(ii)** a alteração do Estatuto Social da Companhia para prever todos os atos necessários para a efetivação da deliberação anterior. **5. Deliberações:** Após examinar e discutir as matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram o quanto segue: **5.1.** Aprovar a criação do Programa de Recompra 2025, em conformidade com as normas aplicáveis, em especial o artº 7º, parágrafo 5º do Estatuto Social da Companhia, o § 1º do art. 30 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), a Resolução CVM nº 77, de 29/03/2022 ("RCVM 77") e as demais normas aplicáveis, observadas os seguintes termos e condições e o disposto no **Anexo I**: (i) Objetivo: o principal objetivo da Companhia no desempenho do Programa de Recompra 2024 é fornecer o desenvolvimento de valor para seus acionistas através da utilização de recursos disponíveis na aquisição das Ações (conforme definido abaixo) a serem mantidas em tesouraria, para cancelamento ou posterior alienação das ações no mercado ou no âmbito de planos de incentivo baseados em ações aprovados ou a serem aprovados; (ii) Quantidade máxima de ações que serão adquiridas: a Companhia poderá adquirir até 11.720.002 ações, observado o limite de 10% das ações em circulação previsto na RCVM 77. Para referência, nota-se que atualmente a Companhia possui 137.108.025 ações em circulação conforme a definição da RCVM 77, e a Companhia já tem 1.990.800 ações em tesouraria, razão pela qual o número máximo de ações que poderão ser adquiridas no âmbito do Programa de Recompra 2024 corresponderia a 11.720.002 ações. A Companhia ressalta, ainda, que a efetiva recompra do número máximo de ações ora aprovado estará sujeita, dentre outros aspectos, à verificação do número de ações mantidas em tesouraria pela Companhia no momento de negociação e o saldo de reservas disponíveis, conforme a RCVM 77 e as demais normas aplicáveis. (iv) Prazo e modo de aquisição: as aquisições serão executadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), a valor de mercado, cabendo à Diretoria da Companhia estabelecer o momento e a quantidade de ações a ser adquirida, seja em uma única operação ou em uma série de operações, dentro do limite e prazo máximos previstos na regulamentação aplicável. (vi) Duração: o Programa de Recompra 2024 terá a duração de 18 (dezoito) meses, iniciando-se a partir de 19/12/2024, inclusive, e encerrando-se, portanto, em 18/06/2026, observado o prazo de liquidação pertinente a operações com ações em bolsa. (vii) Instituições financeiras: as operações de aquisição, no contexto do Programa de Recompra 2024 serão supertadas pelo valor global de recursos disponíveis, nos termos do art. 8º, § 1º, da RCVM 77, contemplando: (a) as reservas de lucro e de capital, com exclusão da reserva legal, da reserva de lucros a realizar, da reserva especial de dividendo não distribuído e da reserva de incentivos fiscais e (b) o resultado auferido no exercício em andamento, salvo pelos valores a serem destinados à formação da reserva legal, da reserva de lucros a realizar, da reserva especial de dividendo não distribuído e da reserva de incentivos fiscais e ao pagamento do dividendo obrigatório. (ix) Verificação dos recursos disponíveis: no âmbito do Programa de Recompra 2024, deverá ser constatada, com base nas demonstrações contábeis anuais, intermediárias ou trimestrais mais recentes divulgadas pela Companhia, a existência de recursos disponíveis para lastrear as operações de aquisição das próprias ações, previamente à efetiva transferência para a Companhia, da titularidade das ações de sua emissão. (x) Medidas protetivas assecuratórias: a aplicação das demonstrações contábeis intermediárias e informações financeiras trimestrais para lastrear as operações deverá observar, no mínimo: (a) a segregação dos valores que, caso fosse final de exercício social, teriam que ficar apartados para cobertura de reservas necessariamente constituídas e o montante que seria destinado ao dividendo obrigatório; (b) realização das retenções necessárias para garantir que os valores a serem utilizados para pagamento do dividendo obrigatório no final do exercício social e para recompor as ações estejam totalmente lastreados em lucros realizados (isto é, caixa disponível ou mesmo contas a receber de terceiros líquidas e certas); e (c) a análise do passado da Companhia quanto ao comportamento típico do resultado na fase restante do exercício social e uma projeção para o resultado do exercício social em andamento, submetendo tais informações ao Conselho de Administração. (xi) Valores passíveis de resultado do exercício: não será permitido o uso de valores projetados para o resultado de exercício em curso para lastrear as operações efetuadas no contexto do Programa de Recompra 2024. (xii) Verificações da Diretoria: a Diretoria somente poderá efetivar as operações de aquisição, após observar as diligências aplicáveis para garantir que: (a) a liquidação da operação em seu vencimento não comprometa o fluxo de caixa financeiro da Companhia, não comprometendo o cumprimento das obrigações assumidas perante credores ou o pagamento do dividendo obrigatório; e (b) na hipótese de verificação da existência de recursos disponíveis com base em demonstrações contábeis intermediárias ou refletidas nos formulários de informações trimestrais - ITR, não hã fatos previsíveis apto a ensejar alterações significativas no montante de tais recursos ao decorrer do exercício social. (xiii) Destino das ações: mantidas em tesouraria, observado o disposto na legislação aplicável, as ações, enquanto mantidas em tesouraria, não terão direitos patrimoniais ou políticos, não fazendo jus a voto nem a proventos. (xiv) Desconsideração das ações em tesouraria: conforme disposto no art. 11, § 2º, da RCVM 77, as ações em tesouraria serão desconsideradas no cômputo dos quóruns de instalação e deliberação previstos na Lei das S.A. e na regulamentação do mercado de valores mobiliários. (xv) Bonificação em ações, grupamento e desdobramento: na hipótese de grupamento, desdobramento ou bonificação de ações da Companhia, o número de ações em tesouraria será alterado a fim de se ajustar a expressão numérica do volume das ações de emissão própria detidas pela Companhia, sem que haja alteração do saldo da conta patrimonial que lastreou a aquisição. (xvi) Alienação ou cancelamento do excesso de ações: nos termos do art. 10, parágrafo único, da RCVM 77, a Companhia deverá cancelar ou alienar as ações que excederem o saldo de lucros e reservas disponíveis, no prazo de 6 meses, a contar da divulgação das demonstrações contábeis, anuais e intermediárias ou informações financeiras trimestrais que se apurar o excesso. **5.1.1.** Consignar que, em observância art. 6º da RCVM 77 e ao art. 33, XXXV, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022 ("RCVM 80"), o **Anexo I** a esta ata contém as informações relativas à aquisição com ações de própria emissão ora aprovada por meio do Programa de Recompra 2024, apresentadas na forma do Anexo G à RCVM 80. **5.2.** Autorizar a Diretoria a praticar todos os atos necessários para a efetivação da deliberação anterior. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os conselheiros presentes. **A presente é cópia fiel do original, lavrado em livro próprio.** São Paulo/SP, 18/12/2024. **Mesa:** Ronaldo Cury de Capua - Presidente, Miguel Maia Mickelberg - Secretário. **Conselheiros Presentes:** Ronaldo Cury de Capua, Vitor Paulo Victa Horn, Ronaldo Cury de Capua, Miguel Maia Mickelberg, Luiz Antonio Nogueira de Franca, Viviane Mansi. **JUCESP** nº 22.744/25-3 em 14/01/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício

INSUMOS MILENIO TERRAMAGNA FUNDO DE INVESTIMENTO NAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROINDUSTRIAIS PAGOS - DIREITOS CREDITÓRIOS - CNPJ nº 43.616.501/0001-06 - **CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS** - 1ª CONVOCAÇÃO. Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2025. Prezado(a) Cotista, **A OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.**, instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, inscrita no Ministerio da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de instituição administradora do **INSUMOS MILENIO TERRAMAGNA FUNDO DE INVESTIMENTO NAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROINDUSTRIAIS PAGOS - DIREITOS CREDITÓRIOS** - Pessoas Jurídicas do CNPJ/MF sob o nº 43.616.501/0001-00 ("Administradora" e "Fundo", respectivamente), vem, por meio desta, convidá-lo(a) para participar de Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas ("AGE"), a realizar-se de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, mediante a manifestação de voto por escrito pelos Cotistas, em modelo disponibilizado pela Administradora, em primeira convocação, em **31 de janeiro de 2025, às 17:00 horas**, e, em segunda convocação, em **07 de janeiro de 2025, às 17:00 horas**, para deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** (A) a **MILÊNIO CAPITAL GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA.**, sociedade com sede na cidade e Estado de São Paulo, Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 1.017, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04530-001, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 16.804.280/0001-20, devidamente credenciada como gestora de carteira de valores mobiliários pela CVM, através do Ato Declaratório nº 12.743, de 21 de dezembro de 2012 ("Gestora"), no âmbito do serviço de verificação de lastro de Direitos Creditórios do Fundo, verificou o descumprimento dos percentuais estipulados para o Índice de Recompra e Índice de Repasse em duas datas de verificação consecutivas ("Descumprimento Índices de Monitoramento"); (B) o Descumprimento dos Índices de Monitoramento por duas datas consecutivas é considerado como um Evento de Avaliação, conforme estabelecido na alínea (x) da cláusula 18.1 do Regulamento do Fundo, logo, cabe à Administradora convocar os cotistas do Fundo a deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: (i)** se os Eventos de Avaliação descritos no item 18.1, alínea (x) do Regulamento do Fundo, devem ser considerados um Evento de Liquidação Antecipada; **(ii)** Autorizar a Administradora para que convoque Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas para deliberação das matérias, caso aprovadas, sendo certo que, caso seja aprovada a Liquidação Antecipada do Fundo, esta seguirá os procedimentos previstos no Capítulo 19 do Regulamento do Fundo. Sendo certa a faculdade de participação na assembleia via envio de procuração ou instrução de voto supramencionada, disponibiliza-se acesso à Assembleia Geral Extraordinária de cotistas, nos links que seguem abaixo: **TERRAMAGNA FIAGRO - ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS 1ª CONVOCAÇÃO (31.01.2025) OU 2ª CONVOCAÇÃO (07.02.2025)**: https://teams.microsoft.com/meetup-join/19%3ameetingNDE5NzhlMGItYjAyZC00OTQwLThiNWQtNmMwNTNmZjFkZTc4%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22e0793d-11da-9b3d-bd5d6e6214%22%2c%22Oid%22%3a%2287a4c126-0b7d-4a35-90ac-9d8df3bd5a4e%22%7d Na data da realização da AGE, será lavrada a respectiva ata, com a descrição da ordem do dia e os resultados das deliberações tomadas pelos Cotistas presentes, a qual deverá ser disponibilizada e/ou expressar seu voto na AGE por escrito, conforme modelo a ser disponibilizado pela Administradora, anteriormente ou durante a realização da AGE, por correio eletrônico ou por qualquer outro meio eletrônico ou tecnologicamente disponível. O Cotista, agindo conforme disposto acima, será considerado presente à AGE, de modo que seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida AGE. Exceto quando especificamente definidos neste Edital de Convocação, os termos aqui utilizados iniciados em letras maiúsculas terão o significado a eles atribuído no Regulamento. Atenciosamente. **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** Administradora.

Valor 100 Seja um assinante: folhapress.com.br Ligue 0800 701 8888

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!
ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.
EDITORA GLOBO

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!
ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.
EDITORA GLOBO

EMBRAER

EMBRAER NOVO MERCADO

ERJ LISTED NYSE

EMBRAER S.A.
CNPJ/MF nº 07.689.002/0001-89
NIRE 35.300.325.761 - Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 14 de Novembro 2024

Data, Hora e Local: Aos 14 dias do mês de novembro do ano de 2024, às 10h30min, Embraer S.A. ("Companhia" ou "Embraer"), de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022 ("RCVM 81"). **Publicações Prévias:** Edital de primeira convocação publicado nas edições de 14, 15 e 16 de outubro, de 2024, no jornal "O Vale" (págs. 3, 3 e 3, respectivamente) e no jornal "Valor Econômico" (págs. B4, A4 e B4, respectivamente), com a divulgação da integra do edital nas páginas dos referidos jornais na internet. **Composição da Mesa:** O Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Alexandre Gonçalves Silva, em conformidade com o Artigo 23 do Estatuto Social, assumiu a presidência dos trabalhos da Assembleia, tendo convidado a Vice-Presidente Executiva Jurídica & *Chief Compliance Officer*, Fabiana Klajner Leschziner, para secretariar os trabalhos. **Presença:** Presentes acionistas representando 67,04% do capital social da Companhia, conforme se verifica **(i)** pelas presenças registradas por meio da plataforma eletrônica disponibilizada pela Companhia, nos termos da RCVM 81, e **(ii)** pelos boletins de voto a distância válidos recebidos por meio da Central Depositária da B3, do agente escriturador das ações de emissão da Companhia e diretamente pela Companhia, nos termos da regulamentação da CVM. Presente também (i) o Diretor Presidente, Francisco Gomes Neto, (ii) o Vice-Presidente Executivo Financeiro e de Relações com Investidores, Antonio Carlos Garcia, (iii) o coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Ética, Dan Ioschpe, (iv) o presidente do Conselho Fiscal, Sr. Mario Ernesto Vampré Humberg, (v) a representante da Empresa Especializada (conforme definido abaixo), Franciane Heloisa Moraes e (vi) o representante da KPMG Auditores Independentes, Moacyr Piacenti. **Esclarecimentos Iniciais:** O Presidente da Mesa relembrou aos presentes que a apuração de votos será realizada nos termos do Estatuto Social e, em razão do quórum verificado, deu por instalada esta Assembleia. **Ordem do Dia:** 1. Aprovar a ratificação da contratação da Forvis Mazars Auditores Independentes- Sociedade Simples, com sede na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Av. Coronel Silva Teles, 1002, Conj. 54, 5º andar, CEP 13024-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.326.840/0004-30, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº CRC 2SP023701/O-8 ("Empresa Especializada"), para avaliação do patrimônio líquido contábil da ELEB Equipamentos Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na rua Itabaiana, nº 40, Jardim Petrópolis, CEP 12237-540, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 55.763.775/0001-00 ("ELEB"), a ser absorvido pela Companhia em virtude da incorporação ("Laudo de Avaliação"); **2.** Aprovar o Laudo de Avaliação; **3.** Examinar, discutir e aprovar o "*Protocolo e Justificação de Incorporação da ELEB Equipamentos Ltda. pela EMBRAER S.A.*" ("Protocolo"), o qual estabelece os termos, condições e justificativa para a incorporação da ELEB pela Companhia; **4.** Aprovar a incorporação da ELEB pela Companhia, nos termos estabelecidos no Protocolo e com eficácia a partir de 1º de janeiro de 2025; **5.** Autorizar a administração da Companhia a realizar todos os atos necessários para a consecução e a implementação das deliberações tomadas; e **6.** Eleger membros suplentes do Conselho Fiscal da Companhia, nos termos da Proposta da Administração. **Leitura de Documentos, Recebimento de Votos, Lavratura e Publicação da Ata:** Por proposta da Mesa, (i) foi dispensada a leitura do Edital de Convocação e do Manual e Proposta da Administração, uma vez que são de inteiro conhecimento dos acionistas, bem como do mapa de votação consolidado dos votos proferidos a distância, ajustado após aplicação das regras de limitação de voto nos termos do Estatuto Social da Companhia, o qual ficou à disposição dos acionistas, e (ii) fica consignado que a ata desta Assembleia será lavrada sob a forma de sumário, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei n.º 6.404/76 ("Lei das S.A."). Adicionalmente, foi aprovada a publicação da ata desta Assembleia com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, em conformidade com o disposto no parágrafo 2º do artigo 130 da Lei das S.A. A referida proposta recebeu 65.166.086 aprovações, 0 abstenções e 0 rejeições. **Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram: **1.** Aprovar a ratificação da contratação da Empresa Especializada como empresa responsável pela avaliação do patrimônio líquido contábil da ELEB a ser absorvido pela Companhia em virtude da incorporação e pela elaboração do respectivo Laudo de Avaliação. A referida deliberação foi aprovada por maioria de votos, tendo recebido 73.491.191 aprovações, 195.010 abstenções e 6.117 rejeições. **2.** Aprovar o Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Especializada com base no balanço patrimonial da ELEB levantado na data-base de 31 de maio de 2024, na forma do Anexo I desta ata, consignando-se que o representante da Empresa Especializada, presente à Assembleia, esteve à disposição para prestar aos acionistas todos os esclarecimentos necessários no tocante ao Laudo de Avaliação. A referida deliberação foi aprovada por maioria de votos, tendo recebido 73.483.689 aprovações, 206.243 abstenções e 4.327 rejeições. **3.** Aprovar, depois de examinado e discutido, o Protocolo e Justificação, contendo os termos, condições e justificativa para a incorporação da ELEB pela Companhia, celebrado entre as administrações da Companhia e da ELEB, cuja cópia constitui o Anexo II à presente ata. A referida deliberação foi aprovada por maioria de votos, tendo recebido 73.491.495 aprovações, 197.296 abstenções e 5.469 rejeições. **4.** Aprovar a Incorporação da ELEB pela Companhia, nos termos e condições estabelecidos no Protocolo e Justificação e com eficácia a partir de 1º de janeiro de 2025, com a consequente extinção da ELEB e sua sucessão universal pela Companhia em todos os seus direitos e obrigações, consignando-se que a incorporação da ELEB pela Companhia não resultará em aumento de capital ou emissão de novas ações pela Companhia, tendo em vista que a Companhia é titular da totalidade das quotas representativas do capital social da ELEB e que, ports, na totalidade dos ativos e passivos objeto da incorporação já está refletida na Companhia, ao pelo método de equivalência patrimonial. A referida deliberação foi aprovada por maioria de votos, tendo recebido 73.490.556 aprovações, 197.438 abstenções e 6.265 rejeições. **5.** Autorizar a administração da Companhia a realizar todos os atos necessários para a consecução e a implementação da incorporação ora aprovada. A referida deliberação foi aprovada por maioria de votos, tendo recebido 73.490.927 aprovações, 198.387 abstenções e 5.945 rejeições. **6.** Aprovar a eleição da Sra. Patricia Leisnock, brasileira, casada, diretora financeira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 22.565.479-9 DIPS/IP e inscrita no CPF/ME sob o nº 133.012.558-41, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Harmonia, 1085, apto. 261, CEP 05435-001 e do Sr. Leonardo José da Silva Neves Gonzaga, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.852.814-2 IFP/RJ e inscrito no CPF/ME sob o nº 071.082.207-33, residente e domiciliado na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Lucio Costa, 3600 / 1604, bloco 04, Barra da Tijuca, CEP 22630-010, para ocuparem os cargos vacantes de membros suplentes do Conselho Fiscal da Companhia em substituição, respectivamente, a Sra. Doris Beatriz França Wilhelm e ao Sr. Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que examinar, discutir e votar a respeito das contas dos administradores e das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Os membros suplentes do Conselho Fiscal ora eleitos tomarão posse dos respectivos cargos em até 30 (trinta) dias a contar desta data, após a assinatura dos respectivos Termos de Posse, os quais serão lavrados no Livro de Atas de Reuniões do Conselho Fiscal da Companhia. Os conselheiros suplentes ora eleitos declararam, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no Artigo 162 da Lei das S.A. para sua investidura como membros suplentes do Conselho Fiscal da Companhia. A referida proposta foi aprovada por maioria de votos, tendo recebido 68.371.528 aprovações, 5.316.752 abstenções e 5.979 rejeições. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e suspendeu os trabalhos para a lavratura desta ata que, após lida e aprovada, foi considerada assinada pelos acionistas cujo boletim de voto a distância foi considerado válido pela Companhia e pelos acionistas que registraram a sua presença por meio da plataforma eletrônica disponibilizada pela Companhia, nos termos a RCVM 81. São José dos Campos, 14 de novembro de 2024. aa) Alexandre Gonçalves Silva - Presidente da Mesa; Fabiana Klajner Leschziner - Secretária. Certifico que a presente ata é cópia autêntica extraída do Livro de Atas das Assembleias Gerais. **Fabiana Klajner Leschziner** - Secretária. JUCESP nº 466.467/24-2 em 19/12/24. Marina Centurion Dardani - Secretária-Geral.

Valor investe

Crédito Autorizadas a distribuir CRIs, plataformas passam a fazer transações com FIIs e family offices

'Crowdfunding' cresce no setor imobiliário

Liane Thedim
Do Rio

Em meio à forte redução dos recursos da caderneta de poupança disponíveis para o financiamento do setor imobiliário, incorporadoras de menor porte, que não têm acesso fácil ao mercado de capitais, ampliaram suas operações de captação via plataformas eletrônicas de investimento coletivo, conhecidas como "crowdfunding". Esse movimento, somado a novas regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que ampliaram formas e valores de captação, inclusive permitindo a oferta de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs), inseriu essas plataformas no mapa dos fundos de investimento imobiliário (FIIs) e até de multi-family offices.

O resultado foi um forte crescimento do segmento em 2024. Dados da CVM mostram que o volume de operações em geral quase quadruplicou: com R$ 610,8 milhões em ofertas em andamento e R$ 774,3 milhões encerradas, o total chegou a R$ 1,385 bilhão em 2024 (dados disponíveis no site da autarquia no dia 30 de dezembro), frente a R$ 320,9 milhões em 2023 (R$ 48,5 milhões em andamento e R$ 272,4 milhões encerradas). Os valores deram peso às plataformas e garantiram presença na agenda do órgão regulador deste ano, para melhoria das regras de securitização e "tokenização" de ativos. A previsão de Paulo Deitos, presidente da Associação Brasileira de Crowdfunding de Investimento (CrowdInvest), que não tem estatísticas do setor imobiliário separadamente, é de um "crescimento brutal" nos próximos 12 meses.

"Em 2024 sentimos que o mercado estava conhecendo e se adaptando às alterações regulatórias, que aconteceram no fim de 2023", diz. "Entramos na rotina dos fundos imobiliários e no ano que vem mais gente vai perceber que é uma saída para viabilizar operações, principalmente de CRI, em volumes mais baixos." Deitos comenta que, no início de 2024, ouviu de incorporadoras que continuariam preferindo o funding bancário, mas, a partir do quarto trimestre, essas mesmas empresas saíram em busca das plataformas. "Eles não acreditavam que o dinheiro ia acabar."

A Longitude, por exemplo, atua, na região de Campinas (SP), no segmento econômico, que tem recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mas faz um mix de captações e usa o crowdfunding desde 2017. Isso porque, explica Guilherme Bonini, co-CEO da incorporadora, o empreendimento tem vários momentos. No lançamento, um empréstimo-ponte "tira o projeto do chão", montando estande de vendas, unidade decorada e peças de marketing. Depois, a Caixa financia 80% do valor de avaliação do imóvel, mas muitas vezes o comprador não tem os 20% restantes. Essa parcela a Longitude financia em até 73 vezes, e os recebíveis servem de lastro para novas captações.

"O crowdfunding é um dos veículos, assim como fundos que entram como equity ou empréstimos, mas essa parcela não chega a 5% do valor total da obra", diz. Com R$ 1 bilhão em 12 obras entregues em 2024, a Longitude planeja lançar 14 em 2025, num total de R$ 1,1 bilhão. "Desde 2017, já foram mais de R$ 50 milhões em 26 empreendimentos e mais de 60 rodadas de captação via plataformas de investimento coletivo", afirma.

Um dos principais parceiros da Longitude é a Urbe.me, que faz parte do Grupo Ospa e já estruturou captações para mais de 25 empreendimentos da incorporadora. Rodrigo Rocha, sócio do grupo e diretor à frente da plataforma, diz que hoje tem quase 600 empresas do setor em sua base, sendo que 220 se cadastraram em 2024 em busca de soluções de financiamento. "Muitas sofreram com as limitações da poupança, com alguma demora na aprovação do programa Minha Casa, Minha Vida, ou com dificuldades no crédito bancário", afirma.

DIVULGAÇÃO

Rocha: volume de institucionais ultrapassou o de pessoas físicas em 2024

Conforme o perfil da operação, a plataforma direciona para sua base de clientes. Algumas foram para investidores individuais, e outras, para institucionais. "Com individuais, devemos fechar o ano com algo próximo a R$ 40 milhões aportados, frente a um 'pipeline' de negociação de quase R$ 200 milhões com investidores institucionais", diz Rocha.

A Urbe.me foi uma das primeiras a atuar no crowdfunding imobiliário e hoje é correspondente bancário, ou seja, é regulada pelo Banco Central, e planeja expandir a atuação, já que começou em 2024 a operar com gestoras, bancos e family offices. Os novos nichos que a empresa está acessando concentram as atenções no momento, inclusive. "Ainda temos pessoas físicas em nossa base, mas não investimos em captar novas. O foco está em institucionais, cuja demanda começamos a sentir no fim de 2023", comenta.

Atualmente são 10 mil investidores individuais ativos, numa faixa de R$ 2 mil a R$ 10 milhões cada, e 30 gestoras, o que elevou o valor de R$ 1 milhão a R$ 5 milhões por operação para até R$ 60 milhões, com foco em incorporadoras de porte médio. Já estão previstos quase R$ 200 milhões para o primeiro semestre de 2025, basicamente com FIIs, diz Rocha. "O volume de institucionais ultrapassou o de pessoas físicas em 2024, com R$ 50 milhões contra R$ 45 milhões." Para individuais, o instrumento é a cédula de crédito bancário (CCB); para institucional, CRIs.

Em 2022, a Resolução CVM 88 autorizou as plataformas de crowdfunding a levantar recursos para grupos econômicos que faturam até R$ 40 milhões por ano, sendo que o limite anterior era de R$ 10 milhões, e elevou o limite de captação de R$ 5 milhões para R$ 15 milhões. No segundo semestre de 2023, explica Deitos, da CrowdInvest, a CVM atualizou as regras, permitindo a distribuição de papéis securitizados, como CRIs e CRAs. Se cumprirem os requisitos, as ofertas não necessitam de registro ou análise pela CVM, o que facilita as emissões e reduz custos. O incentivo teve efeito também no registro de novas plataformas: em 2019 eram 32, enquanto no terceiro trimestre de 2024 o número havia mais que dobrado para 82.

Deitos, também CEO da plataforma Captable, diz que há uma impressão errada de que as operações via crowdfunding são mais arriscadas. "Fizemos vários projetos bem robustos, com bons incorporadores, mas que não estavam acessando o funding bancário", diz. "Antes a conta não fechava, mas com o crowdfunding fecha para pequenas ofertas." Conforme dados de plataformas, a inadimplência no segmento gira em torno de 8%. No entanto, um investidor pessoa física que queira sair da operação pode encontrar falta de liquidez para vender sua cota. As plataformas podem intermediar a negociação dos títulos que elas emitiram no mercado secundário, mas é um serviço ainda incipiente.

Também como medida de proteção ao investidor, a resolução da CVM limita o montante a ser aportado a R$ 20 mil por exercício social, exceto no caso de investidores qualificados, do investidor líder, e de investidores cuja renda bruta anual ou montante de investimentos financeiros seja superior a R$ 200 mil.

A Captable, conta Deitos, fez mais de R$ 200 milhões em operações em 2024, no setor imobiliário, no agronegócio e por meio da venda de participações em startups, principalmente. São mais de 100 mil investidores cadastrados, e mais de dez mil já participaram de transações.

De acordo com Deitos, os juros das operações imobiliárias ficam entre 17% e 20% ao ano, enquanto o financiamento com recursos da poupança custa de 10% a 13% para grandes incorporadoras. Já a antecipação de recebíveis tem juros médios prefixados de 20% e o crédito sem garantias, de 25% a 30% ao ano. "Neste ano esperamos que não fique muito mais caro do que isso, mas, com a volta do aperto monetário, ainda não temos precificado o que vai acontecer. Está todo mundo pisando em ovos e esperando os movimentos em janeiro e fevereiro."

Para captar essas operações, as plataformas usam parceiros, como fintechs e escritórios de assessores de investimento. Um desses é a Finamob, que origina a operação, preparando a empresa para se enquadrar nas regras e demandas do mercado e, dependendo da transação, auxilia na estruturação. Murilo Marchesini, sócio-fundador da fintech, explica que uma emissão de CRI pelos meios tradicionais de bancos coordenadores custa de R$ 400 mil a R$ 500 mil, o que inviabiliza captações mais modestas.

A Finamob distribuiu 21 operações em 2024, num total de R$ 320 milhões e, para 2025, pretende chegar a R$ 1 bilhão, sendo de R$ 100 milhões a R$ 200 milhões via crowdfunding. "Cada vez mais os bancos vão fechar a torneira, diante da inadimplência em alta e dos saques da poupança", avalia. "Em 2024 fomos na terceira marcha e agora vamos na quinta. É um bolso do qual vamos nos aproximar cada vez mais, porque essa fatia de operações mais exóticas precisa de mais flexibilidade", diz.

No ano dos fundos de crédito, Inter Asset dobra de tamanho, a R$ 19 bi

Adriana Cotias
De São Paulo

Num 2024 em que a renda fixa e as carteiras de crédito foram as protagonistas da indústria de fundos de investimentos, a Inter Asset mais do que dobrou de tamanho. A gestora ligada ao banco digital e ao superaplicativo da família Menin, dona da MRV, encerrou o ano com um patrimônio de R$ 18,7 bilhões, 105% acima do que tinha ao fim de 2023.

O atalho proporcionado pela aquisição da asset mineira DLM Invista, em novembro de 2019, explica parte dessa trajetória. A casa era voltada para ativos de crédito, viés que combinava com os negócios do grupo, e que foi justamente a direção tomada pelo mercado nos anos seguintes. A asset também avançou em renda fixa ativa após trazer, no fim de 2023, Ian Lima, gestor que passou pela Porto, SulAmérica e AZ Quest.

Quando o Inter montava as peças da sua plataforma digital e selou a compra do controle da DLM, em um acordo para ficar com fatia de 70%, a asset adquirida tinha R$ 4,5 bilhões, com 40 mil cotistas. Hoje, são 480 mil no total, conta Daniel Castro, que fundou a gestora mineira em 2003 e hoje é o executivo-chefe (CEO) da Inter Asset.

A escalada veio com estratégias de renda fixa crédito, com perfil "high grade", de ativos de melhor qualidade, além de ter feito ofertas iniciais e subsequentes de fundos imobiliários, do agronegócio e de infraestrutura. Conseguiu também mandatos de companhias abertas para gerir multimercados e fundos de fundos, lista Castro.

"Há foco nos grandes grupos corporativos no Brasil e também nos fundos de pensão. A gente começa a colher esses frutos", diz. "O Inter é cada vez mais visto como o banqueiro das empresas, que trazem o investimento, o caixa, [a conta das] pessoas. E, no institucional, há uma série de fundos adequados a este público."

Depois do crescimento de 2024, o executivo diz que a Inter Asset se credencia para entrar no clube das grandes gestoras de recursos, sendo elegível a oportunidades que antes estavam fora do seu alcance. Ele não espera, contudo, o mesmo salto neste ano. Acha razoável uma expansão entre 30% e 40%.

No braço de gestão de recursos ainda há um filão a conquistar dentro do próprio Inter, que em investimentos reunia cerca de R$ 100 bilhões na sua custódia ao fim do terceiro trimestre. Empresas que mantêm a maior parte das aplicações em outras instituições estão no alvo para ampliar a fatia de suas reservas no banco digital, segundo Castro. Os fundos da asset também estão disponíveis em outras plataformas do mercado.

Na grade de produtos ainda falta desenvolver fundos imobiliários de "papel", com certificados de recebíveis imobiliários (CRI), e a linha de multimercados.

No fim do ano passado, a Inter Asset trouxe Roberto Watanabe, ex-Polo Capital e Leste, para desenvolver a área de estruturados. Ele já auxilia no comitê de Fiagro e está à frente da estratégia de fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDC), que começou com R$ 600 milhões. À frente, é o time que vai crescer. A ideia é ter uma mesa de estruturados que pense em produtos tanto para o público geral quanto para mandatos específicos.

No perfil high grade, carro-chefe da gestora, Castro afirma que "nenhuma estratégia está batendo no teto". O nível de risco está controlado, há uma certa estabilidade e alguns papéis voltaram a ficar atrativos. O executivo espera um certo freio a emissões por causa do efeito do CDI mais alto no endividamento das companhias.

Desinformação, crise climática, conflitos: são reais os riscos de Davos

Palavra do gestor

Sonia Consiglio

A 20ª edição do "Relatório de Riscos Globais" do Fórum Econômico Mundial, divulgada em 15 de janeiro, mais parece uma reportagem. Analisando as listas dos principais riscos indicados por mais de 900 especialistas e líderes mundiais para o curto e o longo prazo (dois e dez anos, respectivamente), constatamos o que já estamos tragicamente vivendo. E esse cenário só tende a se intensificar, sinalizando contornos extremamente complexos e perigosos, que mexem com a nossa estabilidade e o progresso do mundo.

O risco que lidera o ranking de curto prazo é desinformação. Ele apareceu pela primeira vez no relatório no ano passado, no contexto das eleições que mobilizaram mais da metade da população, e segue sendo a principal preocupação dos entrevistados. Ver novamente esse risco em primeiro lugar só mantém acesa a nossa luz de emergência para as narrativas e contranarrativas que, bem sabemos, são desafios diários.

A segunda ameaça nesse horizonte de dois anos é a de eventos climáticos extremos, repetindo a dobradinha do ano passado.

Na perspectiva de dez anos, os fatores ambientais predominam, como tem acontecido nas últimas edições do relatório. Quando analisamos o Top 5, os quatro primeiros são dessa categoria, seguidos por desinformação. Esses riscos, que também já figuravam no ano passado, são: 1. Eventos climáticos extremos (de novo em primeiro lugar); 2. Perda de biodiversidade e colapso do ecossistema (3º em 2024); 3. Alteração crítica dos sistemas terrestres (2º em 2024); e 4. Escassez de recursos naturais. As enchentes e os incêndios que têm devastado cidades são validações cruéis de como eventos climáticos extremos merecem liderar as nossas preocupações. Espero, porém, que liderem também ações efetivas em 2025.

O relatório levantou ainda a opinião dos entrevistados sobre que risco consideram ter maior potencial de gerar uma crise em escala global em 2025. Conflito armado interestadual foi apontado por quase um quarto das pessoas, refletindo o aumento das tensões geopolíticas e a fragmentação mundial. O segundo foi eventos climáticos extremos. É fato. Entramos e saímos de 2024 com conflitos armados mundo afora. De novo, nenhuma novidade, apenas a explicitação da dura realidade que vivemos.

Um recorte interessante que o documento traz novamente é a "Pesquisa de Opinião Executiva", com 11 mil líderes de mais de 100 países, sobre quais as principais ameaças para o seu país nos próximos dois anos. O resultado do Brasil foi: 1. Desaceleração econômica; 2. Dívida pública; 3. Escassez de mão de obra e talentos; 4. Eventos climáticos extremos; 5. Pobreza e Desigualdade.

O que me animou aqui foi a presença de pelo menos um item de ordem ambiental. No ano passado, nenhum foi visto por nós como relevante, o que é, no mínimo, preocupante.

"Uma década decisiva: a colaboração como chave para a estabilidade". O retrato trazido pelo "Relatório de Riscos Globais 2025" não deve nos paralisar. Ao contrário: é uma sinalização poderosa de para onde devemos direcionar os esforços. Mas não só. Além do conteúdo, é vital a forma, o "como" empreenderemos esses esforços. Na visão do Fórum Econômico Mundial, não há outro caminho: colaboração. "O aumento das tensões geopolíticas, a ruptura da confiança global e a crise climática estão pressionando o sistema global como nunca antes", afirmou Mirek Dušek, diretor-geral do fórum. "Num mundo marcado por divisões cada vez mais profundas e riscos em cascata, os líderes globais têm uma escolha: promover a colaboração e a resiliência ou enfrentar uma instabilidade crescente."

A necessidade de colaboração não é uma mensagem nova do Fórum. Foi, por exemplo, tema dos encontros de Davos de 2018 ("Criando um futuro compartilhado em um mundo fraturado") e 2023 ("Cooperação em um mundo fragmentado"). Mas há que se insistir. Por isso, o apelo temático da Reunião Anual do Fórum, que acontece em Davos de 20 a 24 de janeiro, é: "Colaboração para a Era Inteligente". Entre teoria, expectativa e realidade, no entanto, há um caminho e tanto a ser percorrido: 64% dos especialistas consultados antecipam uma ordem global fragmentada, marcada pela concorrência entre médias e grandes potências. Ou seja, precisamos mesmo de inteligência, muita.

Acompanho de perto os movimentos do Fórum Econômico Mundial por acreditar na sua força mobilizadora. Afinal, estamos falando do principal fórum de lideranças, que, aliás... já deveria mudar de nome, pois não é só "econômico" há tempos. Nesse raciocínio, gostei de ver os eixos escolhidos para direcionar as discussões da reunião de Davos: Reconstruindo a Confiança, Reimaginando o Crescimento, Investindo nas Pessoas, Protegendo o Planeta e Indústrias na Era Inteligente. Repito: precisamos de muita inteligência. A temos, alguém tem dúvida disso? Só precisamos colocá-la a serviço do necessário, urgente e bom.

Sonia Consiglio é SDG Pioneer pelo Pacto Global da ONU e especialista em sustentabilidade
E-mail bysonia.consiglio@gmail.com

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

TJSP
Lei que autoriza ruídos acima do limite em templos religiosos é inconstitucional
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Precisamos falar sobre cortes por constrained-off
E2

TRT-SP
Atraso de salário não gera danos morais
valor.globo.com/legislacao

Valor E
Terça-feira, 21 de janeiro de 2025

Tributário Custo das adaptações tecnológicas e operacionais das organizações de grande porte pode ultrapassar R$ 5 milhões, estima a Syntax

Empresas começam a se preparar para período de transição da reforma

Adriana David
De São Paulo

A recente sanção da regulamentação da reforma tributária, por meio da Lei Complementar nº 214/2025, é um sinal de alerta para que as empresas comecem as mudanças necessárias para seguir as novas regras. O período de transição para a implementação da Contribuição e Imposto sobre Bens e Serviços (CBS/IBS) e do Imposto Seletivo (IS) terá início em 1º de janeiro de 2026. Mas os testes que envolvem mudanças no layout da nota fiscal eletrônica começam em setembro, segundo a Nota Técnica SE/CGNFS-e nº 1, publicada em agosto de 2024.

A maioria das empresas, inclusive as maiores, está atrasada, segundo afirma Thaís Borges, diretora comercial e de marketing da Systax, empresa de tecnologia fiscal e tributária. " O desafio não envolve apenas a área fiscal", diz ela, acrescentando que a área operacional pode ser afetada. "A empresa pode ser obrigada a parar uma linha de produção ou fornecimento de serviços para cumprir as novas diretrizes tributárias."

Segundo especialistas ouvidos pelo **Valor**, a adequação das empresas à reforma tributária é essencial para garantir conformidade legal, competitividade e eficiência operacional. Na prática, exigirá proatividade, investimento em tecnologia, revisão de estratégias fiscais e um acompanhamento constante das mudanças regulatórias. "Empresas que se prepararem estarão melhor posicionadas para lidar com os desafios e aproveitar as oportunidades que a nova estrutura tributária trará", diz João Eloi Olenike, presidente-executivo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT).

Olenike sugere, primeiro, um planejamento estratégico, com o objetivo de mitigar possíveis custos advindos das alterações no sistema tributário nacional. Para ele, as empresas que não se adequarem às mudanças trazidas pela reforma tributária enfrentarão implicações legais, financeiras e operacionais. "Isso pode comprometer a viabilidade de seus negócios e trazer riscos significativos."

> "É urgente que as empresas avaliem como a reforma as impactará"
> *Arthur Pitman*

Professor em Gestão Tributária na Fipecafi, Arthur Pitman destaca que "neste momento, é urgente que as empresas avaliem como a reforma tributária impactará suas realidades". É preciso, acrescenta, "mapear os impactos operacionais [como mudanças nas obrigações acessórias e sistemas de tecnologia], financeiros [fluxo de caixa e disponibilidade de créditos tributários] e contábeis [ajustes nas demonstrações financeiras e no registro de ativos e passivos fiscais]".

O escritório L.O. Baptista lembra que, no período de transição, de 2026 a 2032, a cada ano, novas mudanças serão introduzidas no novo sistema. Em 2026, por exemplo, haverá o início da cobrança da CBS, com alíquota de 0,9%, e do IBS, com alíquota estadual de 0,1%. Entre 2027 e 2028, a CBS será exigida com base na alíquota estabelecida pela União, reduzida em 0,1%, e a alíquota do IBS será de 0,05%. Já em 2029, o IBS passa a ter a alíquota instituída pelo governo e ocorrerá a redução de 10% nas alíquotas do ICMS e do ISS. Entre 2030 e 2032, continua a redução de percentuais para os dois impostos até a sua completa extinção em 2033.

Para seguir as novas regras, as empresas terão que investir. Segundo levantamento realizado pela Systax para verificar o custo das adequações de sistemas para as organizações, ele é menor para as micro e pequenas empresas devido à simplicidade relativa dos sistemas e operações atuais. A estimativa é de um investimento que variará entre R$ 100 mil e R$ 500 mil.

Já as companhias de médio porte, além de ajustes nos sistemas, precisam de mapeamento de processos e treinamentos internos. Assim, o investimento está estimado entre R$ 500 mil e R$ 2 milhões.

Para uma organização de grande porte, o custo mais relevante está atrelado à integração de sistemas corporativos, consultorias de larga escala e gestão de riscos para evitar interrupções operacionais. Para isso, ela precisará investir de R$ 1,5 milhão a R$ 5 milhões.

Segundo explica Thaís Borges, esses valores estimados desconsideram a contratação de mão de obra e outros serviços, o que varia conforme a complexidade das operações e as demandas específicas de cada empresa. Para as de pequeno porte, esse custo extra estaria ao redor de R$ 30 mil e R$ 100 mil.

Para médias, de R$ 100 mil a R$ 500 mil, com a contratação de especialistas temporários para revisões tributárias e adaptações de sistemas, além de ampliação ou capacitação das equipes de TI. "Nelas, o treinamento interno é mais robusto, pois a quantidade de processos e colaboradores impactados é maior", diz.

Já para grandes corporações, a Systax estima que esse custo varie de R$ 500 mil a R$ 3 milhões ou até mais, dependendo da complexidade de suas operações. "Elas exigem não apenas a contratação de consultorias especializadas, mas a ampliação de equipes dedicadas exclusivamente à implementação das mudanças porque é necessário realizar revisões detalhadas de processos em múltiplas filiais ou unidades", afirma Thais.

DIVULGAÇÃO

Thaís Borges: área operacional pode ser afetada com paralisação de linha de produção ou fornecimento de serviços

O prazo previsto para as empresas realizarem alterações nos sistemas varia conforme o porte da empresa. Mas, de acordo com a especialista, esse período oscila entre 6 e 18 meses. A adaptação dos sistemas para a reforma, explica, é um processo longo, que envolve várias etapas.

Para as empresas que não se adaptarem, pode até haver uma certa flexibilidade por parte da fiscalização durante o período de transição, pois é um período para ajustes. "Porém, esperar até o último minuto para fazer as mudanças pode sair muito mais caro, porque as empresas acabam tendo que contratar consultorias às pressas, fazer ajustes emergenciais nos sistemas e, pior, perder oportunidades de mercado por não conseguirem oferecer preços competitivos", diz Thaís.

Quando o período de transição acabar e as novas regras começarem a valer integralmente, o impacto de qualquer erro ou omissão será bem mais pesado. Empresas que não estiverem adequadas podem ser multadas, autuadas e correm o risco de terem suas operações interrompidas, conforme previsto no artigo 25, da Lei Complementar nº 214, de 2025, que regulamenta a reforma tributária.

As responsabilidades de que trata esta lei complementar compreendem a obrigação pelo pagamento do IBS e da CBS, acrescidos de correção e atualização monetária, multa de mora, multas punitivas e demais encargos.

Outras sanções para as organizações que não se adaptarem, destacadas por Olenike, do IBPT, são, além do bloqueio de operações, restrição ao uso de créditos tributários e comprometimento da reputação. "Ignorar essas mudanças compromete não apenas a saúde financeira, mas também a continuidade do negócio no médio e longo prazo", diz.

PGFN regulamenta dispensa de garantia em ações judiciais

Luiza Calegari
De São Paulo

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) regulamentou a dispensa de garantia para processos judiciais que questionem decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) por voto de qualidade. A medida está Portaria nº 95, publicada na edição de ontem do Diário Oficial da União.

A norma foi editada em razão da Lei nº 14.689, de 2023, que trouxe de volta o voto de qualidade — o desempate pelo presidente da turma julgadora, que é representante da Fazenda — e prevê algumas facilidades para os contribuintes. A que dispensa a apresentação de garantia está no artigo 4º.

Apesar da previsão legal, a Fazenda Nacional resistia a aceitar ações sem garantia por falta de regulamentação, que veio agora e prevê que essa dispensa é facultativa — ou seja, o contribuinte pode optar por oferecer uma garantia tradicional. A medida vale para contribuintes com capacidade de pagamento.

A questão, até então, estava sendo resolvida no Judiciário e os juízes vinham dando razão aos contribuintes para suspender a exigência. De acordo com Maria Rita Ferragut, sócia de tributário do Trench Rossi Watanabe, a fundamentação era, muitas vezes, a falta de regulamentação.

Foi o caso, por exemplo, da Monsanto, que em julho de 2024 conseguiu suspender a exigência de garantia no questionamento de um auto de infração (processo nº 5018307-85.2024.4.03.6100). Agora, com a edição da portaria, afirmam tributaristas, os pontos levados à Justiça devem mudar.

O tópico da capacidade de pagamento é o que mais preocupa, segundo eles. Maria Raphaela Matthiesen, tributarista da Mannrich & Vasconcelos, diz que, embora já estivesse previsto na lei de 2023 que a capacidade de pagamento deve ser aferida com base no patrimônio líquido da empresa, a portaria foi além. Estabeleceu que deve ser calculado pelo método do "patrimônio líquido realizável ajustado".

A principal preocupação dos tributaristas é a respeito de como será feito esse cálculo, e que a fórmula acabe, na prática, por chegar a um patrimônio líquido do contribuinte menor do que o que ele efetivamente dispõe, inviabilizando a dispensa da garantia. "Um ativo alienado a valor justo não necessariamente vai aparecer com o mesmo valor pelo critério 'realizável ajustado', e isso pode acabar reduzindo o patrimônio líquido do contribuinte", diz Maria Raphaela.

DIVULGAÇÃO

> "Portaria foi além da lei ao tratar da aferição da capacidade de pagamento"
> *Maria R. Matthiesen*

E se o contribuinte tiver meios de demonstrar que o cálculo da PGFN realmente o prejudicou, a divergência pode levar a um aumento de questionamentos judiciais sobre o tema, segundo Maria Rita Ferragut. "Não sabemos qual vai ser a régua. Isso não foi regulamentado. Mas vamos ter que esperar para ver como o cálculo vai ser feito na prática para saber se há espaço para questionamento judicial", afirma.

Outra insegurança gerada por um vácuo na redação, de acordo com os especialistas, diz respeito ao artigo 5º, que estabelece que a análise do requerimento de dispensa será feita em até 30 dias. Não fica claro, no entanto, diz Maria Raphaela, se o contribuinte que precisar comprovar a regularidade tributária durante esse intervalo não será prejudicado pelo período de análise.

A tributarista aponta, ainda, que o artigo 7º da portaria, que prevê as possibilidades de revogação da dispensa, deveria ter especificado que as discussões judiciais com resultado favorável à Fazenda deveriam ser em caráter definitivo. "Do jeito que está, a regularidade fiscal já pode ser inviabilizada enquanto o recurso ainda está sendo analisado em primeira instância, por exemplo."

Maria Rita Ferragut, por sua vez, aponta que outra omissão importante, e que pode aumentar o volume de questionamentos judiciais, envolve processos que já estão em andamento e garantidos de outras formas, por empresas que teriam condições de pleitear a dispensa da garantia. "A portaria só trata dos débitos futuros, mas também não proíbe a substituição para os não garantidos. Então, essa possibilidade poderia levar ao aumento de pedidos judiciais", afirma.

No entanto, segundo as especialistas, o efeito da regulamentação é majoritariamente positivo. Nem que seja apenas por acabar com a situação de insegurança que vigorou por um ano, em que havia previsão legal, mas não regulamentação. Para Maria Rita, chama atenção o fato de a norma não tratar a dispensa como dispensa, e sim como critério alternativo de garantia. Essa leitura é possível, acrescenta, a partir do artigo 3º, inciso I. O dispositivo diz textualmente que a regularidade fiscal "é forma de garantia facultativa do crédito tributário".

Para ela, essa leitura beneficiaria especialmente empresas que têm movimentação financeira muito grande, mas pouco patrimônio, como as de tecnologia, agronegócio e setor financeiro. "Como a portaria está considerando que a regularidade fiscal é uma forma de garantia e a PGFN permite que se tenha um mix de garantias, se a empresa tiver patrimônio inferior à dívida fiscal, a regularidade supriria a necessidade de garantia até o valor do bem. Para o que excedesse, precisaria apresentar outra forma de garantia."

No Carf, as decisões tomadas por voto de qualidade são a minoria — em 2024, representaram 3,7% do total. Até outubro, segundo o órgão, enquanto os 1.971 processos decididos por maioria discutiram R$ 205 bilhões, os 17.619 processos resolvidos por unanimidade movimentaram R$ 409 bilhões e os 755 por voto de qualidade, R$ 139 bilhões.

Procurada Pelo **Valor**, a PGFN não se manifestou até o fechamento da edição.

Precisamos falar sobre cortes por constrained-off

Opinião Jurídica

Diogo Ciuffo Carneiro e Bruno Crispim

A palavra tédio nunca esteve presente no dicionário do setor elétrico brasileiro. O setor vive pulando de marco em marco, de inovação em inovação, de crise em crise. É um setor dinâmico, para usar o eufemismo da moda.

Um exemplo marcante: ninguém que teve minimamente contato com o setor se esquece das famosas três letrinhas do GSF, expressão em inglês Generation Scaling Factor. A sigla ainda é capaz de trazer calafrios aos geradores. Um desvio na normatização do setor, aliado a um período hidrológico "nunca antes" visto, levou a uma onda sem precedentes de judicialização pelos geradores hidroelétricos, que, por sua vez, deu origem a outras duas ondas, aí já contando com os agentes de todas as categorias, e desestabilizou o mercado.

O anglicanismo da moda agora é outro, e para ele ainda não acharam uma conjugação de letrinhas: é constrained-off, ou curtailment, como preferem outros. O nosso português deveria preferir "corte de geração". Independentemente do termo escolhido pelo interlocutor, o fato é que esse assunto está na ponta da língua de todos que trabalham com geração. Principalmente em projetos solares ou eólicos instalados no Nordeste do país. Não há roda de conversa que não tangencie o assunto, com diferentes visões (e pronúncia dos termos).

Traduzindo para os menos letrados no mundo da energia, o coinstrained-off é a imposição de diminuição na geração de energia mandatoriamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), originada por fatores externos ao gerador, como a limitação da capacidade das linhas de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Em tais situações, o gerador deve parar de injetar energia na rede.

Isso sempre ocorreu sem muita discussão ou drama. A questão é que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) expediu atos regulamentares — consolidados atualmente na Resolução Normativa nº 1.030/2022 — que transferem ao gerador quase que o risco integral e as consequências da diminuição de geração pelo constrained-off.

A discussão é extremamente técnica, mas, em um resumo simplista, os eventos de constrained-off foram classificados em três grupos distintos. Todavia apenas em um desses grupos, que representa cerca de 25% dos casos, o gerador não é impactado financeiramente pela diminuição na geração. Em 75% dos casos, por sua vez, o gerador sofre o impacto do corte e, na maioria das vezes, tem de ir ao mercado para comprar energia de reposição ao que deixou de gerar.

A situação se agravou ainda mais no ano passado, quando, no dia 15 de agosto, houve uma grave perturbação no Sistema Interligado Nacional (SIN), com uma perda de 25,9% da energia em 10 minutos. Quando o ONS divulgou o seu Relatório de Análise de Perturbação, contendo sua investigação sob o ocorrido, apontou como principal causa a performance em campo dos equipamentos de controle de tensão de certas usinas eólicas e solares em determinada linha de transmissão.

A partir daí, sob o fundamento de manter a segurança adequada do sistema, os cortes por constrained-off dispararam, pegando todo o mercado de surpresa. Segundo certos estudos feitos, os cortes impostos cresceram (i) 3.645% para a fonte eólica e (ii) 60.473% para a fonte solar.

O aumento de cortes aliado à nova regulamentação criou a tempestade perfeita para o setor. Os geradores vêm sendo diretamente afetados, com queda brusca e acentuada de receitas.

O setor se uniu e, conjuntamente, por meio da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) e da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), ingressou com medida judicial (autos nº 1098384-92.2023.4.01.3400), cuja liminar foi inicialmente deferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), no agravo de instrumento nº 1045204-79.2023.4.01.0000, mas posteriormente cassada.

As tensões já estavam em ponto de ebulição, com diversas ações individuais de geradores tentando conseguir a liminar, até que, em mais uma virada inesperada, o TRF-1 concedeu a liminar em decisão unânime por ocasião do julgamento do agravo.

Com ou sem liminar, estamos potencialmente diante de um novo GSF. Mas, e essa é a indagação principal dessas linhas, existe alguma lição aprendida para se fazer diferente?

É doloroso para um advogado afirmar que a judicialização não é a solução definitiva, embora tenha sido necessária, como ocorreu no GSF, para equalizar os prejuízos dos geradores e não gerar distorções somente para um lado. Não é o ideal, mas a judicialização é um indutor da solução definitiva, que certamente terá de vir do Poder Público (via legislador, ou regulador).

Há de haver normas resolvendo equanimemente o tratamento e as consequências do constrained-off ou curtailment criando mecanismos de compensação para os afetados, de forma equilibrada e proporcional. Não é fácil. Todos sabem. Mas a dificuldade não deixa a regulamentação menos necessária.

Há de haver investimento para a transmissão, para deixar o sistema mais confiável, seguro e com redundâncias. Gera custo, mas é o que é. O trabalho aqui talvez seja mais de longo prazo, mas pelo descasamento entre o incentivo da geração e o da transmissão, não deixa de ser necessária uma atuação imediata. Justiça seja feita, já se está organizando a ampliação da transmissão no Brasil, embora mais ainda possa ser feito.

O filósofo irlandês Edmund Burke já disse que "um povo que não conhece a sua história está condenado a repeti-la". Temos que aprender com nossos erros. Ninguém quer um novo GSF.

Diogo Ciuffo Carneiro e Bruno Crispim são, respectivamente, sócio da prática de Resoluções de Disputas do Lefosse e sócio da prática de Energia do Lefosse

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico.
O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

SANTANDER GLOBAL CARDS & DIGITAL SOLUTIONS BRASIL S.A.

CNPJ/ME nº 09.564.930/0001-62 - NIRE 35.300.559.161
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Data, Local e Hora: 02.08.2023, às 16h, na sede social da Santander Global Cards & Digital Solutions Brasil S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, Cj. 191, Parte 3, Bloco A, Cond. Wtorre JK, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011. **presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **convocação:** Dispensada a sua publicação, nos termos do §4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Companhias por Ações"). **Mesa:** Reginaldo Antonio Ribeiro, Presidente da Mesa. Luiza de Andrade Piovezan, Secretária da Mesa. **Abertura:** Foi aprovada pelo representante do Acionista presente a proposta de elaboração da presente ata em forma sumária. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(1)** a eleição de novo membro para compor a Diretoria da Companhia como Diretor Presidente; e **(2)** a consolidação da composição da Diretoria da Companhia. **Deliberações:** Os representantes dos Acionistas da Companhia APROVARAM, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **(1)** a eleição, para um mandato complementar que vigorará até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2026, do Sr. **Carlos Alberto dos Anjos**, brasileiro, divorciado, tecnólogo, portador da cédula de identidade RG nº 14.335.687-2 e inscrito no CPF/ME sob o nº 271.288-54, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial à Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, Cj. 191, Parte 3, Bloco A, Cond. Wtorre JK, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia. O diretor ora eleito declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, ou de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, ressalvando, portanto, em estrita observância dos requisitos previstos no artigo 147 da Lei das S.A., nos termos da Declaração de Desimpedimento que se encontra arquivada na Sede da Companhia. **(2)** Em razão da deliberação tomada o item (1) anterior, a consolidação da composição da Diretoria da Companhia:

Diretoria (mandato AGO 2026)	
Carlos Alberto dos Anjos	Diretor Presidente
Reginaldo Antonio Ribeiro	Diretor sem designação específica
Rogerio Magno Panca	Diretor sem designação específica

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou os trabalhos e foi lavrada a presente ata, a qual lida, aprovada e achada conforme, foi circulada para assinatura eletrônica pelos presentes. Mesa: Reginaldo Antonio Ribeiro - Presidente da Mesa; Luiza de Andrade Piovezan - secretária da Mesa. Acionista: Santander Global Cards & Digital Solutions, S.L. e Cántabro Catalana de Inversiones, S.A., representadas por Reginaldo Antonio Ribeiro, procurador. Confere com a original lavrada em livro próprio. **Luiza de Andrade Piovezan** - Secretária da Mesa. JUCESP nº 325.284/23-4 em 10/08/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EVIDENCE PREVIDÊNCIA S.A.

(Subsidiária integral)
CNPJ/ME nº 13.615.969/0001-19 - NIRE 35.300.393.651
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Data, Hora e Local: 23.05.2023, às 12h, na sede social da Evidence Previdência S.A. ("Companhia") na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 - CJ. 131, Parte 1, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04543-011. **Presença:** Acionista representando a totalidade do capital social com direito a voto, conforme se verifica no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Eunice Pereira Lima, Presidente. Luiza de Andrade Piovezan, Secretária. **Publicações Legais: Edital de Convocação:** dispensada a sua publicação, nos termos do § 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76 ("LSA"). **Abertura:** Foi aprovada a proposta de lavratura da presente Ata em forma de sumário. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(1)** a exoneração da Sra. **Maria da Gloria Chagas Arruda** do cargo de Diretora Executiva da Companhia; **(2)** eleição da Sra. **Vanessa Alessi Manzi Binder** como Diretora Executiva da Companhia; **(3)** a redistribuição, entre os diretores executivos da Companhia, das funções exercidas perante a Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP") e responsável pelas políticas de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/98, Circular SUSEP nº 234/2003 e Circular SUSEP nº 612/2021) e pela Política institucional de conduta (Resolução CNSP nº 382/20); e **(4)** a consolidação da composição da Diretoria Executiva e funções exercidas pelos diretores executivos perante a SUSEP. **Deliberações:** O representante do Acionista, sem quaisquer restrições, aprovou: **(1)** A exoneração da Sra. Maria Glória Chagas Arruda, brasileira, divorciada, advogada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 22.714.486 SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº 131.936.738-03, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, do cargo de Diretora Executiva da Companhia. **(2)** A eleição, para um mandato complementar que vigorará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária da Companhia em 2024, da Sra. **Vanessa Alessi Manzi Binder**, brasileira, divorciada, advogada, titular da Cédula de Identidade R.G. nº 25.732.913-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 177.818.078-71, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041, Bloco A, Conjunto 201, Cond. WTorre JK, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011. A membro da Diretoria Executiva ora eleita declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da Companhia: (a) por lei especial; (b) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (c) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (d) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, nos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, e que atende as condições previstas na Resolução CNSP nº 422/2021. **3)** A redistribuição das seguintes funções exercidas perante a SUSEP: (i) a função de responsável pelas políticas de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/98, Circular SUSEP nº 234/2003 e Circular SUSEP nº 612/2021) para Sra. **Vanessa Alessi Manzi Binder**, acima qualificada, antes desenvolvida pela Sra. **Maria Glória Chagas Arruda**; e (ii) a função de responsável pela política institucional de conduta (Resolução CNSP nº 382/20) para a Sra. **Vanessa Alessi Manzi Binder**, acima qualificada, antes desenvolvida pela Sra. **Eunice Pereira Lima**, Diretora Presidente. **3)** A consolidação da composição da Diretoria Executiva da Companhia e das funções perante a SUSEP, conforme segue:

Diretoria Executiva	Cargo	Responsabilidade
Eunice Pereira Lima CPF/ME nº 175.198.368-43	Diretora Presidente	Relações com a SUSEP (Circular SUSEP nº 234/2003); e Open Insurance (Resolução CNSP n. 415/2021) Acompanhamento, Supervisão e Cumprimento das Normas e Procedimentos de Contabilidade (Resolução CNSP nº 321/2015), pela Área administrativa e Financeira (Circular SUSEP nº 234/03), Responsável Técnico (Circular SUSEP nº 234/2003) e Responsável pelo Registro das Operações de Previdência (Resolução CNSP nº 383/20)
Alvaro Teofilo de Oliveira Neto CPF/ME nº 282.913.138-06	Diretor Executivo responsável pelos Controles Internos	Controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (Circular SUSEP nº 344/2007); e Controles internos (Circular SUSEP nº 249/2004 e Resolução CNSP nº 416/2021).
Vanessa Alessi Manzi Binder RG nº 25.732.913-4 CPF/MF nº 177.818.078-71	Diretora Executiva	Prevenção e combate à lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/98, Circular SUSEP nº 234/2003 e Circular SUSEP nº 612/2021). Responsável pela política institucional de conduta (Resolução CNSP nº 382/20).

Encerramento: Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Mesa: Eunice Pereira Lima, Presidente. Luiza de Andrade Piovezan, Secretária. Acionista: **Sancap Investimentos e Participações S.A.** - Luiza de Andrade Piovezan, procuradora. **Esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Luiza de Andrade Piovezan - Secretária da Mesa.** JUCESP nº 352.013/23-0 em 01/09/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Valor 25 | 100 anos de dados
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

BANCO BANDEPE S.A.

(Subsidiária integral)
CNPJ nº 10.866.788/0001-77 - NIRE 35.300.381.475
ATA DAS ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Data, Hora e Local: Em 11 de novembro de 2024, às 16h30, na sede social do Banco Bandepe S.A. ("Companhia"), na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 - CJ. 111, Parte 1, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04543-011. **Presença:** Acionista representando a totalidade do capital social, conforme se verifica no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Rafael Abujamra Kappaz, Presidente da Mesa. Giovanna Esteves Lima, Secretária. **Publicações Legais: (1) Edital de Convocação:** dispensada sua publicação, nos termos do § 4º, do art. 124, da Lei nº 6.404/76 ("LSA"). **Abertura:** Foi aprovada pelo representante do Acionista presente a proposta de elaboração da presente ata em forma de sumário. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(1)** a eleição de novo membro da Diretoria da Companhia; e **(2)** a consolidação da composição da Diretoria da Companhia. **Deliberações:** O Acionista da Companhia, sem quaisquer restrições, decidiu: **(1) ELEGER**, para um mandato complementar que permanecerá válido até a posse dos eleitos em Assembleia Geral Ordinária de 2025, o Sr. **Paulo Sergio Duailibi**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº M-3.453.693, inscrito no CPF sob o nº 527.575.196-68, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 2041, conjunto 281, Cond. WTorre JK, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, ao cargo de Diretor Executivo da Companhia. O Diretor ora eleito declara estar desimpedido na forma da lei para o exercício do respectivo cargo, nos termos da Declaração de Desimpedimento que se encontra arquivada na Sede da Companhia e que preenche as condições previstas na Resolução CMN 4.970/2021, tendo apresentado as respectivas declarações e autorizações requeridas pela referida norma, e somente será empossado em seu respectivo cargo após homologação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil. **(2) CONSOLIDAR**, diante das alterações deliberadas acima, o quadro de membros da Diretoria da Companhia após a efetiva posse do diretor ora eleito, com mandato que vigorará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2025, conforme a seguir:

Membro	Cargo
Rafael Abujamra Kappaz	Diretor Presidente
Franco Raul Rizza	Diretor Vice-Presidente
Alexandre Guimarães Soares	Diretor Executivo
Carlos Aguiar Neto	Diretor Executivo
Ede Ilson Viani	Diretor Executivo
Vanessa Alessi Manzi	Diretora Executiva
Reginaldo Antonio Ribeiro	Diretor Executivo
Paulo Sérgio Duailibi	Diretor Executivo
Izabella Ferreira Costa Belisário	Diretora Executiva

Encerramento: Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se esta ata, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Mesa: Rafael Abujamra Kappaz - Presidente da Mesa. Giovanna Esteves Lima - Secretária da Mesa. Acionista: **Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil** - Giovanna Esteves Lima, procuradora. Certifico ser a presente transcrição fiel da Ata lavrada no livro próprio. **Giovanna Esteves Lima** - Secretária da Mesa. JUCESP nº 1.555/25-0 em 07/01/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretária Geral em Exercício.

EVIDENCE PREVIDÊNCIA S.A.

(Subsidiária integral)
CNPJ/ME nº 13.615.969/0001-19 - NIRE 35.300.393.651
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Data, Hora e Local: 12.05.2023, às 12h, na sede social da Evidence Previdência S.A. ("Companhia") na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 - CJ. 131, Parte 1, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04543-011. **Presença:** Acionista representando a totalidade do capital social com direito a voto, conforme se verifica no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Eunice Pereira Lima, Presidente. Luiza de Andrade Piovezan, Secretária. **Publicações Legais: Edital de Convocação:** dispensada a sua publicação, nos termos do § 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76 ("LSA"). **Abertura:** Foi Aprovada A Proposta De lavratura da presente Ata em forma de sumário. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(1)** a exoneração do Sr. **Rodrigo Nunes Mercado**, CPF nº 222.868.338-85) do cargo de Diretor Executivo Comparhia; **(2)** a redistribuição, entre os diretores executivos remanescentes, de funções exercidas perante a Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"); e **(3)** a consequente consolidação da composição da Diretoria Executiva da Companhia. **Deliberações:** O representante do Acionista, sem quaisquer restrições, aprovou: **(1)** a exoneração do Sr. Rodrigo Nunes Mercado, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.774.679-2 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 222.868.338-85, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, do cargo de Diretor Executivo da Companhia. **(2)** A redistribuição das funções até então exercida pelo Sr. Rodrigo Nunes Mercado perante a SUSEP para a Sra. Eunice Pereira Lima, quais sejam: (2.a.) Normas e procedimentos de contabilidade (Resolução CNSP nº 118/2004); (2.b.) Área administrativa e financeira (Circular SUSEP nº 234/2003); (2.c.) Responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/2003, e (Resolução CNSP 432/2021);(2.d.) Responsável pelo registro das operações de capitalização (Resolução CNSP nº 382/20); (2.e.) Acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de auditoria contábil independente (Resolução CNSP 432/2021). **3)** A consolidação da composição da Diretoria Executiva da Companhia e das funções perante a SUSEP, conforme segue:

Diretoria Executiva	Cargo	Responsabilidade
Eunice Pereira Lima CPF/ME nº 175.198.368-43	Diretora Presidente	Relações com a SUSEP (Circular SUSEP nº 234/2003); e Open Insurance (Resolução CNSP n. 415/2021) Responsável pela política institucional de conduta (Resolução CNSP nº 382/20). Acompanhamento, Supervisão e Cumprimento das Normas e Procedimentos de Contabilidade (Resolução CNSP nº 321/2015), pela Área administrativa e Financeira (Circular SUSEP nº 234/03), Responsável Técnico (Circular SUSEP nº 234/2003) e Responsável pelo Registro das Operações de Previdência (Resolução CNSP nº 383/20)
Alvaro Teofilo de Oliveira Neto CPF/ME nº 282.913.138-06	Diretor Executivo responsável pelos Controles Internos	Controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (Circular SUSEP nº 344/2007); e Controles internos (Circular SUSEP nº 249/2004 e Resolução CNSP nº 416/2021).
Maria da Gloria Chagas Arruda CPF/ME nº 131.936.738-03	Diretora Executiva	Prevenção e combate à lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/98, Circular SUSEP nº 234/2003 e Circular SUSEP nº 612/2021).

Encerramento: Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Mesa: Eunice Pereira Lima, Presidente. Luiza de Andrade Piovezan, Secretária. Acionista: **Sancap Investimentos e Participações S.A.** - Luiza de Andrade Piovezan, procuradora. **Esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. *Luiza de Andrade Piovezan - Secretária da Mesa.*** JUCESP nº 336.425/23-5 em 17/08/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Valor 25 | 100 anos de dados
Análises, opiniões e informação sobre o cenário econômico com o time de especialistas do Valor.
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

EVIDENCE PREVIDÊNCIA S.A.

(Subsidiária integral)
CNPJ/ME nº 13.615.969/0001-19 - NIRE 35.300.393.651
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Data, Hora e Local: 14.06.2023, às 12h, na sede social da Evidence Previdência S.A. ("Companhia") na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 - CJ. 131, Parte 1, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04543-011. **Presença:** Acionista representando a totalidade do capital social com direito a voto, conforme se verifica no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Eunice Pereira Lima, Presidente. Luiza de Andrade Piovezan, Secretária. **Publicações Legais: Edital de Convocação:** dispensada a sua publicação, nos termos do § 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76 ("LSA"). **Abertura:** Foi aprovada a proposta de lavratura da presente Ata em forma de sumário. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(1)** a exoneração do Sr. **Ramon Sanchez Diez** (CPF nº 059.396.487-03) do cargo de Diretor Executivo da Companhia; **(2)** a consequente consolidação da composição da Diretoria Executiva da Companhia. **Deliberações:** O representante do Acionista, sem quaisquer restrições, aprovou: **(1)** a exoneração do Sr. Ramon Sanchez Diez, espanhol, casado, economista, portador da Carteira de Identidade RNE nº V387945-Y e inscrito no CPF/ME sob o nº 059.396.487-03, com endereço profissional na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, do cargo de Diretor Executivo da Companhia. A Companhia consigna que, nesta data, o Sr. Ramon Sanchez Diez não é responsável por funções perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **(2)** Em razão da deliberação tomada no item (1) acima, a consolidação da composição da Diretoria Executiva da Companhia e das funções perante a SUSEP, conforme segue:

Diretoria Executiva	Cargo	Responsabilidade
Eunice Pereira Lima RG nº 21.590.277 CPF/ME nº 175.198.368-43	Diretora Presidente	Relações com a SUSEP (Circular SUSEP nº 234/2003); e Open Insurance (Resolução CNSP n. 415/2021) Acompanhamento, Supervisão e Cumprimento das Normas e Procedimentos de Contabilidade (Resolução CNSP nº 321/2015), pela Área administrativa e Financeira (Circular SUSEP nº 234/03), Responsável Técnico (Circular SUSEP nº 234/2003) e Responsável pelo Registro das Operações de Previdência (Resolução CNSP nº 383/20)
Alvaro Teofilo de Oliveira Neto CPF/ME nº 282.913.138-06	Diretor Executivo responsável pelos Controles Internos	Controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (Circular SUSEP nº 344/2007); e Controles internos (Circular SUSEP nº 249/2004 e Resolução CNSP nº 416/2021).
Vanessa Alessi Manzi Binder RG nº 25.732.913-4 CPF/MF nº 177.818.078-71	Diretora Executiva	Prevenção e combate à lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/98, Circular SUSEP nº 234/2003 e Circular SUSEP nº 612/2021). Responsável pela política institucional de conduta (Resolução CNSP nº 382/20).

Encerramento: Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Mesa: Eunice Pereira Lima, Presidente. Luiza de Andrade Piovezan, Secretária. **Esta ata é cópia fiel do original lavrada em livro próprio. *Luiza de Andrade Piovezan - Secretária da Mesa.*** JUCESP nº 372.115/23-8 em 14/09/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SANCAP INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

(Subsidiária integral)
CNPJ nº 15.023.998/0001-17 - NIRE 35.300.418.808
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Data, Hora e Local: 28.04.2023 às 18h, na sede social da Sancap Investimentos e Participações S.A. ("Companhia"), na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 - CJ. 131, Parte 1, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição, São Paulo/SP - CEP 04543-011. **Presença:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Gilberto Duarte de Abreu Filho, presidente. Luiza de Andrade Piovezan, Secretária. **Publicações Legais: Edital de Convocação:** dispensada a sua publicação, nos termos do § 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76 ("**LSA**"); e **(2) Demonstrações Financeiras:** relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes, publicado no "Valor Econômico" em 18.04.2023. **Documentos Lidos e Arquivados na Sede Social:** (i) as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31.12.202, e **(2)** a proposta da Diretoria Executiva, conforme reunião realizada em 14.04.2023 abaixo mencionada, que serão submetidas à Assembleia e propostas de lavratura da presente Ata em forma de sumário, o que foi aprovado. **Ordem do Dia: (1)** Aprovar as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, e acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras e relatórios dos auditores independentes; **(2)** Aprovar a proposta de destinação dos resultados da Companhia; **(3)** Reeleger os membros da Diretoria Executiva para um novo mandato; e **(4)** Aprovar a fixação da remuneração global anual dos administradores. **Deliberações:** O representante do acionista **aprovou**, sem quaisquer restrições: **(1)** As demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, e acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes; **(2)** A proposta para destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2022, no valor de R$ 550.373.951,38 (quinhentos e cinquenta milhões, trezentos e setenta e três mil, novecentos e cinquenta e um reais e treinta e oito centavos), da seguinte forma: (i) o valor de R$ 27.518.697,57 (vinte e sete milhões, quinhentos e dezoito mil, seiscentos e noventa e sete reais e cinquenta e sete centavos), correspondente a 5% do lucro líquido para a Reserva Legal; (ii) R$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) para o pagamento de Dividendos Intercalares, já realizados da seguinte forma: (i.a) o valor de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) na reunião da Diretoria Executiva da Companhia ocorrida em 31.03.2022; (i.b) o valor de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) na reunião da Diretoria Executiva da Companhia ocorrida em 26.09.2022; e (i.c) o valor de R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) na Reunião da Diretoria Executiva da Companhia ocorrida em 29.12.2022; e (iii) o saldo remanescente, no valor de R$ 72.855.253,81 (setenta e dois milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e três reais e oitenta e um centavos), deverá ser alocado à conta de Reserva para Equalização de Dividendos **(3)** A reeleição, para um novo mandato que vigorará até a posse dos membros eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026: (i) do Sr. **Antonio Pardo de Santayana Montes**, espanhol, casado, economista, titular da Cédula de Identidade para Estrangeiro RNE nº V569506-B, inscrito no CPF/MF sob o nº 013.431.938-44, e do **Reginaldo Antonio Ribeiro**, brasileiro, casado, economista, titular da Cédula de Identidade RG nº 18.108.147-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 091.440.778-31; todos residentes e domiciliados na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, e com endereço comercial na sede da Companhia. Os diretores ora eleitos declaram não estar incurso em crime previsto em lei que o impeça de exercer atividades mercantis, em especial aqueles mencionados no art. 147 da Lei de Sociedades por Ações, nos termos da declaração de desimpedimento que contra-se arquivada na sede da Companhia, sendo empossados em seus cargos na presente data, mediante assinatura do respectivo termo de posse no livro próprio; e **(4)** A fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o ano de 2022 no valor de até **R$ 10.000,00 (dez mil reais). Encerramento:** Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. **Mesa:** Gilberto Duarte de Abreu Filho, Presidente; e Luiza de Andrade Piovezan, Secretária. **Acionista**: **Banco Santander (Brasil) S.A.** - Luiza de Andrade Piovezan, Procuradora. **Esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. *Luiza de Andrade Piovezan - Secretária da mesa.*** JUCESP nº 210.868/23-5 em 24/08/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

IGUÁ SERGIPE S.A.

CNPJ/MF nº 58.070.452/0001-20 - NIRE 28300010838

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, SOB O RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO, DA IGUÁ SERGIPE S.A. ("EDITAL DE CONVOCAÇÃO")

Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação ("Debenturistas") da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, da **IGUÁ SERGIPE S.A.** ("Emissão", "Debêntures" e "Emissora", respectivamente), emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da Iguá Sergipe S.A.*", celebrado em 01 de dezembro de 2024, entre a Emissora, a Iguá Saneamento S.A. ("Fiadora") e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante da comunhão dos titulares das debêntures ("Escritura de Emissão"), para se reunirem, em primeira convocação, no dia 28 de janeiro de 2025, às 15 horas, em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, por meio da plataforma digital "*TEN*" (https://assembleia.ten.com.br/943676264) ("Plataforma Digital") nos termos do artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e do artigo 70, I, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre a autorização, nos termos da Cláusula 4.23.3 da Escritura de Emissão, para celebração do "*Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças*" ("Contrato de Compartilhamento de Garantias") entre o Agente Fiduciário e o agente fiduciário dos debenturistas da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, da Emissora ("Agente Fiduciário da Terceira Emissão") para formalizar o compartilhamento das Garantias Reais entre os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e os titulares das debêntures da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, da Emissora, representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, observado o disposto na Cláusula 4.23.2 da Escritura de Emissão. Para referência, a minuta do Contrato de Compartilhamento de Garantias está disponível como anexo à Proposta da Administração, conforme disponibilizada pela Emissora no seu website (https://ri.igua.com.br/). Fica consignado que uma vez aprovada a matéria objeto da ordem do dia, a Emissora e a Fiadora, em conjunto com o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, estão autorizados a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas na AGD, incluindo, mas não se limitando, a celebração **(a)** do 1º (primeiro) aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido na Escritura de Emissão), **(b)** do 1º (primeiro) aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definido na Escritura de Emissão), e **(c)** de quaisquer documentos necessários à formalização da deliberação mencionada acima. **Informações Gerais:** Nos termos da Cláusula 9.3 da Escritura de Emissão, a AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão) e, em 2ª (segunda) convocação, com qualquer quórum. Nos termos da Cláusula 4.23.3 da Escritura de Emissão, a aprovação da matéria constante da ordem do dia dependerá da aprovação de 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação em 1ª (primeira) ou 2ª (segunda) convocação (conforme definido na Escritura de Emissão). Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da Plataforma Digital deverão solicitar o cadastro por meio da Plataforma Digital ("Cadastro"). A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do Debenturista e, se [illegible]

SANTANDER GLOBAL CARDS & DIGITAL SOLUTIONS BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 09.564.930/0001-42 - NIRE 35.300.509.161

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Data, Local e Hora: 21.12.2023, às 16h, na sede social da Santander Global Cards & Digital Solutions Brasil S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, Cj. 191, Parte 3, Bloco A, Cond. Wtorre JK, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Convocação:** Dispensada a sua publicação, nos termos do §4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Companhias por Ações"). **Mesa:** Reginaldo Antonio Ribeiro, Presidente da Mesa. Luiza de Andrade Piovezan, Secretária da Mesa. **Abertura:** Foi aprovada pelo representante do Acionista presente a proposta de elaboração da presente ata em forma de sumário. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(1)** a proposta de aumento de capital social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; e **(2)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Os representantes dos Acionistas da Companhia APROVARAM, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições **(1)** o aumento de capital social da Companhia no valor de R$ 11.748.000,00 (onze milhões, setecentos e quarenta e oito mil reais) mediante a emissão de 1.043.608 (um milhão, quarenta e três mil e seiscentas e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 11,2571 (onze reais, dois mil, quinhentos e setenta e um décimos de milésimo de real) por ação ordinária, calculado com base no valor patrimonial contábil das ações da Companhia na data-base de novembro de 2023, nos termos do artigo 170, §1º, inciso II da Lei das Sociedades por Ações, de modo que o capital social passará do valor de R$ 486.494.795,50 (quatrocentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos) para o montante de R$ 498.242.795,50 (quatrocentos e noventa e oito milhões, duzentos e quarenta e dois mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos), dividido em 41.045.932 (quarenta e um milhões, quarenta e cinco mil e novecentas e trinta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As ações emitidas em razão do aumento de capital ora deliberado serão totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Santander Global Cards & Digital Solutions, S.L., conforme boletim de subscrição que integra a presente na forma do Anexo I. Restou consignado que a acionista Cántabro Catalana de Inversiones, S.A. renunciou ao direito de preferência às ações da Companhia que lhe cabia subscrever e integralizar. Em razão a do aumento o capital social da Companhia deliberado acima, fica alterado o artigo 5º do estatuto social da Companhia, que vigorará com a seguinte redação: **"Capitulo II - Capital Social e Ações** *Artigo 5º - O capital social da Companhia é no valor de R$ 498.242.795,50 (quatrocentos e noventa e oito milhões, duzentos e quarenta e dois mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em dividido em 41.045.932 (quarenta e um milhões, quarenta e cinco mil e novecentas e trinta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Único - Cada ação confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.*" **(2)** a consolidação do estatuto social da Companhia nos termos do Anexo II, em vista das deliberações havidas acima. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou os trabalhos e foi lavrada a presente ata, a qual lida, aprovada e achada conforme, foi circulada para assinatura eletrônica pelos presentes. Mesa: Reginaldo Antonio Ribeiro - Presidente da Mesa. Luiza de Andrade Piovezan - secretária da Mesa. Acionista: Santander Global Cards & Digital Solutions, S.L. e Cántabro Catalana de Inversiones, S.A., representadas por Reginaldo Antonio Ribeiro, procurador. Confere com a original lavrada em livro próprio. **Luiza de Andrade Piovezan** - Secretária da Mesa. JUCESP nº 1.211/24-9 em 03/01/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Anexo II - Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º - A Santander Global Cards & Digital Solutions Brasil S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações fechada, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º - A Companhia tem por objeto social: a) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como acionista ou quotista; b) a coleta, armazenamento, organização, análise, desenvolvimento, gerenciamento, tratamento e compilação de dados, relatórios e base de informações de pessoas físicas e jurídicas, incluindo, mas não se limitando a relatórios de inteligência de dados e pesquisas; c) o gerenciamento e hospedagem de troca de tráfego e interconexão entre as operadoras de telecomunicações, provedores de serviços internet, provedores de conteúdo, integradores, instituições governamentais e privadas; d) a consultoria na área de informática, incluindo, mas não se limitando ao suporte técnico e outros serviços em tecnologia de informação, serviços de instalação, manutenção, monitoramento de equipamentos de tecnologia de informação, comunicação, infraestrutura de rede e serviços gerenciados via acesso remoto; e) o desenvolvimento, a comercialização ou o licenciamento de softwares; f) a prestação de serviços de administração, operação e processamento de cartões de crédito, cartões de bancos e financeiras, cartões múltiplos, cartões de débito, cartões de bandeira privada, cartões pré-pagos, cartões de benefícios em geral ("vouchers") e de outros meios eletrônicos de pagamento, compreendendo, ainda, a operação e processamento de sistemas de crédito direto ao consumidor, sistemas para processamento de pagamentos, créditos, cobrança e programas de fidelização; g) a prestação de serviços auxiliares aos serviços financeiros, incluindo mas não se limitando à prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais, pessoas físicas e de estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como de outros meios de pagamento ou meios eletrônicos necessários para registro e aprovação de transações não financeiras; h) a prestação de serviços de atendimento telefônico ao consumidor, marketing telefônico e realização de cobranças ("telemarketing"); i) a locação de máquinas e demais equipamentos necessários para o desenvolvimento de suas atividades; j) a prestação de serviços de intermediação e agenciamento de negócios, exceto imobiliários. Artigo 3º - A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir e extinguir filiais, agências, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional e no exterior. Artigo 4º - A Companhia terá prazo de duração indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações:** Artigo 5º - O capital social da Companhia é no valor de R$ 498.242.795,50 (quatrocentos e noventa e oito milhões, duzentos e quarenta e dois mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em dividido em 41.045.932 (quarenta e um milhões, quarenta e cinco mil e novecentas e trinta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Único- Cada ação confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Capítulo III - Assembleia Geral:** Artigo 6º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, reunindo-se, ainda, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral será presidida por qualquer dos diretores da Companhia. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo. **Capítulo IV - Administração:** Artigo 7 - A administração da Companhia compete à Diretoria. Artigo 8 - Os membros da Diretoria devem assumir seus cargos dentro de trinta dias a contar das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de termo de posse no livro de registro de atas de reuniões da Diretoria, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos. Artigo 9 - A Assembleia Geral deverá fixar a remuneração dos administradores da Companhia. **Capítulo V - Diretoria**: Artigo 10 - A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais. Artigo 11 - A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se para tratar de aspectos operacionais. Artigo 12 - A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 6 (seis) diretores, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, nos termos da Lei, com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Artigo 13 - Dentre os Diretores um será designado Diretor Presidente e os demais não terão designação específica. Artigo 14 - A Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: a) de quaisquer dois Diretores; b) de qualquer Diretor em conjunto com um procurador; ou c) de dois procuradores. Parágrafo Único - As procurações serão sempre outorgadas por quaisquer dois Diretores, sendo que as procurações estabelecerão os poderes do procurador e, com exceção das procurações outorgadas para fins judiciais, não terão prazo superior a 1 (um) ano. **Capítulo VI - Conselho Fiscal:** Artigo 15 - O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei. Parágrafo Primeiro - O Conselho Fiscal é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Parágrafo Segundo - O Conselho Fiscal poderá reunir-se sempre que necessário mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações. **Capítulo VII - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros:** Artigo 17 - O exercício social terá início em 01 de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano civil. Ao término de cada exercício social, serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. Artigo 18 - O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% (vinte por cento) do capital social; (b) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404, 15 de novembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), serão obrigatoriamente distribuídos como dividendo obrigatório a todos os acionistas; e (c) o saldo, se houver, poderá, mediante aprovação da Assembleia Geral, ser destinado à formação de Reserva para Equalização de Dividendos, que será limitada à 50% (cinquenta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo que, uma vez atingido esse limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social. Artigo 19 - A Companhia poderá levantar balanços extraordinários semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá, ainda, declarar dividendos intercalares e/ou intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, mediante aprovação em Assembleia Geral. Parágrafo Único - Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório. Artigo 20 - A Companhia poderá remunerar o(s) acionista(s) mediante pagamento de juros sobre capital próprio, na forma e dentro dos limites estabelecidos em lei. Parágrafo Único - A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório. **Capítulo VIII - Liquidação:** Artigo 21 - A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração. **Capítulo IX - Foro:** Artigo 22 - Para todas as questões oriundas deste Estatuto Social, fica desde já eleito o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

SANTANDER GLOBAL CARDS & DIGITAL SOLUTIONS BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 09.564.930/0001-42 - NIRE 35.300.509.161

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Data, Local e Hora: 03.11.2023, às 16h, na sede social da Santander Global Cards & Digital Solutions Brasil S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, Cj. 191, Parte 3, Bloco A, Cond. Wtorre JK, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Convocação:** Dispensada a sua publicação, nos termos do §4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Companhias por Ações"). **Mesa:** Reginaldo Antonio Ribeiro, Presidente da Mesa. Luiza de Andrade Piovezan, Secretária da Mesa. **Abertura:** Foi aprovada pelo representante do Acionista presente a proposta de elaboração da presente ata em forma de sumário. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(1)** a proposta de aumento de capital social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; e **(2)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Os representantes dos Acionistas da Companhia APROVARAM, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições **(1)** o aumento de capital social da Companhia no valor de R$ 79.882.500,00 (setenta e nove milhões, oitocentos e oitenta e dois mil e quinhentos reais) mediante a emissão de 6.952.350 (seis milhões, novecentos e cinquenta e duas mil e trezentas e cinquenta) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 11,49 (onze reais e quarenta e nove centavos por ação ordinária, calculado com base no valor patrimonial contábil das ações da Companhia na data-base de setembro de 2023, nos termos do artigo 170, §1º, inciso II da Lei das Sociedades por Ações, de modo que o capital social passará dos R$ 406.612.295,50 (quatrocentos e seis milhões, seiscentos e doze mil, duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos), para o montante de R$ 486.494.795,50 (quatrocentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos) dividido em 40.002.324 (quarenta milhões, duas mil e trezentas e vinte e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As ações emitidas em razão do aumento de capital ora deliberado serão totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Santander Global Cards & Digital Solutions, S.L., conforme boletim de subscrição que integra a presente na forma do Anexo I. Restou consignado que a acionista Cántabro Catalana de Inversiones, S.A. renunciou ao direito de preferência às ações da Companhia que lhe cabia subscrever e integralizar. Em razão a do aumento o capital social da Companhia deliberado acima, fica alterado o artigo 5º do estatuto social da Companhia, que vigorará com a seguinte redação: *"CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES Artigo 5º - O capital social da Companhia é no valor de R$ 486.494.795,50 (quatrocentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em dividido em 40.002.324 (quarenta milhões, duas mil e trezentas e vinte e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Único- Cada ação confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral."* **(2)** a consolidação do estatuto social da Companhia nos termos do Anexo II, em vista das deliberações havidas acima. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou os trabalhos e foi lavrada a presente ata, a qual lida, aprovada e achada conforme, foi circulada para assinatura eletrônica pelos presentes. Mesa: Reginaldo Antonio Ribeiro - Presidente da Mesa. Luiza de Andrade Piovezan - secretária da Mesa. Acionista: Santander Global Cards & Digital Solutions, S.L. e Cántabro Catalana de Inversiones, S.A., representadas por Reginaldo Antonio Ribeiro, procurador. Confere com a original lavrada em livro próprio. **Luiza de Andrade Piovezan** - Secretária da Mesa. JUCESP nº 445.488/23-2 em 21/11/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Anexo II - Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º - A Santander Global Cards & Digital Solutions Brasil S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações fechada, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º - A Companhia tem por objeto social: a) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como acionista ou quotista; b) a coleta, armazenamento, organização, análise, desenvolvimento, gerenciamento, tratamento e compilação de dados, relatórios e base de informações de pessoas físicas e jurídicas, incluindo, mas não se limitando a relatórios de inteligência de dados e pesquisas; c) o gerenciamento e hospedagem de troca de tráfego e interconexão entre as operadoras de telecomunicações, provedores de serviços internet, provedores de conteúdo, integradores, instituições governamentais e privadas; d) a consultoria na área de informática, incluindo, mas não se limitando ao suporte técnico e outros serviços em tecnologia de informação, serviços de instalação, manutenção, monitoramento de equipamentos de tecnologia de informação, comunicação, infraestrutura de rede e serviços gerenciados via acesso remoto; e) o desenvolvimento, a comercialização ou o licenciamento de softwares; f) a prestação de serviços de administração, operação e processamento de cartões de crédito, cartões de bancos e financeiras, cartões múltiplos, cartões de débito, cartões de bandeira privada, cartões pré-pagos, cartões de benefícios em geral ("vouchers") e de outros meios eletrônicos de pagamento, compreendendo, ainda, a operação e processamento de sistemas de crédito direto ao consumidor, sistemas para processamento de pagamentos, créditos, cobrança e programas de fidelização; g) a prestação de serviços auxiliares aos serviços financeiros, incluindo mas não se limitando à prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais, pessoas físicas e de estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como de outros meios de pagamento ou meios eletrônicos necessários para registro e aprovação de transações não financeiras; h) a prestação de serviços de atendimento telefônico ao consumidor, marketing telefônico e realização de cobranças ("telemarketing"); i) a locação de máquinas e demais equipamentos necessários para o desenvolvimento de suas atividades; j) a prestação de serviços de intermediação e agenciamento de negócios, exceto imobiliários. Artigo 3º - A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir e extinguir filiais, agências, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional e no exterior. Artigo 4º - A Companhia terá prazo de duração indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações:** Artigo 5º - O capital social da Companhia é no valor de R$ 486.494.795,50 (quatrocentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em dividido em 40.002.324 (quarenta milhões, duas mil e trezentas e vinte e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Único- Cada ação confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Capítulo III - Assembleia Geral:** Artigo 6º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, reunindo-se, ainda, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral será presidida por qualquer dos diretores da Companhia. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo. **Capítulo IV - Administração:** Artigo 7 - A administração da Companhia compete à Diretoria. Artigo 8 - Os membros da Diretoria devem assumir seus cargos dentro de trinta dias a contar das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de termo de posse no livro de registro de atas de reuniões da Diretoria, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos. Artigo 9 - A Assembleia Geral deverá fixar a remuneração dos administradores da Companhia. **Capítulo V - Diretoria**: Artigo 10 - A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais. Artigo 11 - A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se para tratar de aspectos operacionais. Artigo 12 - A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 6 (seis) diretores, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, nos termos da Lei, com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Artigo 13 - Dentre os Diretores um será designado Diretor Presidente e os demais não terão designação específica. Artigo 14 - A Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: a) de quaisquer dois Diretores; b) de qualquer Diretor em conjunto com um procurador; ou c) de dois procuradores. Parágrafo Único - As procurações serão sempre outorgadas por quaisquer dois Diretores, sendo que as procurações estabelecerão os poderes do procurador e, com exceção das procurações outorgadas para fins judiciais, não terão prazo superior a 1 (um) ano. **Capítulo VI - Conselho Fiscal:** Artigo 15 - O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei. Parágrafo Primeiro - O Conselho Fiscal é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Parágrafo Segundo - O Conselho Fiscal poderá reunir-se sempre que necessário mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações. **Capítulo VII - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros:** Artigo 17 - O exercício social terá início em 01 de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano civil. Ao término de cada exercício social, serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. Artigo 18 - O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% (vinte por cento) do capital social; (b) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404, 15 de novembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), serão obrigatoriamente distribuídos como dividendo obrigatório a todos os acionistas; e (c) o saldo, se houver, poderá, mediante aprovação da Assembleia Geral, ser destinado à formação de Reserva para Equalização de Dividendos, que será limitada à 50% (cinquenta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo que, uma vez atingido esse limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social. Artigo 19 - A Companhia poderá levantar balanços extraordinários semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá, ainda, declarar dividendos intercalares e/ou intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, mediante aprovação em Assembleia Geral. Parágrafo Único - Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório. Artigo 20 - A Companhia poderá remunerar o(s) acionista(s) mediante pagamento de juros sobre capital próprio, na forma e dentro dos limites estabelecidos em lei. Parágrafo Único - A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório. **Capítulo VIII - Liquidação:** Artigo 21 - A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração. **Capítulo IX - Foro:** Artigo 22 - Para todas as questões oriundas deste Estatuto Social, fica desde já eleito o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

EVIDENCE PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ/ME nº 13.615.969/0001-19 - NIRE 35.300.393.651

(Subsidiária integral)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Data, Hora e Local: 31.03.2023, às 12h, na sede social da Evidence Previdência S.A. ("Companhia") na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 - CJ. 131, Parte 1, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04543-011. **Presença:** Acionista representando a totalidade do capital social com direito a voto, conforme se verifica no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Eunice Pereira Lima, Presidente. Julie Carol Rutman, Secretária. **Publicações Legais: (1) Edital de Convocação:** dispensada a sua publicação, nos termos do § 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76 ("LSA"); e **(2) Demonstrações Financeiras:** relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes, publicados no jornal "Valor Econômico", nas págs. E5 à E7 da versão física, e na versão digital, ambas na edição de 28 de fevereiro de 2023. **Documentos Lidos e Arquivados na Sede Social: (1)** as Demonstrações Financeiras; e **(2)** a proposta da Diretoria Executiva, conforme reunião realizada em 27 de fevereiro de 2023. **Abertura:** Foi aprovada a proposta de lavratura da presente Ata em forma de sumário. **Ordem do Dia: (1)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(2)** Deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados da Companhia; e **(3)** Fixar a remuneração global anual dos administradores. **Deliberações:** O representante do Acionista, sem quaisquer restrições, aprovou: **(1)** as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras, e relatório dos auditores independentes. As Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela LSA, e foram apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021, tendo sido objeto de parecer sem ressalva dos Auditores Independentes, conforme relatório de auditoria; **(2)** a proposta para que o lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31.12.2022, no valor de R$ **11.291.822,36** (onze milhões, duzentos e noventa e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e trinta e seis centavos), seja distribuído da seguinte forma: **(2.a)** o valor de R$ 564.591,12 (quinhentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e noventa e um reais e doze centavos) será destinado à Reserva Legal; **(2.b)** o valor de R$ 107.272,31 (cento e sete mil, duzentos e setenta e dois reais e trinta e um centavos) será destinado ao pagamento dos dividendos intermediários, que corresponde ao dividendo mínimo obrigatório do período; e **(2.c)** o valor restante, no montante de R$ 10.619.958,93 (dez milhões, seiscentos e dezenove mil, novecentos e cinquenta e oito reais e noventa e três centavos), será destinado à Reserva para Equalização de Dividendos da Companhia; e **(3)** a remuneração global anual dos membros da Diretoria Executiva para o ano de 2023 em até **R$ 10.000,00** (dez mil reais). **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Mesa: Eunice Pereira Lima, Presidente. Julie Carol Rutman, Secretária. Acionista: **Sancap Investimentos e ParticipaçõeS S.A.** - Julie Carol Rutman, procuradora. **Esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.** ***Julie Carol Rutman - Secretária da Mesa.*** JUCESP nº 220.448/22-0 em 03/05/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

SANCAP INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

(Subsidiária Integral)

CNPJ nº 15.023.998/0001-17 - NIRE 35.300.418.808

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Data, Hora e Local: 26.12.2023, às 18h, na sede social da Sancap Investimentos e Participações S.A. ("Companhia"), na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 - CJ. 161, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição, São Paulo/SP - CEP 04543-011. **Presença:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Gilberto Duarte de Abreu Filho, presidente. Luiza de Andrade Piovezan, Secretária. **Publicações Legais:** Dispensada a sua publicação, nos termos do § 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76 ("**LSA**"). **Abertura:** O Presidente da Mesa submeteu ao Acionista a proposta de lavratura da presente Ata em forma de sumário, o que foi aprovado. **Ordem do Dia: (1)** Exonerar o Sr. **Antonio Pardo de Santayana Montes** (CPF nº 233.431.938-44) do cargo de Diretor Executivo da Companhia; **(2)** Eleger o Sr. **Franco Raul Rizza** (CPF nº 719.445.771-73) como Diretor Executivo para compor a Diretoria Executiva da Companhia; e **(2)** Consolidar a composição da Diretoria Executiva da Companhia. **Deliberações:** O representante do acionista, sem qualquer restrição ou ressalva, deliberou: **(1) Exonerar** o Sr. **Antonio Pardo de Santayana Montes,** espanhol, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RNE nº V569506-B e inscrito no CPF sob o nº 233.431.938-44, do cargo de Diretor Executivo da Companhia, com efeitos a partir de 05 de janeiro de 2023. **(2) Eleger**, com mandato complementar válido até a posse dos diretores eleitos em Assembleia Geral Ordinária de 2026, o Sr. **Franco Raul Rizza**, argentino, casado, bancário, portador da carteira de identidade RNM nº F9809392 CGPI/DIREX/PF e inscrito no CPF/MF sob nº 719.445.771-73, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 - CJ 281, Bloco A, Cond. W Torre JK, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, par ao cargo de Diretor Executivo da Companhia. O Diretor ora eleito declara que não está incurso em crime algum previsto em lei, que o impeça de exercer atividades mercantis, em especial aqueles mencionados no art. 147 da Lei das S.A., nos termos da declaração de desimpedimento que encontra-se arquivada na sede da Companhia, sendo empossado em seu cargo na presente data, mediante assinatura do respectivo termo de posse no livro próprio. **(2)** Consolidar, com efeitos a partir de 05 de janeiro de 2023, a composição da Diretoria Executiva da Companhia, com mandato até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2026, resumida na tabela a seguir:

Membro	Posição
Gilberto Duarte de Abreu Filho	Diretor Presidente
Franco Raul Rizza	Diretor Executivo
Reginaldo Antonio Ribeiro	Diretor Executivo

Encerramento: Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. **Mesa**: Gilberto Duarte de Abreu Filho, Presidente; e Luiza de Andrade Piovezan, Secretária. **Acionista**: Banco Santander (Brasil) S.A. - Luiza de Andrade Piovezan - procuradora. **Esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.** ***Luiza de Andrade Piovezan - Secretária da mesa.*** JUCESP nº 1.221/24-3 em 03/01/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

UNIVERSIA BRASIL, S.A.

CNPJ nº 04.127.332/0001-92 - NIRE 35.300.181.425

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Data, Hora e Local: 05.06.2023, às 17h, na sede social da Universia Brasil S.A. ("Companhia"), na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, 20º andar, Cj. 201, Parte 3, Bloco A, Cond. Wtorre JK, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04543-011. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme Livro de Presença de Acionistas. **Convocação:** Dispensada em vista da presença da totalidade dos Acionistas. **Mesa:** Daniela Neves Ferreira, Presidente da Mesa. Luiza de Andrade Piovezan, Secretária da Mesa. **Publicações Legais: (1) Edital de Convocação:** dispensada a publicação, nos termos do § 4º, do Art. 124, da Lei nº 6.404/76 ("LSA"); e **(2) Demonstrações Financeiras:** relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras, e relatório dos auditores independentes, publicados no "Valor Econômico", nas versões digial e física, em edição de 01.06.2023. **Documentos Lidos e Arquivados na Sede Social: (1)** as Demonstrações Financeiras; e **(2)** a proposta da Diretoria Executiva, conforme reunião realizada em 15.05.2023. **Abertura:** Foi aprovada pelos Acionistas a proposta de lavratura da presente Ata em forma de sumário. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(1)** as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes; **(2)** a proposta de destinação dos resultados da Companhia; e **(3)** a fixação da remuneração global anual dos administradores. **Deliberações:** Os Acionistas da Companhia, por unanimidade de votos e sem restrições, deliberaram: **(1)** APROVAR as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes; **(2)** APROVAR a proposta da destinação do lucro líquido contábil apurado no exercício social encerrado em 31.12.2022, no valor de **R$ 3.091.914,21** (três milhões, noventa e um mil, novecentos e quatorze reais e vinte e um centavos), que será absorvido pelos prejuízos acumulados em conta da Companhia. **(3)** FIXAR a remuneração global anual dos administradores em até R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem reais). **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada esta ata que vai assinada pelos presentes. Mesa: Daniela Neves Ferreira, Presidente da Mesa. Luiza de Andrade Piovezan, Secretária da Mesa. Acionistas: Universia Holding, S.L. - Daniela Neves Ferreira, procuradora; e Banco Santander (Brasil) S.A. - Luiza de Andrade Piovezan, procuradora. **Esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Luiza de Andrade Piovezan** - Secretária da Mesa. JUCESP nº 300.238/23-0 em 24/07/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90023/2025
Nº Processo: 024.00095283/2024-68
Objeto: Aquisição de curativos com e sem determinação de marca, em atendimento às demandas judiciais.
Total de Itens Licitados: 05 (cinco).
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 21/01/2025.
Horário: das 08h00 às 17h59.
Endereço: Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar - sala 200 - São Paulo/SP
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 21/01/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 03/02/2025 às 10h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP.

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS
COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º PÚBLICO LEILÃO: 05/FEVEREIRO/2025, ÀS 15:00h | 2º PÚBLICO LEILÃO: 06/FEVEREIRO/2025, ÀS 15:00h - *LEILÃO ONLINE*

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP: 13092-509, faz saber, através do presente Edital, que autorizado pela Credora Fiduciária: **LABORATÓRIO BIOVET LTDA., inscrito no CNPJ/RFB sob nº 60.411.527/0001-30**, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 da Lei Federal nº 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria, em execução do Contrato de Confissão de Dívida com Alienação Fiduciária de Bem Imóvel (Lei Federal nº 9.514/97), celebrado na cidade de Vargem Grande Paulista, no dia 20 de julho de 2016, o seguinte **IMÓVEL:** Uma gleba de terras com área superficial de 28,8401 ha (vinte e oito hectares e oitenta e quatro ares e um centiare), situada no município de Santa Bárbara de Goiás/GO. Certificação INCRA: 77964716-5428-425f-aabc-6f3310d8ebcc; Data da Certificação: 14.05.2015, às 11:41 horas; Data da Geração: 14.07.2015, às 15:04 horas. Cadastro: O imóvel constante da presente matrícula encontra-se pendente de regularização cadastral junto ao INCRA e a Secretaria da Receita Federal do Brasil. Inscrição anterior: R-22-12, Livro 2-G, do Cartório de Registro de Imóveis de Santa Bárbara de Goiás/GO. Selo Eletrônico de Fiscalização: 06601503061715096700039. Matrícula imobiliária nº 1.317 do Cartório de Registro de Imóveis de Santa Bárbara de Goiás/GO. Código de Arrecadação Municipal: 524213. Consolidação da propriedade em 03/09/2018. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 2.675.000,00. 2º LEILÃO: R$ 3.478.113,49.** O arrematante pagará o valor do arremate à vista e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que se vencerem a partir da data da arrematação. O imóvel está ocupado, a desocupação ficará à cargo do arrematante. A venda será feita em caráter *ad corpus*, sendo o imóvel entregue no estado em que se encontra. Ficam os Fiduciantes, **Boiagro Produtos Agropecuários Ltda., inscrita no CNPJ/RFB sob nº 37.657.830/0001-40,** e os Avalistas, **Paulo Beraldo da Silva, inscrito no CPF/RFB sob nº 129.856.511-15 e Aparecida dos Reis Marcelino da Silva, inscrita no CPF/RFB sob nº 136.973.231-72,** expressamente comunicados das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência, na forma do artigo 27, §2º B da LF nº 9514/97. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, Regras e Condições para participação do leilão disponível no portal da Silveira Leilões, bem como dos documentos imobiliários do imóvel. À Credora Fiduciária e ao Leiloeiro Oficial não caberá qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

J.P.Morgan — J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ/ME nº 32.588.139/0001-94 - NIRE 35.300.181.727

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 28/11/2024

Aos 28/11/2024, às 14h10, na sede social, com a totalidade do capital da Companhia. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Jorge Constantino Bernardes dos Santos e secretariados por Karina Kazue Perossi. **Deliberações:** O acionista presente, sem quaisquer restrições, deliberou o quanto segue: **1. Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio: 5.1.1.** Aprovar a distribuição de juros a título de remuneração sobre o capital próprio ao acionista da Companhia, observadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis, no valor bruto de R$ 106.000.000,00 para o acionista Banco J.P. Morgan S.A., conforme sua participação no capital social da Companhia. **2. Aumento de Capital Social: 2.1.** Ato contínuo, aprovar o aumento do capital social mediante a utilização dos recursos líquidos distribuídos a título de juros sobre o capital próprio, em R$ 90.100.000,00, inteiramente subscritos e integralizados pelo acionista **Banco J.P. Morgan S.A.**, na proporção de sua participação no capital, sem a emissão de novas ações, de forma que os valores devidos a título de juros sobre capital próprio não serão pagos diretamente ao acionista, passando o capital social da Companhia dos atuais R$ 1.065.450.000,00 para R$ 1.155.550.000,00, representado por 7.551.365 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. 2.2. Em razão da deliberação acima o Acionista aprova a alteração do caput do Artigo 6º do Estatuto Social, de forma a fazer constar o novo capital social da Companhia, nos seguintes termos: ***Artigo 6º** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 1.155.550.000,00, dividido em 7.551.365 ações ordinárias.* **3. Consolidação do Estatuto Social:** Por fim, tendo em vista as deliberações acima tomadas, é aprovada a nova redação do Estatuto Social, que passará a vigorar na forma consolidada anexa (Anexo I). Nada mais. São Paulo, 28/11/2024. **Jorge Constantino Bernardes dos Santos** - Presidente; **Karina Kazue Perossi** - Secretária. **JUCESP** nº 4.043./25-0 em 10/01/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Bradesco Saúde - Operadora de Planos S.A.

CNPJ nº 15.011.651/0001-54 – NIRE 35.300.418.646

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30.9.2024

Certidão - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 469.487/24-0, em 27.12.2024. a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.

Valor Econômico 25 anos | 100 anos de Globo
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

Valor Econômico 25 anos | 100 anos de Globo
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS - *LEILÕES ONLINE*
DATA: 1º Público Leilão – 31/01/2025 às 10h00 | 2º Público Leilão – 31/01/2025 às 11h00

TEGRA INCORPORADORA

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula Jucesp nº 715, autorizada por **TGSP-68 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.** – *CNPJ nº* 33.138.499/0001-57, vendera em 1º ou 2º Público Leilão, em consonância com o Art. 63, §1º ao 5º da Lei nº 4.591/64, c/c inciso VI e VII do art. 1º da Lei nº 4.864/65, os direitos decorrentes dos Instrumentos Particulares de Promessa de Compra e Venda e Outros Pactos de Unidade Autônoma, relativos às Frações Ideais do Terreno e partes construídas, que correspondem às seguintes Unidades Autônomas (Condomínios: 1) **APARTAMENTO Nº 153, 15º PAVIMENTO da TORRE CLARI, DO EMPREENDIMENTO LUCE CAMBUÍ**, à Rua Américo Brasiliense, nº 443, Vila Cambuí, Campinas/SP, Áreas: Privativa Coberta: 85,000m²; Privativa Descoberta: 25,000m² (2,500m² do depósito nº 42 e 22,500m² das vagas nº 58 e 59); Privativa Total: 110,000m²; Comum de Divisão Não Proporcional: 30,600m²; Comum de Divisão Proporcional: 37,721m²; Comum Total: 68,321m²; Total: 178,321m². FIT: 0,666189 ou 22,535m² no terreno condominial. Matrículas nº 149.624 do 1º CRI de Campinas/SP. **2) LEILÃO: R$ 1.208.486,79 – 1º LEILÃO: R$ 1.129.656,31 APARTAMENTO Nº 163, 16º PAVIMENTO da TORRE CLARI, DO EMPREENDIMENTO LUCE CAMBUÍ**, à Rua Américo Brasiliense, nº 443, Vila Cambuí, Campinas/SP, Áreas: Privativa Coberta: 85,000m²; Privativa Acessória: 25,000m² (2,500m² do depósito nº 38 e 22,500m² das vagas nº 12 e 13); Privativa Total: 110,000m²; Comum de Divisão Não Proporcional: 30,600m²; Comum de Divisão Proporcional: 37,721m²; Comum Total: 68,321m²; Total: 178,321m². FIT: 0,666189 ou 22,535m² no terreno condominial. Matrículas nº 149.624 do 1º CRI de Campinas/SP. **1º LEILÃO: R$ 1.129.575,38. VENDEDORES EM CONSTRUÇÃO.** Regras dos Leilões: **(i)** O interessado se responsabiliza pela análise das unidades e eventuais ações judiciais em andamento; **(ii)** O Arrematante pagará o valor do lance à vista, 5% de comissão à leiloeira, ITBI, custas cartorárias para lavratura e registro da escritura; **(iii)** Venda em caráter ad corpus; **(iv)** O arrematante se sub-rogará nos direitos e obrigações do título vigente; **v)** O arrematante se responsabilizará pelo pagamento de IPTU e demais encargos vencidos e por todas as despesas que vierem a parir da data dos leilões; **vi)** Hipoteca bancária será baixada em até 180 dias a contar da data da averbação do habite-se na matrícula; **vii)** A Comitente terá preferência na forma da lei; **viii)** Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras que Participação, disponíveis no portal de Pecini Leilões – **www.pecinileiloes.com.br. Informações: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, 4ª, das Palmeiras, Campinas/SP.**

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (44) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 180 LOTES - DIA: 22/01/2025 - 10h00 - 4ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE
AV. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1360 - SANTA BARBARA D'OESTE/SP | VISITAÇÃO: 22/01, 2025, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: SALRA2BK5JA060570 - 9BM958703JB440342 - 9BGKT69R0FG348528 - 93HGM6630KZ109846 - 9BD197134E3139131 - 3FAHP0JA9BR141809 - 9BH586510DBF479832 - 9BWAA05W29P036169 - 9BD195A62G0721519 - 9XMEM - 9BFZK03A39B018375 - 9BWEM - 9BWAB45U9BNT067328 9BEM - 9BGRG08FOCG257151 - 93HGE5760BZ205862 - 9BGSA19104BZ52364 - 93YLSR2VHBJ023823 - 9BD135613620006566 - 9BWKB05Z154037414 - 9BWAA05U2CT073859 - 9BGKL75G08C702886 - 93HKC66807Z204045 - 9BFZD05U0DR754092 - 93HKA66807Z204045 - 9BWEM - 9BWAW45W9P050383 - 3HGCM4636GG501004 - 9BFZF55AA98411958 - 9AWPB05ZB9A341047 - 9BWAA05Z974030619 - 9BWCA05W47T156970 - 9BFZF55P5B8112411 - 9BFZX53A09B109584 - 9BWCA05W9BT167089 - 93YBSR7RHEJ893897 - 9I2DG210LRB64338 - 9C2KC2500KR006755 - 9C2KC220D1K141425 - 9CZJFB50DRR001459 - 9C2KC220D9K001451 - 9WPCKZ5ZKM0105950 - 9BFZF55A1EA888653 - 93CMNFNVJB035644 - 9BWAA05UX8T214315 - 93YLSR7HJC152375 - 9BWDA05U4BT177233 - 9BD198215G0800939 - 9BGK548U0HG103202 - 9BGKT69V0JG326375 - 9BWAG41JFH554120 - 9BWEM - 9AWPB05ZB9A341047 - 9BWAA05U2CT073859 - 9BWEM - 9BWAA05U4BT177233 - 9BWEM - 9BWAB45U9BNT067328 - WBA5R1102KAK30231 - 2G1FB1EJ4E9140744 - 9BD158040AD6829227 - 9BD158040AD6825027 - 9BFZH55L9FB251700 - 9BD1730I9CG413198REM - 93624MKFWXA007251 - 9BD341ASXJY513754 - 95PJM81FBC0018605 - 9335SDN6AYC856480 - 9BD195102C0209081 - 9BWJB09NX5P007894 - 9BFZH72A0BB254105 - 9BD181B1B1124845 - 9BWPA05N4BP013035 - 9YKR92LADA1048549 - 9BWPA05N4BP013035 - 9BFZF10A77B042431 - 9BWL805U7BP194691 - 935FCKFVYAB524202 - 93YKM2N3ABJ892026 - SALFA24A58H098499 - VF33HRFJ275000626 - 3FAHP0BZ27R256741 - 9BZPB5ZM0RB000427 - 9BWHC53T4DY655799 - 9BWHC53TADY655799 - 9BWAA45U5EP015075 - 9BWDA05USCT137454 - 9BFZK53A9AB176401 - 9BD26512HL9133878 - 9BD195A42MC092536 - 8AD3CN6B49G047713 - 935FCKFVB9B513110 - 9362KPKW09B012259 - 935FCN6A89B504660 - 9BGPB69M0CB221742 - 9BWAA05UXAT150832 - 9BD171O6G85253473 - 3FAHP0BZ67R200611 - 8AD2BMXMKPW003427 - 9BFZD55J6FB746952 - 93HES15S0D2108354 - 9BWDB09N0BC900913 - 9VVD03000GZ604901 - 8BCLDRFJVBG551539 - 9BWAH4124HT546966 - 8BD196272D2091289 - 9BWDB45UXET044582 - 935FCKFVYBB585387 - 9BWAB45ZXC4076115 - 9BSAB6J8UB4001648 - 9BMW95A51B8782155 - 9BMW95J01484078774 - LJ16A4Z39C4492403 - 9BD158D4AD6889080 - 9BGSA19I07B227934 - BAP171106C3033358 - 9518AMNW2GB000384 - 9BD158040AD6825027 - 9BZPC4820PR001211 - 9BD11B127G1322343 - 9BGAC69C0AB176457 - KNAJT811B8T156845 - 9BWAA05U5OT278304 - 3FAFP4W31FM173325 - BA1BBB0595L188381 - 3HGCM4636GG501549 - 3GNCL13V49S645216 - 8AFUZZFHECBJ403858 - 935FCKFVYAB506057 - 9I3YR6RGH9I225110 - 935FCN6AWAB528207 - 9BD181B1B1139785 - 935SUN6AWCB562762 - 9BD172O6G73317244 - 9BGKH19P0AC101053 - 9BWDC05W0BT198789 - 9CJJC483ORR048423 - 9C2KC220DPR007044 - 9CJKC220D1C810562 - 9CJKC220D9R015395 - 9CZKC220D1R029945 - 9BWCA05W17P055653 - 9BD171021LF595045 - 9BGSU19F0EB101600 - 93YRB8005JJ087385 - 9BD358A4NLYK12923 - 9BFZHL54LK845101.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP - 216

***Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão • Cheque de 5% de comissão do leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, IPVA's, perícias, débitos de documentação, etc. Não decorrentes de vícios ocultos que ao arrematante. A procedência e exibição de direitos dos veículos deste leilão são de interira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

CCR S.A.

CNPJ/MF Nº: 02.846.056/0001-97 - NIRE Nº: 35.300.158.334 - Companhia Aberta

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 17 DE JANEIRO DE 2025

1. Data, Hora e Local: Em 17 de janeiro de 2025, às 09h00, por videoconferência. **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada nos termos do Artigo 15, §2º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: João Henrique Batista de Souza Schmidt; Secretário: Roberto Penna Chaves Neto. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a aprovação de recurso por sua controlada, Concessionária Rota Sorocabana S.A. ("Rota Sorocabana"), por meio da realização da sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única ("Debêntures" e "Emissão"), no valor total de até R$ 1.129.656.000,00 (um bilhão e cento e vinte e nove milhões e seiscentos e cinquenta e seis mil reais), com data de emissão prevista para 31 de janeiro de 2025 ("Data de Emissão"), a ser subscrita e integralizada pela Rota Sorocabana no par meio da realização da 1ª (primeira) Emissão das Debêntures, as quais serão objeto da Oferta, nos termos da Resolução CVM 160, no valor de até R$ 2.050.000.000,00 (dois bilhões e cinquenta milhões de reais), cujos termos e condições constam do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, Sob Rito de Registro Automático de Distribuição da Concessionária Rota Sorocabana S.A.*" ("Escritura de Emissão"); com os seguintes principais características: **(ii)** a(s) eventual(is) outorga(s) de garantia(s) pela Companhia (ou sociedade controlada) em favor dos titulares das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão; **(iii)** as Debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100,00% (cem inteiros centésimos por cento) das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia, extragrupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") no informativo diário disponível em sua página da internet (www.b3.com.br), acrescida exponencialmente de sobretaxa ou spread de 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e *cumulativa pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures, desde a data em que ocorrer a primeira subscrição e integralização das Debêntures, ou a respectiva data imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios"); **(iii)** ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Rota Sorocabana aos titulares de Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (a) multa moratória, não compensatória, de 2% (dois por cento); e (b) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; todos os valores calculados sobre o montante devido e não pago; **5.2.** a outorga, pela Companhia, de garantia fidejussória, na forma de fiança, para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Rota Sorocabana no âmbito da Emissão das Debêntures assumidas pela Rota Sorocabana na Escritura de Emissão ("Fiança"); **5.3.** autorizar os Diretores e/ou representantes legais da Companhia, incluindo, sem limitação, procuradores devidamente constituídos nos termos de seu Estatuto Social, para adotar todos e quaisquer atos necessários à implementação das matérias objeto da ordem do dia e à outorga da Fiança no âmbito da Emissão. **6. Encerramento:** Não havendo mais nada a ser tratado, a reunião foi encerrada, a ata lida, achada em ordem, aprovada e assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no artigo 10, §1º da MP 2.200-2/2001 e no artigo 5º, §1º, alínea "c" da Lei nº. 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 17 de janeiro de 2025. **Assinaturas**: João Henrique Batista de Souza Schmidt; pela Mesa o Roberto Penna Chaves Neto. Secretário. **Conselheiros:** (1) Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna; (2) Claudia Born Guedes Palaia; (3) Eduardo Bunker Gentil; (4) Eliane Aleixo Lustosa de Andrade; (5) João Henrique Batista de Souza Schmidt; (6) José Guimarães Monforte; (7) Leonardo de Mattos Galvão; (8) Luiz Carlos Cavalcanti Duta Junior; (9) Mateus Gomes Ferreira; (10) Roberto Egydio Setubal; e (11) Sérgio Simoni de Paiva Rosa. Certifico o registro sob o nº 49.486,79 e o original lavrado em Livro próprio. *João Henrique Batista de Souza Schmidt - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil e Roberto Penna Chaves Neto - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.*

UNIVERSIA BRASIL, S.A.

CNPJ nº 04.127.332/0001-92 - NIRE 35.300.181.425

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

Data, Hora e Local: 08 de dezembro de 2023, às 16h, por conferência telefônica e na sede social da Universia Brasil, S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, 20º andar, Cj. 201, Parte 3, Bloco A, Cond. Wtorre JK, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011. **Presença:** A totalidade do capital social. **Convocação e Presença Mesa:** Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite, Presidente da Mesa. Luiza de Andrade Piovezan, Secretária da Mesa. **Convocação:** Dispensada em razão da presença da totalidade dos Conselheiros. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a renúncia ao cargo de Diretora Superintendente da Diretoria da Companhia; e **(ii)** a consolidação da composição da Diretoria da Companhia. **Deliberações:** Os Conselheiros, por unanimidade e sem restrições: **(1)** Aprovaram a exoneração da Sra. **Daniela Neves Ferreira**, brasileira, casada, administradora, portadora da cédula de identidade RG nº 20.235.826-4 SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 251.588.548-90, do cargo de Diretora Superintendente da Companhia, com efeitos a partir desta data. Os Conselheiros consignam que o cargo de Diretora Superintendente ficará temporariamente vago até que seja realizada uma nova Reunião do Conselho de Administração convocada para tratar da eleição, sendo que, neste período, as funções designadas ao cargo de Diretor Superintendente deverão ser exercidas pelos demais membros da Diretoria Executiva; **(2)** Em razão das deliberações tomadas acima, CONSOLIDARAM a composição da Diretoria da Companhia, conforme segue:

Diretoria	Vago	Diretor Superintendente
	Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite	Diretora Executiva
	Mario Giannico Rodrigues	Diretor Executivo

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, encerrada a Reunião e lavrada esta Ata, foi ela assinada pelos membros presentes. **Mesa:** Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite, Presidente da Mesa. Luiza de Andrade Piovezan, Secretária da Mesa. Conselheiros: Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite - Presidente; Luis Rabaldo Rodriguez e Rafael Hernandez Rodriguez - Conselheiros. Certifico ser a presente transcrição fiel da Ata lavrada no livro próprio. **Luiza de Andrade Piovezan** - Secretária da Mesa. JUCESP nº 485.049/23-5 em 22/12/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

WEBMOTORS S.A.

CNPJ nº 03.347.828/0001-09 - NIRE 35.300.172.906

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2023

I. Data, Hora e Local: realizada em 06 de outubro de 2023, às 10h, na sede social da **Webmotors S.A.** ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, conjunto 71, bloco A, Cond. Wtorre JK, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011. **II. Convocação e Presença**: dispensada a convocação nos termos do art. 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **III. Mesa**: Eduardo de Moraes Jurcevic, Presidente; Rafael Tridico Fana, Secretário. **IV. Ordem do Dia**: examinar, discutir e deliberar sobre: **(1)** a exoneração do Sr. **Robson Moreira Marques Martinho** do cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; **(2)** a consolidação dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **V. Deliberações**: os acionistas, por unanimidade e sem quaisquer restrições, deliberaram: **(1)** Exonerar o Sr. **Robson Moreira Marques Martinho**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, CJ 261, bloco A, Cond. Wtorre JK, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, portador da cédula de identidade RG nº 44.743.702-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 368.536.418-92, do cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; **(2)** Consolidar o quadro de membros do Conselho de Administração da Companhia:

Conselho de Administração Webmotors S.A.	
Cameron Lloyd McIntyre	Presidente
Paul Barlow	Vice-presidente
Eduardo de Moraes Jurcevic	Conselheiro Efetivo
Cesar Augusto Jankian	Conselheiro Efetivo
Joanne Caroline Allan	Conselheira Efetivo
Paulo Sergio Duailibi	Conselheiro Efetivo
vago	Conselheiro Suplente
Jason Paul Blackman	Conselheiro Suplente
Denis Ferro Junior	Conselheiro Suplente
Inês Guitarte	Conselheira Suplente

VI. Encerramento: nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada por todos os presentes. Mesa: Eduardo de Moraes Jurcevic - Presidente da Mesa. Rafael Tridico Fana - Secretário da Mesa. Acionistas: Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. - Rafael Tridico Fana, procurador. Carvalhaes.com Investments PTY LTD - Cameron Lloyd McIntyre e Paul Barlow, procuradores. *Confere com a original lavrada em livro próprio.* São Paulo, 06 de outubro de 2023. **Rafael Tridico Fana** - Secretário. JUCESP nº 410.945/23-7 em 19/10/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Bradesco Saúde - Operadora de Planos S.A.

CNPJ nº 15.011.651/0001-54 – NIRE 35.300.418.646

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5.11.2024

Data, Hora, Local: Em 5.11.2024, às 13h, na sede social, Avenida Alphaville, 779, 17º andar, sala 1.701 - parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900. ***Mesa:*** Presidente: Dagilson Ribeiro Carnevali. Secretário: Miguel Santana Costa. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do Capital Social. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Deliberações:*** 1) registraram os padrões de renúncia formuladas pelos senhores, **Manoel Antonio Peres**, ao cargo de Diretor-Presidente, em carta de 27.8.2024 e **Gedson de Oliveira Santos**, ao cargo de Diretor Gerente, em carta de 4.10.2024, cujas transcrições constam dos livros próprios da Companhia e ficam disponíveis para todos os fins de direito; 2) promoveram o senhor **Carlos Alberto Ivata Marinelli**, Diretor Geral, ao cargo de Diretor-Presidente; 3) elegeram, ao cargo de ***Diretor Geral*** da Sociedade, o senhor ***Rodrigo Bacellar Wuerkert***, brasileiro, casado, engenheiro, RG 57.575.010-8/IFP-RJ, CPF 767.598.817-53, com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900, o qual: a) firmou declaração referente ao não impedimento de exercício de cargos de administração em sociedades empresárias; b) deixou no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade; b) terá mandato coincidente com o dos demais diretores, estendendo-se até a posse dos Diretores que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária que se realizar no ano de 2027. Em consequência, a Diretoria da Sociedade fica assim composta: ***Diretor-Presidente: Carlos Alberto Ivata Marinelli***, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 23.995.501-8/SSP-SP, CPF 250.792.408/06; ***Diretor Geral: Rodrigo Bacellar Wuerkert***, brasileiro, casado, engenheiro, RG 07.575.010-9/IFP-RJ, CPF 767.598.817-53, ambos com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900; ***Diretor Gerente: Flávio Bitter***, brasileiro, casado, engenheiro, RG 10.591.790-0/IFP-RJ, CPF 042.453.707/46, com endereço profissional na Avenida Rio de Janeiro, 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20931-675; ***Diretores: Thais Jorge de Oliveira e Silva***, brasileira, casada, médica, RG 1.354.562-ES/SSP-ES, CPF 074.060.777/42; ***Sylvio Roberto Alves Vilardi***, brasileiro, solteiro, engenheiro, RG 05.816.359-9/Detran-RJ, CPF 007.728.307/28, ambos com endereço profissional na Avenida Rio de Janeiro, 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20931-675; ***Fabio Miranda Daher***, brasileiro, casado, securitário, RG 1.337.361-ES/SSP-ES, CPF 075.763.917-82; ***Vinicius Marinho da Cruz***, brasileiro, casado, securitário, RG 50.942.449-1/SSP-SP, CPF 074.063.467/01; ***Valdirene Soares Beatriz***, brasileira, casada, administradora de empresas, RG 20.310.424-9/SSP-SP, CPF 121.402.398/58; e ***Antonio Alexandre Arias***, brasileiro, casado, securitário, RG 17.410.616-6/SSP-SP, CPF 101.489.968/09, todos com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900; 4) elegeram, ao cargo de Diretor Nacional de Saúde Suplementar - ANS, o senhor Sylvio Roberto Alves Vilardi, em substituição ao senhor Gedson de Oliveira Santos, como responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3.3.1998, que trata dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, perante a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as demais designações de responsáveis, conforme segue: Manoel Antonio Peres - pela Área Técnica de Saúde; Flavio Bitter - como Diretor de Relações com a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS; Vinicius Marinho da Cruz - pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade. 6) aprovaram a reformulação da Convenção do Grupo Bradesco Seguros, destacando a saída da filiada Atlântica Companhia de Seguros, em razão de sua incorporação pela Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros, ementando o caput da referida Convenção, a qual passa a ter a redação "A" da referida Convenção. A mencionada Convenção consolidada será levada a registro nas Juntas Comerciais dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, bem como ficará arquivada na sede da Sociedade, nos termos do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76. ***Encerramento:*** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Dagilson Ribeiro Carnevali; Secretário: Miguel Santana Costa; Acionista: Bradesco Gestão de Saúde S.A., representada por seus procuradores, Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa. ***Declaração:*** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. aa) Presidente: Dagilson Ribeiro Carnevali; Secretário: Miguel Santana Costa. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 3.992/25-1, em 10.1.2025. a) Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Bradesco Seguros S.A.

Grupo Bradesco Seguros

CNPJ nº 33.055.146/0001-93 – NIRE 35.300.329.091

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 29.11.2024

Aos 29 dias do mês de novembro de 2024, às 15h, reuniram-se, na sede social: Avenida Alphaville, 779, 17º andar, sala 1.701, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900, os membros da Diretoria da Sociedade, sob a presidência do senhor Ivan Luiz Gontijo Júnior, que convidou o senhor Vinicius Marinho da Cruz para secretário. Durante a reunião os diretores deliberaram pagar, aos acionistas inscritos nesta data nos registros da Sociedade, dividendos no valor de R$161.963.786,91 por ação, por conta do resultado do exercício em curso, conforme segue: a) aos acionistas com ações depositadas na Sociedade e que mantêm os dados cadastrais e bancários atualizados, mediante crédito a ser efetuado nas contas correntes em instituição financeira por eles indicadas; b) aqueles que não possuírem seus dados atualizados, na agência Bradesco de sua preferência, onde deverão se apresentar munidos de CPF, RG e comprovante de residência, para atualização cadastral e recebimento dos respectivos valores a que têm direito. O pagamento será feito até 31.12.2024 pelo valor declarado, não havendo retenção de Imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95 e será computado no cálculo do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Ivan Luiz Gontijo Júnior, Vinicius Marinho da Cruz, Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa, Américo Pinto Gomes, Antonio Alexandre Arias, Francisco Rosado de Almeida Junior e Valdirene Soares Secato. **Declaração:** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. a) Vinicius Marinho da Cruz - Secretário. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 3.992/25-1, em 10.1.2025. a) Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

MAPFRE

MAPFRE VIDA S.A.

(Subsidiária Integral)

CNPJ 54.484.753/0001-49 - NIRE 35300107069-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 28 de outubro de 2024, às 17h30, na sede da MAPFRE VIDA S.A. ("Companhia"), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.261, Ala A, 17º e 18º andares, Vila Gertrudes. **PRESENÇA:** Presente a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica das assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **MESA:** Presidente: João Henrique Batista de Souza Schmidt; Secretário: Roberto Penna Chaves Neto. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença da totalidade dos acionistas representativos de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme se verifica das assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **ORDEM DO DIA:** (i) deliberar sobre alteração da Diretoria da Companhia e, (ii) ratificação das deliberações específicas dos Diretores estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"). **DELIBERAÇÕES:** A acionista da Companhia, por unanimidade de votos, aprovou a destituição, com efeitos imediatos, de **Raphael Bauer de Lima**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº. 572649 SSP/MG e inscrito no CPF/ME sob nº 009.420.966-90, com endereço para fins deste ato na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nações Unidas, nº 7111, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000, do cargo de Diretor da companhia. Ao Diretor, ora destituído, a Companhia outorga a mais ampla, geral e rasa quitação quanto ao período em que permaneceu no exercício de suas funções, para nada mais reclamar a qualquer título. **(ii)** em razão da deliberação acima, a Diretoria da Companhia passa a ter a seguinte composição:

MEMBROS	CARGOS	MANDATO	
		INÍCIO	TÉRMINO
Oscar Jose Celada Rodriguez	Diretor-Presidente	09/09/2024	A.G.O DE 2026
Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves	Diretor	09/09/2024	A.G.O DE 2026
Andre Conde Caselli	Diretor	09/09/2024	A.G.O DE 2026
Antonio Clemente Campanário	Diretor	31/03/2023	A.G.O DE 2026
Francisco Eugenio Labouret	Diretor	31/03/2023	A.G.O DE 2026
Roberto Junior de Antoni	Diretor	31/03/2023	A.G.O DE 2026
Simone Pereira Negrão	Diretora	31/03/2023	A.G.O DE 2026
Hugo Sérgio de Assis Júnior	Diretor	01/12/2023	A.G.O DE 2026
Alessandra Sayegh Gomes Lopes Delvaux	Diretora	01/10/2024	A.G.O DE 2026

(ii) Nos termos do Art. 54 § 3º da Circular SUSEP nº 700 de 2024 em função da alteração na composição da diretoria, ora deliberada, ratifica, as funções específicas dos diretores estatutários, conforme segue:

DIRETOR	DESIGNAÇÕES ESPECÍFICAS
Alessandra Sayegh Gomes Lopes Delvaux	Diretora responsável (a) pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/1998 que trata dos crimes de lavagem de dinheiro e de ocultação de bens), conforme art.12 da Circular SUSEP nº 612/20 e; (b) pelos controles internos, conforme art. 9º, da Resolução CNSP nº 416/21.
Antonio Clemente Campanário	Diretor técnico responsável (a) pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor (art.3º, II, Res. CNSP nº 432/2021).
Hugo Sérgio de Assis Júnior	Diretor Responsável (a) pelo cumprimento que trata a Resolução CNSP nº 415 de 20 de julho de 2021 (Open Insurance), conforme art. 31.
Oscar Jose Celada Rodriguez	Diretor Responsável (a) pelo artigo 12 da Resolução CNSP nº 382 de 04 de março de 2020 e; (b) pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados (art. 22 da Res. CNSP nº 431/21).
Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves	Diretor Responsável (a) pelo Administrativo-Financeiro (art. 54, §2º, da Circ. SUSEP nº 700/2024); (b) pelo acompanhamento e cumprimento das normas e procedimentos da contabilidade previstos na Res. CNSP nº432/2021 (art. 3º, III); (c) pela Resolução CNSP nº 382/2020, art. 13 (registro de operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros); **(d)** pelas relações com a SUSEP (art. 5º, III, da Circ. SUSEP nº 700/2024) e; **(e)** pelo cumprimento das obrigações da Res. CNSP nº 143/2005, conforme art.2º (registro das apólices e dos endossos) e emitidos (seguros aceitos), *somente para fins cadastrais até a atualização do Formulário de Informação Periódica - FIP.*

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS: Mesa:** Oscar José Celada Rodriguez, Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão, Secretária da Mesa; **Acionista:** MAPFRE Participações S.A. p. Felipe Costa da Silveira Nascimento, Diretor-Presidente e Diretor. **CERTIDÃO:** A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 28 de outubro de 2024. **Óscar José Celada Rodriguez** - Presidente da Mesa; **Simone Pereira Negrão** - Secretária da Mesa. **JUCESP nº 5.292/25-6 em 13/01/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.**

Bradesco Seguros S.A.

Grupo Bradesco Seguros

CNPJ nº 33.055.146/0001-93 – NIRE 35.300.329.091

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 29.11.2024

A